UNESP UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília - SP

EGOR VASCO BORGES

A POLICIA E A CONSTRUÇÃO DO HOMEM-NOVO NA FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO EM MOÇAMBIQUE (1975-1990)

MARÍLIA – São Paulo
Março, 2017

EGOR VASCO BORGES

A POLÍCIA E A CONSTRUÇÃO DO HOMEM-NOVO NA FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO EM MOÇAMBIQUE (1975-1990)

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais sob a orientação do Prof. Dr. Luís Antônio Francisco Souza.

MARÍLIA – São Paulo
Março, 2017

Borges, Egor Vasco.

B732p A polícia e a construção do homem-novo na formação do estado-nação em Moçambique (1975-1990) / Egor Vasco Borges. – Marília, 2017.

230 f. ; 30 cm.

Orientador: Luís Antônio Francisco Souza.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

Bibliografia: f. 213-230

1. Estado Nacional – 1975-1990. 2. Polícia - Moçambique. 3. Perseguição política. I. Título.

CDD 323.044

EGOR VASCO BORGES

A POLÍCIA E A CONSTRUÇÃO DO HOMEM-NOVO NA FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO EM MOÇAMBIQUE (1975-1990)

Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Pensamento Social e Políticas Publicas;

Orientador: Prof. Dr. Luís Antonio Francisco Souza;

Bolsa: PEC-PG (CAPES)

Data da defesa: 15/03/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Luís Antônio Francisco Souza - UNESP Marília

---

Membro Titular: **Prof. Dr. José Geraldo Poker** – UNESP Marília

---

Membro Titular: **Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca** – UNESP – Araraquara

---

Membro Titular: **Prof. Dr. Paula Ferreira Poncioni** – UFRJ (Rio de Janeiro)

Membro Titular: **Prof. Dr. Rodolfo Arruda** – UFGD (Dourados – Mato Grosso do Sul)

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Filosofia e Ciências
UNESP – Campus de Marília

Ao professor Luis Antonio Francisco Souza,

Pelo conhecimento compartilhado, simplicidade, acolhimento e, sobretudo, pelas aulas e sugestões de leituras que me atraíram a refletir sobre eventos que per si nos convidam a não pensar.

Aos moçambicanos e moçambicanas inocentes que, compulsivamente, foram retirados das cidades, do convívio familiar e nunca mais retornaram. Aos que sobreviveram e carregam em silêncio os traumas e o peso da injustiça praticada e não reparada pelo Estado.

AGRADECIMENTOS

A experiência universitária como pós-graduando tanto no mestrado bem como nesta fase me proporcionaram, em larga medida, mudanças significativa na minha visão sobre inúmeras questões da vida, da sociedade moçambicana e do mundo no geral. O notável esforço dos professores ao não estabelecerem hierarquias, durante o processo de ensino e aprendizagem, é de louvar. Me custa localizar situações e momentos semelhantes em toda a minha frequência escolar em Moçambique. Agradeço aos professores não somente por essa vontade de romper com as hierarquias como também pelo seu comprometimento na transmissão de conhecimentos. As aulas foram maravilhosas, elucidativas, surpreendentes, admiráveis um constante repensar sobre a humanidade e suas contradições. Do mesmo modo, o trabalho dos demais funcionários desde a portaria, biblioteca, secretaria entre outros foram importantíssimos para a materialização deste desafio. De forma geral, agradeço mais uma vez aos professores e a todos estes profissionais que com zelo e dedicação se esforçam, cotidianamente, na formação de novos homens, novas mulheres, novos cidadãos do Brasil e do mundo.

Ainda na pós-graduação me deparei com o isolamento que, para a maioria, faz parte do processo de construção da pesquisa e da aprendizagem. Cada um voltado para as suas próprias temáticas e com inúmeras impossibilidades de dialogo. Sendo estrangeiro, africano e negro me confrontava, repetidamente, com o estranhamento da minha presença neste espaço. Muitas vezes confundido como cotista e, outras tantas, como beneficiário das políticas sociais do governo Lula ou do PT. Já tinha vivido isso no mestrado e, como sempre, o racismo sabe se metamorfosear e nos encontra quase sempre desprevenidos. Infelizmente, não há formulas prontas para lidar com essa situação desconfortável com a qual um negro, seja qual for à nacionalidade, deve estar pronto a enfrentar. Então, ser negro e pós-graduando implica um isolamento dobrado. Mesmo com essa duplicidade de isolamento existiram aqueles que, nesta longa caminhada, nunca me fizeram sentir só, nomeadamente: Aline, Camila, Thiago, Lays, Patrícia, Dulceneia, Bernardo, Zuleika, Kesia, Flavia, Júlio, Silvio, Ana, Rafa, Cadu, Franz entre vários outros. Agradeço-os pelo tempo dispensado, pelos encontros possíveis, pelas ideias trocadas, pelas piadas e risadas, pelos abraços e conselhos, por tudo que acrescentaram a essa minha passagem nesta cidade e universidade.

A continuidade dos estudos na UNESP se deve muito a um conjunto de experiências adquiridas junto ao GEPUA (Grupo de Pesquisa da União Africana da UNESP – Araraquara) coordenado pelo Professor Dagoberto José Fonseca onde se desenvolvem inúmeras pesquisas e discussões sobre as Áfricas. Agradeço-o pelos ensinamentos, pelo material emprestado, pelas reuniões, orientações e contribuições na banca de qualificação.

Ao professor sul africano Colin Darch que, sem a habitual formalidade que caracteriza boa parte dos docentes universitários africanos, cedeu vários documentos digitalizados sobre a Polícia Popular de Moçambique e diversas discussões sobre a construção da identidade nacional moçambicana. Agradeço pela atenção dada e a indicação de seu site que contem um enorme acervo de documentos sobre Estado pós-colonial em Moçambique.

Ao professor José Geraldo Bertoncini Poker endereço especiais agradecimentos pela disponibilidade em discutir as ideias iniciais do projeto sugerindo algumas linhas de análise. Agradeço-o por essa rica conversa e pelas contribuições na banca de qualificação.

Agradeço ao Coronel Azor Lopes e a Professora Sueli Andrucioli por me possibilitarem em diversas ocasiões uma aproximação sobre as discussões do ciclo completo de policiamento tanto no evento internacional Direito a Segurança bem como nas mesas redondas de discussões durante as comemorações do aniversario da Policia Militar do Estado de São Paulo em São José de Rio Preto.

Aos pesquisadores e colegas do grupo de estudo sobre Segurança Publica e, simultaneamente, o Observatório de Segurança Publica agradeço por todo conhecimento partilhado e pelos acesos debates em torno da policia, policiamento, segurança, prisões, sexualidade, manicômio, cinema, saúde, medicalização, biopolitica entre outras questões de suma relevância para a compreensão da violência;

Enfim, a todos os familiares, amigos, professores, colegas cujos nomes, injustamente, não couberam nestas paginas, endereço o meu *kochukuru*[1].

[1] Obrigado na língua *Emakhua*, a mais falada em Moçambique e em particular na zona norte;

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender o processo de construção da nação pós-colonial moçambicana tendo como base os discursos sobre o homem novo e o inimigo que desencadearam um policiamento, formal e informal, centrado na retirada forçada de uma parcela da população para os campos de reeducação. O policiamento praticado pela policia pós-revolucionaria em Moçambique e as demais forças populares civis e partidarizadas não deram lugar a um novo tipo de relação entre as comunidades étnicas nativas e as autoridades estatais pós-coloniais. O que ocorreu foi um movimento de perseguição continua de certos nativos que não se encaixaram ao modelo de cidadão a quem se direcionou toda a violência estatal. Para a compreensão dessa realidade optou-se, metodologicamente, pela revisão da literatura, análise documental com recurso a comparação uma vez que eventos semelhantes em situações pós-revolucionarias ou pós-coloniais tiveram lugar em diversos países do mundo. Embora tenhamos fixado uma temporalidade para analise se verificou que um longo processo de segregação, de produção da vida nua, de retirada de direitos, de condicionamento a cidadania se manteve desde o tempo colonial. Assim sendo, as instituições repressivas, estatais ou não, foram ajustadas e mantidas sobre outros formatos sem, necessariamente, suspender esse processo violento contra um grupo especifico de nativos. Como em qualquer outro processo de construção da unidade e identidade nacional baseados na essencialização de um tipo ideal de cidadão culminou-se com massacres. Portanto, um numero significativo de civis inocentes passam a ser incluídos pelas margens com a suposição de reeduca-los ou converte-los em cidadãos moçambicanos descolonizados e sujeitos de direito. Porém, o processo de reeducação nos campos não dá indicações de termino e os deportados ficam entregues a sua própria sorte e as decisões aleatórias dos policiais o que propiciou um novo processo de violência contra as instituições de vigilância e de repressão. Nesse contexto, é a policia e os campos de reeducação que fundam a sociedade moçambicana pós-colonial através da segregação inclusiva e da inclusão marginalizante dos inimigos. É da relação repressiva entre a policia e os inimigos que se pretendeu constituir os homens novos, os cidadãos moçambicanos destribalizados, descolonizados.

Palavras – chave: policia e policiamento; soberano e vida nua; Estado-nação e comunidade nacional.

ABSTRACT

This research is aimed at understanding the process of building the post-colonial Mozambican nation based on the speech about the new man and the enemy that initiated a formal and informal police station centered on an evicted population's piece of land, who later were driven to the re-education fields. The police practices undertaken by the post-revolutionary police force in Mozambique and the other popular civilian and partisan forces did not give space to a new form of relationship between native ethnic communities and post-colonial state authorities. What happened was a continuous tracking movement of certain natives that did not abide by the model of citizen, upon which the entire state violence was directed. For a broader understand of this reality, it has been, methodologically and through review of the literature, opted a documentary analysis with comparison resources, since similar events in post-revolutionary or colonial situations have at least once taken place in several countries of the world. Although we have established a temporal analysis, it has been observed that a long process of segregation, production of bare life, withdrawal of rights, conditioning of citizenship, has been maintained since colonial eras. Thus, repressive institutions, whether statutory or not, have been adjusted and maintained on other grounds without necessarily suspending this violent process against a specific group of natives. As in any other process of building unity and national identity based on essentializing an ideal citizenship, this resulted in massacres. Therefore, a significant number of innocent civilians end up being included in the margins in order to re-educate and convert them into decolonized, demobilized, militant and working-class Mozambican citizens. However, the process of re-education in the fields gives no indication of termination and the deportees are left to their own peril, and the random decisions of the police, which gave rise to a new process of violence against the institutions of surveillance and repression. In this context, it is the police and reeducation camps that ground Mozambican post-colonial society through inclusive segregation and the marginal inclusion of the enemies. It is from the repressive relationship between the police and the enemies that it was intended to constitute the nation composed only of the new men, the demobilized and de-colonized Mozambican Citizens.

Key - words: **Police and policing; Sovereign and bare life/enemy; nation-state and national community.**

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS RACIAIS DE ACORDO COM ACESSO A EDUCAÇÃO 144
TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE MOÇAMBIQUE COM BASE NA RAÇA. 151
TABELA 3: DADOS ECONÔMICOS DE MOÇAMBIQUE 1970-1990 158

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I. MAPA ETNO-GEO-LINGUISTICO DAS 11 PROVINCIAS DE MOÇAMBIQUE 227
ANEXO II. JULGAMENTO DE URIAS SIMANGO CONSIDERADO TRAIDOR APOS A MORTE DE EDUARDO MONDLANE.....228
ANEXO III. APRESENTAÇÃO PUBLICA DA PRISIONEIRA POLITICA - JOANA SIMEÃO 229
ANEXO IV. MIDIA E A INCITAÇÃO A PERSEGUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL 230
ANEXO V. MIDIA E A INCITAÇÃO A PERSEGUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL 231
ANEXO VI. MIDIA E A INCITAÇÃO A PERSEGUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL 232
ANEXO VI. CHE GUEVARA E EDUARDO MONDLANE E FIDEL CASTRO E SAMORA (CUBA E MOÇAMBIQUE) 233

Sumário

APRESENTAÇÃO E QUESTÕES DE PESQUISA. 10

INTRODUÇÃO: DOS FATOS À CONSTRUÇÃO DO OBJETO. 14

I. A IDEIA DE HOMEM NOVO E DE INIMIGO: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA. 31

1.1 O homem novo e o inimigo nos processos de socialização: vivências e trajetória do pesquisador. 33
1.2 Os policiais e os inimigos: os protagonistas ausentes da formação do Estado nacional moçambicano. 42
1.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa. 52
Considerações sobre o capitulo 60

II. A UNIFIÇÃO DO TERRITORIO E POVOS DE MOÇAMBIQUE E O DISCURSO DO HOMEM NOVO NA AFRICA PORTUGUESA. 62

2.1 A ideia de Moçambique e os movimentos de unificação anti-coloniais. 63
2.2 A reestruturação da economia de Moçambique após conferência de Berlim: o trabalho e a educação como mecanismos de inclusão. 68
2.3 O homem novo e o socialismo africano: um discurso identitário e nacionalista na África lusófona. 74
2.4 O Homem novo na formação do Estado nacional angolano. 85
2.5 O Homem novo na formação do Estado nacional em São Tomé e Príncipe. 89
2.6 O Homem novo na formação do Estado nacional em Moçambique. 95
Considerações sobre o capitulo 106

III. O INIMIGO NA FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: EM BUSCA DA UNIDADE E IDENTIDADE NACIONAL PURIFICADA. 109

3.1 A relação inimigo/amigo e indígena/assimilado no Moçambique colonial 111
3.2 Do inimigo comum ao inimigo interno na luta pela independência. 116
3.3 O homem novo e a retomada da perseguição do inimigo interno 124
3.4 O homem novo e a cidade: os campos de reeducação como paradigma da produção da nação em Moçambique. 132
3.5 O lugar entre o homem novo e o inimigo: a indiferença do policiamento em relação aos brancos e mestiços. 142
3.6 Os comprometidos e os presos políticos anti-colonialistas: os inimigos (im) perdoáveis. 152
3.6 Os candongueiros: a especulação gerando inimigos. 155
3.7 A mulher nova e o homem novo na construção da nação moçambicana. 161
3.8 O homem novo e a religião: as contradições entre o evangelho cristão e o revolucionário. 167
Considerações sobre o capitulo 171

IV. A POLICIA, O POLICIAMENTO POPULAR E A VIGILANCIA COMO O CERNE DA FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL EM MOÇAMBIQUE. 173

4.1 O Corpo de Policia de Moçambique: Origem, formação e função constitucional. . 173
4.2 A Policia Popular de Moçambique: Origem, formação e função constitucional. .. 181
4.3 SNASP. 183
4.4 Milícias Populares. 186
4.5 A polícia e a formação do Estado-nação moçambicano: a violência como produtora do homem novo. 190

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITULO 197
V. O PROCESSO DE REVIRAVOLTA CONTRA O HOMEM NOVO: O INIMIGO SE REBELA! 198
5.2 A OPERAÇÃO PRODUÇÃO: O AUGE DA PERSEGUIÇÃO AOS INIMIGOS. 203
CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITULO 208
CONSIDERAÇÕES FINAIS 209
REFERENCIAS 216
ANEXO 226

APRESENTAÇÃO E QUESTÕES DE PESQUISA.

As independências dos países africanos repercutiram no mundo e, particularmente, nos próprios africanos como um grande feito. Todavia, no interior desses países, entre as diversas comunidades étnicas nunca houve consensos sobre como se deveria proceder para alcançar tal meta. Inúmeras tentativas de enfrentamento à colonização resultaram em massacres. Enquanto uns se juntavam aos movimentos de libertação outros tantos nativos engrossavam, massivamente, as fileiras do exército colonial, se mostrando contrários a descolonização. Entre os europeus e os demais povos do mundo, diversos pronunciamentos elucidavam a ausência de consensos sobre a descolonização na África. Em meio a essas discussões, a opção armada e militar de enfrentamento à colonização se consolidava nas colônias portuguesas. A ruptura contra a ordem colonial europeia se constituía com a definição de um inimigo, inicialmente, estrangeiro, europeu e comum para os diversos grupos étnicos. Obviamente, sua retirada não fora pacifica, colocando no centro da descolonização confrontos armados e violentos. O recurso à violência sempre esteve presente nas relações racializadas entre o colonizador e os colonizados. Os brancos, mesmo sem cargos na estrutura administrativa, podiam, por gozo, humilhar e violentar negros.

Durante a luta de libertação, o uso da violência pelos colonizados dava a impressão de que se tratava apenas de um recurso momentâneo e tão logo dispensável. Porém, nem a saída dos colonizadores suspendera seus usos e abusos. A nova época – pós-colonial – é inaugurada com a designação de certos nativos de inimigos condição indispensável para a construção da nova sociedade e do homem novo. O discurso sobre o inimigo expôs à violência diversos nativos. As ações policiais, localizadas no espaço urbano, foram direcionadas para as deportações em massa deste grupo. Em tão curto espaço de tempo, os anseios que tinham sido totalmente depositados ou confiados ao movimento de unificação interétnico se transformariam em incertezas, insegurança e medos.

A presente tese se propõe a buscar elementos para a compreensão dos contornos violentos desse projeto pós-colonial. Nesse contexto, a pesquisa tentou percorrer um longo processo de estigmatização e discriminação dos nativos desde o período colonial até a primeira república pós-colonial. O ponto de partida são os discursos racistas do Estado colonial até os discursos da construção da nação moçambicana. Em ambas as temporalidades, a manipulação da linguagem consegue radicalizar a oposição entre

indígena e civilizado, tradicional e moderno, homem novo e inimigo. Quando um Estado passa a nomear seus nacionais como inimigos, significa que praticas discriminatórias e violentas decorrerão, impunemente, com funções destrutivas e purificadoras do corpo social e com a participação das instituições de segurança e civis (SEMELIN, 2009).

A pesquisa inicial para o doutorado almejava retomar alguns aspectos do projeto de construção da nação em Moçambique constatados na dissertação de mestrado, especificamente: a participação da polícia na construção da figura do homem novo. Os caminhos sobre os quais se devia trilhar para a compreensão dessa realidade convergiam, de certo modo, em uma análise voltada para a concepção do projeto de nação a partir da participação popular e do envolvimento democrático de seus destinatários – os descolonizados. Uma demorada analise sobre a literatura existente apontava para certa tendência e predominância dessa discussão nas décadas de 1980 e 1990. Parte significativa dos autores estrangeiros que trabalharam e pesquisaram em Moçambique na época já apontava para essa direção, concluindo que um posicionamento antidemocrático do governo sobre a construção da nação teria conduzido ao crescimento da violência entre os descolonizados e, consequentemente, o colapso do Estado-nação pós-colonial. Nesse sentido, a repressão policial contra os descolonizados teria decorrido em consequência de um conjunto de decisões antidemocráticas que orientaram as atividades das diversas instituições estatais pós-coloniais. Em nenhum momento as analises associam o papel da policia e dos corpos civis de vigilância ou militarizados como os principais mediadores do projeto de nação em Moçambique e se atribui ao movimento de libertação (partido único) a responsabilidade pela repressão que se instalou logo após a independência.

Diante dessa discussão, era necessário dar um novo enfoque à pesquisa e, certamente, às leituras. O livro *Purificar e destruir*: *usos políticos dos massacres e dos genocídios*, discutido na disciplina oferecida pelo Prof. Luis Antonio surge, praticamente, como um suporte, abrindo algumas possibilidades de interpretação da realidade a partir dos massacres. Com essa obra do francês Jacques Semelin, os caminhos a percorrer na pesquisa se tornavam visíveis. A abordagem baseada na comparação forneceu elementos teóricos e metodológicos que a partir dos massacres e genocídios nos permitia compreender como se deu a busca pela construção da unidade e identidade nacional em Moçambique. A passagem ao ato de destruição e deportação em

massa de civis é explicada num quadro de fatores econômicos, políticos, sociais, regionais que integram os processos históricos da formação dos Estados nacionais em três países pesquisados. Os casos são apresentados com as devidas singularidades e, sobretudo como processos passiveis de serem comparados nas suas semelhanças e diferenças. A participação popular, sobretudo de milícias é incluída na discussão como elemento, aparentemente democrático, cujos integrantes são mobilizados a partir de uma figura central que os une em função de um objetivo de purificação do *nós* baseado na eliminação do *outro* – o inimigo. O olhar sobre os aspectos antidemocráticos do Estado pós-colonial moçambicano, entre os diversos autores, não dá qualquer importância à atuação das milícias no processo de purificação dos inimigos e nem como essenciais para o alcance da identidade nacional homogênea.

Por essa razão que, apoiando-se no roteiro de questões preestabelecidas que integram o modelo de analise por si proposto, escolhemos e reformulamos algumas questões que direcionarão a presente pesquisa. As mesmas nos auxiliaram na compreensão da realidade moçambicana, em que o massacre se tornou vital e fundamento para a construção da unidade e identidade nacional. As questões que nortearam a presente pesquisa são:

a) **Quem conduziu os nativos para os campos de reeducação?** De que dependeu tal pratica? A ação tinha como finalidade a purificação política ou étnica? Quais eram as expectativas políticas e econômicas da deportação para os campos de reeducação?

b) **A construção das figuras do inimigo:** quais foram às representações do inimigo? Quais abordagens sobre inimigo que estão presentes nos discursos, diretivas, circulares que precederam e acompanharam os massacres? Há registro em temporalidades anterior sobre a figura do inimigo?

c) **A escolha das vítimas:** os civis foram deportados ao acaso ou com base em critérios étnicos, raciais, políticos, religiosos ou de gênero**?** Há problemas na quantificação dos campos, das vítimas, seus carrascos e sua identificação?

d) **Modalidades do massacre e seus efeitos:** pode-se, com clareza, decompor as principais fases do processo de deportação? Houve intenção de dissimular as deportações ou exibi-las? Como se propagaram os

discursos sobre o inimigo e o homem novo? A deportação exerceu influência para um novo conflito? Houve consentimento, cumplicidade e protestos na captura dos inimigos? Qual foi o papel da policia e do corpos civis de vigilância e controle?

INTRODUÇÃO: DOS FATOS À CONSTRUÇÃO DO OBJETO.

> "De nenhuma nuvem vai descer o Homem Novo capaz de exercer o poder novo."
>
> Samora Machel (1971[2])

A presente tese é uma compreensão dos processos conducentes à formação do Estado Nacional em Moçambique após a conquista da independência político-administrativa. Tem como foco as diversas práticas de policiamento e vigilância acionadas pelo governo pós-colonial contra grupos considerados inimigos, sobretudo nas principais cidades moçambicanas. Tais práticas evidenciam a importância da organização policial como a principal interlocutora do projeto de construção da nova identidade nacional centrada na figura do *homem novo*.

Moçambique é um país multirracial[3] e multiétnico[4](vide anexo I,) situado no sudeste africano que faz fronteira ao norte com a Tanzânia, ao noroeste com Malauí, ao oeste Zâmbia e Zimbábue, ao sudoeste com Suazilândia e África do sul e a leste banhada pelo oceano indico. As estimativas atuais do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE) indicam uma população de cerca de 26.434.000 habitantes, da qual cerca de 61,4% reside no espaço rural, sendo 52% de mulheres e 70 % de jovens. A cidade de Maputo é a capital econômica e política; é a província com menor área territorial e com a maior densidade populacional, mais de 4000 habitantes por quilometro quadrado.

A taxa da alfabetização dos moçambicanos está acima dos 52%,contra os 2% herdados da colonização, em 1975. No setor educacional, 90% das escolas de ensino fundamental e 70% de ensino básico e médio, são estatais. No ensino superior, somente 45% das universidades são publicas, todavia, são as que têm a melhor infraestrutura, absorvendo anualmente, cerca de 72% dos alunos matriculados no ensino superior.

---

[2] Enxerto de um discurso proferido em Novembro de 1971 publicado no Brasil em 1979 com o titulo *Estabelecer o poder popular para servir as massas.*

[3] Os povos de Moçambique mantém contatos, desde a época pré-colonial, com os Indianos, Árabes e, na época da colonização, com os portugueses e no século XIX com os Chineses resultando daí uma minoria miscigenada de seus habitantes;

[4] Composto pelas seguintes grupos etno-linguisticoss: *Emakuas, Lomués, Machuabos, Marongas, Changanes, Ndaus, Manhungues, Tchonas, Macondes, Nandjas, Kimuanes, Machopes, XiTswas, Macenas e Jawas;*

Desde 2010, uma média anual aponta que cerca de 40 mil moçambicanos têm concluído o ensino superior.

A economia de Moçambique está centrada no fornecimento de energia elétrica, serviços de portos e transporte ferroviário de cargas para os países vizinhos, bem como a exportação de minérios e outras matérias primas. O turismo é também uma das fontes de receita, dada a localização privilegiada ao longo do oceano indico e de parques e reservas naturais no seu interior. A agricultura ainda é familiar e de subsistência. Esse fator, aliado às cheias e secas anuais, tem confrontado parte significativa das populações rurais com problemas relacionados à carência e desnutrição alimentar. Durante anos consecutivos, registrou-se um dos maiores crescimentos econômicos do mundo, resultando em um crescimento anual de cerca de 7,1% do PIB, que abrandou em 2015 e no ano seguinte. Este crescimento está associado à contribuição dos megaprojetos de extração e processamento de minérios na absorção de mão de obra nacional, exportação e pagamento de impostos, mas este expressivo crescimento ainda está longe de torná-lo autossuficiente e de transformar a vida da maioria da população. Atualmente, 25 % do Orçamento Geral do Estado provem de financiamentos e doações de países estrangeiros.

Na Constituição de 1975, Moçambique era uma democracia popular unipartidária, representada pela FRELIMO e demais órgãos do poder popular por si legitimado. A partir de 1990, uma nova constituição passou a vigorar como corolário de demandas impostas pelo movimento guerrilheiro contrarrevolucionário, o RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique), e de uma série de fatores no cenário interno e internacional, tornando a República de Moçambique, formalmente, um Estado democrático e de direito. Embora tenham ocorrido certas mudanças com a transição para o multipartidarismo, não houve alterações significativas no sistema político presidencialista; além de não presidir o parlamento, o Presidente passou a ser eleito a cada cinco anos, continuando a ser o chefe do Estado, do governo, das forças de defesa e segurança, tendo plenos poderes para dissolver o parlamento, exonerar e nomear ministros, governadores, juízes, reitores e procuradores, colocando sob suspeita a neutralidade das atividades dessas instituições em determinados aspectos. A Assembleia da República que detém o poder legislativo, é atualmente composta por 250 deputados pertencentes a três partidos.

A presença portuguesa em Moçambique se iniciou em Março de 1498 com a chegada do navegador português Vasco da Gama a baía de Inhambane ao sul do país,

devido à turbulência marítima no cabo da boa esperança (TAIMO, 2010). Os portugueses não ocuparam e nem dominaram, imediatamente, os territórios e as populações ali encontradas. O processo de aproximação às lideranças nativas dos povos e reinos encontrados neste território foi gradual e localizada nas áreas costeira e central. Somente a partir do século XVII e XVIII é que se notam os sinais da colonização envolvendo a posse da terra e o comércio de escravos (Ibidem, p.39). Esse processo veio a ganhar novos contornos nas duas últimas décadas do século XIX e do inicio do século XX através das intervenções e disputas militares contra os nativos para a efetivação de um domínio completo sobre o território e suas populações.

Após a conferência de Berlin, a partilha e domínio da África não foram pacíficos, resultando no envio e na mobilização de forças militares dos países europeus e consequente reestruturação dos exércitos nos reinos africanos. O continente era assim incluído, internacionalmente, como um lugar de exceção, onde aos nativos se retirava toda a sua condição de seres humanos e sujeitos de direitos. Deste modo, a dominação europeia impunha-se através da desumanização dos povos africanos nas suas próprias terras. Os nativos resistiam dentro das suas possibilidades ao ponto de sua incapacidade logística e técnica, de ombrear com os colonizadores, culminar na fuga de alguns dos seus membros para colaborar com o sistema colonial. Em Moçambique essas disputas preencheram as ultimas três décadas do século XIX e as primeiras do século XX.

Na década de 1920, Portugal exercia pleno domínio sobre Moçambique, mas com o fim da segunda guerra mundial e a criação da ONU, a descolonização entra na agenda do debate internacional sobre a presença europeia no ultramar. Para evitar sua saída, Portugal adota suas ex-colônias como províncias ultramarinas e, mesmo assim, os nativos não são, automaticamente, considerados cidadãos portugueses de plenos direitos. Para tal, são condicionados a alfabetizar-se, frequentar a igreja e possuir um oficio. Embora estas medidas sejam antigas nas colônias portuguesas na década de 1930, as condições para obtenção da cidadania do país colonizador ganha a forma de lei. A legislação estabelece uma classificação que separa os nativos entre os indígenas[5] e os assimilados. Esta tentativa de Portugal permanecer no continente africano não retraiu os

[5] Segundo Maria da Conceição Neto, professora da faculdade de ciências sociais da Universidade Agostinho Neto de Angola (Luanda), o termo indígena na África lusofona tem um significado diferente do aplicado aos povos das Américas – os índios. Citando-a: "Ser 'indígena' resultava duma classificação jurídica que dava estatuto legal distinto e oposto ao de 'cidadão',dentro da dualidade jurídica que, no caso de Portugal, foi imposta em algumas das suas colônias entre 1926 e 1961.Não era sinónimo de 'aborígene', 'originário' ou 'nascido em': os brancos nascidos nas colónias nunca eram 'indígenas' e nem todos os negros originários dessas colônias eram 'indígenas'." (2009, p.1);

vários movimentos anticoloniais que se constituíam nos debates em seu próprio território e nem os grupos nativos que se opunham à colonização por meio de greves e outras formas de reivindicação. Em 1961, os angolanos dão início à luta pela independência e as demais colônias portuguesas também seguem o mesmo caminho nos anos seguintes.

À semelhança das demais colônias portuguesas, a independência de Moçambique foi tardia, tendo ocorrido em 25 de Junho de 1975, decorrente de dez anos de uma revolução armada desencadeada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). O movimento se constituiu em 1962, fora do território nacional, em Nachingwea - Tanzânia, fruto da união dos diversos grupos fragmentários[6] de resistência anti-colonial. Desde sua criação, o movimento passou por inúmeras metamorfoses e transições. Após a proclamação da independência político-administrativa, a preocupação em construir uma nova sociedade e o novo homem moçambicano se manteve. Contudo, a criação dessa nova sociedade e do homem novo, foi baseada na perseguição e deportação em massa dos inimigos.

O período em análise, na presente tese, corresponde ao intervalo compreendido entre o ano de 1975 até 1989, o qual segundo o filosofo moçambicano Severino Ngoenha (2009,) trata-se da primeira República que se inicia desde a proclamação da independência até a morte do primeiro presidente, Marechal Samora Moises Machel, em 1986 e, consequentemente, a queda do projeto socialista de Estado em 1989. O período é marcado por inúmeras transformações político-sociais, visando à transição de um regime colonial, marcado por inúmeras injustiças, violência, racismo, escravidão e explorações contra os povos nativos, para outro pós-colonial em que se busca manter a unidade inter-étnica, política e militar, vivenciada na luta armada anti-colonial. O período justifica-se pelo fato de que, pela primeira vez, se instala um governo dos nativos que transitam de escalas inferiores da estrutura do Estado colonial para os

[6] É no exílio que grupos étnicos do norte e centro de Moçambique constituem partidos contrários a colonização a semelhança das intensas mobilizações e produção literária que ocorriam no espaço urbano da capital, de movimentos da periferia composto por mestiços escolarizados. Os massacres, prisões arbitrarias e perseguições das autoridades policiais coloniais portuguesas sobre qualquer forma de resistência/oposição ao regime impulsiona a migração dos nativos para os países vizinhos da região centro e norte. Os primeiros partidos de moçambicanos foram a UDENAMO, criado em 1960, em Salisbury (Harare-Zimababue), a MANU fundada em 1961 (Mombassa-Quênia) e UNAMI (Malawi). Após a independência de Tanzânia em 1962 estes movimentos migram para aquele pais onde são acolhidos pelo presidente Julius Nyerere, panfricanista convicto que incita a união que mais tarde se materializa sob a liderança de Eduardo Chivambo Mondlane (MAZRUI, 2010, p.315 & BRAGANÇA, 1980, p.44);

centros decisórios. Catalogados como indígenas ou assimilados, este grupo de indivíduos os quais foram vistos durante muito tempo como "sub-homens", saem dessa área de confinamento, transpondo a fronteira imaginária que os separava do colonizador e, principalmente, se tornam capazes de existir na política. A partir da independência, as expectativas entre os descolonizados reforçam a suposição de que uma nova época estaria nascendo e de que nenhuma repressão ou injustiças vivenciadas no passado ocorreriam no presente. Contudo, uma vez alcançado o poder, os esquemas de classificação e seleção são retomados para detectar, entre os nativos, quem deveria permanecer, pertencer ou ainda ser segregado da comunidade dos novos homens moçambicanos. Diversas instituições e formas de controle são criadas destacando-se o policiamento e a vigilância popular como os principais mecanismos de seleção, segregação e inclusão dos nativos pelo Estado pós-colonial.

É dessa nova configuração das relações de poder que emerge a dupla categoria fundamental que sustentou o projeto de construção da identidade nacional moçambicana que se assentou no binômio, *homem novo e inimigo*. Ambos os termos pretendiam demarcar a fronteira entre o *nós* e os *outros,* na relação entre os descolonizados no interior do território moçambicano. Paradoxalmente, se retomam alguns aspectos da velha ordem, os quais remetem às tensões da relação entre o *indígena*[7] e o *assimilado*, tradição e modernidade, civilizado/bárbaro, incluído/marginalizado. A busca pelo sujeito '*homem novo',* que passaria a compor a unidade homogênea que sustentaria a identidade nacional na formação do Estado-nação em Moçambique, torna recorrente o uso da violência pelas instituições estatais. A polícia, o exército, bem como os demais grupos especializados de recolha de informação (Serviço Nacional de Segurança Popular - SNASP) e de controle social (grupos dinamizadores, de vigilância e milícias populares), organizam e orientam seus recursos e ações em favor desse projeto. Tanto

[7] Segundo o artigo 2º do Estatuto dos indígenas portugueses das províncias ultramarinas de Moçambique, Guiné Bissau e Angola indígenas são indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses. Segundo a professora angolana Maria da Conceição Neto o uso deste termo nas colônias portuguesas em África, durante o século XX, não coincide com o sentido e significados atribuidos aos povos das Américas. Basicamente, tratou-se de uma classificação jurídica que reforçou a distinção entre os negros nativos e entre estes e os brancos. Os negros originários poderiam, mediante certos critérios, deixar de ser indígenas e ter um tratamento próximo ao de um cidadão português (NETO, 2009, p.1-2). O estatuto do indígena, de certo modo, formaliza e institucionaliza o racismo de Estado. Somente o negro poderia ser indígena e não outro grupos racial.

as instituições estatais de segurança bem como os grupos informais de vigilância popular colocam-se ao serviço desse ideal de nação.

A formação do Estado nacional moçambicano após a queda do sistema colonial português, impunha à construção do nacionalismo para fazer emergir naquele aglomerado de múltiplas identidades, tribos, tradições, valores, raças, etnias e religiões. Uma nação até então inexistente buscava possibilitar uma superação dos etnicismos, tribalismos, racismos e classes na relação entre os nativos. Desde a gênese do movimento libertador, a ausência de uma nação que precedesse o Estado se torna a principal inquietação das lideranças revolucionárias. Mas é na fase pós-colonial que se experimentam as propostas de sua materialização com o auxilio de alguns intelectuais[8] ou "elaboradores de identidades/elaboradores de políticas"[9], encarregados de assessorar o soberano na produção de discursos e sentidos com a finalidade destes diferentes grupos étno-geo-linguisticos se autocompreenderem como um povo uno e indivisível, constituindo um corpo social inviolável que deveria partilhar os mesmos valores, símbolos, território e língua. O propósito era suprimir a heterogeneidade, nivelando as diferenças para que as populações residentes no interior das fronteiras do território designado por Moçambique se tornassem homogêneas.

A multietnicidade está presente em muitos países africanos e tem sido considerada um entrave à construção da identidade nacional, à democracia e à formação dos Estados nacionais após a conquista das independências políticas (KI-ZERBO, 2006), sobretudo porque abrem um campo de discussão, sem consensos, sobre a duplicidade do autorreconhecimento dos nativos enquanto pertencentes às suas microcoletividades etno-geo-linguísticas e a uma *comunidade política imaginada*[10], superior às anteriores, constituída e forjada pelo Estado pós-colonial.

---

[8] Predominantemente, composto por jovens provenientes de etnias ao sul e com formação cultural europeia outros ainda estrangeiros (Russos) bem como descendentes de portugueses que se filiaram ao movimento durante a transição para a independência. Entre os estrangeiros se destaca o Aquino de Bragança que participou ativamente na fase final das negociações que culminaram com o acordo de Lusaka e, posteriormente, coordenou o CEA - Centro de Estudos Africanos – da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo-Moçambique) enquanto assessorava o Presidente Samora Moises Machel. Ambos perderam a vida vitimas do acidente aéreo em Mbuzini (África do Sul) em 19/10/1986;

[9] Jacques Semelin (2009, p.90-91) prefere estes dois termos por achar que designa-los de intelectuais é inadequado, pois seus escritos se fundamentam na afirmação de uma identidade de grupo contra a ameaça de um *outro* que deve ser eliminado a todo custo;

[10] Benedict Anderson é quem cunha o termo opondo-se a ideia de invenção das tradições que se confunde com falsidade e não com imaginação. O falso supõe a existência da verdadeira. Para Anderson (2008, p.33-34) "*uma comunidade política imaginada [é] imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo soberana [...] seus membros jamais conhecerão, ou [...] ouvirão falar da maioria de seus companheiros embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. [...] As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo que são imaginadas*";

O projeto de unidade interétnica é iniciado por Eduardo Chivambo Mondlane, ao juntar os diversos movimentos ou partidos anticolonialistas moçambicanos na diáspora numa única força política e militar, a FRELIMO. Após a sua morte em 1969, a FRELIMO passa a ser encabeçada pelo novo líder Samora Moises Machel, dando continuidade à ideia de unificação de seu antecessor, inserindo em seus discursos a figura do *homem novo,* mudando radicalmente o conceito de inimigo a ser destruído. Com a independência, torna-se o primeiro Presidente da Republica Popular de Moçambique, e o antagonismo entre o homem novo e inimigo se mantem como parte de uma linguagem e ação revolucionária que se impõe por intermédio de seus textos e de demais intelectuais. Este mantém à sua volta um grupo diversificado de assessores estrangeiros[11] e nacionais, beneficiários do processo civilizatório colonial plasmado pelo Estatuto do Indígena. O estatuto estabelecia as etapas de transição para os nativos alcançarem, gradativamente, o estágio de civilizado e merecedor do acesso a determinados privilégios, antes pertencentes a um grupo restrito de cidadãos brancos e estrangeiros. As escolas e as igrejas eram as principais instituições que se deviam submeter para absorção da cultura europeia e rejeição automática da nativa; a mudança de hábitos implicava os direitos de cidadão.

Os cargos de assessores e titulares do governo pós-colonial passam a ser ocupados, significativamente, por este grupo de indivíduos equidistantes a base e ao topo da pirâmide social na vigência da colonização estando posicionados numa linha intermédia em vias de deixar de ser, culturalmente, nativos e mais próximos do colonizador em termos da hierarquia social da época. Um pequeno grupo composto por negros africanos com qualificações acima da maioria da população nativa que era explorada nos mais diversos campos de produção – espaço rural – ou ainda nos centros urbanos da capital como estivadores do porto.

É esta elite alfabetizada que, depois de inúmeros anos de escolarização, migrara para a metrópole, seja para as capitais das respectivas colônias ou para os Estados Unidos, para dar continuidade aos seus estudos. Diante de suas experiências, fora do seu país de origem, se confrontam com a sua ilusão de ótica – negros que se viam brancos, conforme retrata o afrodescendente da Martinica Frantz Fanon (2008) na sua obra *Peles negras e máscaras brancas*, muitos africanos e afrodescendentes cumpriam, fielmente, as etapas que acreditavam conduzir-lhes a um perfil semelhante ao do branco

[11] Sobretudo os da União das Republicas Socialistas Soviéticas - URSS (GONÇALVES, 2007);

colonizador. Portanto, dominar a escrita, a ciência e falar o Português como português, o Francês como francês, eram os pressupostos básicos de se tornarem e autocompreenderem-se como brancos, refinados e civilizados. Era o único esquema traçado para o nativo obter algum tratamento melhor diante das autoridades e instituições do Estado colonial.

A escolaridade e a religião cristã produziam mudanças significativas na vida dos nativos das colônias, inclusive a possibilidade real de frequentar os espaços de convívio reservados aos brancos portugueses e outros europeus. Este tratamento os diferenciava, hierarquicamente, do restante dos nativos. Porém, a escolaridade era também limitada a alguns níveis, o que motivou, após o termino parcial dos estudos, a busca por outras oportunidades na metrópole da colônia. É nesse transito pelas universidades europeias que a experiência na diáspora é, contraditoriamente, produtora de uma consciência de si: não sendo vistos como brancos, passam a se ver como sempre foram, negros, e que o tom de sua pele é imutável e principal fator de repulsa e inferiorização diante dos europeus. Certamente, era irreal se ver como branco pela via da alfabetização, o que os conduziu a autoconscientização do seu lugar de origem. Esses homens passam a se organizar junto aos demais afrodescendentes que já tinham percorrido inúmeros passos na luta pelo reconhecimento do negro como um sujeito de direitos. As diásporas africanas de origem diversa se unem para enfrentar o colonialismo e possibilitar a emancipação ou libertação dos povos africanos.

Para Michel Cahen (2007), é esta elite intelectualizada ou, ao menos, com formação cultural europeia, que concebe o projeto de construção da identidade nacional em Moçambique. Este entendimento é também do sociólogo moçambicano Elísio Macamo (1996, p.357) ao afirmar que a origem social dos membros do movimento de libertação da FRELIMO está associada à produção de um grupo de negros embranquecidos, despidos de seus valores culturais, resultado concreto da colonização, *crioulos*, alienados, descontentes e decididos a impor a sua própria visão sobre o país, Moçambique. Contudo, para Macamo (Ibidem,) olhar para quem projetou a identidade nacional moçambicana nos conduz, unicamente, a deslegitimação do projeto. Sem dúvidas, classificaríamos de antidemocrático o que pode ser uma falsa pista, pois os fatos históricos já comprovaram que as construções das nações, em inúmeros países do mundo, são e foram marcados por relações de poder. Geralmente, prevalecem as ideias dos que têm o poder da fala, do discurso, da retórica, da escrita com forte participação

de acadêmicos e intelectuais. Obviamente, os menos qualificados, classes rurais ou camponesas pouco alfabetizadas, ficam à margem. Deste entendimento, decorre a ideia de que uma análise sobre o projeto de formação do Estado nacional moçambicano deve incidir sobre os processos e práticas que visaram à construção de um modelo de cidadão 'homem novo' e não, unicamente, da posição de quem a concebeu.

Para efeitos da presente tese analisar as relações de poder no contexto da produção do homem novo, a figura central da nova identidade nacional moçambicana, é fundamental por permitir a compreensão das engrenagens sobre as quais se assentou toda a conjuntura discursiva em torno da identidade nacional moçambicana. Compreender como ela foi concebida e, principalmente, os seus efeitos em termos de quais prudências se sustentaram as praticas das instituições de vigilância e policiamento que se encarregavam de observar, analisar, classificar os outros cujas condutas não se harmonizassem ao modelo de indivíduo concebido para compor a comunidade em construção.

Nesse processo de construção da identidade nacional moçambicana, discursos pautados por essencialismos, baseados em oposições binárias, foram recorrentes e marcaram o movimento de libertação nos mais diversos momentos e situações. Ainda durante a luta anticolonial já se falava de verdadeiros *revolucionários* em oposição aos *reacionários*, traidores da revolução e passíveis de uma morte sem contestações (MENESES, 2015).

Ao mesmo tempo em que ocorrem essas diferenciações, no contexto global, duas opções políticas influenciavam a bipolaridade do mundo e condicionavam a orientação político-partidária do movimento independentista FRELIMO. Em termos de relações diplomáticas e futuras preferências da linha governativa, a concepção marxista-leninista de Estado ganha alguma força e notoriedade. As lideranças consideram a unidade interétnica anticolonial como anticapitalista e veem no socialismo a possibilidade de erguer uma sociedade sem classes, remetendo-se para outra relação de oposição binária, socialismo/capitalismo. Nesse sentido, se impunha aos *homens novos*, autocompreenderem-se como uma única classe que deveria combater a diversidade de opiniões políticas, coagindo a adesão dos demais nativos ao projeto político partidário ou ainda, a permanecerem indiferentes. Deveriam também participar dos diversos fóruns nas suas comunidades (bairros, vilas, células do partido) incluindo as milícias e grupos de vigilância bem como participar dos estudos políticos coletivos sobre a

trajetória e escritos da FRELIMO e de biografias e escritos de Vladimir Lênin, Mao Tse Tung, Karl Marx, Friedrich Engels, Ho Chi Minh, Kim il Sung, Salvador Allende, Olof Palme, entre tantos outros lideres de movimentos e países comunistas. A importância destes autores para a revolução moçambicana foi simbolicamente reconhecida, atribuindo seus nomes a ruas e avenidas da capital moçambicana, que permanecem intactas até a data.

Deste modo, o movimento de libertação moçambicano se posicionou, claramente, num dos lados do conflito da guerra fria. Embora inicialmente se afirme não alinhado à adoção do projeto socialista de linha marxista-leninista, materializa-se na constituição da Republica Popular de Moçambique de 1977. Este referencial político marca e orienta a diplomacia moçambicana que passa a cooperar significativamente com a Alemanha (ex-RDA), Romênia, Rússia, China, Vietnam, Cuba entre outros. Eram nestes países que os moçambicanos eram enviados para dar continuidade aos estudos ou para trabalhar como operários nas indústrias.

Para a educação, as línguas étnicas são colocadas fora do plano por serem vistas como entraves à destribalização. É através da língua portuguesa que se pretendeu alfabetizar os vários grupos etno-geo-linguisticos bem como estabelecer as instituições estatais pós-coloniais. O português permanece como a língua de trabalho e de acesso à burocracia institucional, o que a torna, novamente, fator de inclusão/marginalização entre os descolonizados. A não adoção das línguas locais, ou pelo menos de uma delas, como o idioma nacional, se justificou na ideia de que exigiria uma elaboração complexa dos sistemas de ensino bem como inviabilizaria uma rápida inserção do país no sistema mundo. O português se torna a língua oficial e, portanto, a língua dos homens novos sendo superior às demais e a possibilidade de inclusão dos ex-colonizados como cidadãos de plenos direitos.

Estes aspectos são centrais para a concepção do *homem novo,* que se devia emancipar do colonizador e das suas tradições étnicas pelo processo de alfabetização, uma vez que as escolas eram, anteriormente, restritas apenas aos colonizadores brancos e à pequena burguesia negra ao serviço da colônia ou que possuíam vínculos com as igrejas, tanto a católica bem como as protestantes. As igrejas protestantes como a Missão suíça, Igreja Presbiteriana, Metodista, Anglicana entre outras, desempenharam um papel preponderante no sul de Moçambique levando uma educação diferenciada às comunidades *Tsongas,* nativos das três províncias do sul. Segundo Teresa Cruz e Silva,

> O sistema de colonização vigente em Moçambique restringia o acesso dos moçambicanos a uma instrução escolar, sobretudo aos níveis secundário e superior. Neste processo, as missões e igrejas protestantes desempenharam um papel fundamental, não só através das suas escolas, mas também através do sistema de concessão de bolsas de estudo dentro e fora do país. As escolas das missões protestantes [...] eram dos poucos lugares onde eles [os nativos] tinham a oportunidade de discutir as suas ideias e tinham acesso a lugares como de professor ou pastor. (1991, p.36)

Na década de 1930, o governo colonial português institucionaliza um sistema de ensino primário (fundamental) separado para os indígenas, confiado à igreja católica. E, desde 1928 encerra inúmeras escolas vinculadas às igrejas protestantes. Mesmo com tantos obstáculos, os missionários protestantes adotam o ensino doméstico, realizado em suas próprias casas, atendendo grupos menores de nativos (Ibidem). Estes, não eram bem vistos por desenvolverem uma forma de educação evangélica e escolar impregnada na cultura local e um sistema de ensino pragmático que permitia uma formação profissional e a ascensão dos nativos a certos cargos (Ibidem). Na evangelização, tiveram destaque o *Mintlawa,* uma espécie de grupo de discussão dos jovens da igreja sobre diversas temáticas, possibilitando o envolvimento dos jovens em questões como liderança, solidariedade entre os membros do coletivo, espírito de camaradagem e associativismo juvenil (Ibidem, p.29). Alguns pastores nativos como Zedequias Manganhelas e José Sidumo são presos e alvo de tortura até morte pela polícia secreta portuguesa, a PIDE/DGS em 1972, em plena guerra anticolonial, acusados de apoiar a FRELIMO. As igrejas protestantes faziam uma contracorrente ao processo educativo da igreja católica vinculado ao governo colonial português (CRUZ E SILVA, 1993).

Embora esse grupo de nativos escolarizados tenha sido incluído por meio das igrejas, sobretudo não católicas, o projeto de construção do *homem novo* não impunha nenhum vinculo dos ex-colonizados com alguma religião especifica. Inicialmente, a escola e o centro de treinamento militar de Nachingweia são as instituições que inspiram as lideranças para formação do novo homem moçambicano. A primeira conduziria os nativos para a compreensão e domínio da língua, da escrita, da técnica do colonizador como a principal possibilidade de descolonização. A segunda é onde se dá a união inter-etnica e militar contra a colonização – o inimigo.

A necessidade de se implantar um projeto conciliador dos vários particularismos étnicos, anteriores e conservados pela colonização, surge não somente da vontade de

superação da inferiorização do negro-africano enquanto ser humano, como também da necessidade de iniciar o processo de descolonização mental, fazendo-os acreditar na sua capacidade de prosseguir os seus destinos por si só, com anseio de dar continuidade à união interétnica vivenciada durante a luta de libertação onde as interações entre os diversos grupos étnicos são iniciadas sob o fundamento de uma união político, militar e partidária de combate ao inimigo comum, o colonizador.

De certo modo, ao se estabelecer a dupla categoria, o *homem novo* e o *inimigo*, sobre o qual se esperava resultar a unidade entre os descolonizados, retoma-se o anterior esquema sobre o qual a vida dos nativos era capturada pelo Estado colonial. De um lado, vidas protegidas e dignas de serem vividas dentro dos padrões normativos e, por outro, vidas relegadas ao abandono, à marginalização ou então, ao confinamento fora da *polis*, à sobrevivência, à mera reprodução e à autêntica anomia (AGAMBEN, 2010). Esse processo de inferiorização de certos indivíduos à condição de *inimigo* marca, sem duvidas, a continuidade e semelhança entre os Estados que se sucedem: o colonial e o pós-colonial. E nesse ponto, a relevância da ideia de que a biopolítica é tão antiga quanto os Estados ganha força. Ao mesmo tempo em que se inclui a vida na política, proteger e garantir a sua longevidade, outras vidas são marginalizadas ou eliminadas. A preservação da vida de alguns implicou, automaticamente, no banimento de *outros*, os nocivos, os anormais, os indesejáveis. A linha tênue que separa os *inimigos* dos *homens novos* era determinada pelo poder do soberano que é incorporado na decisão dos policiais de linha, aqueles que lidavam cotidianamente com o policiamento nas ruas das cidades e que, mediante critérios aleatórios, definiam quem deveria ser incluído nos campos de reeducação ou nas cidades. Obviamente, determinavam quem deveria ser incluído pelas margens ou marginalizado pela inclusão. Assim sendo, são os policiais que classificam e selecionam entre os descolonizados os *inimigos* e separam-nos do convívio dos *homens novos* sob pretexto da garantia da ordem pública (segurança) e a possibilidade de reinseri-los no campo de reeducação pelo trabalho forçado.

A interseção entre a biopolítca e o totalitarismo é o ponto de partida do raciocínio de Agamben (2010), no qual retoma a centralidade do poder do soberano como detentor do poder sobre a vida e, essencialmente, sobre a morte ainda nas sociedades contemporâneas, Estados democráticos e de direito. Seu poder legalmente constituído, permite-lhe estar numa zona de indistinção, entre o dentro e o fora da norma, e tomar decisões sobre a vida dos súditos. O soberano é a figura central que

suspende a norma, garante e retira direitos dos súditos e elege o campo, e não a *polis*, como o paradigma da modernidade. Sem dúvida, sua reflexão tem tamanha importância na compreensão dos processos de formação do Estado nacional moçambicano a partir do papel decisório que o soberano, legalmente constituído, desempenhou como produtor de vidas nuas e, principalmente, como aquele cujo poder se centrou sobre as duplas categoriais antagônicas (*bios e zoe),* que no interior do mesmo território e povo, se confundem entre os incluídos/marginalizados, dentro/fora, amigo/inimigo. Citando-o,

> Tudo advém, portanto, como se aquilo a que chamamos **povo** fosse, na realidade, não um sujeito unitário, mas uma oscilação dialética entre dois polos opostos: de um lado, o conjunto **Povo** como corpo político integral, de outro, o subconjunto **povo** como multiplicidade fragmentaria de corpos carentes e excluídos; lá, uma inclusão que se pretende sem resíduos, aqui, uma exclusão que se sabe sem esperança; em um extremo, o estado total dos cidadãos integrados e soberanos, no outro, a escoria [...].(ibidem, p.173)

Este racicionio permite-nos compreender a realidade da formação do Estado nacional moçambicano tendo como ênfase os dois extremos, o *homem novo* e o *inimigo*, sobre qual incidiu o policiamento e o olhar vigilante dos grupos populares e militarizados. Apesar de o autor dedicar-se grandemente na correlação entre o soberano e a produção da vida nua, despidas de qualquer direito, seu pensamento caminha de encontro ao de Norbert Elias que sem adentrar nas especificidades do poder do soberano investe nos impactos do monopólio da violência estatal na construção de um tipo especifico de sujeito, o cidadão civilizado, pacificado, disciplinado. Portanto, entre os dois polos opostos em que estão fixadas as identidades antagônicas, existe um ponto equidistante em que para um lado, obviamente o positivo, caminhamos em direção da produção de um ser dotado de inúmeras características e comportamentos desejáveis,ou seja, *o homem novo; e* para o outro, em sentido negativo, caminhamos para a produção do *inimigo, aq*uele que não se conforma com o perfil anterior e por isso merecedor de uma deportação forçada das cidades para os campos de reeducação. Assim sendo, a violência estatal protagonizada pela organização policial e demais instituições, colocou em marcha, simultaneamente, um duplo processo: o civilizatório e o descivilizatório em Moçambique.

Importante frisar que o desencadear deste processo em Moçambique foi de ordem racional e orientado para certo resultado, a produção do cidadão moçambicano

destribalizado, militarmente disciplinado, alfabetizado, simpatizante político do único partido no poder, produtivo ou com algum labor. Havia certa expectativa de que o confinamento e o trabalho forçado, nos campos de reeducação, mudaria a conduta e comportamento dos moçambicanos considerados *inimigos*, com a possibilidade de serem convertidos ou reeducados em *homens novos* para serem protagonistas do processo de desenvolvimento e reconstrução da sociedade pós-colonial. As questões relativas à construção do sujeito - *homem novo* - nesse quadro de formação do Estado nacional, perpassam pela tese de Norbert Elias no que tange aos processos civilizatórios. A possibilidade de, pela violência estatal, indivíduos transitarem de um polo para o outro e serem convertidos em cidadãos autoconscientes, autodisciplinados e de plenos direitos.

O francês Jacques Semelin (2009), em sua análise sobre o processo de produção e desenrolar das dinâmicas da violência em massa , massacres e genocídios, apoia-se em alguns aspetos relacionados ao totalitarismo, citando: "[...] a ideologia e o terror seriam as "ferramentas" enquanto [...] parecem estar em jogo fatores do imaginário: o imaginário da unidade a qualquer preço contra o inimigo comum (ibidem, p.61)". O núcleo da sua ideia é de que a lógica que norteia a violência em massa está pré-formado no espírito de cada individuo desde a infância, e os agentes políticos - o soberano e os elaboradores de identidades e de políticas - capitalizam essa espécie de preconceitos para fins destrutivos e purificadores. Estes estigmas ocultos são transformados em discursos produtores de certos imaginários de unidade nacional dando vitalidade ao ódio e a periculosidade de uns em relação a *outros*, aqueles que não se enquadrem nessa coletividade imaginada.

Para o autor, a construção do imaginário da unidade se assenta em três pilares fundamentais: a identidade, a pureza e a segurança. Estes estão intrinsecamente interligados no sentido de que os discursos sobre um grupo ou nação são construídos em rejeição ao *outro*, o que não faz parte do *nós*. É assim que se sustenta a ideia de que para a construção da unidade coletiva, tão almejada por diversos Estados-nação, se precisa eliminar o diferente ou qualquer outra forma de impureza para que a unidade sobreviva intacta sem nenhuma espécie de contaminação. Ao mesmo tempo em que se elimina esse conjunto de indivíduos nocivos, com características indesejadas ao *nós* coletivo, se torna puro, dissipando todas as formas de medo e insegurança propiciados pela

heterogeneidade, pois o diferente é estranho e traz consigo o medo, a incerteza, o perigo e a insegurança.

Para a realidade moçambicana, essas três linhas teóricas relacionadas permitem dar sentido aos fatos que nortearam o processo de formação do Estado nacional após a independência. Contudo, o *inimigo* tido como impuro e nocivo nem sempre era eliminado. Inúmeras vezes foram deportados para os campos de reeducação para que fossem purificados. O poder que elimina é o mesmo que purifica. Se para Semelin (2009) seria *purificar e destruir*, para o caso presente trata-se de *purificar ou destruir*. É pela disciplina que os deportados são incluídos, ou seja, se querem corpos vivos e úteis. A disciplina e o confinamento foram os mediadores da gradual transição ou conversão dos *inimigos* em *homens novos.* Portanto, acreditava-se que num dado momento se daria uma reintegração ou inclusão na unidade purificada - Povo.

É dessa rede de relações interconectadas que se desencadeou um tipo espeíifico de policiamento que no processo de formação do Estado moçambicano pós-colonial se tornou fundamental para a edificação de uma identidade nacional e, principalmente, de um corpo social unitário e homogêneo. Assim sendo, a identidade nacional em torno da figura do *homem novo* é o dispositivo sobre o qual se articulam os discursos do soberano, as práticas do policiamento e vigilância, tanto pelos órgãos estatais bem como grupos populares, mecanismos logísticos de encarceramento, reorganização do espaço urbano e consequente redistribuição geo-espacial da população entre o campo e as cidades ao longo do território nacional moçambicano.

A tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro, partimos de determinados fatos que fizeram emergir a necessidade de tentar refletir sobre a centralidade da organização policial nos processos de formação do Estado nacional moçambicano a partir de duas figuras antagônicas - *homem novo e inimigo* – que fundam a sociedade pós-colonial moçambicana. Seguidamente, a partir da trajetória biográfica do pesquisador, pontuamos como se deu esse processo no interior das instituições de controle e de socialização partindo da família, a escola e experiências dentro e fora da organização policial moçambicana. Tudo com o intuito de esclarecer a complexidade do processo/práticas que se articularam em torno de diversas instituições estatais e grupos populares organizados. Inicialmente, o tripé educação (na família e na escola), trabalho (emprego/desemprego) e o policiamento (vigilância e deportação) operou nos mais variados espaços, objetivando-se a transformação de todos os descolonizados num tipo

ideal de cidadão obediente e disciplinado, e portanto, parte integrante de um projeto encabeçado pelo soberano com a finalidade de tirar Moçambique da sua inferioridade social, política e econômica. No final do capítulo, inspirado em autores europeus, sobretudo de origem alemã e francesa, esboçamos os procedimentos metodológicos baseados em pesquisas sobre a formação de Estados nacionais que enveredaram pela via de destruição de um certo tipo de sujeitos para criação de um perfil de cidadão nacional em torno do qual se devia erguer a respectiva unidade e cultura nacional.

No segundo capitulo, contextualizam-se alguns aspectos relacionados com a criação de Moçambique a partir da unificação territorial inserida na partilha do continente africano pelos países europeus após a conferência de Berlim. O fenômeno ocorre em toda África, e resultou no estabelecimento de fronteiras implicando a separação de unidades étno-linguisticas e no estabelecimento de um novo vínculo forçado a uma cidadania nacional portuguesa, bem como a obediência a um soberano. A conquista militar desses povos gerou certa resistência e o nascimento dos primeiros movimentos de unificação em contraposição do poder colonial. Desse fio de raciocínio, ligamos os movimentos de unificação contra o colonialismo que resultaram nas independências dos países africanos colonizados por Portugal e a convergência das ideias sobre a criação da identidade nacional em torno da figura do *homem novo* que se associa ao projeto de Estado socialista.

No terceiro, se discute o processo de construção das figuras do inimigo desde os primórdios da reivindicação pela independência por movimentos urbanos e sua configuração e reconfiguração no processo de luta armada anti-colonial, bem como a sua retomada após a independência política. O vocabulário "inimigo", que é próprio de um contexto de guerra, foi apropriado pelo movimento de libertação desde a sua gênese como um grande demarcador da diferença entre o *nós* colonizados, e *eles,* os colonizadores. Durante algum tempo, a raça era considerada por muitos, o elemento central para definição do inimigo. Mesmo com o fim da guerra de descolonização, o termo inimigo continuou sendo parte integrante das discussões do partido e dos discursos de suas lideranças, sendo determinante para definir o pertencimento e a inclusão entre os descolonizados.

No quarto capítulo, a partir do processo de formação do Estado nacional, pretendemos lançar o nosso olhar sobre a organização policial e as demais organizações militarizadas, civis e de recolhimento de informação para compreender o papel do

policiamento e vigilância na construção do homem novo na perseguição e deportação dos inimigos para os campos de reeducação, sob a justificativa de serem potenciais suspeitos, portadores de certa periculosidade ou preguiçosos. A possibilidade de se tornarem novos homens passou, necessariamente, pela deportação dos considerados inimigos para lugares sem mínimas condições de sobrevivência. Os inimigos são abandonados em espaços sem habitação, sem água, muitas vezes, apenas com a roupa que vestiram no ato de sua captura pelos agentes civis ou militares durante o policiamento. Entregues à sua sorte, deviam desmatar o novo local, de residência e trabalho, e erguer cabanas onde habitariam sem previsão e nem possibilidade qualquer de regressar à cidade onde foram retirados.

No quinto capitulo, apontamos para a inversão do processo de violência que ganha contornos bilaterais. Alem de ser exercida pelas instituições estatais de repressão, grupos civis de vigilância é também assumida pelo movimento de resistência constituído, inicialmente, por deportados que se associam a alguns estados regionais bem como um grupo de português que fora obrigado a abandonar o território nacional após a independência. A primeira republica pós-colonial moçambicana estava submersa nesse cenário de múltiplos atores, instituições mediam suas relações a partir da força condenando as populações rurais inocentes.

I. A IDEIA DE HOMEM NOVO E DE INIMIGO: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.

O projeto de construção do *homem novo* em Moçambique iniciou-se ainda na luta de libertação e, ininterruptamente, alimenta o ideário de nação logo após a independência. Antes, o projeto estava restrito a um pequeno grupo de militantes no interior da FRELIMO. Depois de alcançada a independência é com as instituições do Estado pós-colonial que é colocado em marcha envolvendo escolas, famílias, policia e exército. Sou um moçambicano que vivenciou e foi objeto desses processos de criação do novo cidadão moçambicano. Por esse motivo, pretendo nesta parte da pesquisa, incluir elementos da minha biografia que possam auxiliar na compreensão e análise do desenrolar de práticas específicas de diversas instituições e grupos, sobretudo, no meio urbano.

Certamente, é uma tarefa difícil tentar extrair de uma serie eventos aqueles que podem ter influenciado em nossa conduta e que tenham particular sentido para compreender o processo de formação do Estado nacional moçambicano. A partir de práticas institucionais envolvendo a educação e o policiamento, buscarei descrever as duas categorias de sujeitos que se colocavam em confronto: os homens novos e os considerados inimigos. De um lado, os disciplinados e autodisciplinados e, por isso, habilitados a policiar e reprimir qualquer comportamento, conduta e tudo aquilo que se considerasse uma ameaça à identidade e unidade nacional em construção. De outro, todos aqueles cujo comportamento e conduta fossem contrários ao perfil dos homens novos, portanto, à margem das fronteiras do cidadão desejado e por isso, merecedor da deportação das cidades para o confinamento em campos de reeducação no espaço rural em diversas regiões de Moçambique.

Espero que estas descrições não sejam meros relatos de experiências que não possibilitem uma imersão na dinâmica dos acontecimentos a partir de práticas de determinadas instituições visando à produção do cidadão moçambicano após a independência. Conforme adverte Norbert Elias,

> O quadro de eventos elaborado por alguém que é pessoalmente afetado por eles difere usualmente, de modo característico, daquele que se forma quando observados com imparcialidade e o

> distanciamento de um pesquisador. É como uma máquina fotográfica, que pode ser focalizada em função de diferentes distâncias – *close up*, plano médio e grande distância. Algo semelhante ocorre com o ponto de vista de um pesquisador que também vivenciou [parte dos] eventos que está estudando. (ELIAS, 1997, p.15)

Neste pensamento, ficam evidentes os dilemas da relação entre o pesquisador e a realidade estudada, uma vez que é duplamente sujeito de pesquisa e pesquisador. Em sua obra *Os alemães*, o sociólogo Norbert Elias faz o uso das suas vivencias para encetar uma análise do processo descivilizador que norteou a formação do Estado nacional alemão quando o nacional-socialismo de Hitler ascendeu ao poder. O autor serve-se de suas vivências e o que acompanhou durante 90 anos de vida em diversos países europeus para analisar as conexões entre os elementos compartilhados do *habitus* nacional alemão, o avanço da violência contra grupos inocentes e suas relações com o longo processo de formação do Estado alemão. Uma série de vitórias e derrotas no longo processo de formação do Estado Alemão e de outros países circunvizinhos deixaram marcas significativas na construção do caráter nacional dos alemães, o que ele chama de *habitus* nacional.

Olhando para a formação do Estado nacional moçambicano, o cientista social José de Oliveira Luis Cabaço, em sua tese de doutorado em antropologia *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação* (2007), serve-se também de um argumento semelhante, afirmando que:

> Grande parte da tese, trata de períodos da historia de Moçambique e de situações de que fui testemunha direta e participante. Esse fato introduziu óbvias dificuldades na distanciação [...]. O fato de o ter elaborado longe do meu país, me ajudou nesse esforço "observador participante" que fui de muitos desses eventos, considerei material útil para o trabalho alguns elementos da minha experiência pessoal e, nesses casos, optei por sinalizá-las explicitamente. (CABAÇO, 2007, p.24)

Diferentemente deste autor que militou na FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) durante a luta armada anti-colonial e, posteriormente, integrou o governo da construção do Estado pós-colonial como titular de um cargo de ministro, fazedor de políticas públicas e membro do comitê central do próprio partido, para o presente estudo, o pesquisador vivenciou os processos de formação do Estado nacional moçambicano não como parte integrante de qualquer das instituições do poder, mas

sim, como qualquer outro indivíduo que pelo simples nascimento, é capturado pelas instituições e mecanismos de controle estatais. Um simples ou comum cidadão que passa a ser tematizado pelas políticas de identidade no interior do Estado pós-colonial, um súdito por excelência. Nesse sentido, parte das vivências que serão seguidamente retradas, foram obtidas em cenários diversos. Uns como mero espectador da realidade ainda na infância e, outras vezes, sobretudo no espaço escolar e nas ruas da cidade onde residia, como um observador participante e acompanhante dos acontecimentos no entorno da cidade onde nasci e vivi – Nampula (norte de Moçambique).

1.1 O homem novo e o inimigo nos processos de socialização: vivências e trajetória do pesquisador.

Em 1970, Samora Moises Machel, apenas presidente da FRELIMO, pronunciou-se sobre a educação na II Conferencia do Departamento de Educação e Cultura (DEC) do movimento de libertação. O texto da sua intervenção foi publicado, posteriormente, nas edições de propaganda do DIP com o titulo *Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria*. Na sua visão, a educação ainda nas zonas libertadas, a ser praticada na fase pós-colonial, devia ser diferente da educação tradicional e da colonial. Citando-o:

> [...] a Cultura e a Educação constituem problemas fundamentais do nosso Povo, delas depende em definitivo a criação da nova mentalidade. [...]. Queremos, depois de demonstrarmos a nocividade, quer da educação tradicional, quer da educação colonial, explicar os objetivos educacionais que nos propomos atingir, em função da Nova Sociedade pela qual lutamos. [...]. Na fase atual em Moçambique, existem três tipos de educação, antagônicos; dois refletindo as sociedades em vias de desaparecimento e o terceiro orientado para o futuro. [...], a educação tradicional é ainda a forma predominante de educação em Moçambique. [...] na educação [tradicional] a superstição ocupa o lugar da ciência. [...]. Se a inovação, a ciência, aparecem como perturbadoras das estruturas enferrujadas do passado [tradicionais], em contrapartida, o capitalismo utiliza-as para melhor explorar o homem. [...]. Em Moçambique, país colonial, a discriminação social do ensino é acentuada pela discriminação racial. O ensino é reservado [...] aos filhos de colonos, e particularmente o ensino superior, destina-se a filhos de colonos ricos. Para além [...] da opressão burguesa, o ensino colonial procura especialmente despersonalizar o moçambicano. [...]. A educação deve dar-nos uma personalidade moçambicana. (MACHEL, 1973, p.1,2,3,4 e 5)

Para a construção da *nova sociedade* e do *homem novo,* eram necessárias mudanças profundas no sistema de ensino em Moçambique, portanto, uma ruptura com o passado tradicional e colonial. A escola seria então, o pilar da criação do cidadão moçambicano pós-colonial, o lugar para forjar a emancipação dos nativos em relação às velhas ordens e mentalidades. A modernidade, ao estilo moçambicano, elegia assim a figura de *homem novo* como o cidadão a ser formado e garante da erradicação do obscurantismo, da tradição, das desigualdades e opressões do colonialismo, sendo referência e o modelo a ser seguido.

Nasci poucos anos após a independência de Moçambique, no interior dessa acesa discussão e, obviamente, pode ser que seja fruto de processos de socialização, por parte familiar e das demais instituições, que visavam à criação ou produção de um novo sujeito - *o homem novo; o* cidadão moçambicano pós-colonial cuja identidade deveria ser destribalizada e com referência aos saberes científicos canonizados e, formalmente, institucionalizados através da alfabetização formal.

O acesso à escola era uma conquista da revolução e um sonho para qualquer família nativa ao poder ver seus filhos desfrutarem, gratuitamente, desse espaço que durante séculos fora privilégio de uma minoria branca, estrangeira e de alguns negros que tivessem cumprido algumas etapas de transição que os classificasse de *assimilados.*

Segundo Cruz e Silva (1991 & 1993), durante a colonização, a alfabetização dos nativos fora entregue às missões cristãs, católicas e protestantes, obedecendo a um processo de gradual conversão dos nativos "indígenas" a seres "civilizados" (assimilação da cultura cristã e europeia). Tais processos se centravam na administração de conteúdos religiosos e numa alfabetização centrada no ensino de "artes e ofícios", língua portuguesa e não devia exceder esses conteúdos. A estes poucos moçambicanos, beneficiários desse processo educacional, cabia-lhes apenas desenvolver habilidades para realizar trabalhos manuais, como pedreiro, carpinteiro etc, ler e escrever na língua portuguesa e dominar pequenas operações aritméticas.

Na fase pós-colonial, nossa infância foi marcada por certa repressão aos usos das linguagens locais em favor de um idioma oficial europeu e de várias outras formas de proceder e comportar-se. Era assim em casa perante nossos pais e, principalmente, na escola onde erros de pronúncia, gramática, caligrafia e outros exercícios, poderiam gerar

atos de violência por parte do professor e de nossos pais. As palmatórias e os *carolos*[12], sanções comuns e naturalizadas na época, eram cenas cotidianamente assistidas e vivenciadas no interior das salas de aula. Geralmente, eram aplicadas pelos professores, e outras vezes, por qualquer aluno considerado exemplar, em comparação com seus colegas, em termos de acertos aos exercícios diários. Os professores, para além de transmitirem seus conhecimentos, buscavam motivar e influenciar seus alunos através de punições que articulavam, acentuadamente, o orgulho e a vergonha. O professor incorporava a figura de um pequeno soberano e condicionava, selecionava, habilitava e desabilitava quem se devia ou não violentar e a quem se deveria legitimar tal exercício de punir. Era pelo receio do castigo e da vergonha de ser torturado publicamente que, muitas vezes, os alunos se esforçavam na realização de tarefas escolares para escapar dessa situação dolorosa.

Todavia, entre os alunos, existiam aqueles cujas motivações em se destacar nas tarefas escolares residiam no prazer em torturar colegas ou, pelo menos, buscar uma oportunidade de se vingar de alguém que o torturara num dado momento. Devido à impossibilidade de alcançar esse objetivo em sala de aula alguns constituíam grupos para realizar a "justiça" fora de sala. Nessa época eram comuns as lutas que se travavam fora do espaço escolar ou durante o intervalo de aula como prolongamento desses atos. O espaço escolar se concebia assim como um lugar não pacificado e onde se acreditava que determinada forma de violência produziria mudanças significativas no comportamento e condutas dos alunos, ainda na infância, rumo a um perfil específico de individuo ou de cidadão moçambicano. De alguma forma, esperava-se que em curto ou médio prazo as crianças desenvolvessem uma espécie de autovigilância, autocontrole, autocoerção e autodisciplinamento, constituindo uma melhoria de seu desempenho como bons alunos e, obviamente, cidadãos moçambicanos descolonizados. Contudo, a violência escolar passou a gerar outras violências que se desdobravam para além da escola, sendo exercida em diversos momentos e circunstâncias.

Parte significativa dos alunos não se identificava com essas práticas de causar dor aos colegas. Mas, o processo impelia-nos a agirmos dentro dessa lógica de uma desumanidade normalizada e normatizada. Se porventura, o professor notasse que estivéssemos preservando a integridade física dos outros, os papéis eram invertidos e a

[12] Pancadas na cabeça com a parte intermediária dos quatro dedos fechados. Diferente de soco, o punho fica fechado e somente a parte em que se dobram os dedos é que tocam a cabeça;

vítima assumia a função de aplicadora do castigo. Por um lado, o medo do castigo e, por outro, o receio de represália pelos nossos pares.

A nossa conduta, comportamento e desempenho, eram movidos por esses reforços negativos que demarcavam as fronteiras entre os alunos passíveis de um ato de violência como castigo e os que se tornavam, ainda que situacionalmente, carrascos desse processo de educar pela violência. A condição de bom aluno era o quesito necessário para que o professor, o soberano no interior da classe, concedesse o seu poder de violência a um dos seus melhores súditos para aplicá-la contra seus colegas de turma. Certamente, tinha-se legitimado a violência como educadora ao mesmo tempo em que nos conscientizávamos de que é justo agir contra os (des) classificados ou, ao menos, qualificados de ignorantes e com fraca capacidade de compreensão das matérias escolares. Seguindo o raciocínio de Arendt (2004) e de Semelin (2009), permito-me indagar como foi possível, em meio à revolução, que no interior de um Estado pós-colonial, emergisse um sistema educativo baseado em modelos classificatórios que permitiam que uns se sentissem melhores que outros e, por essa condição, autorizar-lhes a violentar seus semelhantes?

Este cenário de violência com base em duas figuras antagônicas no interior de um mesmo grupo de colegas de turma, aluno-bom e aluno-mau, reproduzia, sem dúvidas, a oposição binária central em que se fundou todo o processo de formação do Estado nacional moçambicano a partir das figuras de *homem novo* e do *inimigo*. É por esse mecanismo de distinção e classificação que se instrumentalizou, ainda na infância, a percepção particular da diferença entre os alunos a partir de um sistema de representação que visava assegurar certa unidade em torno de condutas e comportamentos morais de quem deveria pertencer à *comunidade imaginada* dos cidadãos moçambicanos, condição necessária para ser um cidadão de plenos direitos e de, igualmente, exercer vigilância e violência sobre os *outros*.

Ainda no interior da escola, antes do inicio das lições diárias em sala de aula, éramos concentrados no pátio e organizados em duas fileiras indianas com formação por altura. As professoras, a maioria do ensino fundamental, se posicionavam cada uma em frente de sua turma já enfileirada. Devidamente alinhados, davam informações e instruções e em tom bem alto, as ordens de comando*: "firme... sentido, direita ir, frente marcha, meia volta ir..."*. Era momento de silêncio para o canto do hino nacional na posição *firme e sentido.* Algumas vezes, antes da entoação do hino nacional,

realizavam-se certas animações com canções cujas mensagens enfatizavam os combatentes da libertação nacional e da revolução independentista. Juntamente com os professores, gritávamos em coro, levantando o braço quando fosse "viva" e abaixando quando fosse "abaixo". As frases obedeciam ao seguinte exemplo: "*Viva a Frelimo(**professor**)...viva(**coro dos alunos**); Viva Samora Machel...Viva; Abaixo o colonialismo..abaixo...abaixo o tribalismo...abaixo"*. Segundo Peter Fry (2001, p.14), "estas palavras de ordem já sinalizavam o fim de um passado colonial e tradicional e o nascimento do homem novo". Aqui a disciplina escolar, militar e a militância político-partidária eram muito bem próximas e, por vezes, indistinguíveis. Era parte integrante do processo educativo formal nas escolas moçambicanas.

Embora me lembre com muita alegria e emoção desses momentos, atualmente, percebo que tudo tinha um propósito e não era apenas mera atividade lúdica de entretermo-nos como crianças ou de termos o acesso a educação; éramos sim, parte integrante de um projeto bem maior de construção do cidadão moçambicano. Sem dúvidas, estávamos participando da ideia de nação, havia um Estado-nação sendo esculpido. O sentimento de pátria a unificação linguística eram imprescindíveis para tal empreendimento (BOTO, 1996), e a instituição escolar era apenas um dos subsistemas envolvidos nesse objetivo de homogeneização dos indivíduos através da construção de um novo homem, de uma consciência nacional, de uma nova sociedade ou Estado, do caráter moçambicano etc. Conforme afirma Norbert Elias,

> Os destinos de uma nação cristalizam-se em instituições que têm a responsabilidade de assegurar que as pessoas mais diferentes de uma sociedade adquiram as mesmas características, possuam o mesmo *habitus* nacional. A língua comum é [apenas] um exemplo imediato. (1997, p.29)

Em relação às instituições escolares, não há duvidas de seu envolvimento no processo de produção do *homem novo* em Moçambique. Embora a literatura seja escassa, identificamos uma monografia que foi transformada em livro de autoria de Salvador André Zawangoni (2007), com o titulo "*A Frelimo e a formação do Homem novo" (1964-1974 e 1975-1982)*. Com base em fontes documentais, a obra pontua cronologicamente os projetos educacionais do movimento de libertação (Frelimo). Seus atores, instituições e currículos enfatizando a Escola de Bagamoyo e o centro de treinos de Nachingwea como os centros pilotos de formação do *homem novo* (Ibidem, p.45). Apesar de dar indicações da combinação entre disciplina partidária, revolucionaria e

militar, no processo de construção do *homem novo* na Escola de Bagamoyo, deixa de lado a análise de práticas específicas no interior dessa instituição que almejavam constituir ou produzir o sujeito – *homem novo.*

Para Colaço (2001, p.91) o trabalho é a questão central de todo processo de formação do Estado nacional moçambicano, sendo o ponto de continuidade entre o Estado colonial e o pós-colonial. O trabalho permanece intacto como o principal determinante de inclusão e segregação dos nativos ou ainda, a única possibilidade de incluir os desempregados e marginalizados das cidades. No contexto pós-colonial, sobretudo na fase de regime socialista, o trabalho cumpriu a tarefa de (re) organizador da sociedade moçambicana, demarcando os desejáveis e os indesejáveis, o inimigo e o homem novo, uma vez que as ações policiais e o policiamento incidiam sobre aqueles indivíduos que, no espaço urbano, não comprovassem seus vínculos laborais com alguma organização. Os considerados improdutivos, tais como vadios, prostitutas e mendigos, eram capturados por estarem desempregados. Estes rótulos não definiam com exatidão os indivíduos a serem selecionados e, por isso, houve situações em que pessoas empregadas foram capturadas pelo policiamento por se apresentarem com algum corte de cabelo incomum, saia curta ou roupa esfarrapada. Seguidamente, eram encaminhados a determinados locais de concentração para triagem e posterior condução aos centros de reeducação. Nos campos de reeducação, eram rapidamente inseridos no processo de produção agrícola. Aqui o trabalho é fator de inclusão e segregação.

Em algumas circunstâncias, o trabalho e a educação se intersecionavam. Nas escolas, para além das aulas normais, existia a obrigatoriedade dos alunos participarem de jornadas de limpeza, de cuidados com as plantas no "campo agrícola" da escola ou as fruteiras do pátio. Segundo Gonçalves (2007), esta prática considerada pedagógica se inseria num processo de aproximação entre a teoria e a prática, ou mesmo de estabelecer uma unidade entre o trabalho manual e a atividade acadêmica, algo que não acontecera no processo da colonização em que os nativos eram, significativamente, orientados para ofício em detrimento de um processo educacional completo.

Nesse contexto, importa reter que não se pretendia que o *homem novo* fosse, exclusivamente, produto de uma instituição especifica – a escola ou os centros de reeducação, mas sim, de várias instituições estatais, dentre estas, a Polícia Popular de Moçambique assumia alguma centralidade, coadjuvada por outros corpos civis e estatais de vigilância, que por meio do policiamento, classificam os descolonizados entre os que

deviam permanecer no espaço urbano e os que deviam ser confinados em campos nas regiões rurais. Assim, a organização policial moçambicana se configura como o topo da cadeia produtiva desse sujeito – *homem novo* - ocupando-se, através do policiamento ostensivo, em captar, entre os descolonizados, todos aqueles que as outras instituições não conseguissem ajustar ao padrão de cidadão moçambicano desejável. Uma vez capturados, eram concentrados num determinado local da cidade e, posteriormente, encaminhados para o confinamento final onde deveriam ser "purificados", "reciclados" nos campos de reeducação e de acolhimento. As ruas, sendo espaços aparentemente criados para a livre circulação de bens e pessoas, se tornaram objeto do controle e do olhar policial e dos vigilantes que buscam detectar, entre os nativos, os perturbadores, os ameaçadores, os nocivos à comunidade dos novos homens moçambicanos.

Paralelamente aos processos de "higienização" dos espaços urbanos bem como de internalização de certos ideais nacionalistas por meio das instituições, as ruas e as escolas eram objeto de outro processo, mais intimidante, que ocorria entre os vizinhos, tios, irmãos de amigos e todos aqueles com idades compreendidas entre 17 e 18 anos de idade. Inesperadamente, eram retirados das salas de aula e encaminhados diretamente para os quartéis, de modo a engrossar as fileiras das forças de defesa e segurança que, dois anos após a independência, enfrentava novamente uma guerra civil que durara cerca de 16 anos, tendo dizimado mais de um milhão de vidas e produzido inúmeros refugiados (SERRA, 2001). O conflito circunscreveu-se, predominantemente, no espaço rural. Contudo, era no trânsito para a escola ou no interior dela que grande parte dos futuros integrantes do exército era extraído à semelhança do que ocorreu com várias pessoas que, atualmente, compõem e são titulares dos mais altos cargos na organização policial e nas instituições do Estado em Moçambique. Simplesmente, deixamos de vê-los, pois tiveram que, forçosamente, renunciar aos seus estudos em nome do chamamento da pátria.

A estruturação desse Estado pós-colonial que enveredou pelo socialismo, pelo menos enquanto um projeto que visava à garantia de um bem estar social do povo moçambicano sob os princípios igualitaristas acabara, precocemente, envolvendo os descolonizados numa nova e sangrenta guerra. Este conflito tem sido associado ao posicionamento de Moçambique num dos lados das disputas internacionais da guerra fria. A escola, espaço sobre o qual se moldavam indivíduos e se alimentavam sonhos, eram também fontes de inúmeras tristezas e incertezas entre as famílias. Quantos

projetos familiares foram abortados em nome de outros considerados superiores em troca da salvaguarda da "pátria"? Impunha-se obediência, sem contestação, a esse chamamento ainda que isso pudesse significar um duplo sacrifício. A impossibilidade de participar da educação escolar, possuir alguma formação profissional era truncada pelo ato de se expor à morte, na frente de batalha, contra sua própria vontade. Não havia aqui possibilidade de decidir sobre a própria vida, devendo-se submeter às decisões do soberano. Não tinha escapatória aos que fugissem desse recrutamento compulsivo, no interior das escolas, eram encontrados durante o percurso de volta a casa. Outros ainda, sob denúncia dos lideres do bairro e dos demais grupos civis de vigilância, eram retirados no interior de suas residências.

No trânsito entre a escola e as nossas casas, o caminhar era também repleto de outros cenários e testemunhos que chamavam atenção aos nossos olhares. Os muros e paredes diversas não escapavam às "pichações estatais" que reiteravam determinadas frases extraídas dos discursos proferidos pelo soberano: *abaixo os inimigos da revolução moçambicana, abaixo o xiconhoca... Fazer da escola um lugar para o povo alcançar a vitória... Unidade, trabalho e vigilância,* e outras tantas frases, algumas das quais, acompanhadas com imagens do presidente da Republica Popular de Moçambique Samora Moises Machel.

Segundo Semelin (2009, p.30) as dinâmicas sociais que levam à violência contra determinados grupos já se encontram latentes, nos pátios das escolas, bairros, ruas das nossas cidades, cartazes publicitários e diversas formas de expressão gráfica que representam a rejeição do *outro.* Neste caso particular, as pinturas eram iniciativas do partido-Estado e parte integrante da propaganda e mobilização das massas. Para além de colocar em evidência diversos discursos do soberano, reforçavam a intolerância contra determinados grupos a serem eliminados, destruídos, confinados fora da cidade, punidos ou purificados.

No interior das instituições públicas, quadros de fotografias ampliadas do presidente eram afixados nas paredes à semelhança do que ocorre ou ocorreu no Brasil com os crucifixos. A ideia de uma presença ou veneração à figura do soberano e que, continua sendo reiterado até os dias de hoje, nos remete à ideia de uma sacralização, uma forma de equiparação a uma entidade religiosa acima de qualquer cidadão comum, cuja presença em forma de imagem impõe a necessidade de ser lembrada, honrada,

respeitada, adorada e venerada. Até na menor das instituições deveria ter um quadro e uma parede pintada.

Esses fatos são apenas parte de um cenário especifico e individual que poderá ter coincidências com vários moçambicanos, das gerações nascidas após 1975, e de muitos outros países africanos em meio às emergências de se erguer os Estados pós-coloniais. Por si só, demonstram a necessidade e a imposição de, a qualquer custo, produzir-se uma identidade nacional baseado num perfil e atributos específicos que: passa a distinguir ou classificar quem é ou não cidadão; norteia os olhares institucionais das autoridades policiais e de vigilância; possibilita a demarcação de fronteiras entre o dentro e o fora, amigo e inimigo, nós e outros, o orgulho e a vergonha, os dignos de respeito; estabelece quem deve ser merecedores de tratamentos desumanos e do confinamento nos campos de reeducação; qualifica e desqualifica no interior do mesmo povo e território nacional pessoas iguais.

O protótipo *homem novo* é, reiteradamente, produzido pelas instituições e, paralelamente, elege a violência como elemento transversal que perpassa e enquadra os descolonizados em inúmeros momentos, circunstâncias, processos, lugares, instituições etc. Nesse contexto, resultam dessas práticas educacionais, policiais e de urbanização o entendimento de como o Estado nacional passou a tematizar a vida dos descolonizados, seja na rua ou nas instituições de internamento, campos ou aldeias comunais, escolas, centros de formação profissional, fábricas, extensas terras de produção agrícola estatal entre outros.

Associam-se a esses processos, o medo e o terror, ou seja, é com base na ideologia do terror que se garantiu a adesão das massas. O envolvimento das massas se mostrava necessária como instrumento para realização ou materialização do projeto de nação cuja centralidade residia no combate aos inimigos, àqueles que não estavam alinhados aos ideais do partido e das demais instituições. Uma simples conversa de bar poderia custar a liberdade ou até mesmo a vida. Quase todos tinham a certeza de que estavam sendo vigiados. O medo era generalizado e perpassava a todas as idades, desde os mais novos, os adolescentes próximos à idade adulta, bem como os nossos pais. Portanto, se impunha certa obediência e submissão a uma série de instruções e ordens das autoridades estatais. Estar desempregado, não fazer parte das discussões de bairro ou das milícias e criticar o partido-Estado poderia implicar na perda de direitos.

Em dias de comício, entre os adultos, era notável o grau de preocupação em sintonizar a frequência do radio para ouvir os discursos do presidente Samora Moises Machel. Era assim em todas as casas vizinhas do bairro, acredito que em vários lugares do país inteiro. Em algumas ocasiões, por viver nas proximidades do estádio municipal da minha cidade, observava, duma pequena brecha da varanda de casa, centenas de populares a correrem para alguns comícios. As ruas eram fechadas, os soldados da polícia militar percorriam as avenidas com parte do rosto cobertos por capacete e, algumas vezes, certificando-se de que os que não foram ao comício, estariam escutando, pela rádio, os longos discursos do soberano, os quais ninguém se atrevia a desistir de ouvi-los. O estádio ficava repleto de multidões, que depois de longas horas de escuta ao soberano, desabavam em desmaios e outros infortúnios. Esses acontecimentos, no interior dos estádios, não impedia que o longo discurso fosse interrompido ou suspenso. As pessoas caídas por desmaio eram socorridas pelos bombeiros, porém os restantes deveriam se manter em pé ouvindo o presidente, independentemente, do que ocorria ao seu redor. Este cenário de opressão intimidava a qualquer um, mas não comovia as autoridades que proibiam qualquer saída dos estádios nem que fosse para beber água ou ir ao banheiro.

1.2 Os policiais e os inimigos: os protagonistas ausentes da formação do Estado nacional moçambicano.

Passada a infância e a adolescência tive a oportunidade de ingressar na formação superior na Academia de Ciências Policiais de Moçambique, onde obtive a graduação em ciências policiais e me tornei, consequentemente, oficial de polícia. Desde essa altura, confrontei-me com algumas realidades que me remetiam às memórias da infância escolar. Ao mesmo tempo, reacendiam as curiosidades que me faziam correr a varanda do apartamento para observar, ainda que de forma não metódica ou sistemática, o que se passava na rua durante aqueles dias de comício. Do alto do segundo andar, observava atentamente os diálogos verbais e de sinais entre os policiais e a população em transito. As abordagens, revistas e a exigência de documentos de identificação, como bilhete de Identidade e guia de marcha, tinham como foco somente os homens. Hoje, certamente, as indagações em torno da polícia mudaram. Mas, permanece viva a vontade de compreender a trajetória da organização policial moçambicana e do seu papel no processo de formação do Estado nacional moçambicano.

Uma primeira aproximação foi feita durante o mestrado, onde desenvolvi a pesquisa sobre a formação profissional de jovens policiais tendo como foco a disputa entre duas gerações de oficiais de policia que não partilham a mesma visão sobre a condução da atividade policial num contexto em que se buscava a profissionalização. Por meio de entrevistas e análises de documentos, constatou-se que os contextos sociopolíticos em que tais gerações se inseriram e obtiveram suas formações policiais, estão diretamente vinculadas a determinadas formas de saber e modos de fazer polícia. A primeira geração que ingressara em 1974, no quadro da crise do governo colonial e da transição para o Estado pós-colonial, estava inserida num projeto político de construção do *homem novo*. A polícia cumpria um papel de repressão dos particularismos étnicos penalizando qualquer forma de conduta considerada racista, tribalista ou discriminatória em busca de um ideal de cidadão que deveria compor a nação moçambicana. Além de destribalizado, o novo cidadão moçambicano deveria se alfabetizar, possuir algum oficio bem como participar da política partidária nas reuniões de bairro e demais fóruns para que se tornasse também vigilante daqueles que se opunham às conquistas da independência. A polícia era composta por jovens, militantes e militares comprometidos com o pensamento e os projetos do único partido no poder, e impunham por meio do policiamento urbano e ostensivo, a conversão dos descolonizados em *homens novos* e a consequente penalização dos *inimigos*. Assim, a polícia se tornava o garante da construção da unidade e identidade nacional moçambicana. Embora existisse alguma militância partidária decorrente da revolução que antecedeu a criação desta polícia, os relatos de alguns policiais entrevistados evidenciam que suas atividades estavam assentes numa organização política, para além do partido Frelimo, visando à transformação social (BORGES, 2012, p.126).

Já a segunda geração (1990) se formou não só da crise do Estado socialista, mas num quadro mais amplo de acesso à educação, aparecimento de universidades como também de crises geradas pela nova ordem capitalista: o desemprego, o crescimento da violência popular, a corrupção e ações criminosas organizadas. Aqui se vive o desmantelamento dos valores e das organizações da revolução, acarretando consigo a ausência de horizontes coletivos de referências. O enfrentamento ao crime deixa de ser político ou popular, mas sim a cargo das instituições especializadas que mediante o conhecimento científico devem preveni-lo, impondo-se assim a necessidade de uma formação em ciências policiais ou outras especialidades (ibidem, p.127).

As divergências geracionais sobre quais saberes deveriam orientar o trabalho policial são apontadas como um sinal claro da predominância, de uma visão político-partidária no interior de uma organização que se preze neutra e de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos. A inclusão de indivíduos com formação universitária não mudou a ideia generalizada de que suas funções, ações e atividades não têm fundamento em algum tipo de conhecimento científico. A polícia continuou sendo vista como a principal responsável pelos processos criminais não esclarecidos, do tratamento violento de cidadãos em protestos/manifestações ou qualquer forma de reivindicação por direitos, da alta da criminalidade, na corrupção, etc. Acima de tudo, é uma instituição majoritariamente composta por um grupo não profissionalizado de cidadãos que se aliam às classes políticas criminalizando e perseguindo os inimigos internos, os contrários aos projetos do Estado-nação, como um meio de garantir sua ascensão na hierarquia policial.

Essa condição subalterna do policial e da organização policial está presente em Moçambique não somente sob as formas acima declaradas, como também no interior do espaço universitário. Durante a nossa pesquisa, localizou-se menos de cinco pesquisas sobre a polícia moçambicana, incluindo monografias e dissertações. Na ACIPOL – Academia de Ciências Policiais de Moçambique – instituição encarregada na formação superior de oficiais de polícia, as monografias são inúmeras. Contudo, a perspectiva processual, administrativa e jurídica é dominante nos trabalhos de fim de curso. Predominantemente, adotam conceitos jurídico-administrativos de polícia e espera-se que suas análises contribuam para alterar o cenário da segurança pública em Moçambique. Embora se desconheça as mudanças que tais conhecimentos estão produzindo no cotidiano da atividade policial em Moçambique, a ACIPOL mantém a exigência dos cadetes realizarem pesquisas aplicadas em trabalhos de final do curso como fruto de observações participantes durante o estágio.

A aversão à policia e ao policial esta presente em diversas sociedades. Na minha experiência estudantil aqui no Brasil, confrontei-me igualmente com um cenário de hostilidade inconciliável entre os movimentos estudantis e a força policial, sobretudo a militar. A minha presença pode ter causado alguma estranheza de alguns colegas e professores no meio universitário e, igualmente, gerou constrangimento a outros alunos africanos que passaram a ser rotulados, de alguma forma, como pertencentes ao aparato repressor em seus países. Ainda assim, conheci policiais militares no interior da

universidade que enfrentaram toda essa carga de estereótipos e barreiras sobre esta profissão e abraçaram-na de forma, militante, para poder quebrar essa ausência de diálogo interinstitucional ou ainda como objetos/sujeitos de pesquisa no contexto da interdisciplinaridade características do curso em ciências sociais. Há sim, policiais universitários, e que pelas razões conhecidas, preferem o anonimato e nem sequer enveredam pela pesquisa sobre essa instituição.

Segundo Bayley (2006) as organizações policiais, em várias partes do mundo, têm sido vítimas de certo descaso, por parte de historiadores e diversos cientistas sociais em suas pesquisas, o que condiciona, de certo modo, a ausência de sua menção na participação de determinados eventos históricos em vários países do mundo[13]. Geralmente, tem sido lembrada na história a partir dos eventos dramáticos em que atuam em repressão ou oposição às classes operarias, minorias étnico-raciais ou outras formas de movimentos que se manifestem em reivindicação a certos direitos.

Com a presente pesquisa, espera-se contribuir, de alguma forma, para a compreensão do papel da Polícia Popular de Moçambique num contexto pós-revolucionário, de necessidade de rupturas com os modelos institucionais do colonizador e de concretização das expectativas populares de melhoria da atuação policial na sociedade pós-colonial em construção. Ainda que os seus integrantes tenham sido militantes anti-coloniais e combatentes do movimento revolucionário, suas práticas no interior do policiamento, na fase pós-colonial, remetem a um quadro de permanência. A polícia apenas transitou de um governo para o outro, reforçando seu papel de mero instrumento da violência, do poder político e ao serviço do soberano. Não importa muito em que regime de Estado ele se insere. Segundo afirma Jean Claude Monet,

> [...] um elo imediato associa polícia e soberania do Estado [...]: a existência de uma polícia pública é o sinal indiscutível da presença de um Estado soberano e de sua capacidade de fazer prevalecer sua Razão sobre as razões dos seus súditos. (2006, p.16)

Essa relação entre a polícia e o poder soberano remete-nos à ideia de que em diversas temporalidades e espaços, há permanência do paradigma da segurança pública

[13] "Os índices dos livros de Historia da maioria dos países nem mesmo trazem um tópico sobre o tema. Os treze volumes do *Cambridge Modern History (1911)* [...] não têm o item Polícia. Historiadores renomados, escrevendo sobre o tempo em que viveram, ignoraram sistematicamente qualquer menção à polícia, e não porque esta não existisse. Os grandes cronistas romanos apenas a mencionam brevemente [...]" (BAYLEY, 2006:15-16)

como vetor orientador da construção dos Estados nacionais e como reprodutora de certo tipo de racismo de Estado. Portanto, para o caso presente, se revelam como a instituição que assume a dianteira na construção e estabelecimento de algum tipo ideal de cidadão por meio da marginalização de uma parcela dos descolonizados do espaço urbano.

A invisibilidade do papel da policia na vida social e na formação do Estado nacional em Moçambique foi-nos relatada por um antigo policial por mim entrevistado, no decurso da pesquisa de mestrado, nos seguintes termos:

> Ao longo da historia de Moçambique nunca fomos chamados a expor nossos testemunhos, sobretudo na polícia somos quase que ignorados quando se fala da independência de Moçambique, mas muitos de nós estivemos envolvidos no processo tanto no nível da mobilização quanto na data da proclamação da independência e depois ao assumirmos algumas posições nas instituições [...] eu, por exemplo, sou um dos que tive a oportunidade de hastear a primeira bandeira [...] sou um daqueles três que aparece na moeda moçambicana [...] fiz parte do grupo da primeira bandeira [...] mas [...] ninguém me reconhece [...] nunca fui dado voz para me expressar sobre aquela experiência. (Superintendente C)

Ainda que raramente seus integrantes sejam lembrados como sujeitos da história e, apesar de que a organização policial tenha sido quase que descartada como objeto de estudo, a polícia e seus integrantes tiveram um papel central na construção do Estado moçambicano pós-colonial. Esta organização, bem como os seus integrantes, participaram de diversos eventos históricos conducentes à proclamação da independência sendo de destacar sua participação vigilante nas zonas libertadas, no primeiro fórum onde foi aprovada a primeira constituição (Tofo-Inhambane). Seguidamente, desencadearam ações de vigilância e policiamento durante a fase de transição até a proclamação da independência.

Aqui se comprova a ideia de Bayley (2006) segundo a qual a atividade policial certamentente não é tão glamorosa ou prestigiante, pois além de lidar com parte de indivíduos desajustados ao modo de vida em sociedade baseado no contrato social, os que vivem à margem da legalidade, ela é recusada, parcialmente, enquanto objeto/sujeito do processo de construção do *homem novo* à figura central da formação do Estado nacional moçambicano. Os policiais foram o garante da construção do projeto de *homem novo* apesar de terem sido, hierarquicamente, impostos a se absterem do acesso à educação ou de darem seguimento às suas aspirações acadêmico-escolar,

motivação especial de ingresso à organização policial por parte significativa dos selecionados e recrutados nessa época:

> Ingressei a corporação policial em 14 de Setembro de 1974 [...] na altura foi-nos dito que viríamos continuar os estudos e fomos trazidos a Boane [...] éramos jovens eu já tinha feito um curso de enfermagem [...] só que chegado em Boane [...] foi-nos dito que devíamos nos organizar para defender a nossa conquista [...] a nossa pátria [...] então a ideia era treinar e defender a pátria [...]. (Adjunto - comissário A)

Embora o projeto de Estado-nacional colocasse como guia para construção do *homem novo* o acesso a educação formal e a ruptura com a tradição, a alfabetização ou grau de escolaridade não se consubstanciava num quesito fundamental de ingresso a carreira policial. Por esse motivo, esta ocupação passara a ser catalogada como sendo exercida por indivíduos não escolarizados ou analfabetos, limitada aos que detém mais qualidades físicas e desprovidos de qualquer racionalidade científica ou conhecimento. Embora seja óbvia a relação entre a polícia e o Estado e, ainda que o recrutamento obedecesse a critérios de representação pluriétnicos bem como socializações inter-etnicas novas, o projeto de *homem novo* se efetivava de forma diferente no interior da organização policial (BORGES, 2012).

Por um lado, são excluídos de partilharem dos espaços acadêmicos com os demais cidadãos, objetos do processo transformador de gerar uma nova forma de ser e estar em prol de um povo que passaria a compor o Estado nacional. Por outro, são incluídos como uma das instituições fundamentais, responsável pela construção do homem novo. Este fato retarda, por vários anos, a mudança do perfil dos integrantes da força policial cujo enfoque em qualidades militares e o contexto político permitiram que certos excessos na repressão dos inimigos e, consequente, violações de direitos humanos dos cidadãos. A profissionalização da atividade policial em Moçambique é algo que somente veio a se debater e materializar com as reformas introduzidas em 1992 a partir do estatuto do policial. Posteriormente, se cria em 1999 a Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), volvidas mais de duas décadas da independência nacional (ibidem). Nesse intervalo de tempo, algumas tentativas de melhorar a organização policial por meio da mudança do perfil de seus recrutados foram testadas. Em 1981 dois anos após a criação da Policia Popular de Moçambique, o presidente Samora Moises Machel decidia em comício, naquilo que chamou ofensiva legalidade, a importância de

se incluir a formação político-militar bem como a necessidade de recrutar os integrantes da polícia nas fileiras do exercito conforme citamos abaixo:

> Os membros da polícia [devem] ser selecionados entre os melhores soldados, entre os jovens que tendo ingressado as fileiras das Forças Armadas de Moçambique se revelarem com qualidades de disciplina e aprumo, cortesia e civismo. Os membros da Polícia Popular de Moçambique – PPM, devem ter um comportamento exemplar a fim de poderem ter autoridade moral que lhe permitam agir pela persuasão [...]. (MACHEL, 1981, p.24)

Segundo Borges (ibidem), a prevalência de uma disciplina político-militar no seio da corporação policial foi uma forma de manter as instituições de garantia e manutenção da ordem num quadro normativo militar de fácil manipulação pela classe dirigente. Por isso se reforça a importância de certa cultura organizacional, um sistema de crenças e valores intragrupo, construída com fundamento em vínculo político-partidário, na ação de vigilância e policiamento orientado para os ditos inimigos da revolução. Assim sendo, privilegiam-se as experiências e aprendizado adquiridos no interior do movimento militante e revolucionário como constitutivas de uma visão sobre o trabalho policial. O que mantem, pelo menos a primeira geração de policias, militantes e combatentes, não somente como os guardiões e formadores das gerações subsequentes de policiais, mas também como dignos merecedores de posições de comando no interior da organização policial.

Supunha-se então, que uma teoria revolucionária seria incorporada no interior da força policial moçambicana e possibilitaria uma melhor ação moral e reeducativa. Porém, o que se assistiu dessa combinação militarismo e militância, foram ações concertadas de perseguição a certos grupos contrários ao partido único. A criação de grupos dinamizadores e de vigilância que, inicialmente, organizavam discussões políticas nos bairros, se converteram em estruturas de controle. Não existiam distinções claras entre Estado e partido.

Ainda que a Polícia tenha sido uma das principais interlocutoras do Estado com o povo, é fato que esta bem como os policiais de Moçambique ingressantes dessa época, não se veem como protagonistas ou carrascos de um processo de construção da nação que produziu *outsiders*. As suas tarefas, funções e atividades de policiamento nas cidades se centrou na segregação espacial de um determinado tipo de indivíduos, tendo os policiais e a policia marginalizado diversos inocentes.

Os policiais, sobretudo aqueles que ingressaram no contexto do fim da colonização, se veem como indivíduos engajados no movimento emancipatório que libertara o país das amarras do colonialismo. Suas reivindicações pela valorização de sua função e atuação no passado estão relacionadas com a possibilidade de uma reconstrução da memória ou da historia de Moçambique, que os reconheça como parte integrante de uma geração vitoriosa, e por esse motivo se veem como os guardiões e detentores de determinados saberes que garantiram a transição de uma fase colonial para a independência nacional. Sendo assim, suas missões atuais são meramente pedagógicas por meio de ensinamentos baseados na transmissão de um leque de memórias, pela oralidade, às gerações subsequentes. Citando um dos nossos sujeitos de pesquisa,

> [...] nós jovens de 1974 estamos quase apagando [...] com quem iremos partilhar o que vivenciamos em Moçambique [...] na policia desde a transição a independência são inúmeros os eventos que participamos [...] infelizmente não temos o habito de escrever e nós como os pioneiros desta policia temos de trazer ou levar nossos testemunhos a geração de viragem, a vocês que são os continuadores da pátria moçambicana. (Adjunto Comissário A)

A polícia de Moçambique não é a única protagonista ausente das interpretações sobre os processos de formação do Estado nacional em Moçambique à semelhança dos considerados inimigos. Em relação aos inimigos, pouco ou nada se sabe sobre os seus transladados do espaço urbano para locais onde suas histórias e laços familiares foram apagados, tornando-se indivíduos sem passado, sem história, entregues ao esquecimento. Os policiais e muitas das vítimas guardam em silêncio os seus testemunhos sobre um passado que ninguém se atreveu a discutir no presente.

No ano de 2015, uma reportagem da televisão moçambicana STV (Soico Television) dedicou 35 minutos para breves entrevistas e discussão sobre um tema que caiu no esquecimento dos moçambicanos e que o Estado nunca colocou em debate e muito menos cogitou criar uma comissão da verdade para garantir os direitos destes cidadãos que até hoje vivem à margem de vários processos. A reportagem centrou-se, exclusivamente, em depoimentos de algumas personalidades que ocupavam cargos ministeriais no primeiro governo pós-colonial e de familiares que nunca mais souberam de seus parentes cingindo-se, exclusivamente, na *Operação produção,* que data de 1980 e descarta ou ignora ações anteriores com a mesma forma de proceder e o mesmo intuito. Novamente, os integrantes das autoridades policiais nem sequer são

entrevistados. Contudo, algumas vozes das vítimas são ouvidas. Porque o esquecimento sobre o processo de produção da nação através do *homem novo* recai sobre os policiais e as vítimas do policiamento da época? Será que é uma iniciativa deliberada dos pesquisadores e das demais instituições? Porque será que os intelectuais moçambicanos se omitem no dever de refletir e compreender este fenômeno?

Embora numa posição subalterna ou à margem do processo de concepção do projeto de construção do *homem novo,* a organização policial se colocou como a principal articuladora dessa missão civilizadora. A nossa vontade em percorrer o passado buscando nessas memórias silenciadas, subterrâneas e ocultadas, a possibilidade de uma compreensão do processo de formação do Estado nacional em Moçambique não significa, necessariamente, caçar os atenuantes ou agravantes desses eventos; Ou ainda tentar ilibar ou condenar as práticas disciplinares desencadeadas na época que podem consubstanciar-se em crimes de Estado. O propósito não é o do "advogado do diabo" e nem de justiceiro, mas sim de captar elementos que nos permitam compreender as dinâmicas coletivas, institucionais que desencadearam todo o processo de formação do Estado nacional moçambicano através do policiamento e vigilância popular contra grupos seletivamente classificados como inimigos da revolução.

Se nos atentarmos à morte do marechal Samora Moises Machel, Primeiro Presidente da Republica Popular de Moçambique, e o impacto retratado na mídia em torno da comoção popular, milhares de moçambicanos, sobretudo mulheres, choravam o seu desaparecimento físico pois o tinham como o pai da nação; esse vinculo com o soberano demonstrou certa reverência aos seus ideais. Certamente, o rumo pelo qual enveredo na abordagem da presente tese pode gerar alguma perplexidade, pois é um tema silenciado e cuja descrição pode colocar em questão a memória coletiva de uma figura heroicizada, ao mesmo tempo em que o meu orgulho ou caráter moçambicano poderá ser colocado em questão e, possivelmente, catalogado como um anti-moçambicanismo ou mesmo afro-pessimismo.

Ainda que seja um capitulo vergonhoso da historia de formação do Estado nacional em Moçambique, é imperioso não hesitar em compreendê-lo e muito menos romantizar os processos de formação dos Estados pós-coloniais africanos enquanto um movimento exclusivamente vitorioso. No seio das inúmeras conquistas revolucionarias, o Estado não deixou de produzir indivíduos matáveis, massacráveis e castigáveis por

meio da violência que se mostrou, até ao momento, refratária a qualquer forma de compreensão. Segundo Semelin (2009), os fenômenos ou acontecimentos violentos, são sempre colocados num grupo de eventos sobre os quais não cabe nem pensá-los. As atrocidades criam uma espécie de buraco negro, uma espécie de barreira que impede qualquer tentativa intelectual de transpô-la. Como ele mesmo afirma "[...] o genocídio é "impensável"[?][...].É evidente que o genocídio é pensável, pensável até demais, infelizmente (Ibidem, p.27).

Com a morte do considerado pai do *homem novo,* e o fim do regime socialista, marcou-se a ruptura com esse passado e consequente o esquecimento dos protagonistas deste processo. Parte do grupo dos rotulados como inimigos, que se encontravam ainda cumprindo suas "penas", mantiveram-se naqueles espaços de punição onde fixaram residências e constituíram famílias. Os que faziam parte das instituições de vigilância, sobretudo os integrantes do SNASP e outros serviços de inteligência policial, foram redistribuídos em outras instituições consubstanciando-se numa espécie de desativação de parte do aparato de controle e punição do processo de produção do homem novo. A questão é ignorada como um problema de Estado, o qual se distancia de qualquer forma de conciliação com esse triste episódio da história da formação do Estado nacional em Moçambique.

Segundo Carlos Serra (2001, p.23), a indiferença é também um ato de violência, pois invisibiliza uma série de indivíduos, mesmo tendo consciência de sua existência. Por esse motivo, acredito que seja o meu papel e de todos aqueles que nasceram em Moçambique, num contexto "pós-colonial" em que se almejava um ambiente diferente e distante das atrocidades que nossos ascendentes foram submetidos, a colonização e a escravidão, dialogar com essa realidade histórica passada. Sua compreensão é imprescindível para um futuro diferente na melhoria e consolidação das instituições do Estado nacional moçambicano, já que uma autocrítica dos integrantes deste processo está longe de acontecer.

Aproximarmo-nos para compreender essa realidade é de fato um ato de conciliação com o passado ocultado, sobretudo na historia oficial da sociedade moçambicana. Nem historiadores e nem sociólogos se atreveram em retratar nas suas análises os contornos da violência que deveria produzir os homens novos. A pesquisa não tem como foco inferiorizar o legado daqueles que deram sua vida na condução dos destinos da revolução que possibilitou o aparecimento do Estado moçambicano após a

descolonização portuguesa. Parafraseando Norbert Elias (1997, p.31), "[...] o passado de um povo também aponta para adiante: o seu conhecimento pode ser de uso direto para construir um futuro comum".

Todo esse quadro fragmentário de diversos acontecimentos é parte integrante de minha trajetória de vida desde a infância. Alguns momentos foram vivenciados de forma indireta no espaço urbano, distante de inúmeras relações mais violentas e precárias localizadas nos espaços e comunidades rurais de Moçambique. O espaço rural foi o principal cenário das duas guerras, a anti-colonial (revolucionária) que culminou com a independência e a contrarrevolucionária que se contrapôs ao regime do governo pós-colonial a partir de 1977. Devido a minha idade, alguns eventos foram observados ou vivenciados, nessa época, de forma inconsciente e inconsistente por desconhecê-los nos seus sentidos e não acompanhá-los, nesse continuo carcerário, desde as ruas até os locais em que eram concentrados os inimigos para serem submetidos a processos disciplinares visando convertê-los em novos homens e cidadãos moçambicanos de plenos direitos. Mesmo com escassa literatura e muito pouca informação disponível sobre a questão, a pesquisa seguirá em frente, com as pistas existentes em busca dos caminhos que permitirão a compreensão desse passado.

1.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa.

A análise da formação dos Estados nacionais a partir da perseguição, destruição ou eliminação de determinados grupos considerados inimigos ou nocivos à comunidade dos nacionais, já foi retratada por diversos filósofos e cientistas sociais, alguns dos quais enumerados na introdução da presente pesquisa. Como suporte metodológico, optou-se pela Hannah Arendt "*As origens do totalitarismo"* e Jaques Semelin "*Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios".*

As origens do totalitarismo de Hannah Arendt de 1950 contêm uma análise de crucial importância para refletir sobre os processos que conduziram, gradativamente, a desnacionalização dos judeus e sua consequente perda de direitos no Estado Alemão e na Europa como um todo. Para a autora, o massacre e a perseguição dos judeus foi fruto de um longo processo que perpassou pelo antissemitismo e o imperialismo europeu. Ambos possibilitaram que grupos inocentes fossem penalizados sem nem sequer cometer algum tipo de crime. Aos judeus, buscou-se a eliminação, e aos africanos, no seu próprio território, se impôs a obediência e a disciplina para servir de força produtiva

para a Inglaterra e demais países europeus. Ao se conformarem com a condição de meros serviçais e a vida reprodutiva fora das cidades, os nativos africanos adiavam sua morte precoce. Aos judeus não houve essa possibilidade de conversão; pretendia-se extingui-los ao passo que nas colônias pretendiam-se homens africanos vivos, saudáveis e aptos para o trabalho braçal involuntário.

A compreensão do Estado nacional moçambicano a partir da discussão de Arendt é de suma importância pelas seguintes razões: a existência de movimentos de unificação, a tomada do poder por um partido único, monopartidarismo, a criação da figura do inimigo e a centralidade da polícia como o instrumento da violência que garantiria a homogeneidade de identidade dos descolonizados, todos estes elementos associados à ideologia e o terror, caracterizam o Estado totalitário. Não está em questão se houve em Moçambique um Estado totalitário, mas sim, a presença desses elementos que combinados tornaram a polícia uma instituição poderosíssima na violação dos direitos de um grupo inocente. A autora não descarta a importância da organização policial como a instituição sobre a qual se transferem plenos poderes para a eliminação dos inimigos. Citando-a,

> Acima do Estado e por trás das fachadas do poder ostensivo, num labirinto de cargos multiplicados, [...], esta o núcleo do poder do país, os supereficientes e supercompetentes serviços de policia [...]. A importância da policia como único órgão do poder e o desprezo em relação ao poder do exercito. (ARENDT, 2002, p.470)

A polícia se encontra no topo da cadeia da perseguição, deportação e destruição dos inimigos. Mas para isso, deve contar com os serviços secretos de informação, estruturas unipartidárias e arregimentação da população em organizações de vanguarda para desencadear a caça aos inimigos. A organização policial é que conduz o processo de formação dos Estados nacionais, perseguindo todos aqueles que se classifiquem como não cidadãos, portanto merecedores do castigo, da violência ou mesmo da destruição em nome de um corpo social homogêneo,

> O terror é a realização da lei [...]. [...]. O terror, como execução da lei de um movimento cujo fim ulterior não é o bem estar dos homens nem o interesse de um homem, mas a fabricação da humanidade elimina os indivíduos pelo bem da espécie, sacrifica as partes em beneficio do todo. (ibidem, p.517)

Em nome de um ideal de cidadão alemão, se criou uma unidade racial cuja sobrevivência ou existência dependeria da eliminação dos *outros,* os judeus. O Estado se cria a partir da proteção do nacional e a consequente desproteção dos não nacionais. Todos aqueles que não têm as características ou perfil do cidadão desejável passam a ser objetos de violência pelas instituições como a polícia e o exército. Destaca-se ainda nessa análise, a relação de indistinção entre partido e o Estado, bem como as personalidades que mobilizam as massas em torno de um discurso incendiário que instiga medos, aterroriza, aniquila vidas e desumaniza seres humanos. A polícia, o exercito e os serviços secretos são parte integrante desses Estados que, em nome de um *nós,* desencadeiam práticas de violência contra os *outros.*

Ao fazer esta reflexão, Hannan Arendt não se propôs a discutir questões de ordem metodológica, em nenhum capítulo, para esclarecer como seu raciocínio foi estruturado e conduzido até chegar a essa ideia de que um longo processo de desclassificação de determinados grupos populacionais inocentes é que norteia a formação dos Estados nacionais. Ao longo da obra fica evidente que sua análise se apoiou em aspectos históricos de diversos eventos, grupos e movimentos políticos em diversos países e até continentes, estabelecendo uma correlação entre si. Os documentos são também fonte privilegiada dessa análise. Uma das poucas referencias sobre a questão metodológica menciona, rapidamente, as fontes e seu critério da escolha dos documentos que usou para a analise. Citando-a:

> Quando, após o fim da Segunda Guerra Mundial, comecei a organizar o material para este livro, coletado a partir de documentos e monografias, [...], que cobriam um período de mais de dez anos, não encontrei uma única obra sobre o antissemitismo compatível com os padrões mais elementares da apreciação histórica. E de lá para cá a situação pouco mudou. [...]. (ARENDT, 2012, p.20)

A pesquisa bibliográfica e a análise documental são as principais técnicas que usou para a análise do totalitarismo sem abrir mão dos contextos sócio-históricos e políticos em que se originou o fenômeno. Para o caso de Moçambique, há um processo de produção de inimigos, um bode expiatório, que se supõem conduzir os descolonizados a uma unidade nacional baseada na figura do *homem novo.* Por essa via, achamos pertinente para a presente pesquisa o uso da análise documental, principalmente dos discursos do soberano, já que as demais documentações encontram-se inacessíveis. O soberano é quem discursava sobre o homem novo impondo que as

instituições se mobilizassem e colocassem em marcha ações para o alcance da sua decisão sobre os descolonizados. No seu celebre *slogan* "temos que matar a tribo para fazer nascer a nação", o presidente Samora Machel já deixava bem claro que a nova sociedade, o novo Moçambique, seria destribalizado. Não se tratou necessariamente de lei, mas de simples discursos que ganham força normativa e determinam as praticas do policiamento nos espaços urbanos. Segundo Agamben (2010), o direito está fora da lei e o poder soberano implica a produção de vidas nuas, portanto desnudadas ou despidas de qualquer proteção jurídico-institucional. O núcleo central e originário do poder soberano é a produção de um *nós*, de uma identidade coletiva e de um Povo uno, baseado em certas características comuns e a consequente segregação dos *outros* (ibidem, p,14). O soberano pode ser constituído a partir da norma, mas estando na posição, pode suspender a norma e tomar decisões fora da norma e fora do direito.

Os discursos do soberano eram, obrigatoriamente, publicados em jornais, pois a boa parte da imprensa era monopólio estatal e visava à propaganda e publicação das ações do governo moçambicano. Embora a Revista Tempo não tenha sido propriedade do Estado, figura entre as principais publicações da época socialista em Moçambique e que veiculou diversos discursos e diretivas do governo Samora Machel. Nesse sentido, os recortes de imprensa serão também a fonte documental para a nossa análise e compreensão dos processos de deportação decorrentes do policiamento nas cidades de Moçambique.

Na mesma linha de pensamento, a contribuição do Jacques Semelin (2009) permite-nos olhar os processos de formação de três Estados nacionais (Ruanda, Bósnia e Alemanha), onde os discursos incendiários contra os inimigos incitaram atos de destruição de não combatentes, os massacres, que são parte integrante da formação dos Estados nacionais e se apoiam na designação de bodes expiatórios bem como na radicalização de antagonismos entre amigos/inimigos (ibidem, p.30). O massacre é, antes de tudo, um processo mental, uma forma estigmatizante de ver o outro que está pré-formado na mente do individuo, como um ódio, e que aguarda um processo de maturação para a passagem ao ato de eliminação do *outro.* A passagem ao ato implica a conexão deste fator com outros de natureza política, social, etc. Tudo ocorre quando em um dado momento de crise, determinados lideres ou intelectuais elaboram discursos responsabilizando os problemas do país a um dado grupo como se sua eliminação fosse a solução (ibidem, p.91). O massacre não é monocausal, por isso o autor opta por uma

via multidisciplinar para sua compreensão. A questão da crise, seja econômica ou política, é algo a levar em conta uma vez que o Estado moçambicano independente é resultado da crise do sistema colonial.

Segundo Semelin (ibidem, 61), é insuficiente a explicação de Hannah Arendt que coloca a ideologia e o terror como principais ferramentas do Estado para desencadear do massacre. Ao lado destas duas ferramentas acrescentam-se os fatores do imaginário da unidade a qualquer preço contra o inimigo comum (ibidem). Na formação do Estado nacional moçambicano, a destruição ou purificação do inimigo era vista como a possibilidade de construir uma unidade nacional (IGREJA, 2010). Nesse sentido, a eliminação do inimigo era a meta das propostas identitárias baseadas na figura do *homem novo.* Contudo, o massacre não foi unilateral: ele envolveu mecanismos ou dispositivos de reviravolta como foi o caso de Ruanda, em que *Hutus* eliminaram os *Tutsis* após a descolonização. Estes fugiram para os países vizinhos onde, posteriormente, se organizaram para realizar o massacre contra os *Hutus.* O dispositivo de reviravolta está presente na realidade moçambicana onde os ditos inimigos se articularam com os inimigos externos para avançarem contra o Estado numa guerra civil que durou uns 16 anos. Para além da multidisciplinaridade, o aspecto metodológico de que pretendemos lançar mão na obra de Jacques Semelin, é a comparação:

> [...] a analise comparativa é mais do que necessária: compreender é, também, comparar. A metodologia de comparação é uma das raras possibilidades oferecidas às ciências sociais para "testar" suas hipóteses, não podendo submetê-las a um protocolo experimental. [...] a comparação não consiste, é evidente, em afirmar que os casos são equivalentes mas bem mais que tiveram uma história singular a partir de questões comuns. Comparar é diferenciar (2009, p.22)

Hannah Arendt, ao aproximar o nazismo do stalinismo e as lideranças que assumiram a dianteira do processo de perseguição e destruição do inimigo, faz uso do método comparativo para equiparar duas complexas realidades, como Estados totalitários. Já Semelin (2009), olhando para três países e realidades distintas, deixa bem claro que a comparação é necessária e pensável, deixando de lado os cépticos que consideravam o nazismo o único evento de violência incomparável. Giorgio Agamben (2010), através de figuras da Grécia antiga e do direito romano arcaico esboça uma complexa analise da interseção entre a biopolítica e o totalitarismo, chegando ao ponto em que o Estado de Direito coabita com a exceção, as cidades não são o paradigma da

modernidade, mas sim os campos. Estabelece assim um paralelo entre o nacional-socialismo e a estruturação da *polis*, invertendo a lógica aristotélica: o homem não é um animal vivente capaz de existência política, mas sim um animal em cuja política está em questão a sua qualidade de ser vivente. Há no pensamento do autor italiano algum paralelismo entre a vida na sociedade grega antiga dividida entre a *bios* e a *zoe* e na exposição total a violência do *homo sacer* com os contornos das mortes dos judeus no contexto da sociedade alemã do século XX.

Importante referir que a pesquisa do Jacques Semelin durou cerca de dez anos e foi realizada no interior do CNRS – Centro Nacional de Pesquisa Cientifica Francês, onde outra grande obra sobre violência extrema e mortes em massa foram conduzidas. *O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão.* Stephane Courtois e uma equipe extensa de pesquisadores e colabores de diversos países avançam para o diagnóstico comparativo dos regimes que enveredaram pelo comunismo. Estes regimes que tanto pregavam uma sociedade sem classes e sua fraternidade dizimaram inúmeras vidas de parte de seu povo sem nenhum motivo palpável. O caso de Moçambique, Angola e Etiópia entram na análise com muito poucos detalhes e informações. Apesar de Semelin criticar o uso dos dados numéricos para classificar os mais ou menos violentos e, com isso, dar importância a certos massacres, sua análise se sustenta na mesma base metodológica. Dessa forma, sem se prender nas estatísticas das mortes em Ruanda, Alemanha e outros países, coloca no centro da analise o processo de reviramento.

Portanto, entre o desejo de matar e o ato de perseguição coletiva existe um abismo cuja transposição não deve ser entendida através de pulsões psíquicas, mas sim de forma multidimensional em que estão imbricadas as dinâmicas coletivas, individuais, políticas, sociais, psicológicas, regionais, que norteiam os massacres. Nesse sentido, o central é compreender como se dá a passagem ao ato de segregação e matança em massa, como as instituições de segurança e civis chegam a esse ponto, que justificativas e discursos garantem esses ato. Embora os eventos tenham suas singularidades culturais, políticas e espaço-temporais e, devido a isso, as mortes não possam ser compreendidas pelas estatísticas, a comparação nos permite compreender o processo – a passagem ao ato – a partir de questões comuns e diferentes.

A presente pesquisa não é comparativa, todavia, tanto em Moçambique como no Brasil (local de estudo), verificou-se uma diminuta literatura referente às praticas e

processos das instituições do Estado pós-colonial moçambicano que desencadearam as ações de perseguição e deportação dos inimigos, a qual envolveu a Policia Popular de Moçambique (PPM) e sendo uma instituição burocrática, tinha a expectativa de encontrar ou acessar os registros sobre os traslados que tiveram como fundamento o confinamento e a conversão dos inimigos internos em novos cidadãos moçambicanos. Diversas e sucessivas tentativas de obter a autorização para aceder aos arquivos dos registros e relatórios policiais da época foram infrutíferas. Simplesmente, as autoridades competentes não se pronunciaram a respeito. Uma omissão ou indiferença que tem a validade de um indeferimento.

A dificuldade de acesso aos registros policiais é uma das limitações metodológicas que diversos pesquisadores sobre a instituição policial enfrentam em diversas partes do mundo (MONJARDET, 2002; BAYLEY, 2006; MONET, 2006; BRETAS & PONCIONI, 1999). Em se tratando de crimes praticados pelas instituições estatais e civis num determinado contexto pós-revolucionário a deportação em massa ocorrida em Moçambique ainda é um assunto com conotações políticas. Por essa razão a tendência de ocultar os lastros sobre esse triste episódio da historia de Moçambique se mantém até os dias atuais. Nos relatórios do Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique (INE), não há nenhum dado publicado sobre a criminalidade e violência no período entre 1975 a 1990. A ocultação de memórias e de informações ocorre na mais completa naturalidade e constatou-se também que nos locais que se diziam campos de reeducação ocorreram diversas transformações. Na província do Niassa, por exemplo, estão sendo erguidos empreendimentos públicos com outras finalidades. Um pouco distante da região onde era um campo de reeducação, vivem parte dos ex-reeducandos junto com suas famílias. Mas as infraestruturas estão, praticamente em ruínas, e foi construído um campus universitário da faculdade de agronomia da Universidade Lúrio (UniLurio) bem nas proximidades. O projeto inicial do governo pós-colonial de transformar a região numa extensa área de produção agrícola tenta se materializar agora de forma diferente. Os engenheiros agrônomos em formação, professores e pesquisadores desta Universidade se juntam ao remanescente dos inimigos para retomar algo que, com o chicote da repressão policial não foi atingível.

Não havendo condições de aceder a essa documentação optou-se em buscar e juntar o conteúdo da imprensa publicado nesse período. O Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) tem muita documentação ainda sendo catalogada e a consulta às

fontes é muito burocratizada. O AHM tem parceria com algumas instituições que gerem bases de dados digitalizadas na internet cujo acesso é restrito a pagamentos da universidade em que o aluno está matriculado. Algumas universidades brasileiras possuem acesso a essas bases. Pela UNESP é possível acessar diversas bases de dados de universidades do mundo inteiro, menos as do continente africano. Um dos poucos ou únicos sites de acesso gratuitos sobre a historia de Moçambique é mantido pelo historiador sul africano Colin Darch. O site contem, basicamente, matérias de jornais, revistas, fotos e áudios diversos da época pós-independência, quando ele esteve a trabalhar na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. Contudo, a informação está organizada em temas e, por vezes, nota-se uma longa temporalidade entre duas notícias sobre o mesmo assunto. Outra limitação desta base de dados é que os recortes de jornais restringem, exclusivamente, a notícia do tema de interesse e não dá para ter a dimensão da conjuntura ou totalidade da publicação da revista, jornal, edição, etc. Esse formato de organização de informação nos dificultou acompanhar na linha do tempo determinados assuntos.

Devido a estas limitações, a comparação poderá ser usada como um recurso para melhor compreensão das questões que envolveram a produção do inimigo e do homem novo no processo de formação do Estado nacional moçambicano. Conforme Semelin (ibidem, p.23), a comparação envolve também a compreensão considerável dos aspectos históricos. Para Hannah Arendt,

> [...] compreender não significa negar o ultrajante, subtrair o inaudito do que têm precedentes, ou explicar fenômenos por meio de analogias e generalidades tais que se deixa sentir o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa antes examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós – sem negar sua existência nem vergar humildemente a seu peso, como se tudo o que de fato aconteceu não pudesse ter acontecido de outra forma. Compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido. Para essa compreensão é indispensável – embora não suficiente – uma certa familiaridade com a historia [...].(1989, p.21)

É notável que a discussão de Semelin está inspirada no método de Arendt. Nenhum dos dois autores dispensa eventos e fatos históricos que pré-formaram os massacres e genocídios. Obviamente, inspirado nesse método, faremos um percurso

histórico sobre Moçambique para localizar o discurso sobre o homem novo e o inimigo; depois de localizado, estabelecer a conexão com as práticas do policiamento que desencadearam a deportação dos nativos para os campos. Esse exercício será materializado pela pesquisa bibliográfica, análise documental bem como o uso de depoimentos e entrevistas publicadas em matérias de jornais da época. Em relação às entrevistas, existe algum material no Brasil, de depoimentos da primeira geração de cientistas sociais africanos de países falantes de português. O material transcrito em áudio por pesquisadores do Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas encontra-se disponível na internet e contem algumas informações relevantes.

Para além do site mantido e desenvolvido por Collin Darch: http://www.mozambiquehistory.net/index.php que participou dos primórdios da fundação do Centro de Estudo Africanos da Universidade Eduardo Mondlane na cidade capital de Moçambique, ainda na internet, o grupo CEMM (Centro de Estudo Martires de M'telela) tem sido mantido por moçambicanos que publicam diversas matérias sobre a face oculta e repressiva de Moçambique após a descolonização portuguesa. O grupo esta no *facebook,* onde publicam fotos e documentos diversos sobre os campos de reeducação de M´telela. Além dos recortes da matéria da imprensa escrita e para a compreensão dos contornos repressivos do projeto pós-colonial da construção do cidadão moçambicano, analisou-se alguma legislação referente à polícia, pena de morte, chicotadas, entre outras.

Considerações sobre o capitulo

Nesse capitulo iniciamos a nossa aproximação a diversas situações que decorreram no contexto de formação do Estado-nação pós-colonial tendo em conta que o próprio pesquisador participou da ideia de nação. Observou alguns eventos que fizeram parte desse processo de esculpir o cidadão de tentar impor ao descolonizado formas especificas de se comportar. O argumento principal é que alguns aspetos testemunhados, pessoalmente, e a participação na socialização escolar no contexto pós-colonial podem fornecer elementos para compreender o quadro geral da violência pós-colonial. Na mesma medida em que os acontecimentos de perseguições e de convocação de jovens para o exercito ocorria nas escolas também se desenrolavam ações violentas de deportação nas ruas. Porém é apenas uma perspectiva de interpretação porque os

fatos se deram em inúmeros espaços e a escola foi o lugar privilegiado da conversão dos moçambicanos em homens novos.

A escassez de literatura demonstra o esforço dos moçambicanos e não apenas do Estado de tentar conduzir os acontecimentos para o esquecimento. Quando se ousa retomar o passado só se faz exaltando a figura do presidente Samora Machel. Eventos comemorativos se espalham em dimensões nacionais, programas televisivos debatem com a tendência de ocultar o peso negativo de suas políticas. A construção da nação produziu um impacto negativo na vida dos moçambicanos e a violência cometida pelos policiais e diversos grupos de vigilância permanecem impunes. A nação se pretendia concretizar a partir do envolvimento de uma diversidade de instituições.

O fundamento do capitulo reside na conexão entre os elementos da historia de vida do moçambicano e a biografia do Estado e de um conjunto de eventos que visavam constituir o novo cidadão moçambicano. A omissão dos próprios cientistas sociais moçambicanos em não abordar esta realidade não só deixa em aberto uma discussão necessária como também contribui para ocultação de memórias. Por esse motivo, privilegiamos esse relato como também a inexistência de discussões nacionais nos conduziu ao recurso comparativo buscando elementos de compreensão noutras realidades similares.

II. A UNIFIÇÃO DO TERRITORIO E POVOS DE MOÇAMBIQUE E O DISCURSO DO HOMEM NOVO NA AFRICA PORTUGUESA.

Neste capitulo, tencionamos abordar o contexto do surgimento de duas principais questões que fundamentam a formação do Estado nacional moçambicano, nomeadamente: a unificação territorial e a conquista dos diversos grupos étnicos localizados em vários pontos geográficos desta região da África. Obviamente, o primeiro surge em consequência do segundo. A proposta de unificação não significou, necessariamente, a construção de uma nação moçambicana ou de um Estado do mesmo nome à semelhança de vários países africanos colonizados quer seja por Portugal ou demais países europeus que partilharam o domínio do continente. Segundo Arendt (2002, p.155), a conquista deveria levar a integração de povos heterogêneos sob a imposição de uma lei comum. Não foi o que aconteceu. Ao invés de integração, a conquista ou expansão dos Estados Europeus exigiu a assimilação em torno de um poder central branco e europeu. Para os povos africanos não havia escolhas se não submeter-se ao novo poder que ignorou os aspectos culturais das organizações étnico-tribais para alimentar a produção industrial e capitalista. Neste contexto, o solo africano é tomado por expedições militares de diversos estados europeus e vários povos são separados por limites fronteiriços que tiveram como critério somente a riqueza dos solos e subsolos, bem como a possibilidade de explorar a mão de obra africana (no trabalho forçado das minas e plantações ou como carne de canhão nos exércitos europeus durante as guerras). De um lado, a separação de unidades étnico-tribais e por outro, uma unidade territorial em torno de diversos grupos, alguns dos quais já tinham algum conflito.

Embora se afirme que a conquista dos povos europeus sobre os africanos permitiu o despertar de uma consciência nacional (ibidem, p.158), as rebeliões ou formas de resistências anticoloniais foram, durante vários séculos, pontuais e localizadas em determinadas comunidades étnicas e só ganhou contornos nacionais após a segunda guerra mundial. Assim sendo, neste capitulo, tentaremos combinar aspectos que resultaram em unificação dos povos e sua consequente produção de consciência nacional que desencadeou nas lutas pela independência e as propostas de formação dos Estados pós-coloniais. Não se pretende esmiuçar o longo período em que transcorreram

os acontecimentos, mas sim pontuar e localizar aspectos específicos que contribuíram para a criação de um Moçambique dentro das balizas geográficas que se apresente hoje.

2.1 A ideia de Moçambique e os movimentos de unificação anti-coloniais.

Segundo Alan K. Smith (1991), a ideia de Moçambique como um território uno que representa as fronteiras invioláveis de um dado país ou ainda parte integrante de um Estado nacional, é uma criação dos finais do século XIX e início do século XX. Para este autor, a discussão se inicia por volta dos anos 1880 entre as lideranças dos contingentes militares portugueses que foram enviados para a região com a finalidade de manter um domínio total sobre os povos africanos tendo, posteriormente, concebido uma visão sobre o território. As ideias se consolidaram em 1930, com a criação do Estado novo português e a adoção de Moçambique à condição de província ultramarina. No intervalo entre 1880 e 1930, foram travadas inúmeras disputas militares com os diversos povos nas suas devidas fixações territoriais. Até a época, Portugal não detinha o poder efetivo sobre todo o território.

Do ponto de vista internacional, Portugal mudou a sua perspectiva sobre o território que veio a designar por Moçambique e sobre as suas outras colônias um pouco antes da conferência de Berlin, pois supostamente ratificou, junto com a Inglaterra, um tratado sobre a abolição da escravatura em 1843, constituindo-se em 1875 a Sociedade de Geografia de Lisboa. Composta por militares, políticos, empresários e grandes acadêmicos, teve como uma das principais missões, transmitir à sociedade portuguesa a importância da presença de Portugal na África (ibidem). Importa também realçar que um pouco antes da conferência de Berlin, por volta de 1882, a Inglaterra fez uma consulta ao governo português sobre o território designado Manica, que é a província moçambicana que faz divisa com o Zimbábue, antiga Rhodesia do Sul, país colonizado pelos ingleses cujo nome nos remete ao Cecil Rhodes, personagem principal da presença inglesa na região da África austral e quem encabeçou o sonho inglês de expansão e conquista dos demais territórios e povos africanos logo após a conferência de Berlim (ARENDT, 2002, p.154). A manifestação de interesses entre os países europeus sobre determinados territórios no continente africano já davam indícios da necessidade de estabelecer regras claras sobre partilha. Segundo Isaacman & Vansina

(2010, p.192,) a conferência de Berlim foi uma perfeita articulação de como a partilha aconteceria.

O país que atualmente se chama Moçambique passou por inúmeras mudanças tanto na composição dos povos que o habitavam, antes da chegada dos portugueses em 1498, bem como da sua reconfiguração territorial até a fixação dos limites fronteiriços atuais. Os povos que viveram neste território são de proveniências diversas e seus fluxos e permanências na região dependeram de inúmeras disputas, pactos, crenças, guerras e invasões de grupos estrangeiros. A ocupação efetiva da colonização portuguesa dependeu, grandemente, da conquista militar de diversos reinos locais de linhagem étnico-tribal e de manipulações das lideranças locais, adiando, por vários séculos, uma mobilização de unidade contrária à presença portuguesa. Por esse motivo, inúmeros grupos foram encontrados desprevenidos quando a guerra pela dominação se iniciou e vários outros se posicionaram como militares dos exércitos não nativos.

Segundo Boahen (2010, p.2-3), até o ano de 1880, cerca de 80% do território do continente africano ainda não tinha sido colonizado e encontrava-se sob a liderança de reis, rainhas, impérios e clãs de linhagem. Antes e nas vésperas da corrida pela ocupação do continente africano, Moçambique já era tomado por uma infinidade de povos organizados sob a forma de Estados ou pequenas unidades políticas comandadas por certas figuras que detinham o poder central. Entre estas organizações, encontram-se o Reino do Mwenemutapa, os Sena, os Tonga, os Chopi, Imperio de Gaza – os Tsonga, o Reino Maravi, os Makuas, os Macondes, os Lomués, os cheicados e sultanatos etc.

O domínio colonial português estava circunscrito à parte costeira de Moçambique; geralmente, algumas fortalezas ao largo do indico bem como possessões de terra na região central nas proximidades do Rio Sena e Zambeze designadas *prazos*.

Os *prazos da coroa* foram concessões de uso de terras, por três gerações, que se criaram como forma de atrair o investimento e encorajar o capital português para a agricultura na colônia de Moçambique. Os prazos foram oficiosamente criados pelo rei dos *Mwenemutapas*[14], entre os anos 1607 a 1633, como uma forma de troca pela

[14] O Reino de Mwenemutapa foi um segundo fragmento do principal Império *Shona,* do Grande Zimbábue. Segundo Brian Murray Fagan (2010), entre os séculos XII a XIV, o povoamento na região central de Moçambique era, predominantemente, dos povos *Shona*, situados entre a margem sul do rio Zambeze até o rio Save, territórios que correspondem, atualmente, à província de Manica, a parte sul da província de Tete e Sofala, ou seja, parte significativa central de Moçambique. Esta região estava sob o comando do Reino Mwenemutapa. Atualmente, os *shonas* ocupam três países desta região da África, nomeadamente: Zâmbia, Zimbábue e região central de Moçambique. No Grande Zimbábue, desenvolviam-se diversos negócios com outros povos, sobretudo os árabes e Swahilis, que escoavam os

proteção militar portuguesa e, durante cerca de três séculos, foi a principal forma de colonização portuguesa.

Os *prazeiros* tinham obrigações tributarias para com Portugal, a quem deviam pagar tributos bem como autonomia para usar da mão de obra local para diversos fins. Assim, é nos prazos que surgem os *achicundas,* uma espécie de corpos de vigilância compostos por nativos que para além de garantirem a segurança dos prazos, eram encarregados de capturar indivíduos para serem escravos.

A relação que os portugueses mantiveram com os *Mwenemutapas* foi similar em diversas regiões de Moçambique durante o período que antecede a conferencia de Berlim. Na região norte do rio Zambeze, os diversos reinos e grupos, por algum tempo, mantiveram relações de cooperação com o governo de Portugal e a partir do momento que se aboliu a escravatura, se tornaram hostis ao poder colonial. No norte do Zambeze, diversas unidades políticas islamizadas (Checados e Sultanatos) e grupos étnicos como os Macuas e os Namarrais, desencadearam logo após a abolição da escravatura (1843), formas de resistência anticolonial. O objetivo era manter a autonomia dos seus micro-Estados, bem como manifestar-se de forma contrária a essa decisão. Parte significativa dos Cheicados e sultanatos tinham como base econômica a exportação e venda de escravos. Sem duvidas, este movimento em busca da soberania destas organizações ao norte de Moçambique, sobretudo a região de Angoche, Província de Nampula, não são vistas como um pan-movimento em busca de uma forma de organização anticolonial. Era pela manutenção dos negócios de exportação de escravos que foi desencadeada a guerra de descolonização da região.

No sul de Moçambique, no inicio do século XIX, entre as margens sul do rio Limpopo e a atual cidade Maputo, registra-se a invasão dos *nguni* provenientes da região sul africana de Natal devido ao *mfecane* (conflito) no interior do Imperio Shaka Zulu. O conflito foi motivado pela morte do rei Shaka Zulu e buscava-se, a todo custo, encontrar e castigar os culpados, sobretudo os generais acusados de traição. A fuga de vários generais implicou a criação forçada de seus reinos noutras regiões próximas fragmentando o anterior. O general Soshangane conhecido também por Manicusse nos anos 1821 toma de assalto os reinos *Tsongas* e uma parte dos *Shonas* – Reino

seus produtos a partir da costa moçambicana junto à província de Sofala (ibidem, 601-602). Praticamente, foi um grande centro comercial onde o poder do soberano cingia-se na regulação de trocas comerciais e estabelecimentos de tributos para os comerciantes e seus súditos. Com a sua desintegração do Grande Zimbabué por volta dos 1490 partes dos negócios foram assumidos pelos Mwenemutapas junto às margens do Rio Sena e sul do Zambeze;

Mwenemutapa – e funda o Império de Gaza que fora derrotado somente na terceira geração e m 1895.

Os nascimentos dos primeiros movimentos de unificação contra o domínio colonial nascem nestes confrontos embora nenhum deles tenha pesado de forma abrangente para alcançar diversos povos colonizados ao longo do território moçambicano. A maioria reivindicou as posses das terras e autonomia em determinados negócios e, por vezes, parcerias entre reinos ou grupos étnicos vizinhos que não tiveram os resultados esperados. São estes movimentos de unificação derrotados que mais tarde inspiram o processo de unificação de diversos movimentos numa única força, FRELIMO, que deveria expressar a unidade inter-étnica, política, racial e militar contra o inimigo - a governação colonial portuguesa.

Moçambique surge então no inicio do século XX como resultado da derrota militar de inúmeros povos africanos fixados na região e representados por reinos e grupos étnicos, até então independentes, que em seguida foram suprimidos para se impor uma administração colonial portuguesa comandada a partir de Portugal. Os negócios sobre os quais tinham certa soberania foram perdidos. Todas as formas de tributo agrícola passaram para o poder colonial ou ainda reconfiguradas. Diversas propriedades de terra pertencentes a estes grupos foram anexadas e passaram a ser um único território indivisível (2010, p.32,39). Esse processo foi grandemente influenciado pelos britânicos que impuseram a delimitação do espaço com os territórios onde se fixaram na região austral da África.

As derrotas foram vistas como um fracasso das sociedades africanas por não apresentarem, dentro das suas tradições, algum tipo de saber ou modo de pensar nativo que pudesse contrariar o sonho europeu de expansão e dominação de outros povos. Inúmeras e longas batalhas foram travadas alguns reinos e povos encetaram negociações com seus parceiros comerciais árabes e outros compradores de minerais para fornecimento de material bélico para confrontar o exercito colonial. Além fracassar militarmente, as principais repercussões da perda da soberania territorial e étnico tribal das comunidades nativas geraram mudanças no campo espiritual e cultural.

A soberania foi redefinida com a imposição de uma cultura europeia de crenças religiosas católicas ou evangélicas, que foram as principais formas de inclusão dos nativos no processo educacional. A figura do soberano, como o Rei Ngugunhana (Imperio de Gaza-Sul de Moçambique), que representava uma divindade ou uma

entidade sagrada entre os seus súditos, foi capturado vivo e conduzido para a Ilha dos Açores junto com as sete esposas e um irmão.

> Os *Nguni* de Gaza sofreram não só a destruição de sua capital politica, mas também a profanação de seu principal santuário. Após a derrota militar de 1895, os objetos rituais reais desapareceram; os adivinhos jogaram fora os ossos divinatórios depois da incompreensível derrota; a "grande sacerdotisa" foi destituída e executada, e se tornou bastante generalizado o sentimento de uma profunda crise espiritual. (RANGER 2010, p.59)

A derrota contra o exército colonial implicou na destruição de algumas referencias religiosas e sua consequente descrença. Os reis que foram, pouco antes do declínio de seus reinos, figuras sagradas, passaram a ser vistos como simples homens. Depois de derrotados, se generalizaram especulações de que o exército vencedor era composto por enviados de um ente sobrenatural, ou ainda, eram seres dotados de certa superioridade sagrada. Os soberanos locais deixavam de ser associados à soberania relacionada com uma entidade religiosa e sagrada, reforçando-se a ideia de que os homens de raça branca tinham poderes superiores aos deuses locais. Outros ainda entendiam que se tratava de um castigo por algum pecado desconhecido que fora cometido. Estes confrontos entre dois universos morais e religiosos podem ter influenciado a adesão dos nativos aos processos de conversão para a religião cristã católica impostos logo após a unificação dos territórios.

Contudo, não foram todos que aderiram às renuncias a religiosidade local. Muitos nativos aconselharam seus filhos a participarem do ensinamento missionário, supostamente, para descobrirem o feitiço do homem branco. Este fato é relatado na biografia de Eduardo Mondlane, 1º presidente da Frelimo e filho de um chefe *tsonga*, que relata na sua autobiografia os conselhos que recebera de sua mãe para ingressar na escola. Os *Tsongas* foram liderados pelo *Ngugunhana* o soberano do último dos reinos a ser destruído junto a região sul de Moçambique.

Moçambique é então constituída nesse duplo movimento de renúncias impositivas a cultura local e a valorização da cultura europeia que foi a principal forma de ser incluída na sociedade colonial. As mudanças na vida dos nativos não foram apenas de ordem espiritual e religiosa, mas também de ordem cultural. Para Zawangoni (2007, p.30) desde 1845 as escolas se tornam públicas por meio de um decreto que subdivide o ensino público em elementar, destinado para os nativos e um comum

destinado aos portugueses e demais brancos estrangeiros. A existência de um ensino indígena se torna claro em 1907, quando o governador da colônia de Moçambique Augusto Freire de Andrade (1906-1910), pronuncia abertamente que não se podia transmitir ao negro a falsa ideia de que é igual ao branco (Ibidem). Neste sentido, o ensino do "indígena" serviria apenas para aportuguesar os nativos, cristianizá-los (purificação), ensiná-los algum ofício e mudar a forma de se vestir, comunicar, etc. Todo esse processo servia para afastar os nativos das suas referências etnolinguísticas ou culturais, estabelecendo um vínculo com o país colonizador. Em 1926 as estratégias se aperfeiçoam e o fato de os nativos participarem do ensino passa a significar a inclusão, pois se estabelece juridicamente a dupla categoria *assimilado* e *indígena.* Para os nativos se elevarem ao grau de "assimilado", um cidadão de direitos semelhante ao dos portugueses, era necessário que demonstrasse o abandono às culturas, hábitos e costumes da sua etnia considerados bárbaros. É deste processo que parte significativa dos moçambicanos que participaram da fundação do movimento independentista se formaram. O filtro do governo colonial português os aprovara como indivíduos civilizados, portanto não portadores da cultura nativa.

2.2 A reestruturação da economia de Moçambique após conferência de Berlim: o trabalho e a educação como mecanismos de inclusão.

Vimos anteriormente à reconfiguração do poder e às implicações ao nível do território, que se passou a designar Moçambique no inicio do século XX. A finalidade da expansão era de ordem econômica. Assim sendo, tentaremos agora descrever a reestruturação das relações de produção que implicaram mudanças significativas na vida política e social dos nativos e o ressurgimento de novos movimentos de reunificação dos povos de Moçambique.

Segundo Marc Wuyts (1980), a economia de Moçambique durante a fase imperialista não pode ser analisada tendo em conta, exclusivamente, a presença portuguesa. A presença do capital estrangeiro de forças não portuguesas na região austral da África, sobretudo a inglesa das colônias vizinhas influenciou, grandemente, a reconfiguração das fontes de receita da economia colonial de Moçambique. A economia colonial moçambicana teve que se ajustar ao capital inglês para poder se inserir no subsistema regional bem como minimizar os custos das longas guerras de dominação na

África lusófona. Para caracterizar essas mudanças, o autor sugere uma descrição e análise a partir duma periodização que se baseia em três momentos:

- 1885-1926 Reserva de mão de obra e economia de plantações;
- 1926 – 1960 Nacionalismo econômico português;
- 1960 – 1973 Crise e reestruturação do capital;

O autor adverte que a periodicidade, por si adotada, é apenas um recorte que não visa detalhar especificidades, e sim, identificar a predominância de certas características relacionadas ao capital, força de trabalho e os setores de produção de renda do Estado colonial português. No primeiro período, se implanta em Moçambique a economia de plantações, algo que já se tinha experimentado quando se introduziu os *prazos da coroa*. Assim sendo, algumas regiões foram convertidas em grandes plantações e permitiram a emergência das companhias majestáticas[15]. Ao invés de colocar a terra à disposição da burguesia nacional portuguesa, o governo da colônia arrendou as terras ao capital estrangeiro (inglês). Segundo Arlindo Chilundo et al (1993), as províncias de Niassa e Cabo Delgado foram transformadas em Companhia do Niassa com autonomia administrativa e militar. As províncias de Zambézia e Tete foram administradas conjuntamente pelo governo colonial e por companhias privadas que arrendaram as terras nos antigos prazos. A província de Manica e Sofala passaram a ser administradas pela companhia de Moçambique – Vale do Zambeze e Sena. As demais províncias encontravam-se sob administração direta do governo colonial português. As Companhias tinham a liberdade de explorar o comércio, a indústria, estipular e cobrar impostos e, principalmente, garantir um domínio sobre os nativos. O governo colonial português exigia de tributos apenas 7,5% dos lucros durante os 50 anos de concessão (CORREA & HOMEM, 1977, 153).

Nessa época, a burguesia portuguesa ainda dava os seus primeiros passos e seu atraso em relação aos outros países europeus imperialistas implicou em reformas na economia da colônia de Moçambique com o fim único de se ajustar aos projetos da burguesia inglesa nas vizinhas e modernas colônias africanas (WUYTS, 1980). A economia de Moçambique foi posta em marcha a partir do fornecimento de mão de obra aos países vizinhos bem como de arrendamento de terras para a prática da agricultura baseada na monocultura de açúcar, sisal e copra (ibidem, p.4-6).

[15] Provem de Majestidade, pois as terras eram arrendadas sob a autorização do Rei de Portugal;

Na região sul de Moçambique (Gaza, Inhambane e Maputo), o governo passa a recrutar e enviar os moçambicanos para o trabalho mineiro na África do Sul. Ao passo que na região norte e centro, as companhias majestáticas que detinham plenos poderes sobre os nativos residentes nas terras arrendadas, organizam também exportação de mão de obra para Zimbábue, Malaui, Tanzânia e, algumas vezes, para a África do Sul (ibidem).

A economia de Moçambique entre 1885 a 1926 se baseou na captação de tributos e taxas provenientes da exportação de mão de obra para as colônias inglesas e do arrendamento de terra nas grandes plantações sob o comando das companhias também estrangeiras. Segundo Brito (1980), a criação de linhas de transporte ferroviário entre Maputo e África do Sul, bem como a melhoria dos portos, tinham como intuito atender as demandas de exportação de matérias primas e de mão de obra. A administração do território moçambicano passou a estar baseada em regiões sob a gestão privada, companhias de plantações e regiões sob a gestão pública.

A inclusão dos nativos neste modelo administrativo foi através da introdução das lideranças locais no recrutamento e mobilização de mão de obra e na cobrança de tributos numa administração indireta. Os demais, sobretudo os homens, eram incluídos como trabalhadores das plantações. A exploração da força de trabalho foi a grande marca desta época; somente escapam os fugitivos e os líderes locais. As mulheres praticavam a agricultura de subsistência, no reduto familiar, para garantir a alimentação do agregado familiar incluído o esposo. Os salários eram muito baixos e motivava a fuga da mão de obra para os países vizinhos. Nesta época, a cisão entre nativos foi uma das formas de administrar as populações. De um lado, os colaboradores da colonização e, de outro, os sujeitos ao trabalho forçado nas plantações sob a gestão de empresas estrangeiras e privadas. A hierarquia e a diferença entre os colonizados começou a se fazer sentir ainda neste período, pois os nativos colaboradores do poder colonial gozavam de certos privilégios por serem parte integrante da administração colonial.

Segundo Judith Head (1980), a gestão administrativa de Moçambique foi dividida em Províncias (equipara-se a Estados da federação), Circunscrições que abarcavam extensas terras do interior e fragmentadas em Postos onde um líder nativo era indicado para auxiliar o chefe da Circunscrição (administrador). É dessa estrutura que emergem os chefes de posto responsáveis em garantir o curso normal dos "negócios indígenas" designadamente: recenseamento, coleta de impostos, implementação das leis

de trabalho, supervisão da agricultura camponesa (Ibidem, p.55). Estes também controlavam os "passes", que consistia em um tipo de carteirinha do trabalhador nativo para comprovar seu vínculo contratual ou último emprego e data de pagamento de imposto. O mesmo documento servia para controlar a mobilidade dos nativos, pois quem não o tivesse não devia abandonar a região onde residia (ibidem, p.56). Segundo Chilundo et al (1993), a introdução dos passes constam dos primeiros regulamentos de controle dos africanos mas teve pouco impacto devido às estruturas policiais inadequadas.

A abolição da escravatura foi apenas uma farsa. A venda de homens negros para o trabalho escravo e o aperfeiçoamento dos mecanismos de exploração da força de trabalho local permaneceram por longos anos. A venda e o uso de mão de obra nativa continuaram sendo os principais negócios do governo colonial português no século XX. Conforme, Jeanne Penvenne,

> O sistema controlado pelo Estado de venda de força de trabalho para as minas da África do Sul proporcionou grandes rendimentos ao Estado colonial. O Governo colonial era pago em divisas estrangeiras numa base "per capita", por cada mineiro contratado. O comércio de trânsito para as linhas férreas e porto de Lourenço Marques [cidade Maputo] que foi negociado como fazendo parte do sistema de recrutamento de mão de obra, contribuiu diretamente com importante proporção para as receitas coloniais. Nem o capital estatal nem o privado estavam em condições de oferecer salários competitivos com os que eram pagos nas minas do Rand [moeda sul africana]. (1981, p.10)

Para garantir este negócio, não bastou incluir os regedores ou fiscalizadores africanos na vigilância do trabalho forçado e pagamentos de tributos de outros nativos. Além disso, assistiu-se a criação de uma estrutura opressiva para correção e punição daqueles que tentassem escapar do trabalho nas plantações ou não pagamentos de tributos. Assim, em 1903, é criada a Curadoria dos Negócios Indígenas e Imigração como forma de controlar melhor o sistema de recrutamento interno para as plantações e o externo voltado para a exportação de mão de obra para as minas da África do Sul (ibidem, p.11). Os titulares de cargos desta instituição bem como os administradores, concentravam poderes de polícia e de justiça, aplicando punições e multas de trabalho aos nativos que fossem presos por embriaguês, desobediência às autoridades, infrações aos regulamentos policiais (ZAMPARONI, 2012, p.304).

Com a portaria 1075 de 1913, atribui-se competências ao comissário de polícia de Lourenço Marques (Maputo) para julgar pequenos delitos e transgressões: vadiagem, embriaguez, ultraje ao pudor e à moral pública, pequenos furtos, podiam ser penalizados com trabalho correcional gratuito entre quinze e noventa dias (ibidem, p.305). O sistema tudo fazia para penalizar os que não estivessem vinculados a algum empregador ou tipo de trabalho. No espaço urbano os indivíduos capturados pelas rusgas policiais nos bairros suburbanos eram novamente entregues, mediante pagamento, aos que desejassem mão de obra gratuita sob a justificativa de um trabalho correcional que se iniciou em 1917 (ibidem). Segundo Wuyts (1981), a polícia não se ocupava de prevenir delitos, mas sim de servir aos negócios da colônia, capturando a mão de obra para registros na curadoria e, posteriormente, fornecendo ao setor imobiliário privado. A cidade de Maputo foi construída por essa mão de obra sujeita ao trabalho forçado (chibalo), que era uma das formas que a curadoria dos negócios indígenas tinha para penalizar os nativos que não fossem registrados para trabalhar nas colônias inglesas da Rodesia e na África do sul.

No segundo período que vai de 1926 a 1960, coincide com a o governo de Salazar em que Portugal tenta redefinir suas relações com a colônia de Moçambique bem como elevar a burguesia portuguesa. Para que tal acontecesse, alteram-se os regimentos sobre as companhias que cuidavam das plantações e tinham poderes para vender mão de obra. As colônias deveriam produzir matéria prima para enviar a Portugal e com isso permitir um desenvolvimento industrial português e da classe econômica portuguesa. Assim sendo, alterou-se o regimento retirando os poderes sobre a mão de obra e deixando que estas se dedicassem exclusivamente às plantações. As companhias de Sena e da Zambézia mantiveram-se firmes (ibidem, 1980). Em 1929, a companhia do Niassa não renova o contrato e é extinta, devolvendo ao governo colonial o poder sobre as terras e o povo de Niassa e Cabo delgado (CHILUNDO et al, 1993)

A colônia de Moçambique passou a ser vista como a salvação dos problemas econômicos e demográficos de Portugal, que também decide enviar parte da sua população para as suas colônias africanas, resolvendo assim a questão do crescimento populacional (ibidem). Salazar imprimia assim mudanças na estruturação econômica de Moçambique. Em 1928 assina uma convenção com o governo sul africano da venda de mão de obra para o trabalho mineiro e a região sul é a que detém essa exclusividade. Os salários são enviados a Moçambique onde o governo se beneficia de algumas taxas e

impostos com cerca de 50%. O trabalho é compulsivo durante 18 meses e no repatriamento, aos trabalhadores eram pagos a outra metade. Salazar exigia que as colônias fossem autossuficientes como forma de minimizar as despesas de Portugal.

A ida de portugueses a Moçambique fez com que emergisse um pequeno setor agroindustrial, uma vez que a agricultura não podia absorver a todos. É assim que nascem algumas agroindústrias e, ao mesmo tempo, este grupo vive praticamente de importações de produtos manufaturados de Portugal. Moçambique era um dos principais destinos da exportação portuguesa na África; sinal que evidenciava que as poucas indústrias instaladas no território não conseguiam substituir as importações. Enquanto se incentivava a vinda de portugueses a Moçambique, os nativos são enviados às plantações de São Tomé e Príncipe, e outros tantos para o trabalho mineiro. Na região rural, vários nativos fugiram para os países vizinhos para não pagar as taxas e impostos, e a oferta salarial era, comparativamente, superior em relação às companhias que operavam em Moçambique.

Segundo Chilundo et al (1993), em 1930, a população rondava os 4 milhões de habitantes e somente 100 mil é que viviam nas cidades. Destes, 43 mil viviam na cidade Maputo, 24 mil na cidade da Beira, Inhambane e Quelimane, com cerca de 10 mil cada e a ilha de Moçambique com 6 mil habitantes. No centro das cidades funcionava o comércio e administração, e nos subúrbios emergiam os bairros dos trabalhadores braçais (Ibidem). A distribuição espacial da cidade demonstrava certo racismo geográfico. No centro, viviam e trabalhavam os brancos e um grupo reduzido de negros, mestiços, chineses e indianos. Uma boa parte dos negros apenas se deslocava para o centro para trabalhar naqueles setores menos desejados pelos brancos e que não exigiam qualificação alguma (Ibidem). O descontentamento dos negros escolarizados, assimilados e dos explorados pelo trabalho, originou inúmeras greves[16] e movimentos de associativismo estudantil, religioso[17] e literário[18].

[16] Greve dos ferroviários em 1917 e no mesmo ano ocorre a revolta de Barué considerado por alguns historiadores como Isaacman a primeira tentativa de unificação de vários grupos étnicos incluindo rivais para opor-se à colonização; Em 1920 greve dos estivadores bem como de funcionários brancos ligados ao transporte que voltara a ocorrer em 1921 e 1923;

[17] Em 1907, funda-se na África do Sul a African Gaza Church por Benjamin Mavadhla e outros moçambicanos residentes no Transval. Em 1913, transplantam para Moçambique e seus integrantes são originários do reino de Gaza derrotado em 1895; Sicobele e Victor Souza dissidentes da igreja metodista americana fundam em 1918 a Igreja episcopal luso-africana de Moçambique para combater a inferioridade imposta pelo colonialismo e reclamam a igualdade;

[18] Aparecimento de jornais onde se veiculam poemas, crônicas criticando a colonização desde a década de 1920.

Após a II Guerra Mundial, crescem as pressões para a descolonização dos países africanos e Portugal se recusa, enveredando para a criação de províncias ultramarinas. A negação da questão colonial refletia os atrasos da economia portuguesa que via nessa medida a perda de fontes de renda para a sua economia. Ainda na década de 50, impulsiona a emigração de seus nacionais para a África e até subsidia passagens aéreas. Nessa mesma década, os emigrantes portugueses que se dedicavam a agricultura junto ao vale do Limpopo e Incomati, expandiam os seus negócios de fornecimento de alimentos à cidade.

O terceiro período de 1960 a 1973 foi o que mais mudanças ocorreram, sobretudo as iniciativas locais e internacionais pela descolonização dos países africanos. A entrada de Portugal na OIT (Organização Internacional de Trabalho) exigia a revogação de regulamentos do trabalho forçado. Portugal perdia assim o poder de decisão sobre a mão de obra que fora durante muito tempo sua principal fonte de renda, entre os moçambicanos que trabalhavam no porto e diversos setores.

2.3 O homem novo e o socialismo africano: um discurso identitário e nacionalista na África lusófona.

As independências dos países africanos de língua oficial portuguesa, designadamente, Angola, Cabo-Verde, Guine-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, ocorreram na década de 70 quando parte significativa das colônias francesas, inglesas, belgas e alemãs já tinham sido reconhecidas como Estados soberanos. Sob a governação dos nativos, tais países, colocaram em marcha suas propostas de construção de nações independentes. Todavia, nas ex-colônias portuguesas, tal reconhecimento foi precedido de negociações pacíficas frustradas, que impuseram aos movimentos a necessidade de se converterem em exércitos populares. Seus integrantes deveriam ser militantes e militares (soldados). Assim sendo, rapidamente, estabeleceram-se estruturas de recrutamento clandestino, aquartelamento e um processo de militarização dos movimentos independentistas da África lusófona, sobretudo na Guiné Bissau, Angola e Moçambique.

Embora os cabo-verdianos escolarizados e funcionários da administração pública colonial, a elite crioula, tenham sido protagonistas da luta armada que culminou com a independência de Guiné Bissau em 24 de Setembro de 1974, seu país tornara-se livre somente em 5 de Julho de 1975. À semelhança de Cabo Verde, no mesmo mês,

São Tomé Príncipe torna-se, igualmente, independente. Segundo Nascimento (2015), a guerra nas três colônias e a revolução dos cravos (25 de Abril de 1974) é que possibilitou a liberdade dos povos nestes dois arquipélagos do continente africano onde a transição para o Estado pós-colonial não fora antecedida de confrontos militares entre os colonizados e o colonizador.

Para os países luso-africanos localizados fora da parte insular, a confrontação armada era indispensável. No continente, a formação militar associada à militância político-partidária tornava-se incontornável na constituição dos movimentos de libertação de Moçambique, Angola e Guiné Bissau. Os dois elementos mantêm-se, cada vez mais, indissociáveis e parte integrante da construção de uma unidade partidária, política, militar e inter-étnica no interior destas organizações e nas comunidades onde se fixavam no decurso da luta armada. Além de partidos políticos, os movimentos assumem-se como exércitos e mantêm seus militantes militarizados em espaços similares a quartéis onde se centralizam e se deliberam decisões sobre as ações de combate contra o inimigo comum – o colonizador. A hierarquia militar em um dado momento passa a ter conexões com posições de liderança na estrutura organizacional do movimento.

Nestas três colônias, a guerra se colocava como a única maneira possível de eliminar a opressão colonial e a consequente formação dos Estados nacionais pós-coloniais, sob o comando de um soberano escolhido entre as lideranças do movimento. Para Fanon, a convergência dos aspectos militar e militante seria imprescindível para a descolonização dos países africanos. Durante sua participação no movimento independentista da Argélia, se convenceu de que a violência é a via certa para descolonizar os territórios africanos. Citando-o: **"**A arte política transforma-se simplesmente em arte militar. O militante político é o combatente. Fazer a guerra e fazer política é uma coisa só**"** (1968, p. 108)**.** Não bastava ser militante, precisava empunhar as armas e entrar no campo de batalha. O pensamento deste autor tem uma dose Schmdt e de Foucault, a ideia de que a política é a guerra sobre outras formas. Não iremos entrar nessa discussão neste capítulo; pretendemos fazê-lo quando se discutir os contornos da figura do inimigo em Moçambique.

Nas ex-colônias francesas e inglesas, poucas são as que de fato tiveram que desencadear guerras contra o regime colonial. Contudo, algumas experiências de suas lideranças foram absorvidas e incorporadas nos movimentos independentistas da África

portuguesa. Os movimentos como *negritude* e *pan-africanismo* encabeçados pela diáspora africana e por africanos, anglofonos e francófonos, ganharam certa notoriedade no meio acadêmico e político internacional. Ambos estimularam a criação de outros movimentos similares e possibilitaram férteis discussões sobre a emancipação dos povos africanos e a sua diáspora. Seus impactos sobre os países africanos bem como noutras regiões, são inquestionáveis. Em decorrência desses movimentos, verificou-se uma larga produção cientifica e literária que não somente denunciava as vicissitudes dos povos autoconsiderados civilizados, como também impunha o reconhecimento do negro/africano como sujeito de direito. Portanto, a liberdade dos povos africanos era levada para os centros de discussão política e acadêmica. Deste modo, impunha-se à Europa e aos europeus, a necessidade de refletir sobre a barbárie que mantinham por longos séculos contra determinados povos, e adotar posturas de nações em que os direitos humanos e fundamentais não são mera retórica.

Os jovens estudantes das colônias portuguesas que frequentavam as universidades em Portugal e noutros países europeus se inspiram nesses dois movimentos (negritude e pan-africanismo). Aliás, alguns tiveram participações importantíssimas em colóquios, congressos e em publicações literárias; a Casa dos Estudantes do Império (CEI), criada pelo governo português em 1944 para dar amparo aos *assimilados* que pretendiam dar continuidade aos estudos universitários em Lisboa, e a estes são concedidas diversas bolsas de estudos na expectativa de que, posteriormente, fossem integrados como funcionários do governo colonial. Porém, no inicio da década de 1950 se transforma, clandestinamente, num centro de estudos e discussões anticolonialistas à semelhança do movimento Negritude e Pan-Africanismo. A partir dela, se organiza uma publicação (Boletim Mensagem) bem como tentativas de negociações para o fim da colonização no espaço luso-africano, sem recurso a guerra. Muitos são perseguidos, presos e interrogados pelas autoridades policiais portuguesas.

Personalidades como Amilcar Cabral (Fundador e líder do PAIGC-Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde), Agostinho Neto (líder do MPLA - Movimento Popular para a Libertação de Angola), Marcelino dos Santos (um dos fundadores da FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique), Aristides Pereira (líder do PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde), membros do MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe) bem como

outros líderes, transitaram por esta casa. Alguns destes criam, pouco tempo depois, um Centro de Estudos Africanos (CEA) fora da tutela de qualquer instituição universitária.

É importante salientar que os movimentos independentistas são constituídos por um duplo movimento que acaba se sincronizando e se concretizando somente após a II Guerra Mundial e num contexto de uma nova disputa entre as duas maiores potências advindas da guerra. Por um lado, as incessantes mobilizações entre os nativos menos escolarizados, que desencadearam diversas ações de resistência anti-colonial nos campos de cultivo e em diversos espaços rurais onde se escravizava a mão de obra nativa; por outro, uma mobilização de grupos urbanos, composto por operários e estudantes, racialmente mestiços e negros, constituídos a partir de organizações associativas. Um segundo fragmento deste grupo constituía associações nos países onde frequentavam as universidades nas metrópoles de suas colônias.

Parte significativa das ações idealizadas pelo primeiro grupo resultou em inúmeras mortes e massacres de nativos. Eram reivindicações muito localizadas e visavam à emancipação de comunidades e regiões específicas, e não tinham a dimensão nacional. Nos finais da década de 1950 e início de 1960, mediante esses dois processos de mobilização, africanos no interior de seus países bem como no exterior pelos mais escolarizados, possibilitaram uma fusão de forças que determinaram, grandemente, a constituição dos partidos ou movimentos de libertação nas colônias portuguesas, nomeadamente: PAIGC (1959), MPLA (1956), UNITA (1966), FNLA (1954), FRELIMO (1962), CLSTP (1960).

Sem pretensão alguma de esgotar as especificidades da constituição destes movimentos, mapeamos acima uma série de fatos que podem ter colaborado para que se solidificasse uma espécie de núcleo central comum sobre a formação dos futuros Estados nacionais na África portuguesa. Inicialmente, quando se constituíram os movimentos/partidos, as discussões tinham como foco a eliminação do sistema colonial, que era o único *inimigo* comum em vista. Com as independências, na pós-revolução ou na fase pós-colonial, se constata a necessidade de readequação da imaginação sobre as futuras nações. Esse mundo novo, dolorosamente conquistado, não encerrou as discussões sobre o *inimigo*. É como se a guerra tivesse continuado sobre outras formas, havendo a necessidade de manter o olhar vigilante e um combate cerrado sobre esse *outro* que não deve ameaçar a unidade política, militar e inter-étnica advinda das frentes de batalha anti-colonial. De fato, escasseiam na literatura as discussões em torno dos

discursos sobre o *inimigo* na formação dos Estados pós-coloniais africanos e, especificamente, sobre os de língua oficial portuguesa. Nesta parte da pesquisa, pretendemos através de um ponto de convergência entre os discursos nacionalistas das lideranças dos movimentos, lançar o nosso olhar sobre esse processo de produção de *inimigos* e consequente criação de um ideal de cidadão no interior destes Estados pós-coloniais.

Segundo Cassama (2014), é sobre a ideia de *homem novo* que convergem os discursos nacionalistas dos diversos líderes africanos; é a pedra angular, na qual se sustenta a maior parte dos processos de formação dos estados nacionais pós-coloniais. O *homem novo* é a figura central das identidades nacionais em construção nestes estados recém-constituídos. Os processos de identidade individuais ou coletivos, ocorrem por meio de duplas categoriais em oposição, que pressupõem um *nós* e os *outros.* Nesse sentido, para que esse processo de construção do *homem novo* fosse materializado, se estabeleceu o seu oposto, o *inimigo,* o *outro* a ser banido, *guetizado* e, posteriormente, convertido (purificado) ou destruído.

Segundo Carlota Boto, na sua obra "*A escola do homem novo: entre o iluminismo e a revolução francesa",* a figura do homem novo já tinha sido objeto de intensas discussões entre os revolucionários franceses ainda no século XVIII. Num contexto de pós-revolução, havia também a necessidade de regeneração do Estado-nação Frances para um novo tempo em que a democracia e os direitos do povo fossem os pilares de sua sustentação. Conforme a autora

> Surge, com a revolução, a utopia da regeneração dos tempos pela eliminação dos vestígios arcaicos do antigo regime e pela representação do homem novo a ser preparado pela escola: escola esta universal, laica, gratuita, obrigatória e para ambos os sexos. A escola, enquanto instituição agenciada pelo Estado, passa a ser tomada como veículo propulsor da regeneração. (1996, p.69)

A ideia de que a revolução instauraria uma mudança, uma ruptura com o passado monárquico e um deslocamento para um novo eixo de condutas dos homens; a escola seria então, a instituição que formaria o homem novo o principal fator da mudança do povo e da nação francesa. Sem a escola, não seria possível regenerar a velha sociedade em que o poder monarca absolutista convivia com as desigualdades. A revolução francesa e a moçambicana pretenderam ambas instituir suas pedagogias baseadas em processos de conversão do Estado e dos cidadãos. O homem novo seria

então o indivíduo alfabetizado, livre, emancipado. O discurso inicial de Samora Machel em 1970 também demonstrou essa preocupação de acesso gratuito à educação e obrigatoriedade da alfabetização para constituir o novo cidadão moçambicano. Porém, a educação privilegiava apenas um fragmento da população e aos inimigos foi necessária à pedagogia do chicote, da opressão, do trabalho forçado etc. A polícia e as demais instituições de vigilância ganharam tamanho, protagonismo quase que superior em relação às instituições de ensino. Para as mudanças necessárias no comportamento dos nativos, foram valorizadas não somente a instituição escolar, mas também as tarefas de cunho militar e político-partidária, desempenhadas pelas autoridades policiais e grupos civis de policiamento e educação política. Portanto, entre as instituições de ensino e as militarizadas, as últimas gozavam de maior consideração pelo Estado pós-colonial. Entre o pedagogo ou professor, os policiais e os vigilantes se tornam a face mais visível da tentativa de incutir nos nativos uma nova forma de ser e de modelar a conduta.

Retomando o raciocínio de Carla Boto (1996), a revolução francesa foi um ato fundador da nova sociedade francesa, baseado na declaração dos direitos do homem e do cidadão. Constituiu um rito inaugural para a democracia moderna. Com a revolução, o poder absoluto do monarca cedeu então ao poder absoluto do povo, à vontade popular, como fonte principal da soberania. É dessa vontade popular de que dependeriam os poderes públicos e que somente poderia ser exercida mediante uma unidade ou uniformidade linguística. Os dados da época, descritos pela autora, apontavam para somente 12% da população como fluente na língua francesa o que, de certo modo, impedia o conhecimento da declaração. A instrução ou a escola deveriam então eliminar esse passado que estava alicerçado sobre a ignorância, feudalismo, superstição imprimindo nos cidadãos outra forma de olhar o mundo. O domínio da língua foi também uma das exigências impostas aos moçambicanos. Não mais as línguas locais, mas sim a língua portuguesa como a mediadora dos processos educacionais e de todo funcionamento da burocracia estatal. Tanto na sociedade francesa descrita pela autora bem como na sociedade moçambicana do início da independência, os discursos sobre o homem novo surgem da necessidade de criação e fortalecimento da identidade e unidade nacional a partir da eliminação de uma velha sociedade, considerada retrógrada e injusta.

A palavra *homem novo,* tem na obra de Frantz Fanon, "*Os condenados da terra",* três ocorrência; por esse motivo, certo grupo de autores, o consideram criador

do conceito, embora não se tenha dedicado, pelo menos explicitamente, a desenvolver um conceito preciso sobre o mesmo. Fanon, afrodescendente nascido na Martinica, naturalizou-se argelino, e teve uma ampla participação na Frente de Libertação Argelina. Antes de sua participação no movimento de independência da Argélia, teve uma longa experiência de combate no exército francês bem como nas universidades deste país. A análise de Carla Boto (1996) localiza as discussões sobre o homem novo na França ainda no século XVIII nas discussões de autores diversos como Rousseau, Condorcet entre outros. Embora Frantz Fanon tenha se formado na França, não há evidencias de que se tenha apropriado de tal debate através de seus professores e de suas leituras.

Devido a sua militância, teve acesso e trânsito pelos fóruns de discussão e circulação de ideias em que participavam os diversos lideres dos movimentos independentista no continente africano e, no geral, do dito terceiro mundo. Obviamente, teve a possibilidade de expor suas ideias e pensamentos para os africanos e outras lideranças bem como vivenciar as atrocidades que a colonização praticava no solo africano contra os nativos. Sobre a palavra *homem novo*, que se encontra na sua obra, iremos aqui fazer referência sem, necessariamente, seguir a sequência da obra. A primeira ocorrência. Citando:

> Quando a nação dá a sua arrancada global, o **homem novo** não é uma produção *posterior* dessa nação, mas coexiste com ela desenvolve-se com ela, triunfa com ela. Essa exigência dialética explica a reticência com respeito a colonizações adaptadas e reformas de fachada. A independência não é uma palavra a exorcizar, mas uma condição indispensável à existência de homens e mulheres verdadeiramente libertos, isto é, donos de todos os meios materiais que tornam possível a transformação radical da sociedade. (1968, p.266)

Para compreensão do contexto em que se insere o termo *homem novo* na discussão do autor é importante reter a ideia central de sua obra. *Os condenados da terra*, título da obra, se refere aos homens que lhes foram retirada a liberdade, inferiorizados e despersonalizados, por outros homens por longos séculos a partir da ideia de um mundo dividido entre *civilizados* e *indígenas.* Essa divisão do mundo com base numa classificação baseada em duplas categorias opostas, foi encabeçada por diversos países europeus na vigência do processo de colonização dos países africanos e de outras regiões extra-europeias. Para Fanon, o *indígena* é, ainda que sem algemas reais, a figura que incorpora o condenado da terra. Para que se liberte dessa condição

que é, em si, uma forma de aprisionamento, deve destruir, de qualquer das formas, seu opressor. O condenado deve não somente empunhar as armas e eliminar, militarmente, o opressor ou *inimigo,* o sistema colonial, como também deve desmontar todo o aparato mental que se construiu durante a longa temporalidade que durou a colonização. Pois, para além da exploração da força de trabalho e de outras restrições materiais, é parte integrante da colonização modos específicos de pensar, de auto-compreensão, que fazem ao colonizado enxergar o pensamento europeu como saídas para os seus problemas. Uma espécie de patologia que faz com que os colonizados naturalizem certas (in) verdades produzidas e construídas pelo opressor colonial e que, de certo modo, encontram-se incrustadas nas suas mentes.

Nessa ótica, ganhar a liberdade significaria combater e destruir o *inimigo* física (militarmente) e mentalmente. Era necessário rejeitar e destruir todo esse sistema de ideias que classificou determinado ser humano como *indígena,* adjetivo suficiente para ser maltratado, morto sem nenhuma penalização. O *indígena* era o ser desumanizado e irracional que somente poderia se libertar dessa condição seguindo o roteiro traçado pelo colonizador. O indígena não só é visto como tal, como também acredita ser incapaz de inúmeras funções por essa razão. Fanon reitera: "[...] a libertação total diz respeito a todos os setores da personalidade".

Essa recomendação se dirigia a todos os povos oprimidos pela colonização no mundo inteiro (Ásia e Africa). A colonização se baseou na negação da condição humana do *outro,* comunidades autóctones africanas, asiáticas, sul americanas e os (des) classificou como *indígenas.* Esse processo de desclassificação do *outro,* simultaneamente, elevou o branco, europeu à condição de um verdadeiro homem, civilizado e detentor da sabedoria racional. A chave para solução dessa questão é, obrigatoriamente, rejeitar essa condição de animalidade que lhes foi imposta e, igualmente, eliminar qualquer possibilidade de existência desse ser "civilizado e racional" que somente trouxe consigo a barbárie. Dessa dupla rejeição emergiria sem referência, a tradição e ao eurocentrismo, um novo ser - o *homem novo.* Nesse sentido, o *homem novo* seria o protótipo do renascimento do colonizado, o *indígena,* que ao retirar-se desse buraco escuro, em que foi colocado, passaria a enxergar o mundo a partir de suas próprias instituições e criações. Ser um *homem novo* é a única via que resta ao condenado colonizado para se libertar e se re-humanizar, tanto a si como a humanidade toda, incluindo os europeus, os homens da razão.

Está presente neste raciocínio de Fanon, a ideia de que o condenado, o *indígena*, é um ser alienado que precisa se desviar das cosmologias eurocêntricas e buscar em si e na revolução, algo para dar um novo rumo, um novo sentido não somente a sua vida mas a dos demais homens. Se seguir o caminho, previamente e teologicamente, traçado pelo colonizador o final será condenar-se novamente. O *homem novo* é, nessa ótica, um indíviduo renascido da síntese da relação dialética entre o africano étnico tribal, tradicional/escravizado e o branco, europeu, colonizador que lhe retirou, brutalmente, sua humanidade e sua máxima força, fazendo disso condição *sine qua non* para o desenvolvimento.

Para evitar essa trajetória desumanizante cabe ao colonizado, endogenamente, encontrar as saídas que não implicam um retorno ou radicalização dessa experiência amarga que os interditou de se pensarem como homens. Por essa via, o *homem novo* deve ser um *apriori*, algo que não resulte necessariamente das experiências pós-coloniais, mas que seja produto do confronto entre o colonizado e o colonizador; e que no exato momento da arrancada da formação dos Estados nacionais, já existam homens e mulheres totalmente livres, que rejeitem a ex-condição de sub-homens, prontos para colocar em marcha suas novas nações não como serviçais, mas como sujeitos e atores de sua própria história. Vários aspectos deste raciocínio sobre o *homem novo* são retomados nos últimos parágrafos da obra. Citando,

> A humanidade espera de nós [africanos/colonizados] uma coisa bem diferente dessa imitação caricatural e, no conjunto, obscena. Se desejamos transformar a África numa nova Europa, a América numa nova Europa, então confiemos aos europeus o destino de nosso país. Eles saberão fazê-lo melhor do que os mais bem dotados dentre nós. Mas, se queremos que a humanidade avance um furo, se queremos levar a humanidade a um nível diferente daquele onde a Europa a expôs, então temos de inventar, temos de descobrir. Se quisermos corresponder à expectativa de nossos povos, temos de procurar noutra parte, não na Europa. Mais ainda, se queremos corresponder à expectativa dos europeus, não devemos devolver-lhes uma imagem, mesmo ideal, de sua sociedade e de seu pensamento, pelos quais eles experimentam de vez em quando uma imensa náusea. Pela Europa, por nós mesmos e pela humanidade, camaradas, temos de mudar de procedimento, desenvolver um **pensamento novo**, tentar colocar de pé um **homem novo**.(1968, p.275 grifo meu)

Nota-se neste trecho a crítica e advertência séria que o autor faz aos acadêmicos e intelectuais africanos que se encontram na liderança dos países em vias de

descolonização. A Europa não pode ser referencial para o resto do mundo; precisamos inventar e descobrir novos caminhos. Já se vislumbrava em Fanon a discussão da hierarquia dos saberes e, ao mesmo tempo, deixa implícito que todo conhecimento ou saber que não vise à harmonia e respeito mútuo entre os homens, está longe de produzir homens livres. Seremos sempre seres condenados se não darmos a qualquer forma de conhecimento a dimensão humana e humanizante. Os discursos científicos europeus, amplamente, reproduzidos pelos governantes nas colônias, são aqui reduzidos a certa insignificância. Se os colonizados pretendem construir *homens novos* e não sub-homens, devem desistir de tentar consertar o pensamento europeu. Ele serve somente para criar *apartheid* entre os homens. Sempre produzirá homens e sub-homens. É uma máquina de mutilação humana e de produção de condenados.

O argumento de Fanon é, sem dúvidas, um convite para a inauguração de uma nova modernidade extra-europeia, em que o *homem novo* sucederia ao homem da razão, cujas "conquistas" resultaram na morte de inocentes, massacres, e a riqueza para um punhado de pessoas. Para estes países herdados da colonização com inúmeras dificuldades de acesso à educação, à saúde, à justiça entre outros, como seria impossível traduzir este pensamento que se mostra muito avançado para a realidade que se pretendia aplicar? A visão de Fanon sobre o *homem novo,* em termos práticos e operacionais, demandaria inúmeras ações, dentre elas, contrapor-se ao processo da modernização ocidental.

Na terceira citação nossa, que na ordem do livro é a primeira, encontra-se a síntese de sua ideia ao afirmar que a descolonização é na essência, a criação de homens novos:

> A descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores sobrecarregados de inessencialidade, em atores privilegiados, [...]. Introduz no ser um ritmo próprio, transmitido por **homens novos**, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é, em verdade, criação de **homens novos**. Mas esta criação não recebe sua legitimidade de nenhum poder sobrenatural: a "coisa" colonizada se faz no processo mesmo pelo qual se liberta. (FANON, 1968, p.26-27)

A problematização da descolonização é um tema que Frantz Fanon trata com alguma lucidez e fica sempre a dúvida se os livros estavam sendo escritos para os movimentos ou se eles eram apenas parte de um discurso confinado ao debate puramente acadêmico no interior dos fóruns de discussão das independências africanas.

Para Fanon a descolonização transcende a simples eliminação das estruturas governativas de tal sistema e envolvem, sobretudo um complexo processo psicológico de autodestruição de certas mentalidades. Sua morte em 1961, ainda muito jovem, impossibilitou que determinados temas fossem por si retomados e aprofundados com alguma especificidade. Pode ser que por este motivo, Che Guevara e as demais lideranças africanas tenham se apropriado do tema e retomado a discussão.

Em março de 1965, a discussão reaparece num texto escrito por Che Guevara para um jornal uruguaio e que teve grande repercussão entre os militantes do movimento cubano e da America latina em geral. Nesse ano, ele terminava seu mandato de ministro e tendo interesse em participar de diversas revoluções no mundo, decide que não mais assumiria a função. O texto tem o titulo original de *El Hombre Nuevo* e sem especificar o país, relata no inicio do texto que escreve as notas a partir do continente africano: **"[...]** termino estas notas em viagem por África, animado pelo desejo de cumprir, embora tarde, a minha promessa. Gostava de fazê-lo tratando o tema do título. Acho que pode ser interessante para os leitores uruguaios"(GUEVARA, 1965, p.1).

Não há nenhuma menção ou citação do nome do Fanon no discurso de Che Guevara. Porém, ambos tinham algo em comum: o envolvimento na militância de movimentos anticoloniais e anti-imperialistas em dois continentes diferentes. Não há nenhuma certeza que de fato o Che, que escrevera depois, teria lido a obra *Os condenados da terra*, ou participado dos mesmos colóquios e congressos dos movimentos anticoloniais. Porém, o movimento de libertação cubano mantinha ótimas relações com diversos lideres dos movimentos dos países africanos (anexo I) e até enviou contingentes militares para reforçar as frentes de combate militar para alguns destes países. Como o discurso do *homem novo* terá chegado ao continente africano? A única evidencia que existe é que os dois autores que tentaram tratar do tema, ainda que em momentos e realidades distintas, não foram estranhos aos movimentos de libertação em África onde havia enorme solidariedade e circulação de ideias de diversas partes do mundo, quer seja por correspondências ou então em congressos.

Não iremos nos deter na questão de qual das duas referências terá influenciado cada país em especifico. A certeza é que o discurso foi muito bem recebido, pelo menos, no seio das lideranças africanas dos países lusófonos. O projeto *homem novo* ganhou em cada país, da África lusófona, incorporações bem diferentes de uma realidade para outra. Segundo Che Guevara (Ibidem, p.2) "Para construir o comunismo,

simultaneamente com a base material há que fazer o homem novo". Na África lusófona, as experiências consideradas socialistas são de dois países apenas, Moçambique e Angola (CAHEN, 2007). Devido à conjuntura internacional do pós II Guerra Mundial no discurso da independência de São Tome e Príncipe o MLSTP se manifesta favorável a um projeto socialista e a construção de um *homem novo* (NASCIMENTO, 2015). Em Guine Bissau e Cabo Verde houve discursos sobre o *homem novo,* mas não se avança um projeto de Estado socialista. Pela complexidade e diferenciações que cada caso pode apresentar, tentaremos de seguida descrever como a figura do *homem novo* se enquadra na formação dos Estados nacionais na África portuguesa.

2.4 O Homem novo na formação do Estado nacional angolano.

> O objetivo é a independência completa do nosso país [Angola], a construção de uma sociedade justa e de um Homem Novo.
>
> Agostinho Neto (1976, p.1)

Conforme se pode notar da citação acima, o discurso do homem novo na formação do Estado angolano está atrelado ao Antonio Agostinho Neto, líder do movimento MPLA, que no ato de proclamação da independência, seu discurso já manifestava a preocupação com a necessidade de construção de um novo sujeito, o cidadão angolano descolonizado. A descolonização deveria assim gerar um homem novo que rejeitasse a sua microcoletividade étnica-etribal e ingressa-se, despido de todas as microcosmologias tradicionais e coloniais, na nova coletividade em construção, a nação angolana. Como ele próprio dizia, um só povo uma só nação.

No mesmo discurso de proclamação da independência afirmou-se que: "[...] a nossa luta não foi nem nunca será contra o povo português. Pelo contrário, a partir de agora, poderemos cimentar ligações fraternas entre dois povos que têm de comuns laços históricos, linguísticos e o mesmo objetivo: a liberdade" (ibidem, p.1). Nos diversos movimentos de libertação, muitos nativos consideravam o homem branco como o opressor colonial. Portanto, o inimigo a quem se deveria direcionar toda a violência do movimento popular de libertação de Angola. Com este argumento o MPLA se manifesta como uma unidade angolana anti-colonial não baseada nos aspetos raciais, religiosos, étnicos e individualistas.

Segundo Tatiana Pinto (2014), a negação da diversidade e a imposição de uma unidade racial, política, de classe tem uma conexão direta com a linha socialista que se pretendia seguir na formação do Estado angolano. Contudo, as tensões entre raça e etnia estiveram sempre presentes desde a constituição dos movimentos de libertação angolanos. No interior do MPLA houve inúmeras cisões que obrigou a renúncia de cargos de direção do movimento por alguns mestiços (ibidem, p.6). O MPLA encarou imensas dificuldades de mobilizar membros quando se instalou no Congo-Kinshasa, pois parte significativa dos quadros vinha de Lisboa. Os intelectuais angolanos mestiços sofreram uma rejeição dos emigrantes angolanos no Congo. Para além desse fator, existia já uma aliança entre a UPA (União das Populações Angolanas) e as lideranças do congo por razões de identidades étnicas. O UPA passa a assumir a designação FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e em 1966 por razões de ordem étnica e de ausência de um projeto político sofre uma dissidência que origina a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). A independência de Angola é resultado da luta destes três movimentos e a figura do *homem novo* é uma proposta do MPLA que fora liderado pelo Agostinho Neto. O MPLA teve uma criação tardia bem posterior ao UPA e sempre sofreu rejeição de se unir a estes. Porém, sua composição sempre foi diversificada, admitindo no seu quadro de militantes de diversas raças e etnias. Este movimento autoproclamou a independência e se autoconsiderou o representante principal da luta anti-colonial. O fim da colonização era a possibilidade de construir a identidade nacional angolana, baseado numa união entre os grupos étnicos. Tal como em Moçambique, a figura do homem novo emerge como o principal modelo de cidadão. Citando o presidente angolano,

> Derrotado o colonialismo, reconhecido o nosso direito à independência que se materializa neste momento histórico, está realizado o programa mínimo do MPLA. Assim nasce a jovem REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional. Porém, a nossa luta não termina aqui. O objetivo é a independência completa do nosso País, a construção de uma sociedade justa e de um Homem Novo. (NETO, 1985, p.54 apud ANDRÉ, 2007, p.97)

Segundo Antonio Miguel André (2007, p.27) a ideia de *homem novo* em Angola está centrada na construção de uma unidade nacional baseada na alfabetização e elevação da formação técnico científica dos angolanos que durante séculos foram

impedidos de participar das escolas. O autor reitera ainda que as estatísticas no inicio da independência apontavam para cerca de 90% da taxa de alfabetização dos descolonizados. Um dado que por si, ilustra que a sociedade colonial portuguesa em Angola foi construída na base da segregação de nativos em diversos processos, sobretudo a educação e, por essa via, as cidades onde se concentravam parte significativa das escolas. Dada a inexistência de técnicos capacitados para preencher as instituições públicas, a preocupação central de Agostinho Neto foi a educação do cidadão angolano para tomar a dianteira na construção de uma nova sociedade,

> Nós não temos quadros infelizmente, ainda estamos no processo de alfabetização. Os nossos operários, [...] para poderem realizar melhor suas tarefas, [...] necessitam de utilizar melhor as maquinas que já estão aqui no país. Mas para poderem utilizar essa maquinas é preciso estudar. Nós temos, portanto, um dever, não um prazer de simplesmente aprender a ler e a escrever. Não é somente para utilização individual. (NETO, 1985, p.54 apud ANDRÉ, 2007, p.102)

O discurso do homem novo angolano perpassou pela educação. A principal instituição que devia formar este novo cidadão angolano é a escola. As poucas referências existentes ilustram que a preocupação central do MPLA era mudar a historia através da qualificação ou alfabetização dos angolanos. A ruptura com o passado colonial deveria ser dada pela elevação do grau de alfabetização dos angolanos através de um maior acesso à educação. A escola é que deveria produzir os novos angolanos e prepará-los para assumir as posições em diversos setores produtivos que durante muito tempo era direito exclusivo dos colonizadores.

Embora nos discursos oficiais se tenha apontado essa tendência central de constituir um cidadão a partir do processo de alfabetização e acesso público à educação, o MPLA declarou independência ignorando os demais movimentos guerrilheiros de libertação com quem formava o governo de transição. Uma das explicações de se enveredar pela não inclusão dos restantes movimentos de libertação foi o fato de que os outros movimentos teriam bases étnicas contrárias. Portanto, reforçavam o tribalismo e não a uma ideia de povo, união pluriétnica e racial. Uma acusação similar UPA teria feito ao MPLA classificando-o como um movimento de mestiços descendentes de portugueses e não de angolanos bem no início da sua constituição . Acusações mútuas entram nas disputas entre os movimentos, servindo para desqualificar e deslegitimar a proposta concorrente. O fato é que o cenário pós-colonial não era de pacificação e os

confrontos armados do exercito estatal liderado pelo MPLA contra o FNLA e UNITA se mantiveram por algum tempo após a saída do colonizador. A figura do inimigo interno permanecia no quadro das disputas e relações de poder entre os nativos angolanos.

As discussões sobre as tendências étnicas e raciais dos movimentos pré-formados, ainda na luta, são retomadas na construção da nação em que a figura do homem novo absorvendo parte dos ideais de homogeneização proposto pelo MPLA que fosse contrária ao racismo e ao tribalismo. Uma homogeneidade política e identitária, pois o partido único no poder seria contrário a qualquer tipo de oposição política e à existência do racismo e tribalismo. Segundo Pinto (2013), a construção do homem novo em angola esteve mais próxima de uma homogeneidade política e não de uma homogeneidade interétnica. Entre as populações mais carentes, as identidades étnicas eram acionadas e entre os que participavam da burocracia, a identidade era política e mais de adesão ao partido em troca de privilégios. Deste modo, a proposta do homem novo foi mais direcionada à eliminação da oposição política ao MPLA em relação à eliminação das particularidades étnicas e raciais; a identidade política como fator de inclusão e a étnica como uma possibilidade de solidariedade intragrupo daqueles que não tinham acesso às políticas do Estado. Nesse contexto, a diferenças raciais e étnicas em torno das quais se esboçavam inicialmente as discussões sobre o homem novo, perdem alguma centralidade em favor de uma identidade política relacionada a não oposição ao partido único no poder o MPLA. Por esse motivo, se iniciam perseguições contra um grupo interno ao partido considerado contrário ao presidente. Inúmeros populares são conduzidos às prisões por se manifestarem em favor de tais militantes e membros do governo. Sob alegação de golpe de Estado, um número significativo destes angolanos que participaram foram conduzidos às prisões sem culpa formada. A acusação de golpe justificava, de certo modo, a suspensão das leis e a DISA (Direção de Informação e Segurança Angolana), uma polícia política, subordinada a Comissão Nacional de Segurança, um órgão colegial dirigido pelo presidente de Angola.

Como em qualquer massacre, se suspendem os tribunais e as sentenças são arbitrariamente decididas. A impunidade faz parte do processo e até hoje ninguém foi responsabilizado. As mulheres capturadas foram estupradas antes mesmo de serem mortas. Os dados oficiais das autoridades angolanas sobre as execuções apontam para um media de 30 mil mortos. Com base em depoimentos dos sobreviventes, a mídia

avaliou cerca de 80 mil mortos. Os critérios de detenção foram os mais variados desde ser estudante universitário, ter estado na rua naquela data, ser amigo ou familiar dos principais dos designados *fraccionistas* ente outros. A purificação foi, essencialmente, política direcionada para os suspeitos de serem contrários e críticos ao partido único. Qualquer um poderia ter se convertido em presos políticos.

2.5 O Homem novo na formação do Estado nacional em São Tomé e Príncipe.

Diferentemente das demais colônias portuguesas da África em São Tome Príncipe, a independência foi proclamada por um movimento que não precisou se militarizar para enfrentar a colonização. O discurso do *homem novo* surge nas ilhas como uma proposta do MLSTP (Movimento de Libertação de São Tome Príncipe) que desde 1961 integra a CONCP (Conferencia das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas), fórum de discussão sobre as independências entre as cinco colônias. Nessa época, a guerra fria influenciara as discussões em torno do socialismo, e capitalismo. O imperialismo ganha conotações com o colonialismo e os países como Moçambique e Angola, ainda no contexto da luta pela independência, formam parcerias com os países do bloco socialista como URSS, Cuba e China e assumem-se anti-imperialistas. O posicionamento anti-imperialista viabilizou o fornecimento de armas para a guerra bem como a adoção dos discursos próximos ao bloco socialista. Em São Tomé Principe, no decurso das lutas independentistas no continente, não houve evidências de algum tipo de contato direto com aqueles países. Parte significativa das discussões e das relações com outros movimentos e ou países, ocorreram através do CONCP. Na proclamação da independência santomense, o líder do MLSTP afirma em seu discurso que:

> [...] até o aparecimento do primeiro país socialista e a formação do campo socialista o mundo era, inteiramente dominado pelas potencias imperialistas e colonialistas. Nesse contexto a luta dos povos dominados política e economicamente, tinha pouca probabilidade de sucesso. Com a criação do campo socialista depois da II Guerra Mundial, a relação de forças no plano internacional modifica-se desfavoravelmente para o campo imperialista. Essas modificações tiveram sua repercussão sobre a intensificação da luta dos povos colonizados e explorados. Foi assim que nos anos 60, vários países africanos conquistaram suas independências políticas. [...]. Foi nessa altura que a luta do povo de S. Tomé e Príncipe adquire um conteúdo revolucionário totalmente novo. (COSTA, 1975, p.66)

Nesta intervenção se associa as independências da África lusófona e, em particular deste país, a uma série de eventos que decorreram fora do espaço africano, mas que impactaram na descolonização. Este entendimento era generalizado entre os movimentos independentistas das colônias portuguesas considerando as independências africanas como corolário do aparecimento dos países do bloco socialista. São Tome e Príncipe é um país africano insular que tem muitas semelhanças com Cabo Verde. Ambos são arquipélagos povoados por africanos escravizados e serviam de entreposto para o comercio de escravos bem como para as embarcações portuguesas escalarem para repouso ou manutenção. O povoamento começou em 1493 com objetivo de cultivar a cana de açúcar com a mão de obra escrava vinda inicialmente de Angola. Posteriormente, investiu-se em plantações de cacau e com a abolição da escravatura criou-se a figura do contratado. Desde essa época, a mão de obra passou a ser composta não somente por escravos angolanos como também por cabo verdianos *contratados* e moçambicanos capturados no policiamento ou rusgas, bem como aqueles que sem cometer nenhuma infração eram deportados para o trabalho escravo.

Segundo Mauricete (2009, p.19) os são tomenses são compostos por descendentes de escravos africanos e dos europeus, descendentes de escravos angolanos (os angolares), os descendentes de escravos libertos (os forros) e descendentes dos serviçais (trabalhadores contratados). Estas características simplificam, de certo modo, as classificações entre os africanos que foram, involuntariamente, para as ilhas. Os forros se referem aos que eram escravos e foram atribuídos à liberdade mediante a carta de alforria e seus filhos podiam participar da educação. Estes se distinguiam dos demais africanos, moçambicanos e angolanos, que vinham para cumprir pena. Se distinguiam também dos cabo verdianos, mestiços, que vinham somente para ser os colaboradores do colonizador. Os forros poderiam ter propriedade e fazer as suas atividades particulares bem como possuir seus escravos para o trabalho agrícola. Portanto, africanos, negros ou mestiços, escravizando outros africanos. Entre os negros, surgiam vocabulários para se distinguir dos deportados de Angola e de Moçambique. Termos como *Gola, Gabos, Togas* serviam para desclassificar os que estavam sendo escravizados e os negros livres.

As características ou distinções no interior do mesmo grupo racial e território nestas ilhas são fundamentais para compreendermos que não somente a identidade étnica era irrelevante como também quem de fato foram os personagens que tomaram a

dianteira do movimento de libertação são tomense. Portanto, se trata de um povo africano com pouca referência com as questões étnicas e o que tiveram a liberdade já estavam tutelando seus semelhantes e enveredam pela continuidade criando um movimento de libertação. Não há e nem houve nas ilhas um passado pré-colonial onde pudessem extrair as referências identitárias e os africanos emigrantes que lá se encontravam buscaram outros mecanismos de diferenciação ou segregação.

Como se pode compreender, a ilha foi povoada, aleatoriamente, pelo colonizador por povos africanos e europeus de diversas origens, sem pretensão alguma de fazer do arquipelado um país. Os provenientes da Europa exploravam as roças onde se praticava a monocultura da cana de açúcar e, posteriormente, do café e do cacau. Esta última cultura é uma das principais fontes de renda para os ilheus. Os africanos escravos eram meros serviçais, a mão de obra barata, que executava o trabalho braçal nas roças e uma pequena minoria auxiliando na administração colonial e nas fazendas. A presença de escravos de diferentes origens e o isolamento da ilha pode ter influenciado para que a luta pela independência fosse somente política e não militar. Houve sim algumas rebeliões isoladas nas roças, mas os africanos tinham sido fragmentados em diversas classes. Aos forros nunca foi aplicado o estatuto do indígena; transitavam com facilidade entre a colônia e Lisboa e eram superiores aos contratados. Essa superioridade foi alvo de um massacre em 1953 contra os forros, precisamente, porque escasseiava mão de obra e o governador local tinha metas de exportação de café e cacau. O contratado como parte integrante da estrutura opressiva reduz alguns forros à condição de serviçais. Entre os africanos da ilha não existia uma consciência política comum, os cabo verdianos identificavam-se com os colonos (NASCIMENTO, 2015). Mas este evento específico pode ter despertado os forros pela necessidade de uma emancipação completa e, obviamente, sendo oprimidos se aproximaram situacionalmente dos demais escravos.

A ausência de uma referência aos aspectos étnicos faz com que o projeto de *homem novo* neste país não se encaixe, necessariamente, na eliminação dos particularismos identitários de cada grupo. A raça comum entre os explorados e a classe libertada, ilude as elites africanas do arquipélago, a ideia de uma homogeneidade e, por isso, se envereda pelos aspectos da moralidade e comportamento na formação do homem novo.

Citando Nascimento,

> Diversamente dos casos angolano e moçambicano, onde o *homem novo* pressupostamente também corresponderia a uma identidade nacional a inculcar nos indivíduos e a sobrepor-se a particularismos etnolinguísticos e culturais, no arquipélago equatorial, no plano da vida coletiva e social considerado uma sociedade tendencialmente homogênea, a meta do *homem novo* prendia-se com o desejo de imposição de uma visão do mundo e de uma ética conforme ao projeto político socializante do MLSTP, desígnios em tudo diferentes do que pautara o quotidiano dos ilhéus até à independência. (Ibidem, p.151)

Com a exceção da questão da superação dos etnicismos, o *homem novo* de São Tomé e Príncipe pretendeu-se construir tendo como horizonte a constituição de um cidadão socialista cujos atributos possibilitariam a formação de uma sociedade pós-colonial no arquipélago. A mão de obra importada era, predominantemente, negra e a ausência de grupos étnicos nativos gerou outros elementos com os quais se deveriam construir a comunidade dos novos homens santomenses. À semelhança de Moçambique, Angola e Guine Bissau assiste-se a imposição de um monopartidarismo e, obviamente, o surgimento da figura do inimigo político ou da rejeição de uma oposição política às propostas de governação pós-colonial,

> [...] a vida local fora marcada por um certo individualismo [...] a favor do vínculo orgânico da igualdade e do *homem novo*, [...] substituto da *harmonia* e da *paz* do tempo colonial. [...] esse novo laço entre os ilhéus, revestido da linguagem da modernização, norteava-se pelo [...] progresso social, a lograr pelo trabalho. Por isso, paulatinamente os ilhéus foram objeto de um cerco político escorado em ditames morais acenados pelos dirigentes que invocavam o ideal do *homem novo*. Ao mesmo tempo que combatia o catolicismo, o MLSTP julgou-se apto a instilar a sua moral, autorreferenciada, algo volátil e arbitrária. No fundo, numa base moralista — [...] se ignorava a assimetria e a colisão de interesses entre os indivíduos — instava-se os são-tomenses a uma apartação dos valores terrenos. [...] o inalcançável objetivo do *homem novo* tornava-se mais exigente e imperativo do ponto de vista das condutas, que deviam comprovar o apoio ao MLSTP e ao respectivo líder. (Ibidem, 137)

Os habitantes da ilha deveriam se identificar politicamente com o partido no poder MLSTP e, portanto, simpatizantes e acríticos à sua governação. Outro elemento comum entre estes países é que o *homem novo* foi aplicado, para a realidade pós-colonial, tendo em vista a estruturação das bases sobre as quais se assentariam os progressos econômicos. É com essa figura que se pretendeu estabelecer uma ruptura

com a experiência colonial dos serviçais importados para o trabalho agrícola nas plantações e sustentar uma nova sociedade. Com a adoção do socialismo, acreditou-se que se eliminariam as desigualdades e se formaria uma nova sociedade. Nesta sociedade pós-colonial, as relações entre os descolonizados seriam igualitárias, eliminando-se qualquer forma de opressão e segregação na participação da vida política, no acesso às instituições públicas, escolares entre outras.

Em discurso da independência, em 12 de Julho de 1975, Manuel Pinto da Costa líder do MLSTP e naquele exato momento, Presidente da Republica afirmou que,

> A nossa luta de libertação foi, sobretudo uma luta contra a exploração do homem pelo homem. Ela não teria sentido se não utilizássemos essa independência para eliminarmos definitivamente do nosso país, a miséria, a fome, o desemprego, a doença, a ignorância e acabar com os males herdados do sistema colonial fascista. A fim de acabar com esses males o MLSTP e o Governo da Republica Democrática de São Tome e Príncipe terão que modificar em primeiro lugar, as relações de produção e as estruturas coloniais ainda existentes [...]. [...]. Estamos conscientes que essa tarefa não será fácil. Ela implica não somente mudanças nas relações de produção, mas também e, sobretudo a formação de um **homem novo,** liberto dos conceitos, preconceitos e hábitos enraizados durante varias gerações. (Manuel Pinto da Costa, 1979, s/p)

A preocupação do governo pós-colonial residia na situação de pobreza em que a ilha e seus habitantes se encontravam. Para o processo de descolonização era, imprescindível, alterar as relações de produção nas roças onde por vários anos os africanos eram apenas o MLSTP, avançando para a nacionalização das roças, tencionando colocar as terras sobre a gestão do Estado ao mesmo tempo em que protegeria a propriedade privada dos nacionais, incentivando a união destes para uma produção coletiva. As *roças* é a grande marca da colonização portuguesa nas ilhas e foi, certamente, uma releitura dos engenhos de açúcar e das fazendas no Brasil. Os quase 1000 quilômetros quadrados de extensão das ilhas foram repartidos por diversas famílias europeias para a monocultura em grande escala. Não obedeciam a mesma dimensão, mas foram devidamente planejados para garantir a eficiência produtiva bem como a escoação do produto para o mar. As *roças* dominam a paisagem nas ilhas e fica numa quase indistinção entre estrutura urbana e rural. Mas, o formato é mesmo de casa grande e sanzala e entre as fazendas se ligam as estradas. Existiram vários tipos de *roças,* designadamente: *as roças avenidas* e *as roças-terreiro.* Os escravos não podiam

transitar pelas mesmas ruas que seus patrões e na senzala os patrões estupram as escravas e, por vezes, matam seus filhos recém-nascidos. Pela manhã os escravos deveriam ser contados incluindo seu agregado e eram alimentados de rações. As *roças* também possuíam engenheiros encarregados de fazer pesquisa e, sobretudo para otimização da produção. Esse quadro herdado pelo movimento se pretende mudar com as nacionalizações das *roças, com* a possibilidade dos ex-escravos tomarem a dianteira do processo produtivo.

Sem dúvidas, a formação do *homem novo* e do socialismo neste país também tinha suas imprecisões. Como seria possível instalar o socialismo sem abrir mão das propriedades privadas? Quem comandaria as propriedades e quem seriam os funcionários? Conforme Augusto Nascimento (2015) no texto *São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra* avança um diagnóstico dos antagonismos, imprecisões e contradições do processo de formação do Estado nacional santomense. Para o autor, o projeto é uma formulação das lideranças do MLSTP que não atendeu as especificidades e complexidade das comunidades africanas importadas para o trabalho braçal nas roças.

Em relação aàs questões de repressão ou de modelação comportamental para os santomenses se ajustarem ao perfil de homem descolonizado, o autor afirma que:

> O lema do *homem novo* continha um elemento de coação. Decerto, aos dirigentes não escaparia a percepção de que o *homem novo* era um instrumento de controlo social, desde logo exercido por cada indivíduo sobre si próprio. [...]. Em rigor, para a governação, o problema não era a resposta a novas necessidades, supostamente desencadeadas pela independência. [...]. Nos anos subsequentes à independência, o lema do *homem novo* teve a função de acomodar os ilhéus a padrões de vida supostamente conformes com uma moral dita revolucionária [...] e com um regime de inspiração socialista pautado pelo monopólio e pela centralização do poder. (NASCIMENTO, 2015, p.141)

A repressão aos não revolucionários envolveu uma moral não codificada que penalizou todos aqueles que não se ajustam ao perfil de individuo que se pretendia formar após a independência. Em São tome, a moral transcendeu essa particularidade ao ponto de se criar um tribunal especial para julgar os contrarrevolucionários (ibidem). A transformação ou conversão dos africanos importados para as ilhas em indivíduos dotados de uma consciência ou personalidade socialista se impunha assim por meio da

violência estatal (Ibidem). Diferentemente de Moçambique em que diversas instituições com funções de vigilância foram criadas, em São Tome e Príncipe, as implicações do projeto *homem novo* resultou numa condenação e criminalização dos opositores ao regime. O autor fala de uma coação psíquica para homogeneizar a conduta dos povos desta ilha e das diversas instituições estatais, mas em momento algum descreve ou retrata praticas e ações policiais ou condenações judiciais.

A visão do MLSTP exteriorizada pelo discurso apresentado pelo primeiro presidente de São Tomé e Príncipe à formação do *homem novo* era também uma tarefa da educação - escola. Citando-o,

> No domínio da educação o Governo de S. Tomé e príncipe tomará medidas tendentes a uma descolonização do ensino, a sua democratização [...]. Não é concebível qualquer desenvolvimento econômico sem aumento cultural das massas populares. [...]. A nossa política educacional será orientada de forma a poder garantir a formação de um **homem novo**, necessário à criação de um sociedade nova em São Tomé e Príncipe. (Manuel Pinto da Costa, 1979, s/p)

Nota-se aqui a preocupação com o acesso universal a escola, a educação e a pedagogia como encarregues da mudança, da retirada das ilhas da condição de subdesenvolvida. A alfabetização ou escolaridade como o caminho para efetiva emancipação e liberdade dos povos das ilhas.

2.6 O Homem novo na formação do Estado nacional em Moçambique.

Segundo Taimo (2010), a questão do *homem novo* em Moçambique esta associada à FRELIMO e às suas lideranças, nomeadamente: Eduardo Mondlane e Samora Moises Machel. Seguindo a ideia deste autor, faremos uma breve incursão naqueles aspectos que achamos fundamentais nas suas historias de vida e que se ligam ao processo de construção do homem novo em Moçambique. A descrição poderá não obedecer a uma rigorosa cronologia. Eduardo Mondlane foi que unificou os diversos partidos moçambicanos constituídos nos países vizinhos (Malaui, Zimbábue e Quênia). Por esse motivo, em Moçambique é considerado o arquiteto da unidade nacional por ter unido os moçambicanos numa única frente. Nasceu em Manjacaze, na província de Gaza, ao sul de Moçambique em 1920 e era cientista social formado nos Estados Unidos. Por volta de 1957 foi nomeado pesquisador do Departamento da Curadoria das Nações Unidas. Na curadoria fazia pesquisas e relatórios sobre desenvolvimento social,

econômico e político de Tanzânia, Camarões e Namíbia. Nessa função, teve a oportunidade de, depois de uma longa estadia fora do continente africano, escalar os Camarões para supervisão de um plebiscito. No âmbito das suas tarefas nas Nações Unidas teve a oportunidade de conhecer Julius Nyerere[19] então Presidente da TANU, que fazia inúmeras solicitações a ONU. Rapidamente, fizeram amizade e nos seus diálogos debatem as possibilidades que a independência de Tanzânia poderia propiciar a Moçambique e demais colônias da região (SHORE, 1999, p.40). Nyerere assegurou-o que se a independência de Tanzânia ocorresse em 1962, facilitaria a sua participação numa organização para a independência de Moçambique (ibidem). Deste modo, se estabelecia a cooperação com a Tanzânia que viria a ser principal aliada do movimento de libertação de Moçambique. Em 1961, recebe inúmeras correspondências de moçambicanos solicitando seu envolvimento na independência de Moçambique. Este ano tinha sido intenso para Mondlane que se demitira nas Nações Unidas para se vincular, à titulo de professor convidado, à Universidade de Siracuse no Departamento de Antropologia onde auxiliava no desenho de um programa de estudos africanos (ibidem). Adorava o mundo universitário e decide trocar a ONU pela docência e pesquisa. Em seguida viaja para Moçambique, junto com a esposa e os dois filhos, de férias para visitar seus familiares. Para sua surpresa, as multidões de nativos o seguiam em diversos lugares de Manjacaze e, especialmente, conhece alguns ativistas políticos com quem conversa para se inteirar de algumas questões. Esse ambiente político o entusiasmou. Era como se tratasse de um apelo popular ao seu envolvimento no processo de descolonização.

Em junho de 1962, com a Tanzânia independente e com auxilio de Nyerere, marca um encontro com os três movimentos de libertação. Era um período de férias na Universidade. Com base no dialogo no dia 25 do mesmo mês e ano, se fundou a FRELIMO, como a União dos moçambicanos contra o poder colonial português. No ano seguinte, cria o Instituto Moçambicano em Tanzânia onde se estabeleceu a base de preparação escolar dos militantes da FRELIMO. O Instituto era dirigido pela sua esposa de nacionalidade americana e tinha alguns financiamentos de países europeus, incluindo

[19] Fundador da TANU – União Nacional Africana de Tanzania – que próprio nome diz unir os tanzanianos para enfrentar o colonialismo inglês. Teve então a proeza de unir Tanganyca e Zanzibar, esta última que já tinha avançado ao longo dos séculos como uma cidade autonoma que centralizava diversas trocas comerciais. Depois da independência, assumiu o cargo de Presidente. É certamente um Pan africanista que tentou desenvolver o socialismo africano impregnado na ideia de *Ujama.* Era chamado *Mwalimu* que na língua Swahili com fortes influencias árabes significa catequista ou professor.

os Estado Unidos da América, onde o líder se formara. O Instituto admitiu como formadores diversos brancos estrangeiros o que gerava certa desconfiança de um segmento dos militantes. Segundo Jacinto Veloso (2007, p.53) existiam diversos dissidentes da recém-criada FRELIMO por considerarem Mondlane pró-americano

Por ter sido escolarizado, Eduardo considerava que o combate militar contra o colonialismo português por si só, seria insuficiente para derrubar o regime colonial português. Nesse sentido, os militantes revolucionários deveriam também saber ler e escrever. A alfabetização e a militarização dos militantes eram imprescindíveis para o movimento de libertação de Moçambique desde a sua fundação. A educação aliada ao treinamento militar foram as componentes que se priorizaram para a formação dos militantes moçambicanos filiados a FRELIMO. É com base na escola e nos centros de formação político-militar que se delineiam as primeiras iniciativas de estruturação do *homem novo* moçambicano sob o comando de Eduardo Mondlane na FRELIMO.

De certo modo, a experiência e trajetória individual deste líder traduziu-se num modelo que se implantou para a formação dos militantes e fortalecimento da luta anticolonial. É pelo caminho que seguiu para se formar, academicamente, que se procurou formar os militantes. O único aspecto que não se incluiu no processo de formação dos militantes e guerrilheiros da FRELIMO foi a componente religiosa. Segundo Taimo (2010), Eduardo Mondlane era um evangélico pertencente à igreja presbiteriana e é por intermédio desta instituição que conseguiu ascender à condição de assimilado. Mondlane foi um cristão praticante, falava e escrevia português, inglês e o sua língua materna. Mesmo com nível de doutorado se juntou aos seus conterrâneos e aceitou participar de um movimento político militarizado.

Mondlane era ao mesmo tempo, um acadêmico e um guerrilheiro. É com este perfil desejável do militante que se estrutura o protótipo *homem novo* em Moçambique. Parte significativa dos moçambicanos tanto de sua aldeia bem como dos demais grupos étnicos não tinham passado pelos diversos desafios de demonstração do abandono da cultura local em favor da europeia. Mondlane era sim a figura de um homem novo objetivado. Não só passou por ciclos de aprendizagem que o aproximaram da cultura europeia, americana e branca como também depois de tudo esse processo se submeteu a um novo ciclo, completamente, diferente do anterior.

Na aldeia onde nascera viu, ainda na adolescência, todos os seus irmãos e outros rapazes partirem para as minas da África do Sul fugindo do trabalho forçado, para as

plantações no norte de Moçambique ou ainda para Lourenço Marques para trabalhar nas plataformas do porto como estivadores. Nenhum deles sobreviveu ao intenso trabalho braçal imposto pela colonização tendo causado bastante angústia na família. Tais irmãos nas suas curtas passagens pela aldeia, depois de intensas atividades nas minas ou no cais, não disfarçavam tamanho desgaste físico e emocional. O mais velho bebia sem parar e tossia muito. Era inconstante e em determinados momentos doce e outras tantas vezes amargo (SHORE, 1999, p.27). Devido a ausência de seus irmãos e à morte de seu pai, aos 2 anos de idade, cresceu rodeado de diversas mulheres, sendo 9 irmãs e suas mães. O pai tinha se casado com três mulheres e sua mãe biológica era a última das três esposas.

Ainda hoje nesta região habitam centenas de mulheres com seus filhos enquanto seus maridos se encontram na vizinha África do sul, do outro lado da fronteira, no trabalho mineiro. A influencia materna foi marcante para Mondlane. Sua mãe queria tanto vê-lo alfabetizado para cumprir a sua função de unir o clã que encontrará fragmentado. Eduardo Mondlane era descendente de uma linhagem de chefes tradicionais, portanto, desde a África pré-colonial até os conflitos de *mfecane* seus ascentrais, eram detentores do poder na região de Khambani (LIESEGANG, 2012).

Na pequena aldeia na qual nasceu, os rapazes deviam ir ao pastoreio dos animais ainda na infância. Num desses dias, passou por uma humilhação – equivalente a um trote - e voltou a casa chorando. O pasto dos animais é um mundo masculino e ele recém-chegado ao circulo de pastores foi submetido ao ritual de recepção. Inesperadamente, provocaram uma das ovelhas que fazia parte do rebanho que devia cuidar. O animal o derrubou e os companheiros se riam dele e se apropriaram do lanche que sua mãe fizera para si (MATSINHE, 2001, p.191). Sua mãe desapontada, sentiu-se na obrigação de explicar a sua posição no interior da cosmologia *tsonga*. Os *Tsongas*, povos do sul de Moçambique entre as províncias de Maputo, Gaza e Inhambane são de linhagem patrilinear (patriarcado) e os homens tem a função principal. Devia então superar a choradeira e honrar o nome de seus antepassados que foram grandes lideres da comunidade, comandaram exércitos e combateram em diversas disputas incluindo com os *zulus* e, finalmente, se renderam (ibidem).

Tudo quanto sua mãe o contava bem como os sacerdotes da região, é que ele encarnara o *Chitlango,* que reinou anos e anos sobre os *tsongas* e voltara para retomar o seu povo e reino de volta. Sendo ele um rei, deveria ser um bom pastor e com ótimo

desempenho em tudo que fizesse. Embora os deuses protegessem o rei, deveria também se precaver de todo mal. Essas informações já davam indicações de que ele tinha um papel a desempenhar em relação à libertação do seu povo ainda que fosse circunscrito a um dado espaço e população.

Seu primeiro contato com brancos deu-se numa expedição comercial onde foi acompanhar as mulheres de sua família na troca de produtos agrícolas com tecido. O comércio era gerenciado por indianos e chineses, e sua mãe, novamente faz questão de esclarecer que eles não eram os "filhos da terra" e que a terra era dos *tsongas* e esclarece algumas perguntaa a seu filhos:

> - Os brancos são maus?
> - Não sei meu filho, são fortes, muito forte, e ao mesmo tempo muito fracos.
> - Que é que queres dizer como isso, Mamã?
> - Eles governam-nos, mas não suportam nossa comida. Sofrem de doenças e morrem depressa. Não podem trabalhar como nós. [...]. Mas as nós fazem-nos trabalhar.
> - Nós gostamos de trabalhar para os brancos?
> - De modo nenhum. Trabalhamos para eles porque é preciso.
> - Mas como eles obrigam se são tão fracos?
> - Saberás um dia que os brancos são muito inteligentes, tem armas, maquinas e mistérios poderosos. (Khambane & Clerc apud Matsinhe, 2001, p.194-195).

Ainda na adolescência, Eduardo Mondlane conseguiu estranhar a dinâmica das relações entre os nativos (negros) e os colonizadores (brancos). A desigualdade econômica e racial estava escancarada a tal ponto de não passar despercebida ao seu olhar. Ainda que sua mãe o tivesse respondido, novas questões surgiam. Não sendo possível esgotá-las, mantém a expectativa de que as experiências futuras do filho o farão compreender a dura realidade. Como sempre é difícil fazer alguém compreender e aceitar o racismo e sendo criança, mais difícil ainda. Certamente, a experiência vivida da discriminação lhe forneceria melhores elementos de compreensão do problema. Na infância, parecia estar isento ou incapaz de entender a relação entre negros e brancos ou mesmo entre estrangeiros e nativos. Mondlane ainda não estava na idade do trabalho era apenas um pequeno pastor e, nem sequer, frequentava a escola. Na sua trajetória de vida, as mais dolorosas experiências do racismo ainda estavam por acontecer. Por enquanto, ele tinha apenas observado o cenário das opressões do mundo colonial em

relação aos negros. Na sua própria família, a ausência dos homens foi também resultado direto da colonização racista. O lugar do homem negro era na roça, na lavoura, na estiva no porto e bem longe de seus filhos e esposas.

Sendo pastor, também observava as outras crianças da comunidade indo para a escola. Uns aguardavam nas proximidades da porta da Missão Suiça (igreja evangélica) e outros tantos eram levados à força para a missão católica numa escola que ficava há duas horas de sua casa (MATSINHE, 2001). No entanto, existiam essas duas possibilidades de se escolarizar no interior da escola da missão evangélica ou da missão católica. Por conta da frequência ao culto de suas irmãs, Mondlane passa a ter contato com o mundo evangélico onde a educação cristã era baseada na língua *tsonga*. Porém, nos seus primeiros dias de escola, o professor lhe dirigiu a palavra em português. Ele ainda não era falante e precisou de um interprete e esse fato aumentou seu interesse pela língua portuguesa.

Embora a escola fosse cristã, usava de métodos violentos como a palmatória e demais castigos no processo de ensino e aprendizagem. Mondlane motivado em aprender a lingua portuguesa, se desmotivara não somente pela escolarização em *tsonga,* como também pelas torturas. Rapidamente, muda para a escola da administração de Manjacaze (província de gaza) e passa viver com seus primos quase todos falantes do português. Em curto tempo descobre que sua nova escola também tem castigos. Os alunos deviam trabalhar para o professor e a pancadaria era constante. Dois anos depois, descobre outra escola da Missão Suíça onde se ensinava na tão desejada língua portuguesa e se transfere. Era bem mais próximo de sua casa e é aqui onde se submete aos exames do ensino primário e obtem seu certificado que considera ser seu *primeiro certificado da civilização* (ibidem).

Dali em diante não parou e o seu desejo de se sentir cidadão português bem como descobrir os mistérios e segredos do mundo branco moviam-no para diversos pontos e lugares do território moçambicano. As respostas de sua mãe é que dão sentido a essas buscas constantes; sempre atento e preocupado com sua relação com o mundo branco (europeu) e o sistema colonial. A sua preocupação não era somente de se situar no mundo *tsonga;* ele aspira a uma posição melhor nas relações negro e branco durante a colonização. Por isso, continua se alfabetizando seguindo à risca os preceitos da transição da condição de indígena para assimilado. O mundo do trabalho braçal nunca o interessou, somente fez alguns trabalhos domésticos na casa de um missionário suíço

que era diretor do hospital da Missão Calvinista Suiça, onde também trabalhava lavando roupa e outras funções auxiliares (LIESEGANG, 2012). Na época, estudava na capital de Moçambique e precisava de algum recurso para se manter.

Nessa altura também se apercebe que a beleza de Maputo contrasta com a pobreza dos bairros negros e aprende que precisava andar documentado com a caderneta de indígena com fotografia e impressão digital, os recibos de pagamento de imposto, certificado da administração de sua procedência e certificado de estudante (Ibidem). A perda ou não apresentação de algum destes, implicava na detenção. A sua passagem pela cidade permitiu uma maior aproximação com o missionário suíço que passa a incluí-lo nos trabalhos da igreja. É através deste missionário que segue para África do sul para fazer o ensino secundário porque as escolas, em Moçambique, não recebiam estudantes vindos das igrejas evangélicas.

Na áfrica do sul, conclui o ensino secundário e com a bolsa do Conselho Cristão de Moçambique ingressa numa universidade sul africana. Permaneceu na universidade apenas dois anos e logo que o governo do *apartheid* ascendeu ao poder, seu visto não foi renovado. Isso gerou comoção do movimento estudantil, mas seus recursos são rejeitados e, consequentemente, a expulsão daquele país. Mondlane foi uma das primeiras vítimas do racismo do governo sul africano. Esse fato deu-se por volta de 1948 e motiva-o ainda mais em buscar os estudos para enfrentar o homem branco. Regressa para Maputo e se filia ao movimento estudantil NESAM (Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique). Certamente, que sua aproximação com a política já se tinha iniciado na universidade quando foi eleito representante dos estudantes para uma conferencia. Em Moçambique, procurou se aproximar do associativismo estudantil. Porém, sempre afirmou que seu interesse pela política estava ligado as conversas com as suas mães onde se deu conta da tamanha repressão e injustiça contra os negros. Em outubro de 1949 é detido para investigação, pois foi considerado o foco do nacionalismo negro em Moçambique.

Na década de 1950, o missionário suíço e seus amigos sul africanos conseguiram uma bolsa "Phelps Stokes Fund" de Nova York, mas ele opta por primeiro passar por Portugal para aperfeiçoar seu português. Somente ficou um ano e sua estadia na Universidade de Lisboa foi intensa. Passa por dificuldades por não possuir a carteira de assimilado, mesmo alfabetizado, sente o racismo na pele e encontra os angolanos Mario Pinto de Andrade e Agostinho Neto na universidade. Mais tarde, vem a conhecer

Amilcar Cabral e Marcelino dos Santo. Em Lisboa, vão desenvolvendo diversas atividades e ações contra o racismo e colonização. Nesse período, também se inteirou das lutas africanas pela independência. O seu quarto era diariamente revistado pela PIDE e, não suportando, decide aceitar a bolsa e segue para os Estados Unidos Em toda sua trajetória escolar tem como meta cumprir todas as etapas da educação ocidental, portanto, colonizar-se. Nessa passagem por Portugal se convence que o seu tom de pele não mudará mesmo que ele termine a universidade. Nos Estados Unidos durante seu namoro com a americana Janet, que conhecera na sua igreja, também o coloca numa situação de racismo no interior da religião. A sua vida é marcada por inúmeras situações discriminatórias, mas não desiste de sua meta de se escolarizar, de se associar aos outros e de enfrentar o racismo e a colonização.

No dia 3 de Fevereiro, numa manhã em Dar-es-salaam (Tanzânia) Mondlane morre ao tentar abrir uma correspondência sua que era uma bomba. Ao abrir, explodiu, despedaçando partes de seu corpo. No final de 1968 e nos mês de Janeiro de 1969, ele teria comentado, entre os seus próximos, que sentia sua vida em risco. Tinha escapado de três tentativas de morte somente no mês de Janeiro. Furioso, informa que acabara de rejeitar uma proposta do governo colonial português para a independência apenas do norte de Moçambique, concretamente, Cabo Delgado. Alguns militantes eram favoráveis a proposta e ele afirmou que seria uma traição ao povo e em tom de voz alterado diz:

> Esses Gwengere, Kavandame, Nungu, esse grupo, estão acabados. Tornamo-nos mais fortes, mais próximos do povo, mais organizados. Temos um programa, uma filosofia [...] estão a ser traçadas linhas mais nítidas entre aquele que apenas querem expulsar os portugueses e aqueles que, realmente, querem mudar a própria sociedade e eu sei de que lado esta Simango [vice presidente da FRELIMO]. (1999, p.46)

Após a sua morte, as discussões do movimento de libertação moçambicano indicam a existência de uma cisão interna da qual o novo presidente Samora Moises Machel fez questão de classificar em dois grupos: os *revolucionários* e os *reacionários*. É dessa dupla categoria que se sustenta o principal binômio que nortearia o movimento de libertação depois da morte do primeiro líder da FRELIMO. Aliás, é dessa oposição binária que se apoiam os discursos sobre a dupla categoria homem novo e inimigo.

Segundo Zawangoni (2007, p.45), é a partir do ano de 1969 que o discurso oficial da Frente de libertação passa a ser revolucionário e vinculado aos ideais

socialistas que também orientam os centros de tomada de decisão, das unidades de ensino e, especialmente, conceitos como "Sociedade Nova" e "Homem Novo" ganham força. É fato que a nova liderança de Samora Moises Machel imprimiu um novo discurso e buscou constituir uma unidade que pressupunha a eliminação da outra unidade, supostamente, não revolucionária, *os reacionários*. O discurso do líder anterior era também revolucionário, pois foi com base nas ideias de Eduardo Mondlane que se constitui a FRELIMO como uma unidade contrária a exploração colonial. Usando da sua própria experiência como um nativo que precisou passar por inúmeros processos até se formar e ser funcionário da ONU, elegeu a educação como o principal aliado da luta armada anticolonial. Para além do Instituto Moçambicano que ele criou para formar os militantes e diversos moçambicanos exilados em Tanzânia, introduz a educação nas zonas libertadas. A alfabetização dos nativos é a sua proposta de construção dos novos cidadãos moçambicanos descolonizados. Importa salientar que antes do aspecto educacional, ele é que unifica o movimento – a unidade contra a colonização. Segundo Jamisse Taimo,

> O ano de 1969 constitui o primeiro grande teste da FRELIMO. Eduardo Mondlane, líder do movimento, em circunstâncias ainda por esclarecer, é assassinado, trazendo à luz do dia a discussão que já se fazia sentir, isto é, a questão da existência de dois grupos: os revolucionários e os reacionários. A discussão era em torno da estratégia de luta, quem devia participar da luta? Quem era o inimigo? Que ideologia seguir? (2010, p.91-92)

A FRELIMO assume-se marxista e numa das últimas entrevistas do ex-presidente, já indicavam, claramente, a opção ideológica. O assassinato não foi esclarecido até então. Mas, a frente de libertação acusou e condenou a determinados militantes, aqueles que ele mencionara como contrários à reclusão nos campos de reeducação e, posteriormente, os elimina. Todos foram considerados inimigos da revolução, exatamente, por terem um posicionamento diferente aos órgãos diretivos do movimento. Do outro lado da moeda, os obedientes passam a ser considerados verdadeiros revolucionários e, portanto, os homens novos, fieis à unidade contra a colonização e as decisões dos órgãos do movimento independentista.

Os reacionários que passam a ser classificados de como não confiáveis porque traíram a morte do líder e da unidade do movimento e, essencialmente, rotulados de inimigos internos sobre os quais se devia manter o olhar vigilante. Aos reacionários não houve nenhuma possibilidade de reeducação e nem de conversão; são simplesmente

eliminados. A suposta traição não dava direito ao perdão, mas sim a morte. A morte serviu de aviso a todos aqueles que se quisessem opor às decisões dos dirigentes da frente de libertação. É neste exato momento que se lançam as bases para a perseguição dos inimigos internos por meio de critérios de purificação. A oposição binária - reacionários e revolucionários, visava limpar o movimento retirando todos aqueles que se considerem nocivos para o seu avanço.

O aprisionamento dos inimigos internos era também uma tentativa de superação da perda de Eduardo Mondlane e consequente fragilidade. A perseguição e a morte dos inimigos internos é um mecanismo sacrificial matar para gerar pureza aos militantes e para fortalecer o poder do novo presidente – Samora Moises Machel. Nasceu em 193, na província de Gaza na aldeia de Chilembene-Chokwé nas proximidades do Vale do Limpopo. Seus avós participaram da resistência do Reino de Gaza contra o poder colonial. A sua historia tem muitas semelhanças com a de Eduardo Mondlane, sendo da mesma origem étnica, estudaram nas missões, de famílias evangélicas, foram ao pastoreio e a lavoura para ajudar seus pais na monocultura de algodão. Ambos, filhos de líderes tradicionais. Ainda no pastoreio, Samora já tinha sido considerado corajoso por ter salvo da boca de um crocodilo um boi do seu rebanho (MATSINHE, 2001)..

Nas escola, os professores o consideravam um menino rebelde. Não quis permanecer e dar continuidade ao ensino secundário no seminário porque os professores insistiam no catecismo e boa parte da aprendizagem era por esforço próprio. Pode ser que por este motivo, tenha optado por um curso básico técnico-profissionalizante, a enfermagem. Quando enfermeiro no principal hospital da capital, decidiu retomar os estudos secundários com objetivo de tentar um curso avançado na sua área. Acompanhava, ainda no curso de enfermagem, as revoluções asiáticas, da Argélia e Congo para depois conversar com os amigos e colegas na calada da noite. Discutia também com seus colegas as ideias de Nkrumah do Gana, Nasser do Egito e o Mao Tse Tung da China (ibidem).

Samora participava dos grupos nacionalistas clandestinos em Maputo e com receio de ser preso pela PIDE, afastou-se do seu emprego e foi se juntar em 1963 a FRELIMO em Tanzânia claramente influenciado pelo Mondlane, que conhecera na sua curta passagem por Moçambique em 1961. De Tanzânia partiu para Argélia, onde passou pelo treinamento militar e em setembro de 1964, com o desencadear da insurreição armada, estava na linha de combate. Era enfermeiro, mas não quis

desempenhar esse papel. Sua motivação era participar diretamente do confronto (ibidem).

Foi comandante militar da frente e traçou estratégias para a participação popular na guerrilha o que garantiu a adesão dos nativos de etnias e lugares distintos. Destacou-se na formação de guerrilheiros e no próprio confronto e evitava falar de sua formação. Sempre que o questionavam, falava das suas experiências militares no confronto contra o exercito colonial. Citando-o "não me perguntem qual é a minha formação, a cada tiro que dei contra o inimigo, fiz uma classe" (MACHEL apud MATSINHE, 2001, p.2001).

Dirigiu o campo de treinamento de Nachinweia-Tanzania considerado por ele a escola do homem novo. Neste campo, estruturou e organizou a preparação das forças populares de libertação bem como o processo de formação política e militar. Os populares que se filiavam à frente de libertação ingressavam para o treinamento politico-militar e saiam transformados em guerrilheiros, militantes do anti-colonialismo, solidários com os demais moçambicanos de grupos étnicos diversos, etc. A formação político militar foi por ele considerada o mecanismo de regeneração dos militantes para operarem como uma unidade militar e política de enfrentamento ao poder colonial. Os textos sobre o homem novo são, praticamente, baseados na sua visão de construção da unidade político-militar de enfrentamento ao inimigo. E a sua tentativa de adaptar essa unidade politico-militar no contexto de um Estado-nação pós-colonial beneficiou, certamente, o seu próprio perfil de guerrilheiro como o protótipo do novo cidadão moçambicano combinando os elementos do perfil do anterior líder.

Nesse sentido, o homem novo seria alguém disposto a se militarizar, a se alfabetizar, a dar de si em nome da nação, sem referências a etnia, mas a uma unidade destribalizada e mais ampla, atento e vigilante aos inimigos das conquistas da revolução, participativo nos estudos políticos etc. O terror, a repressão e a violência que se aplicaram contra os inimigos e traidores seria agora utilizada para depuração dos contrários à nova sociedade. Assim sendo, a unidade politico-militar se converte em unidade nacional, o combate ao inimigo numa imperativa e impositiva vigilância de todos para todos e, ainda, a violência que foi o recurso momentâneo de enfrentamento à colonização, se torna permanente na concretização da nação até então inexistente. As estratégias de correção dos ex-colonizados para se conformarem com as características e exigências do homem novo passaram a envolver confinamento, deportação, policiamento, terror, educação, etc. Essencialmente, a obrigatoriedade de que as

instituições como a escola e a policia pudessem produzir e multiplicar esse novo sujeito, portanto, ambas as instituições como parte integrante da constituição de um novo povo, de uma nova nação e de um novo cidadão moçambicano. O povo e a nação passam a representar o objeto principal da transformação do Estado-nação pós-colonial em Moçambique (BOTO, 1996).

Considerações sobre o capitulo

Nesse capítulo lançamos o nosso olhar sobre um conjunto de eventos que propiciaram as independências africanas e as discussões em torno do *homem novo* como a figura central da formação dos Estados-nações nas colônias portuguesas. Partimos então de acontecimentos que marcaram os esforços de colonização portuguesa efetiva e os esforços iniciais de unificação dos colonizados em busca de sua liberdade. A colonização efetiva se dá no século XX como desdobramentos da conferencia de Berlim. Nesse contexto, emergem disputas e discussões sobre fronteira que definiria o território sobre o qual se reivindicou o poder pelo movimento de libertação. Os massacres dominam essa transição para a colonização efetiva alguns confrontos se estendem até as primeiras décadas do século XX. O longo período da colonização baseado em falsas cooperações entre o governo colonial e as figuras da realeza nativa terminara. Portanto, o aparecimento de Moçambique como um território delimitado onde um Estado exerce seu poder, definitivamente, ocorre nesse período. Porém, continua sendo um lugar de exploração. A mão de obra continua escrava sendo exportada para África do Sul e São Tomé e Príncipe. A terra é entregue as empresas de capital inglês autorizada a explorar os nativos. Não há nenhuma preocupação em se constituir um pais e a proposta de província ultramarina é bem tardia.

Mesmo sendo um território de um Estado os integrantes das etnias residentes não se tornam, automaticamente, portugueses. Para tal precisariam através da alfabetização assimilar a cultura portuguesa e a religião cristã. A experiência da política de indigenato é extensiva as outras colônias portuguesas em África. Nem com esse esforço os nativos conseguem acessar a escola de forma livre e nem sequer ascender socialmente. Essa distinção entre indígena e assimilado teria dado a possibilidade de alguns nativos estudarem e acreditarem que dominar a língua e a ciência lhe daria condições de ser branco. A ida destes para Europa foi determinante para autocompreensão da negritude e da relação com o pais de origem. A revolução ganha

corpo nesse contexto em que um grupo de nativos escolarizados decide fazer parte do processo a partir do momento em que se cruzam provindos de varias colônias vivenciam o racismo.

As independências começam a ser esboçadas nesses fóruns de discussões entre estudantes das colônias e a proposta de homem novo começa a ser discutida na Conferencia das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) cuja internacionalização permite um contato maior com Argélia, Cuba entre outros países comunistas (vide anexo VI). A proposta de homem novo se dá também num contexto em que os movimentos de libertação priorizam a unidade interetnica contra o inimigo. Portanto, neste capitulo procuramos dar esse quadro geral da constituição dos movimentos de unificação anticolonial e da dominação colonial completa incidindo para supressão da cultura nativa. Estes elementos junto com as guerras que se travaram bem como a experiência de alfabetização das lideranças do movimento é que vão, de certo modo, corporificar algumas questões relativas a designação de inimigos e a construção do homem novo na fase pós-colonial.

A ausência de uma discussão sobre os discursos do homem novo na Guiné Bissau não foi intencional ela decorre das dificuldades em acessar o material e da carência de estudos específicos sobre o homem novo guineense. Contudo, alguns trabalhos apontam seus desdobramentos no campo da educação afirmando que no pensamento de Amilcar Cabral a escola seria o espaço de emancipação dos guineenses. Sem falar do homem novo Amilcar Cabral coloca, num dos seus principais discurso, o retorno ao conhecimento da cultura guineense como um ato político de descolonizar. A critica é direcionada a assimilação como um processo que alienou culturalmente os africanos gerando um distanciamento entre as elites africanas e as massas populares. Para eliminar esse desprezo a cultura local os militantes do PAIGC deveriam se re-africanizar condição necessária para a eliminação da mentalidade colonial. Citando-o "Uma reconversão dos espíritos – das mentalidades – é, pois, indispensável a sua verdadeira integração no movimento de liberação. Tal conversão – reafricanização no nosso caso – pode operar-se no antes da luta mas ela só se completa no decurso desta [...]"(1970, p.6-7). Diferentemente de Samora Machel este nacionalista guineense fazia um percurso inverso de valorização das tradições africanas. Por analogia poderíamos afirmar que seu discurso sobre homem novo envolveu a valorização da cultura africana bem como das lideranças étnicas. Estas ultimas reconhecidas apenas como autoridades

na transmissão da cultura e não como autoridades políticas. A luta pela independência seria então a contestação da cultura europeia por meio da valorização dos saberes étnicos das comunidades guineenses. O assumir da cultura africana guineense como manifestação de resistência a cultura europeia. Desse modo, o movimento de libertação guineense seria uma unidade interetnica cultural que se traduziria pela identificação com os valores nativos e rejeição do ensinamento colonial português. O homem novo guineense como aquele que retoma e valoriza sua cultura tendo a consciência de sua existência africana e não europeia. Nas suas palavras a luta de libertação é um fator de cultura.

III. O INIMIGO NA FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: EM BUSCA DA UNIDADE E IDENTIDADE NACIONAL PURIFICADA.

Segundo Maria Paula Meneses (2015) a experiência de guerra nacionalista marca, de forma continua, a construção do imaginário nacional em Moçambique. A identificação de quem é inimigo teve um papel decisivo nas disputas entre os vários projetos políticos contemporâneos neste país (ibidem, p.10). Para a autora a guerra nacionalista justificava a necessidade da violência contra um inimigo, ao mesmo tempo, que promovia uma determinada unidade e consciência nacional. A figura do inimigo teve o papel decisivo de não somente estimular uma consciência comum como também permitiu a constituição do homem novo – o cidadão moçambicano. Nesse sentido, a guerra anticolonial é a experiência na qual se inspira a figura do inimigo e através desta se impôs a homogeneidade política segundo a máxima: "*quem não esta conosco é contra nós*".

Para o presente estudo as figuras do inimigo não visavam apenas alcançar à unidade ideológica em todo território moçambicano como base do projeto de nação, mas também resultaram de uma serie de eventos, anteriores a própria guerra nacionalista. Assim sendo, tanto a consciência nacional bem como o perfil de cidadão que deveria compor a comunidade nacional moçambicana, antes da independência, decorreram da perseguição e segregação daqueles que não possuíam uma língua, religião, educação e cidadania do colonizador. Ainda que não se tenha aplicado o vocabulário inimigo às praticas do poder colonial distinguiam, claramente, quem seria incluído e quem estaria exposto à violência, humilhação, tortura no trabalho braçal nas plantações, na estiva e a morte. Desde a escravidão até ao Estado pós-colonial observou-se, sucessivamente, classificações que visavam estabelecer uma cisão entre os colonizados. De um lado, os que mereciam um tratamento violento e, do outro, os premiados como quase sujeitos de direitos por terem se submetido a determinadas formas de socialização. Antes da lei do indigenato, sobretudo antes do século XX o governo colonial e os reinos nativos tinham algum tipo de aproximação e ambos determinavam quem manter sobre sua proteção ou desproteger. Houve casos em que a próprio realeza étnica solicitava a igreja para ser batizado.

A ideia de pertencimento e inclusão a uma comunidade nacional europeia aparece nitidamente na segunda quinzena do século XX onde se impõem a negação da cultura africana e o alinhamento aos requisitos do colonizador para ser digno de um tratamento semelhante ao dos brancos. Todavia, as iniciativas do clero e do Estado nunca visaram retirar todos os nativos da sua condição de inferioridade. Um número significativo de nativos estava entregue ao trabalho forçado, a vida natural e condenado à violência por não ter os atributos de um cidadão. O ingresso à comunidade nacional portuguesa dependia, grandemente, da submissão aos princípios da cultura europeia.

Importa referir que a conquista dos territórios que hoje compõem a jurisdição do país designado, pelos portugueses, Moçambique, imprimiu uma série de mudanças de comportamento na vida dos nativos. Para além da eliminação dos inúmeros reinos e soberanos, o enfraquecimento das tradições culturais nativas foi dentre as ações coloniais a que impactou, significativamente, nas escolhas políticas das lideranças moçambicanas para a construção do Estado pós-colonial. Diferentemente do que certas pesquisas apontam, os discursos e as práticas que pretendiam constituir o *homem novo* não se apoiaram apenas nas experiências de purificação interna do movimento, durante a luta armada anti-colonial, como também se sustentaram nas retóricas de ascensão social baseado na alfabetização.

De acordo com Menezes (2015), é possível analisar este processo diante de, pelo menos, dois elementos: num primeiro momento, a disputa pela posição mais alta (direção) do movimento; num segundo momento a manipulação da linguagem reforça, de forma discursiva, as divergências internas qualificando possíveis concorrentes de inimigos internos. Desta forma, a retórica de perseguição do inimigo interno e externo vai sustentando o movimento a ponto de se estabelecer como narrativa oficial da construção da nação reconstruindo a memória de luta anti-colonial em torno da comparação entre dois perfis antagônicos de militantes - o revolucionário e o reacionário.

A versão única da narrativa oficial que inspirou o projeto de nação estaria também relacionada às formas de violência direcionadas para o silenciamento de vozes, esquecimento e a destruição de memórias para o não reconhecimento daqueles que no processo de libertação deram também seu contributo. Nesta perspectiva, a relação entre *homem novo* e *inimigo* estaria relacionado com disputas internas do movimento pelo poder e consequente controle centralizador do Estado após a descolonização. Portanto, o

projeto de nação teria como ponto de partida os mecanismos de segregação entre os moçambicanos ainda no decurso da luta pela independência.

O discurso do homem novo em Moçambique se estruturou a partir de signos e ícones próprios criados pela frente de libertação e, especificamente, pelo presidente Samora Machel (MACAGNO, 2006). A autenticidade de tal discurso deve muito as adaptações e fusões entre aspetos ligados ao discurso colonial que distinguia o *assimilado* e *indígena* e aspectos particulares da experiência da luta armada. Sua materialização envolveu uma multiplicidade de instituições de controle e socialização. Portanto, o projeto da nova sociedade moçambicana descolonizada foi construído com base na oposição entre *homem novo* e *inimigo* uma reformulação da oposição binária *indígena* e *assimilado.* Nesse sentido, buscaremos de seguida apresentar alguns aspectos sobre certas categorias antes respaldadas pelo discurso jurídico colonial para elevar alguns nativos para uma condição melhor que os demais. As duplas categoriais não foram uma criação do governo fascista de Salazar, mas ganharam no seu governo um sentido particular. Salazar ascendia ao poder quando uma grave crise econômica assolava Portugal. Não se tratava apenas do indígena ser livre, trocar de patrão e ser assalariado, mas sim a possibilidade de se livrar dessa condição de sub-homem e, definitivamente, ingressar a comunidade nacional portuguesa. Em diversas temporalidades essa mudança ou transformação não se vislumbrava e naquele contexto a oposição binária era o principal articulador da construção de uma nação europeia em que negros poderiam pertencer mediante critérios preestabelecidos.

3.1 A relação inimigo/amigo e indígena/assimilado no Moçambique colonial

No contexto da ocupação colonial efetiva, a distinção entre inimigo interno e externo bem como amigo e inimigo surge quando os reinos que tinham domínios sobre alguns territórios ameaçavam a soberania do Estado português em Moçambique, principalmente, após a conferência de Berlim. Internamente, ignorou-se todo o passado de relações amistosas entre o governo colonial português e os diversos reinos africanos fixados em Moçambique com o qual se partilhavam favores bem como vantagens do negocio escravo. O longo período de ausência de conflitos, entre estes, foi substituído por confrontos militares. As missões militares encabeçadas por diversos generais foram enviadas por Portugal para o continente africano com a tarefa de efetivar a ocupação das colônias. Assim sendo, a não submissão ao poder colonial se convertia em torturas ou

morte. Os reinos nativos e o governo colonial passam a se encarar como inimigos. No plano externo, o interesse dos ingleses pela região oriental da África impunha ao governo colonial português a definição dos limites da jurisdição territorial sobre a qual se exerceria a sua soberania. A definição de fronteira e a extinção de outras formas de soberania desencadeiam diversas ações militares de massacres, desumanização dos nativos e, principalmente, desrespeito a cultura local. Na sua própria terra passam a ser vistos como elementos a serem eliminados ou a serem explorados como força de trabalho para a produção agrícola.

A iniciativa de domínio total do continente africano pelos europeus coloca as populações de Moçambique no meio de sangrentas guerras. A superioridade do exercito colonial português produzira inúmeros mortos entre os nativos. Uma vez dominadas as comunidades africanas de Moçambique vão se reformulando discursos jurídicos para o uso da mão de obra negra nativa. Segundo Zamparoni (2012) antes da aprovação do regulamento do trabalho indígena de 1899 a escravidão persistia como uma pratica reiterada entre as autoridades, funcionários coloniais bem como os chefes tradicionais locais. Segundo o autor o que se verificou após a dominação efetiva de Portugal foi à generalização do uso dos meios coercitivos para o trabalho. Os nativos são associados à preguiça e não sendo voluntariamente dispostos a trabalhar se justificava a violência para obriga-los e vigia-los no cumprimento das tarefas.

O trabalho forçado nas plantações era como uma possibilidade de tornar os nativos em civilizados ou novos homens. Portanto, trabalhadores e com novos costumes diferentes das suas comunidades étnico-geo-linguisticas (ibidem). Nesse sentido, não possuir os hábitos, os costumes, a religião e a língua do colonizador expunha os nativos a um tratamento violento por parte das autoridades do governo colonial. Os supostos "incivilizados" configuravam-se como potenciais inimigos a serem moldados em novos homens tanto pelo trabalho manual bem como pelas igrejas (religião) ou escolas (educação). O trabalho manual era desenvolvido nas plantações, nas minas sul africanas e na construção civil nas cidades. A educação ocorria na igreja e nas escolas onde se esperava que a crença religiosa cristã extraísse dos nativos as suas crenças consideradas obscurantistas – "magia negra". Nas escolas aprenderiam a língua e certos ofícios. Todos os seus saberes e religiosidades são reduzidos a certa insignificância. Os africanos são colocados na condição de menoridade e sua elevação à condição de homens impunha essa violência cultural e efetiva do Estado colonial.

Pela violência esperava-se criar uma ruptura com seu passado tradicional convertendo-lhes em assimilados - novos homens - sem o costume da terra, supostamente, atrasado e bárbaro. Contudo, a aprendizagem devia se basear nos aspectos, estritamente, necessários para servir o poder colonial e a elite branca. A educação não era, necessariamente, para alcançarem posições melhores na sociedade. Os inimigos do Estado colonial se mantinham nesses dois planos: os internos forçados a trabalhar e a renunciar sua cultura em troca de uma pequena mudança de tratamento pelas autoridades; os externos que deviam permanecer distantes da linha de fronteira territorial, mas que poderiam se beneficiar do fornecimento da força de trabalho. O exercito e as autoridades locais se destacam nas tarefas de civilizar os indígenas pela coerção e proteção dos interesses do Estado. Simultaneamente, o território vai sendo parcelado e entregue a companhias estrangeiras em forma de concessão. A prosperidade destas companhias e do Estado português dependia da repressão dos indígenas.

O Estatuto de indígena português que começou a vigorar em 1926 foi o regulamento, aprovado pelo parlamento português, que fixou os requisitos e pressupostos das formas de ascensão ou conversão dos nativos, classificados de indígenas, em cidadãos. Nas colônias portuguesas somente os negros e seus descendentes deviam comprovar ao poder colonial que já tinham renunciado a sua cultura. Nas províncias ultramarinas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique aos negros nativos foi exigido os seguintes requisitos: ter mais de 18 anos, falar corretamente a língua portuguesa, cumprir o serviço militar obrigatório, possuir algum oficio e ter bom comportamento (artigo 56 do Estatuto do Indígena). A primeira vista se apresentam como algo que está ao alcance de todos e de fácil obtenção. Porém, no artigo 60º da mesma lei que trata da emissão do documento de identificação (RG) constatam-se outros elementos, nomeadamente: oficio – não e tratava de qualquer oficio, mas sim o exercício de um cargo publico ou, pelo menos, ligado a administração colonial; Em relação a escolaridade, que não aparece no artigo anterior, o exigido é o primeiro ciclo do liceu concluído (ensino básico); Sem duvidas, a obtenção da cidadania portuguesa era, para muitos nativos, algo difícil de se obter. Os poucos que frequentavam à escola deviam comprovar ter qualidades extraordinárias para se beneficiar da oportunidade de estudar alem do nível limitado aos indígenas – geralmente 4ª classe. Mesmo sendo povos vivendo na jurisdição territorial portuguesa os indígenas

precisavam cumprir estes requisitos para obterem a cidadania derivada (assimilação) diferente da cidadania originaria.

Para a obtenção do alvará de assimilado os indígenas deveriam submeter um requerimento às autoridades administrativas anexando a este o comprovante de residência, de fluência da língua portuguesa, certidão de conclusão do ensino primário, certidão de casamento e para os solteiros um termo de compromisso de monogamia. A conversão de indígenas em cidadãos estava dependente da burocracia. Nem sempre a submissão total dos documentos significava um deferimento e consequente emissão do alvará. A incerteza e a imprevisibilidade eram parte integrante do processo. Do indígena se queria apenas produtividade e sua mudança de conduta e comportamento poderia torna-lo um assimilado e não, necessariamente, um cidadão. Nem o indígena e nem o assimilado eram cidadãos ainda que este ultimo tenha sido, relativamente, incluído na sociedade colonial do século XX.

Todos estes mecanismos de purificação e conversão das populações africanas fixadas em Moçambique nos fornecem elementos essenciais para a compreensão dos processos de segregação de iniciativa estatal que se assemelham, posteriormente, ao processo de perseguição dos inimigos – aqueles que não possuem requisitos para ingressar a nação. As incompatibilidades de características de certos indivíduos em relação a um perfil desejável de cidadão veem gerando algum tipo de violência estatal em Moçambique desde a colonização. Os nativos negros não tinham sido classificados, explicitamente, como inimigos. Mas, o poder exercido pelas instituições do Estado colonial sobre si expressam quão antigas são as praticas e critérios de segregação e inclusão dos nativos. Nesse sentido, a dupla categorial que norteou o funcionamento do Estado pós-colonial é, em certa medida, uma continuidade de mecanismos legais, incluindo-se o estatuto do indígena, que demarcaram durante vários anos as diferenças entre o incluído e o segregado, entre quem esta dentro ou fora da comunidade dos nacionais. Os primeiros, majoritariamente, confinados no espaço rural como mão de obra barata das companhias agrícolas ou dos prazos. Os segundos com possibilidades de trabalhar e habitar as cidades, mas ainda sem plenos direitos.

Segundo Meneses (2010) o indígena foi uma categoria legal que nas colônias de Moçambique, Guiné Bissau e Angola justificavam a superioridade da cultura portuguesa (europeia) em relação às africanas. Os indígenas eram seres desprovidos do raciocínio, da razão e do conhecimento e por isso forçados a assimilar os princípios e

valores lusitanos. No mesmo espaço geográfico, os indivíduos eram distinguidos de acordo com o seu nível de absorção aos modos da vida europeia. Para o indígena uma lei e para o civilizado outra. Os indígenas deveriam ser julgados de acordo com seu estatuto e demais legislações a si referentes enquanto que os cidadãos eram julgados pela lei comum. A sociedade colonial estabeleceu essa diferenciação de tratamento jurídico entre os infratores indígenas e os não indígenas. Para os mesmos crimes poderiam ser aplicados códigos diferentes dependendo de quem os cometeu. Este entendimento foi também de alguns juristas portugueses vinculados às universidades que em jeito de interpretação trouxeram ao publico suas analises sobre o Estatuto do indigena. Citando-os,

> O fato de os nativos das províncias portuguesas da África continental se encontrarem ainda em determinado grau inferior de civilização implica a necessidade de se processar um ordenamento jurídico adequado a possibilidade de efetivação de poderes e deveres por parte desses nativos.· Isto é, os indígenas [...] encontram-se numa posição especial perante a ordem jurídica geral. [...]. (1958, p.11-13)

O indígena era apenas um súdito que fazia parte de um povo que não pertencia à nação portuguesa. Para o colonizador era um grande feito impor ao colonizado sua língua, seus hábitos, sua forma de vestir, etc. A experiência portuguesa como referencia normativa para os nativos transitarem a outro estagio de desenvolvimento. A única forma de pertencer e estar "incluído" na nação portuguesa era pela renuncia dos costumes, das tradições e as religiões consideradas bárbaras. Quem almejasse um lugar entre os civilizados conhecia os mecanismo e formas de proceder. As diferenças culturais entre ambos justificavam a presença colonial portuguesa como uma missão quase que religiosa – a salvação do indígena da sua barbárie. Segundo Menezes (2010) havia nessas praticas de conversão do indígena em cidadão a necessidade de legitimar a colonização e de eleva-la a uma dimensão moral - a mudança significativa do comportamento dos negros em Moçambique como sua meta. Portanto, a falsa possibilidade de que o processo daria condições de elevar os nativos ao estagio do branco, da civilidade e da cidadania lusa produzia entre os indígenas uma forte motivação. Muitos acreditavam na possibilidade de uma igualdade entre as raças. Todavia, a igualdade só se daria se os negros absorvessem a cultura europeia e não o inverso. Os poucos portugueses e europeus que se interessaram em conhecer as culturas locais foram os missionários cristãos que desenvolveram estudos sobre os povos das

regiões onde fixaram as instalações da igreja. A antropologia era o que muitos missionários se ocupavam para classificar os grupos étnicos de acordo com suas fraquezas, costumes, hábitos e, principalmente, suas predisposições para o trabalho agrícola. Muitos aprendiam nas comunidades a falar a língua local e até celebravam os cultos nas igrejas comunicando-se na língua africana da região.

O estatuto do indígena passou por uma pequena reformulação e, mesmo assim, o conceito de indígena não foi associado ao de cidadão com plenos direitos. Os juristas concluíram que:

> [...] a condição de indígena não se contrapõe a cidadania civil, no sentido de nacionalidade, isto é, vinculo jurídico permanente que liga um individuo a um Estado como membro do seu povo.Tanto o cidadão no sentido referido [...] tanto como o indígena tem nacionalidade portuguesa. [...]. Na sinonímia nacional=súdito=cidadão tanto o indígena como o não indígena são igualmente cidadãos porque a unidade política do Estado corresponde logicamente a atribuição da nacionalidade portuguesa a todos os elementos populacionais do Estado excetuados os estrangeiros. Por outro lado não pode confundir-se o significado estatutário de cidadão com cidadania política [...] o conjunto de cidadão que goza dos direitos políticos [...].Temos assim que os indígenas são súbditos portugueses submetidos à proteção do Estado português, mas sem fazerem parte da Nação, [...]. (1958, p.12-13)

Deste entendimento fica claro que o indígena, dificilmente, alcançaria o estagio de cidadão. Os grupos étnicos de Moçambique estavam nessa complexa situação de terem vinculo com o Estado português e não poder ser cidadão. Se formos pelos idiomas seriam varias nações unidas pelo Estado colonial com o qual também não possuíam nenhum vinculo se não o de produzir e de pagar tributos. Não iremos nos estender nas emendas que o Estatuto sofreu porque não produziram mudanças significativas na vida do indígena. O estatuto foi revogado no inicio da década de 1960 em meio a inúmeras mobilizações encabeçadas pelos assimilados para o fim do colonialismo europeu no continente africano.

3.2 Do inimigo comum ao inimigo interno na luta pela independência.

A figura do inimigo conhece, a partir da década de 1960, outra significação por parte daqueles que sempre estiveram numa situação subalterna na sociedade colonial portuguesa. Segundo Cruz & Silva (1990) entre 1958 a 1961 alem dos partidos

nacionalistas constituídos no exterior como a UDENAMO e a MANU surgiram no Sul de Moçambique, sobretudo na cidade capital – Maputo, diversos grupos reivindicando a independência e o fim da dominação colonial portuguesa. Os grupos eram fragmentários e diversificados circunscritos aos bairros periféricos como Mafalala, Chamanculo e Lhanguene. Suas ações envolviam a elaboração de cartazes para posterior fixação nas residências dos informantes dos policiais vinculados a policia secreta portuguesa (PIDE-DGS). Os panfletos serviam de advertências ou ameaças de morte e, igualmente, eram fixados nas lojas indicando que os produtos alimentares tinham sido envenenados. Uma forma de contrapropaganda para causar prejuízos aos comerciantes portugueses. Existia outro segmento no interior destes grupos que se reunia para discutir política em torno da situação de diversos países africanos. Um debate de ideias, informações e de literatura a partir dos fóruns já constituídos com a criação de grêmios e associações a partir da década de 1930.

O elemento central dessas manifestações urbanas, para o presente estudo, é o fato de que nessa época já se discutia em torno da questão: *Quem é o inimigo?* Embora não se cogitasse, ainda, alguma forma de intervenção violenta era consenso de alguns destes movimentos que "... o inimigo principal era o individuo de raça branca e uma definição mais clara só veio a se fazer [...], com a Frelimo" (ibidem, p.130). Como se pode ver os policiais figuravam entre aqueles indivíduos que no interior das comunidades residentes na periferia da cidade de Maputo foram considerados como inimigos, portanto, merecedores de uma ampla rejeição dos demais moradores com os quais coabitavam neste bairro. Os panfletos e os cartazes revelam todo esforço de torná-los identificáveis, publicizar sua traição em relação aos residentes reforçando a ideia de não pertencimento ao conjunto ou de rompimento as regras da comunidade sendo por isso merecedores da exposição publica e da perseguição.

Quem são estes policiais que coabitavam o mesmo espaço com os segregados? Implicitamente, fica demonstrado que se tratava de nativos que se encontravam na escala inferior da hierarquia policial - os auxiliares de policia. Esse cenário expressa, de certo modo, a condição do policial como pertencente a uma categoria que se encontra social e economicamente a margem. Mal aceitos pelas comunidades onde residiam em decorrência de seu oficio e, simultaneamente, merecedores do mesmo tratamento que proporcionam a determinados grupos socialmente discriminados. Esses movimentos periféricos urbanos em diversas cidades representaram as primeiras manifestações

urbanas anticoloniais em Moçambique. Porém, é da união dos diversos movimentos anticolonialistas, legalmente, constituídos nos países vizinhos, que se cria a FRELIMO.

A FRELIMO é fundada como uma unidade política, militar e interetnica que deveria representar a busca pela emancipação dos nativos em relação ao colonizador. A emancipação exigia um combate militar contra o inimigo comum – o governo colonial português. A unidade de enfrentamento ao inimigo comum é parte da visão de Eduardo Mondlane, primeiro presidente da frente, retomado em inúmeros discursos fundadores do movimento de libertação. Citando-o,

> O I Congresso da FRELIMO proclama a união de todos moçambicanos sem qualquer discriminação de origem étnica, de condição de fortuna, de confissão religiosa ou filosófica, nem de sexo, na luta por todos os meios para a liquidação completa do colonialismo português e para a conquista da independência nacional. (1963, p.27)

A violência gerada pela repressão colonial contra os nativos possibilitou assim a constituição de um *nós* sofredor em oposição aos *outros* – os colonizadores. A frente que liderou o confronto armado contra as tropas do governo colonial português, em Moçambique, foi constituída em 1962. Em 1964 se dá inicio a insurreição geral armada e com o tempo a figura do inimigo vai ganhando diversos contornos. Nesse sentido, sendo a frente uma unidade política, militar, militante e interetnica passa a ter também como meta e horizonte a eliminação do verdadeiro *inimigo* que deixara de ser aquela tribo vizinha sobre a qual se ensinara a odiar e detestar durante o processo colonial. As discórdias tribais, forjadas pelos colonizadores, tinham apenas a função de desviar a violência para falsos inimigos e inviabilizar qualquer forma de revolução (Sartre, 1961, p.15). É com a identificação do inimigo que se suspende ou cessam todos os particularismos, diferenças étnicas, discórdias tribais e se inicia a construção de uma consciência e identidade nacional.

Em Moçambique a constituição de um *nós* ou de uma consciência nacional foi se estabelecendo, por longos anos, e se elegeu o colonialismo como o inimigo a ser destruído. A FRELIMO buscou associar o sistema colonial como o principal inimigo, alvo da destruição e não os brancos ou portugueses. Este esforço de dar um caráter impessoal ao combate e eliminação do colonizador fazia do inimigo um ser abstrato que tanto poderia ser um negro nativo defendendo o exercito português ou militante da frente e também poderia ser um branco favorável ou contra a frente. O caso do Jacinto

Veloso que abandonou o exercito português, com o avião da força aérea que pilotava, para se juntar as fileiras da frente em Tanzânia é um dos emblemáticos exemplos de quem estava do lado do inimigo, mas que se identificou com a frente desassociando-se do exercito colonial.

O inimigo a ser eliminado ultrapassava os critérios de ordem racial e étnica entrando numa zona de complexa distinção. O modo de agir, pensar e da efetiva participação nas atividades de luta poderiam servir de critério. E nesse cenário podiam ser alvos de destruição ou eliminação negros e brancos dependendo do seu posicionamento num dos lados do confronto. Sabe-se que durante a luta armada pela descolonização tanto a frente como o exercito colonial se serviram do recrutamento de nativos para o combate (COELHO, 2003). Enfim, havia negros e brancos moçambicanos em ambos os lados.

No momento das guerrilhas, fase intermediaria entre a fundação do movimento e a independência, a indistinção entre ser branco e ser colonizador causou certas duvidas e problemas entre os militantes da frente. De certo modo, a presença de mestiços (goenses) e brancos no movimento, de proveniência diversa (europeus e os brancos nascidos em Moçambique), gerava certa inquietação conforme elucida o militante e pesquisador social de origem indiana (Goa) Aquino de Bragança:

> Durante muito tempo, com efeito, o militantismo e o patriotismo dos moçambicanos eram considerados em função do grau de pigmentação de sua pele, os militantes e os patriotas verdadeiros eram negros. Os outros fossem quais fossem as suas tarefas e a maneira como delas se desempenhavam eram considerados como inimigos, como lacaios. (1980, p.46)

Este argumento de quem participou, ativamente, na frente apontava para a existência de racismo no seio do movimento ou, pelo menos, de certo receio em relação aos militantes não negros. Esta discussão se arrastou até 1969 quando emerge a figura de Samora Machel e a distinção entre o inimigo interno e o externo entra no cenário da luta e sustenta a perseguição e fuzilamento de certos militantes. A frente é purificada, física e ideologicamente, julga e condena ao confinamento certos militantes considerados contrários a unidade sem perder de vista a luta de libertação. Os inimigos internos são apelidados de *reacionários* e os demais *revolucionários.* Os reacionários são considerados cúmplices dos colonizadores e responsáveis pelas mortes de diversos dirigentes do movimento e por essa razão foram fuzilados sem direito a nenhum perdão.

No relatório da FRELIMO apresentado por Samora Moises Machel ao III Congresso contem uma analise das diversas contradições que levaram o movimento a uma situação de crise interna entre 1966 e 1968 que culminou com a morte de Eduardo Mondlane. Como presidente do movimento que ascendera imediatamente as tais crises decide resolve-las acusando de traição determinados militantes. Citando-o,

> [...] o grupo de Kavandame decidiu também usar a violência contrarrevolucionaria indo até ao crime, como mostra o assassinato do nosso camarada [Paulo Samuel] Kamkhomba. A linha política de oposição à guerra popular [...] defendida por este grupo desde 1966 aparece-nos assim claramente demonstrado [...]. [...] o grupo de Lazaro Kavandame em virtude de seus interesses objetivos tinha-se identificado desde algum tempo com os colonialistas portugueses. (1977, p.6)

Lazaro Nkavandame foi um militante da frente, da etnia *Makonde*, ao norte de Moçambique e permanece representado nos livros didáticos do ensino fundamental de Moçambique como o traidor da revolução e da pátria. Aquele que em detrimento da conquista popular de libertação nacional colocou seus interesses no primeiro plano. Este militante tinha opiniões divergentes com as decisões da direção do movimento de libertação. Seus posicionamentos dentre os quais o de ser favorável a independência da região pertencente a sua etnia, antes da década de 1970, bipolarizou o movimento em duas linhas opostas. Essa contradição ou ausência de consenso foi interpretada como enfraquecimento e vulnerabilidade da unidade. Entretanto, as divergências se deram no nível da classe dirigente do movimento. A linha dominante, considerada revolucionaria, pretendia que a independência fosse do território nacional como um todo indivisível, apostava na guerrilha popular e se autodenominava combatente do tribalismo, regionalismo, racismo, ambição e egoísmo (ibidem). Segundo Iussuf Adam (1991, p.57) Lazaro Nkavandame era um líder tradicional, dentre vários da região norte de Moçambique, com quem a frente manteve alianças desde sua fundação. Alguns ascenderam a determinados cargos no movimento e seu posicionamento contrario a diversas questões pode ter influenciado as conclusões de que as lideranças tradicionais eram um entrave ao movimento. Particularmente, este e os diversos lideres tradicionais que participavam do movimento não tinham passado por treinamentos militares daí então a suposição de que um treinamento político-militar distante de qualquer influencia das lideranças locais poderia colocar a frente no caminho certo para a independência. Os

lideres tradicionais são, rapidamente, substituídos pelos comissários políticos e instrutores político militares que forneceriam novos elementos e referencias com as quais se identificar.

A segunda linha, rotulada de contraria a estes ideais, tradicionalista, contrarrevolucionaria e, por isso, colaboradora tacita do sistema colonial português (ibidem). A distinção entre as linhas já demarcavam o dentro e o fora, o *nós* e os *outros*, os que permaneceriam no movimento e os que estariam expostos à expulsão, a perseguição e ao fuzilamento. Segundo Machel,

> [...] duas linhas ideológicas se afrontaram no seio da direção superior da FRELIMO. Uma revolucionaria e popular e a outra, oportunista baseada no tribalismo, no racismo, na ambição e, assim, contrarrevolucionária. [...]. As duas linhas ideológicas apareceram porque a FRELIMO não tinha ainda definido uma linha ideológica clara. O nosso movimento seguiu uma linha confusa onde coexistiam opiniões mais diversas, reflexos de interesses de classes contraditórias, [...] impedindo assim distinguir o inimigo que começara a nascer no nosso seio em consequência do desenvolvimento da luta armada. (1977, p. 12-13-14)

Lazaro Nkavandame situava-se na segunda linha contraria a dominante e o presidente decidiu conduzi-lo a um campo de trabalho em Mtwara – Tanzânia. Daqui se evadiu e, novamente, foi capturado e reconduzido ao centro de reeducação de Mtelela – província de Niassa - onde morreu. A condução deste militante aos campos e sua segregação não teve nenhuma desaprovação pelos demais militantes se caracterizando numa falsa unanimidade. A identificação e conformismo a estas medidas desproporcionais aos inocentes eram as únicas alternativas para estar isento do mesmo tratamento. Poucos tiveram a coragem de se posicionar contra a decisão para não serem alvos de perseguições. Aparentemente, era um caso único e isolado que visava apenas devolver a estabilidade do movimento de libertação. Não se tinha a ideia de que aquele ato de estigmatiza-lo, rebaixa-lo, confina-lo antes mesmo de mata-lo poderia ganhar acelerações surpreendentes dali em diante. A designação de militantes como inimigos os colocava no mesmo nível de nocividade do sistema colonial. Portanto, ambos merecedores da eliminação. O inimigo interno passa estar associado à traição e a ser pré-formado ainda no decurso da luta armada anti-colonial. A frente fazia assim o primeiro inimigo interno a quem culpabilizou todos os males que estava passar – a

morte de inúmeros militantes da classe dirigente incluindo o primeiro líder Eduardo Mondlane.

A busca por uma linha homogênea em que convergissem os interesses da classe dirigente da frente se fundamentou na ideia de que eliminando os inimigos internos o movimento se transformaria numa unidade coesa e enfrentaria, sem sobressaltos, o sistema colonial. Nas palavras do presidente do movimento a revolução estava se encarregando de continuamente rejeitar a carga impura que transportava (MACHEL, 1977). As diferenças de opinião no seio da classe dirigente e do movimento no geral foi o critério adotado para definir os impuros e os puros. Esta distinção entre revolucionário e reacionário se constituía num processo identitário de renovação, renascimento e recomposição do *nós* que dependeu da eliminação do *outro.* Assim sendo, a frente seguiu uma visão política que se contrapôs a diversidade étnica, política e a certas condutas consideradas contrarias a moral revolucionária.

Com o desaparecimento físico do líder a unidade passou a ser reforçada com a perseguição aos inimigos internos cujas execuções tiveram como fundamento a necessidade de coesão da frente de libertação. Era como se a unidade do movimento dependesse da eliminação ou expulsão de outros militantes – os reacionários. Porém, essas medidas não servira apenas para homogeneizar como também fortalecia o poder do novo líder do movimento cujo grupo étnico permanecia e se via no centro da frente. A incompatibilidade entre os reacionários e os revolucionários originava também o antagonismo entre as etnias sulistas e as restantes do país. Entre os ditos reacionários só existiam os nativos das etnias do centro e norte. O sangue derramado tanto como inimigos internos bem como guerrilheiros da frente sustentava um poder étnico e tribalista. Os *tsongas,* sobretudo os *machanganas* se mantinham no topo da hierarquia e os *makuas, nyanjas, makondes, ndaus (shonas) etc* como meros subalternos. A relação entre o poder e a etnia *tsonga* se manteve neste movimento e pode ser um dos fatores que, ainda hoje, reforça os preconceitos étnicos e o complexo de superioridade desta etnia em relação as demais em Moçambique.

Segundo Meneses (2015, p.19) o conceito de inimigo ganha, após a morte de Mondlane, uma profunda ressignificação sendo integrado a outras modalidades para alem do sistema colonial. As modalidades e configurações que convergiam para a identificação do inimigo envolviam a corrupção, a deserção, opinião contraria as lideranças, o imperialismo, o tribalismo, o racismo, o egoísmo, a ambição entre outros

(FRELIMO, 1977). O inimigo interno poderia se apresentar sob múltiplos disfarces sejam eles políticos e econômicos e cabia aos militantes desmacará-los e, publicamente, destacá-los numa severa punição. Esse esforço de elaboração de um conceito, de moldar e manipular as opiniões e ações de guerrilheiros militantes constituíam os atos preparatórios para a continuidade da perseguição dos inimigos no contexto pós-colonial. A própria ideia de disfarce revela que se tratava de um inimigo interno que se mascarava de militante para materializar seus próprios interesses e do colonialismo. Citando,

> O inimigo hoje tem varias caras – tem a cara do colonialismo português que nos já conhecemos, tem a cara dos moçambicanos agentes da PIDE que nós denunciamos e castigamos, mas tem também a cara daqueles que estando no nosso seio tentam aproveitar a revolução para seu proveito pessoal. Estes últimos são muito perigosos porque encobrem sua traição sob a forma de **diferença de opinião**. [...] o inimigo pode assim sair das nossas próprias fileiras onde estava escondido como um falso nacionalista, como falso revolucionário e acabara por revelar a sua verdadeira natureza. De falso revolucionário ele manifestou então claramente reacionário e como agente do inimigo. (MACHEL, 1977, p.26)

Pequenas diferenças são transformadas em grandes oposições e instrumentalizadas. Todos os militantes são então convocados e mobilizados pela identidade para o combate do inimigo interno. Destes espera-se uma solidariedade de enfrentamento aos designados inimigos que eram a ameaça coletiva do *nós* (SEMELIN, 2009). O inimigo interno torna-se mais perigoso que o próprio sistema colonial. Nesse contexto, ao reacionário é dado certo grau de periculosidade para que não contaminasse a unidade do movimento daí a exigência de uma constante vigilância para separa-los do *nós*. A vigilância ganha um importante papel sendo um mecanismo de filtragem que separaria os bons e os maus militantes, os revolucionários e os reacionários. A vigilância tinha a função de banir o *outro*, de nivelar as diversidades de opiniões, devolver a ordem e a segurança do movimento. Ser vigilante era um sinal de lealdade sobre o qual se poderia reconhecer o grau de comprometimento dos militantes com os novos ideais da frente. Qualquer militante era em potencial um traidor ou um inimigo interno e o mesmo controle que se exercia sobre os outros era, igualmente, exercido sobre si. A frente tentava se prevenir da possibilidade de tais inimigos internos se disfarçarem de novas formas para prejudicar a sua luta. Citando,

> [...] o inimigo não renunciará aos desejos de se infiltrar dentro da FRELIMO e sabotar a luta de libertação [...] nós estamos certos de que ele vai utilizar novos métodos; ele vai procurar desta vez o alvo verdadeiro – quer dizer o inimigo vai tentar penetrar [...] com o fim de criar divisão. [...]. [...] não devemos subestimar os recursos do inimigo: bem pelo contrario devemos reforçar nossa vigilância [...]. Por isso, a nossa primeira preocupação deverá ser de definir o inimigo com clareza para poder estabelecer uma linha de demarcação entre eles e nós. (MACHEL, 1977, p.25)

A percepção da diferença no interior do movimento de libertação dava assim a consistência de uma identidade coletiva em que as relações entre o *nós* e os *outros* não deveriam ser pacificas. Aqueles que acreditavam pertencer ao *nós revolucionário* faziam dessa identidade coletiva comum a própria substancia de combate pela rejeição do *outro* (SEMELIN, 2009). Entre militantes se erguiam barreiras simbólicas que radicalizavam os antagonismos entre os *reacionários* e os *revolucionários* principal eixo de orientação da frente de libertação para a conquista da vitoria. A definição do inimigo restabeleceria a unidade que o movimento representara. Ainda nesse contexto, se reforçam as ações das milícias e do Destacamento Feminino.

Alem da vigilância a formação político-militar foi uma das soluções que os autoclassificados de revolucionários encontraram para garantir que o movimento já renovado e estabilizado não tivesse novos infiltrados. A unidade interetnica, militar e militante se restabelece nesse período a partir duma dupla oposição: em relação aos inimigos diretos – a colonização – e aos inimigos internos. Os procedimentos de perseguição interna ganham, desde a expulsão de Urias Simango, contornos cada vez mais violentos. Após o confinamento e fuzilamento dos reacionários sua discussão é retomada, com a fundação de novos partidos moçambicanos e a partir de 1974 nas vésperas das conversações para os acordos de Lusaka que regulamentaria a transição pacifica para a independência.

3.3 O homem novo e a retomada da perseguição do inimigo interno

Entre os dias 9 a 14 de Maio de 1970 decorreu a sessão do Comitê Central da FRELIMO marcada pela expulsão do militante Urias Simango, vice-presidente da frente e sucessor imediato de Mondlane conforme o Estatuto do movimento. Urias foi considerado "reacionário" e na mesma sessão em que foi expulso decorreu a "eleição" de Samora Machel (FRELIMO, 1979). Os documentos da frente apontam que a eleição

deste, representou a vitoria definitiva da linha revolucionaria que clarificara os objetivos da luta mediante a redefinição do inimigo. Certamente, se tratou de um ato de mera formalidade para conferir legitimidade a seu poder que já se exercia muito antes de ser conduzido ao cargo após a morte de Mondlane. Uma vez no topo da hierarquia do movimento inaugura uma nova fase da frente em que seus discursos expõem uma serie de militantes como inimigos internos e cuja eliminação passaria a nortear a luta pela independência. Da mesma forma, tais discursos vão distinguindo as condutas de tais inimigos que deviam ser reprimidas com aquelas que se supõem estar adequadas ao projeto revolucionário. Portanto, se elegem comportamentos que deveriam nortear os militantes na luta armada.

Por ter sido antes responsável pelo departamento de defesa como também instrutor militar do movimento prossegue com diversas mudanças para a formação militar dos militantes. Na sua ótica era necessário alterar a base de formação dos militantes acrescentando ao militarismo a componente política sem a qual seria difícil vencer as velhas ideias da sociedade colonial e tradicional. Ele próprio produz um texto direcionado aos instrutores dos centros de preparação militar do movimento em dezembro de 1970. Na mesma década introduz em seus discursos a figura do homem novo sobre a qual os militantes deveriam se espelhar. As perseguições, isolamentos, expulsões e fuzilamentos dos classificados por reacionários são tidos como um processo eficiente de depuração. Portanto, a morte como um ato de sobrevivência da coletividade que permitia a composição predominante de guerrilheiros conscientes, politicamente, de que há um inimigo bem próximo e o outro externo. Ambos a serem eliminados deixando vivos apenas os homens novos. Como se não existisse possibilidade de existência simultânea dos dois. A morte e a segregação dos inimigos como o garante da sobrevivência dos homens novos

Naquele contexto de luta de libertação não se podia falar de cidadão, mas já se delineavam os processos de modelação dos militantes rumo a uma nação composta por um perfil ideal de cidadão que daria condições para a ruptura radical com os valores, os hábitos, o estilo de vida das velhas sociedades – coloniais e tradicionais. O texto de orientação para os instrutores dos centros de formação político-militar é um dos seus primeiros entendimentos sobre o que deveria ser o homem novo e seu papel na transformação da sociedade colonial em nova. Seu pensamento foi estruturado para o contexto da luta armada em que era necessário preparar os militantes para impulsionar e

dirigir a luta armada e o instrutor teria o papel de transformar os nativos colonizados vindo de experiências e realidades socioculturais distintas em novos homens e com uma forma de se comportar homogênea. Citando-o,

> A nossa tarefa é formar combatentes revolucionários, é formar homens que, através da luta armada, destruam o inimigo e criem condições para construir uma nova sociedade. Formar homens quer dizer dar-lhes uma base política, cientifica e física que os torne aptos ao cumprimento das tarefas que lhes são fixadas. Os homens são a nossa matéria-prima. Estes homens que queremos transformar em combatentes revolucionários vem das situações mais diversas, cada um deles possui uma experiência lhe é própria diferente da dos outros. [...]. Desta diversidade queremos fazer combatentes revolucionários. Desta disparidade de ideias, desejos, vontades que refletem o mundo antigo queremos fazer homens profundamente embebidos da nossa ideologia [...] orientados para o serviço da revolução e do Povo trabalhador. (MACHEL, 1979, p.5-6)

Esse processo de transformação encabeçado pelos instrutores político-militar era direcionado para os militantes e o novo homem era assim concebido através da disciplina militar e formação política. Por esse motivo Cabaço (2007) considerou Nachingwea – base militar da FRELIMO - a escola do homem novo. Segundo este autor tratou-se de uma modernidade militar em que os conhecimentos técnicos e científicos estavam voltados para o manuseamento e manutenção de determinados equipamentos. No lugar da diversidade e diferenças étnicas e individuais se pretendia que a formação político-militar homogeneizasse os nativos. A base militar (quartel) de Nachingwea (Tanzânia) não foi o único lugar em que a experiência da luta de libertação possibilitou a emergência de um novo homem. As zonas libertadas assentamentos ou aldeias compostas pelas populações durante a luta armada contra o governo colonial foram os principais espaços de inserção das comunidades rurais na educação e, sobretudo, na reorganização das formas de produção. Segundo Adam (1991, p.58) nessa época o exército de militantes guerrilheiros teve o papel de incorporar a sociedade rural num processo de criação da nação.

A figura do homem novo deveria ser constituída a partir da oposição a tradição e a sociedade colonial sendo a educação e o treinamento político-militar os principais eixos de transformação dos nativos. Tanto a colonização e a tradição foram consideradas parte da velha sociedade e que não deveriam transitar para a sociedade descolonizada. Deveria ser mudada a mentalidade dos nativos que desde a época pré-

colonial permaneciam obedientes à estrutura hierárquica das organizações tradicionais locais cujos poderes, supostamente, supersticiosos subalternizavam jovens e mulheres. Para a FRELIMO a sociedade tradicional era um conjunto de forças sobrenaturais hostis aos nativos e homem novo deveria se libertar dela e da colonização pela razão. No lugar da educação tradicional africana se deveria colocar a ciência. Se procura, a qualquer custo, eliminar todas as formas de ensinamento baseados na tradição. Os ritos de iniciação são considerados mecanismos de dominação dos mais novos pelos mais velhos (MACHEL, 1973). Por essa via se tenta enfraquecer o poder dos lideres locais e uma serie de crenças e cosmologias étnicas associando-as a praticas de exploração e discriminatórias tal como foi à colonização. A tradição e a colonização eram consideradas as faces da mesma moeda, portanto, formas de opressão. A tradição beneficiara um pequeno grupo de lideres tradicionais e a colonização uma pequena elite burguesa branca que se apropriara dos espaços incluindo a cidade e a escola. De 1970 até a independência o discurso sobre o antagonismo entre o homem novo e inimigo vai crescendo sendo, amplamente, difundido entre os militantes e as populações nas zonas libertadas.

Enquanto essas mudanças decorriam no interior do movimento fora dele o vice-presidente expulso não se conforma com a sua retirada do cenário da luta anti-colonial e resolve se juntar ao COREMO (Comitê Revolucionário de Moçambique) fundado por outros militantes expulsos ou dissidentes da FRELIMO nos primeiros anos de fundação. O COREMO adquire uma estrutura similar ao da Frente e também faz seu recrutamento para treinamento e ações de guerrilha. Entre 1970 e 1975 ocorrem diversas mudanças no cenário político e a Frente que acreditava ter o apoio de toda população nativa enfrenta os grupos especiais do exercito colonial composto por nativos. No interior de Moçambique alguns nativos com formação universitária que passaram da frente como militantes vão constituindo partidos que se opõem a ideia da centralização do poder num único partido com projetos marxistas. Entre tais partidos se encontra o GUMO (Grupo Unido de Moçambique) liderado por Maximo Dias e Joana Simeão muito ativa, politicamente, que mantinha encontros e reuniões com embaixada americana e empresários portugueses para apoiar seu movimento (COUTO, 2011, p.217). Igualmente, o vice-presidente expulso funda também o PCN (Partido da Coligação Nacional). Os debates sobre a necessidade de eleições multipartidárias e de quem representaria os moçambicanos nas negociações para a transição a independência inquieta a FRELIMO que considera os fundadores destes movimentos seus inimigos.

Urias Simango é capturado e submetido a um julgamento popular (vide anexo II) e Joana Simeão também é apresentada publicamente e conduzida ao campo de reeducação de M´telela (vide anexo III). Importa realçar que a captura da Joana teve o apoio das autoridades militares e policiais portuguesas. Já o Simango fora atraído pelos membros do governo dos países vizinhos, pois este também tentava parcerias e apoio em diversos países africanos. Estes eventos todos decorrem antes da independência e o que se assistiu desde a ascensão de Samora Machel a liderança da FRELIMO foi à suspensão dos Estatutos que regiam o movimento, a centralização de decisões bem como a perseguição de moçambicanos inocentes sem motivos. O posicionamento político dos poucos moçambicanos escolarizados contrários as propostas da FRELIMO foi suficiente para justificar a eliminação ou o confinamento nos campos de trabalho forçado.

Com a independência o presidente do partido e também do país decide conduzir o Estado pós-colonial mantendo a figura do inimigo interno. A designação de inimigo interno passa para inimigo do povo ou reacionário e sua perseguição agora tem a colaboração dos corpos do Estado, sobretudo a policia. A independência apenas significou a retirada física do colonizador, mas os não escolarizados e os desempregados continuaram sendo perseguidos, deportados e forçados ao trabalho agrícola manual nos campos de reeducação e sem remuneração. Por essa razão o antropólogo brasileiro Omar Thomaz os designou de escravos sem dono. A escravidão não tinha terminado os próprios "revolucionários" se encarregam de dar continuidade ao processo de conversão a cidadania pelo trabalho. O governo pós-colonial inferioriza e reduz certos nativos a sujeitos sem direito.

A figura do inimigo passa por inúmeras metamorfoses, mas nunca se abandona. É com a sua retirada das cidades que se pretendeu purificar a comunidade nacional moçambicana em construção. A purificação ocorreu de forma dupla visando retirar os elementos nocivos da comunidade imaginada como também buscando reintegra-los a nova sociedade moçambicana destribalizada e descolonizada por meio da tortura. Se antes fora o inimigo direto – o colonizador – e, posteriormente, os reacionários no período da independência os discursos elegem entre os nativos novos opositores a serem eliminados ou reajustados (reeducados). A reeducação seria mediante treinamentos em situações de isolamento, em determinados espaços rurais, baseado num processo forçado de disciplinar os inimigos com o trabalho manual agrícola. É sobre este

discurso de inimigo que se pretendeu construir, pela diferença, o pertencimento e a inclusão na nova nação em construção.

Segundo Semelin (2009) as figuras do inimigo estiveram na origem de discursos sobre a construção da nação em diversos países e foi um dos principais fatores que conduziu aos massacres. Na Alemanha, em Ruanda e na Iugoslávia as figuras do inimigo desencadearam uma brutal violência entre membros da mesma comunidade nacional. Se para Alemanha o fundamento da perseguição ao inimigo foi racial para os ruandeses o inimigo era étnico. Uma pequena distinção colocada pelos colonizadores belgas, há vários anos, veio a produzir uma cisão entre os *hutus* e *tutsis* e diversas tentativas sangrentas de limpeza étnica. É da eliminação do inimigo que se sustentaram os processos de construção da identidade nacional purificada nestes países. A purificação pode ser política quando se elimina qualquer forma de oposição aos partidos únicos no governo e pode também ser identitaria quando os elementos raciais, étnicos, religiosos, regionais são utilizados para designar certas pessoas de inimigas.

As figuras do inimigo são também apresentadas como assustadoras ou mesmo diabólicas e outras inferiorizadas a certos insetos mesquinhos, nojentos e desprezíveis (ibidem). Por esse motivo a figura do inimigo em Moçambique se designou *Xiconhoca*. A palavra composta por aglutinação do nome Chico – o infiltrado moçambicano que se tornou carrasco dos presos políticos da FRELIMO – e *nhoca* que na língua *Changana* significa cobra (MENESES, 2015). Em Ruanda, pais africano também pós-colonial o inimigo étnico era chamado de *inyenzi* que significa barata. O inimigo é aquele sobre o qual se canalizam a culpabilidade pelos males, medos e fracassos da coletividade (ibidem). A constituição de um *nós sofredor* remete a uma salvação centrada na eliminação do *outro*. O *"nós, alemãos"* ou "*nós, hutus"* parece estar desestabilizada e para devolver o equilíbrio se elimina o causador do sofrimento. É como se a sobrevivência de uns dependesse da eliminação dos outros. A morte de uns significa a vida de outros, portanto, o soberano exerce o seu poder de fazer morrer e deixar viver o único com a capacidade de fixar critérios que atribuem um valor a algumas vidas e desvalor as outras.

A construção da nação moçambicana dependeu tanto da eliminação bem como da conversão. Por períodos não fixados e nem estipulados se suspendia, a condição de cidadão de certos nativos confinando-os nos campos bem distantes das cidades. Não houve uma gradual perda da cidadania tal como acontecera com os judeus na Europa

porque a nação é posterior a colonização. Porém, as mesmas pessoas que nem sequer conseguiram transitar para a condição de assimilados couberam nessa nova terminologia daqueles que poderiam ser mortos ou obrigados a trabalhar sem atentar com os preceitos dos códigos do direito penal.

Segundo Jacques Semelin (2009, p.34) a designação de inimigos pode resultar de crises econômicas, políticas, sociais, etc. Em Moçambique a revolução anti-colonial surge da necessidade de eliminação do sistema colonial e seus impactos que até então colocavam os nativos em situações de pobreza material, cultural e econômica. Os níveis de desigualdade entre os colonos e os nativos era, absurdamente, elevado. Não havia acesso à escola, as condições básicas de saúde eram péssimas, não existiam para os nativos empregos que não envolvessem o trabalho braçal mal remunerado. Associado a esses fatores notava-se um grupo crescente de emigrantes portugueses e outros estrangeiros na região que em tão curto espaço de tempo alcançavam condições melhores de vida. A designação dos colonos como inimigos, temporariamente, resolveu a questão. Contudo, ao herdar o Estado verificou-se uma serie de problemas e houve necessidade de designar novos inimigos para inverter o quadro de inferioridade econômica e social que o pais se encontrava.

Derrubar o colonialismo português na frente de batalha não significou uma descolonização completa. As marcas do colonialismo estavam presentes na sociedade pós-colonial daí que entre os descolonizados buscou-se aqueles que mesmo sem cometer crime eram responsabilizados pelos retrocessos do país. A população deveria então se juntar as instituições a fim de purificar a comunidade dos descolonizados destruindo todos aqueles que, pelo discurso do soberano, foram identificados como o fator do subdesenvolvimento.

A crise seja ela política ou econômica indica, certamente, o fracasso e falência dos modelos e regimes que se pretendem superar. As elites no poder coadjuvadas pelos elaboradores de políticas (intelectuais) buscam soluções sugerindo reformas, medidas administrativas, cooperação internacional, etc. Os planos de superação procuram diminuir esse "traumatismo coletivo" a partir de elementos negativos que afetam a comunidade imaginada em construção. Portanto, diante de problemas de ordem econômica a identidade nacional que parece estar afetada surge como uma milagrosa solução. As respostas das elites e de demais agentes sociais e políticos consistiu em canalizar, novamente, os traumas e os medos, para uma figura hostil - o inimigo – cuja eliminação ilude aos nativos de que os problemas se resolverão:

> Serão, precisamente, os agentes sociais e políticos que, com seus discursos e ações, vão se encarregar das emoções coletivas associadas ao traumatismo em massa. [...] sabem falar ao povo usando metáforas e símbolos que tem forte ligação com a sua historia. [...]. O primeiro ponto dessa retórica [...] consiste em transformar a angustia coletiva [...], com relação a um inimigo, do qual eles vão expor toda a periculosidade. [...]. Os discursos mais extremados apresentam essa figura do inimigo como necessariamente assustadoras ou mesmo diabólicas. [...]. Não percamos de vista a finalidade desse processo socioafetivo: tratar o "nós" que sofre, refazê-lo, de maneira a que saia do seu Estado de crise. Concentrar o foco sobre um "inimigo a destruir" é procurar se reconstruir a custa desse "Outro"perigoso. [...] "nós" triunfante, que se regenera por meio da destruição do "eles". (SEMELIN, 2009, p.38-39)

Segundo este argumento após a descolonização o Estado moçambicano precisou se reconstruir pela destruição ou purificação do inimigo. A identidade nacional baseada na figura do *homem novo* era apenas uma suposta saída para as angustias e traumas deixados pela colonização. Deste modo, se constitui uma espécie de darwinismo social em que se supõe que a inexistência de grupos e indivíduos considerados inimigos garantiria a sobrevivência, sem sobressaltos, da comunidade imaginada dos homens novos. O combate ao inimigo foi uma retórica que sustentou um *nós* em oposição aos vários *outros* indesejados, localizados no interior do território nacional, o qual toda sua periculosidade foi exposta enquanto seres nocivos para a nova sociedade.

A reconstrução do Estado a partir de um inimigo interno que deveria ser eliminado ou ajustado à realidade sustentava, de certo modo, a crença de que suprimi-lo ou torna-lo útil, do ponto de vista produtivo, se alcançaria o tão almejado bem estar. A eliminação do inimigo seria então a possibilidade de elevar a nação a um estagio de desenvolvimento superior ao anterior com mais direitos, mais acesso a escola e demais serviço. A falsa expectativa de que a ruptura com o passado colonial se daria pela eliminação ou conversão dos inimigos é que movia a busca pela identidade e unidade nacional pelas instituições de controle e socialização. A identidade nacional foi considerada a saída para o desenvolvimento. Citando Semelin,

> [...] os que creem que o país pode sair da crise pela "solução da identificação" contam, com certeza, impo-la ao conjunto do corpo social. Eles se servem, em suma, da força emocional da identidade para suscitar a adesão do povo e, assim, conquistar e conservar o poder; chame-se essa jogada de manipulação das emoções de nacionalismo, do racismo ou etnicismo. [...] a batalha pelo poder não se trava tanto contra "eles" que se rejeita, mas contra as parte do nós

> refratarias a visão de identidade, no que se refere ao futuro do país. (Ibidem, p.58)

Após a independência a governação da FRELIMO não permitiu a existência de outras forças políticas partidarizadas. O unipartidarismo foi à via escolhida e a identidade nacional foi construída em torno de seus ideais de unidade étnica, militar e militante. Na luta contra os nativos refratários a política foi partidarizada o que revela a inexistência de tolerância para aqueles que tivessem um posicionamento contrario as políticas em andamento. A solução que perpassou pela identidade como saída dos problemas cumpria assim uma função econômica como também da manutenção do poder que reprimia qualquer tentativa de oposição. Alem da intenção da homogeneidade identitária se pretendia que todos fossem favoráveis ou militantes do partido único – homogeneidade política. A transposição dos elementos das disputas anti-colonias para a realidade pós-colonial revelou a permanência de uma nova guerra pautada pelo combate, destruição ou purificação, de não combatentes entre os nativos. Segundo Semelin (ibidem) as ações, frequentemente, coletivas de destruição de não combatentes é o que consubstancia o massacre. Nesse sentido, os processos conducentes a construção da identidade nacional moçambicana a partir da oposição entre homem novo e inimigo se baseou em massacres e na produção de vidas nuas despidas de qualquer direito. Este autor considera ainda que nos diversos regimes comunistas surgidos no século XX ocorreu um projeto de destruição-submissão que não tinha como meta aniquilar suas populações, mas sim remodelar as sociedades, reestruturar o corpo social, redesenhar o povo através de um imaginário prometeico. Contudo, tais Estados se transformaram em maquinas de destruição das próprias populações e produziram inúmeras vitimas (SEMELIN, 2009, p.456).

3.4 O homem novo e a cidade: os campos de reeducação como paradigma da produção da nação em Moçambique.

Segundo Agamben (2010, p.176) "o campo, e não a cidade, é o paradigma biopolítico [...]". O campo é a norma e não a exceção, é onde o Estado-nação moçambicano em construção investiu no renascimento do inimigo, na produção da vida nua e na transformação de tais inimigos em cidadãos. A figura do inimigo foi o fundamento da construção do novo Estado-nação moçambicano e, portando, do novo cidadão moçambicano – o homem novo. Os campos de reeducação se ligam a

transformação dos inimigos internos e as cidades espaços, estritamente, reservados aos homens novos. É nos campos desabitados que foram destinados os inimigos que se pretendeu incluir, pela segregação, os nativos desajustados ao modelo de cidadão pós-colonial e nas cidades onde ocorre a inclusão inclusiva.

A independência deveria significar a conquista da liberdade e elevação dos nativos à condição de sujeitos de direitos. Porém, no lugar da liberdade o Estado pós-colonial suspende direitos, parcializa a liberdade, elimina vidas ou segrega-as da cidade incluindo-as nos campos de reeducação. Os campos, a margem das cidades, inauguram a formação do Estado moderno moçambicano e constituem a dianteira da descolonização das mentes dos nativos. É neles que, sob forte vigilância e maltratos, se deveria eliminar o racismo, etnicismos, obscurantismos, a prostituição, a preguiça sobretudo os aspectos nocivos a nação. Portanto, o abandono das velhas mentalidades coloniais e tradicionais e uma mudança de comportamento em direção a uma nova forma de ser. Uma descolonização forçada que se sustentou na retirada de direitos e, obviamente, na produção de vidas nuas.

O historiador francês Michel Cahen atribui a esse processo a designação de modernidade autoritária ou repressora para dar sentido a esse movimento de construção do Estado-nação com base na imposição forçada de uma forma de ser. Tal imposição envolveu um movimento de populações da cidade para o campo - retirada forçada de cidade para o campo – bem como da constituição das "cidades rurais" frutos de um aldeamento – aldeias comunais – que tinham o propósito de transformar os camponeses em homens novos e inseri-los na cadeia de produção.

Segundo Cahen, as aldeias comunais visavam coletivizar e cooperar a produção agrícola e, essencialmente, introduzir o Estado no campo para o controle. Os camponeses foram impostos a viver nas aldeias comunais e a abandonar seus locais de habitação onde possuíam suas terras para lavoura e também seus espaços de culto aos antepassados conforme as crenças religiosas locais. O aldeamento forçado em Moçambique ocorreu tanto por parte do governo colonial bem como da FRELIMO. Segundo Cabaço (2007, p.345), os aldeamentos são a partir dos finais da década de 1960 parte integrante da estratégia de guerra contra o movimento anti-colonial e visava conquistar a simpatia e adesão dos nativos ao exército colonial. Tais aldeamentos eram controlados pelas tropas portuguesas que não somente pretendiam evitar o contato das populações com os guerrilheiros como também fazer a propaganda de uma suposta preocupação com a melhoria das condições de vida nas regiões rurais (THOMAZ,

2008). A política de aldeamento tornou-se prioridade do governo colonial em 1968 e movimentou populações de uma região para outra e quem não estivesse em tais assentamentos seria considerado inimigo do regime colonial (CABAÇO, 2007).

A organização dos aldeamentos obedecia a uma multiplicidade de órgão e cargos envolvendo administradores, oficiais de ação psicológica, comandante militar do subsetor, lideranças tradicionais enfim toda maquina de administração colonial incluindo a polícia secreta portuguesa (ibidem). Os militares é que escolhiam os locais para tais aldeamentos e tinham estruturas equiparadas aos campos de refugiados, construídos com urgência, composto por diversos grupos etno-linguisticos, pequenas enfermarias e salas de aula entre outros (ibidem). Nos aldeamentos se constituiu também as milícias coloniais compostas por nativos e, rapidamente, foram recrutados mais nativos para treinamentos militares os que foram considerados GE (Grupos Especiais) que atuavam nas suas respectivas regiões desde janeiro de 1970.

Do outro lado do conflito, a FRELIMO constituía também aldeamentos em diversas posições e territórios conquistados o que designou de zonas libertadas. As primeira zonas libertadas foram no norte de Moçambique, província de Niassa, a menos populosa e destino escolhido para inúmeros deportados das cidades. Aqui também se colocaram em prática diversas formas de alfabetização, produção agrícola e eram protegidos pelas milícias e o Destacamento Femenino (DF). Segundo Sonia Correa e Eduardo Homem (1977) os quartéis também tinham o formato de aldeias e lembravam uma povoação no meio da mata composta de inúmeras palhotas. Citando-os "Atravessamos uma sucessão de casinhas. As pequenas para os casais, as grandes (coletivas) para os solteiros, umas para os camaradas, outras para as camaradas. O Quartel se estendia como uma pequena cidadezinha escondida pelas arvores"(ibidem, p.393). Há semelhanças e coincidências entre a organização do espaço nas zonas libertadas e os quartéis. Apesar de não ter sido bem sucedida em questões de produtividade (ADAM, 1991), é nesse espaço que a frente se inspira para impor a coletivização agrícola por meio das aldeias comunais. Pela descrição de Sonia Correa e Eduardo Homem (1977) fica claro que no contexto da luta de libertação as aldeias e quartéis eram indistinguíveis daí que as aldeias comunais também respondiam a um mecanismo de segurança e vigilância entre os moradores e não moradores.

O discurso sobre a formação do homem novo dava então aos nativos estas duas possibilidades: a de ser incluído no campo de reeducação como um inimigo deportado ou, pelo fato de nascer em regiões rurais, estar condenado a permanecer nas aldeias

comunais. As aldeias comunais não tinham qualquer semelhança com a cidade de cimento e iluminada e mesmo que os residentes dos espaços rurais não fossem inimigos eram, praticamente, incluídos em situações similares. As aldeias comunais e os campos de reeducação foram ambas formas de confinamento e seus objetivos essenciais coincidiam: o de alavancar a econômica por meio da produção agrícola coletiva baseada em povoados sob controle das autoridades do partido ou do Estado. O objetivo central da criação das aldeias comunais encontra-se no discurso proferido pelo presidente Samora Machel em outubro de 1975. Citando,

> Para tornar Moçambique um país forte e próspero, e afirmar a personalidade do nosso povo, libertando-a de todos os preconceitos que constituem vestígios do colonialismo, tornou-se imperioso definir uma estratégia que conduzisse a edificação de uma sociedade justa e progressista, assente em bases cientificas. Eis, porque a Frelimo através da própria experiência histórica, definiu como estratégia de desenvolvimento sócio-economico a agricultura [...]. É nesse contexto que é lançado o grande movimento de massas de criação de Aldeias Comunais, nas quais o povo moçambicano como aconteceu nas zonas libertadas, estabelece novas relações no quadro de um tipo de vida nova. Assim como as zonas libertadas serviram para alimentar a guerra popular até a vitória final contra o colonialismo [...] também as Aldeias Comunais serão à base do desenvolvimento da nossa sociedade [...]. A aldeia comunal constitui a coluna vertebral do desenvolvimento [...]. É [...] onde congregamos o esforço coletivo de produção [...]. (MACHEL apud CORREIA & HOMEM, 1977, p.603)

A coletivização forçada do campesinato em Moçambique, ainda que com suas especificidades, tem conexões com o regime soviético encabeçado por Lênin, quem impôs a coletivização através do processo de *descossaquização* ou *deskulaquizaçao*. Os *kulaks* termo que se refere de forma pejorativa aos fazendeiros ou camponeses com extensas terras que o governo russo advindo da revolução buscou destruir sob alegação de serem o último reduto do capitalismo no campo. Os *kulaks* foram convertidos em inimigos. Obviamente, no interior da retórica comunista a dupla categorial burguesia e proletariado desencadeavam processos violentos de "guerras de classe" e massacres a grupos inocentes,

> Desde o início, Lenin e seus camaradas se situaram no contexto de uma "guerra de classes" sem perdão, na qual o adversário político, ideológico, ou mesmo a população recalcitrante eram considerados - e tratados – como inimigos e deveriam ser exterminados. Os bolcheviques decidiram eliminar legalmente, mas também

> fisicamente, toda oposição ou toda resistência - e mesmo a mais passiva - ao seu poder hegemônico, não somente [...] adversários políticos, mas também [...] a nobreza, a burguesia, a intelligentsia, a Igreja, etc., e também as categorias profissionais (os oficiais, os policiais...) [...]. Desde 1920, a "descossaquização" corresponde abertamente à definição de genocídio: o conjunto de uma população com implantação territorial [...], os cossacos, eram exterminados, os homens fuzilados, as mulheres, as crianças e os idosos deportados, os povoados destruídos ou entregues a novos habitantes não cossacos. [...]. A "deskulakização" de 1930-1932 não foi senão a retomada, em grande escala, da "descossaquização", com a novidade de a operação ser reivindicada por Stalin, para quem a palavra de ordem oficial, alardeada pela propaganda do regime, era "exterminar os kulaks enquanto classe". Os kulaks que resistiam à coletivização eram fuzilados, os outros eram deportados junto com suas mulheres, crianças e os idosos. (Courtois et al, 1999, p.10)

Neste contexto, a perseguição do inimigo pode ser colocada como algo não correlacionado com as identidades étnicas, mas sim com a política direcionada à homogeização de uma classe. A pureza de classe ou pureza política teria justificado o massacre em inúmeros regimes comunistas. O caso russo não é o único caso em que a eliminação de *outros* – os contrários ao partido no poder – sustentou a construção de uma identidade nacional purificada. A expurgação mobiliza a participação popular e é justificada nos discursos como parte de uma revolução que também visou o reordenamento do espaço pelo trabalho.

Essa ótica de idealização de um modelo de cidadão russo, moçambicano, etc. baseado numa unidade e identidade homogênea não encontra na discussão de Agamben (2010) alguma sustentação. O cerne da questão não é a homogeização, mas como ela é determinante para a reestruturação do espaço – urbano e rural. Para Agamben o espaço é determinante para a distinção entre a *zoe* e a *bios* e, sobretudo para a produção da vida nua. Portanto, as cidades não incluem são, essencialmente, segregacionistas e a inclusão reside no campo onde determinada classe é vedada a um conjunto de direitos. Tanto os aldeamentos forçados onde se investiu a coletivização agrícola russa bem como a inclusão da *zoe* nos campos permitem entender como a construção do *homem novo* moçambicano se desdobrou em relação à reestruturação dos espaços. Os campos de reeducação, o trabalho e o aldeamento como estratégias de inclusão e pertencimento à nação, a unidade interetnica, descolonizada e destribalizada. Entre *homem novo* e o *inimigo* existia uma distância não apenas simbólica como também geográfica que

deveria encurtada confinando o inimigo nos campos de reeducação. Era a única possibilidade de se tornarem *homens novos*. Nesse sentido, os campos não são nenhuma anomalia e nem provem do direito ordinário, mas sim resultado de uma decisão baseada na exceção soberana e são possíveis em qualquer ordenamento jurídico incluindo num Estado Democrático e de Direito (AGAMBEN, 2010).

Ainda de acordo com Agamben (ibidem) as instituições judicial e policial participam do processo de segregação. Mas não especifica os possíveis processos ou praticas institucionais que constituem o sujeito *homo sacer* – matavel, mas não sacrificável. A existência do *homo sacer,* aquele que pode ser morto por qualquer um sem desencadear nenhuma sanção jurídica penal (homicídio) é produção exclusiva do poder do soberano. É o soberano quem tem o poder de decidir sobre a morte, sobre a vida nua. Na Rússia, na Alemanha, em Ruanda, em Moçambique entre outros inúmeros países são os discursos do soberano que desencadeiam as perseguições contra aqueles que se pretendem eliminar. Se na Rússia eram os detentores de algumas propriedades ou com alguns recursos em Moçambique se perseguem aqueles que acorriam as cidades em busca de uma oportunidade melhor.

Quem é o soberano ou, por outra, em quem reside o poder soberano é uma questão que autor não se refere com exatidão. Implicitamente, deixa claro que também se constitui dentro de relações de poder em que o direito é parte integrante. Nesse sentido, não haveria *homo sacer* e nem o soberano sem um poder legitimamente constituído. É importante frisar que o *homo sacer* esta exposto a violência, a morte, a possibilidade de ser deportado da cidade ou morto sem cometer algum crime. Os discursos sobre o homem novo e sobre o inimigo em Moçambique atravessam inúmeras categorias desde vendedores informais que praticavam a especulação (*candongueiros),* quem andasse pelas ruas com trajes ou cortes incomuns, os criminosos, críticos ao sistema, mulheres prostitutas ou com saia curta etc.

Em relação à pertença do poder do soberano entende-se que residiu na policia, nos policiais, nos vigilantes e nas demais instituições encarregues de realizar o policiamento dos descolonizados. Estes decidiam sobre a possibilidade de conduzi-los aos campos de reeducação. Os translados constantes a que foram sujeitos os indivíduos considerados inimigos nos remetem a esse cenário de *apartheid*. A organização e distribuição dos indivíduos em espaços, urbano e rural, de acordo com um perfil ideal de cidadão. Aos inimigos um mal viver e aos homens novos merecedores de um bem viver nas cidades. Essa separação dos indivíduos do corpo social e, consequentemente,

reorganização do espaço por meio de um povoamento forçado coloca a policia com a função, estritamente, higienista ou eugenista. A denominação que foi atribuída a uma das primeiras operações policiais foi "operação limpeza" (THOMAZ, 2009). As razões de tal designação são desconhecidas, mas expressa de forma categórica a intenção clara do soberano e do Estado pós-colonial em depurar o espaço urbano, ou seja, dar-lhe um outro ar, constituir uma identidade nacional a partir de pressupostos de purificação. O policiamento cumpria assim a função de isolar certos indivíduos daqueles que habitavam as cidades. Esse ato de purificação das cidades moçambicanas demonstra que o poder incidia sobre os inimigos, portanto, a vida nua.

Dominique Monjardet (2002, p.21) na sua analise sobre o que faz a policia na França usa a metáfora do martelo inspirada no racicionio do Egon Bitner segundo o qual a policia nada mais é que um mecanismo de distribuição da força justificada. Citando-o: "[...] a policia é um martelo"(ibidem). A metafora do martelo permite-nos compreender que é um instrumento com finalidades diversas e adversas. Serve para atacar, defender, socorrer-se de acidentes em ônibus etc. O essencial para Monjardet é que o martelo não tem finalidades próprias e depende muito de quem o comanda ou manuseia algo que se assemelha as instituições policiais (ibidem, p.22). Assim sendo, a policia pode não ter finalidades próprias e em determinadas circunstancias ser a proteção dos cidadãos e noutras promotora ou protagonista da violação dos direitos fundamentais. A Polícia Popular de Moçambique e as demais instituições de vigilância serviram tanto para isolar os inimigos da cidade bem como para proteger os novos cidadãos. A metáfora do martelo permite afirmar que a policia que protege os cidadãos é a mesma que desprotege os considerados não cidadãos. A polícia instrumento sobre o qual se espera impedir e prevenir desordens, seus integrantes também cometem arbitrariedades. O que caracteriza um policial de um delituoso e o homem novo de um inimigo torna-se indiscernível. Qualquer um poderia ser conduzido aos campos incluindo-se até os policiais.

A indiscernibilidade entre o dentro e o fora, amigo (homem novo) e inimigo, o pertencimento e a inclusão resulta da complexa relação entre policia e política. Segundo Carl Schimtt (2009) ambos os termos provem da mesma palavra grega *polis*, mas possuem sentidos diferentes. A policia se associa a paz, segurança e ordem ao passo que a política seria algo equiparado a política externa a possibilidade de eliminar inimigos, fazer amigos ou se manter neutro. A política seria a relação de inimizade, amizade e neutralidade entre os Estados soberanos. Assim sendo, no interior de um Estado

existiria policia e não política. Com referencias a Von Just, Giorgio Agamben (2010, p.143) retoma essa distinção dando-lhe um sentido inverso descortinando as razões pelas quais diversas policias, policiais, milícias e populares se encarregaram nos mais diversos países do mundo em perseguir, segregar e *guetizar* os inimigos. Citando-o:

> Distinguindo entre política (politik) e policia (polizei), Von Just conferia a primeira uma atribuição meramente negativa (a luta contra os inimigos externos e internos do Estado) e a segunda uma atribuição positiva (a tutela e o crescimento da vida dos cidadãos). Não se compreende a biopolitica nacional socialista (e, com ela, boa parte da política moderna, mesmo fora do terceiro reich), [...] não se entende que ela implica o desaparecimento da distinção entre dois termos: a *policia* torna-se então *política,* e a tutela da vida coincide com a luta contra o inimigo. (AGAMBEN, 2010, p.143)

Agamben reitera, repetidas vezes, que sua problematização se refere a civilização ou ao ocidente europeu mas, esse entendimento pode ser aplicado para a compreensão da realidade moçambicana. A perseguição e a designação de nacionais como inimigos é parte integrante da formação de diversos Estados e a cidade se constitui como espaço em que é proibida a permanência dos inimigos. Portanto, a policia não tem como função perseguir os criminosos, mas sim os inimigos não sendo necessário cometer crimes para ser conduzido aos campos. Quem fosse preso sob aplicação do código penal, nesses casos, tinha a possibilidade de ter um tratamento melhor do que aqueles que nem sequer cometeram crime. No caso moçambicano o soberano faz questão de aproximar essas duas categorias. O criminoso e o inimigo se colocam como indistinguíveis e deviam ser banidos das cidades.

Segundo Maloa (2016) as cidades em áfrica são anteriores a dominação colonial europeia. Na região oriental da áfrica, bem na divisa entre Moçambique e Zimbabwé, predominava o Império *Shona* o Grande Zimbabwe. No interior de muralhas de pedra com mais de 6 metros de espessura e mais de 10 metros de altura encontrava-se a casa central do Rei e no seu entorno seus generais e demais membros da sua equipe governativa. No interior dos muros a elite e para alem dos murros o exercito para defendê-lo. As demais famílias, seus súditos, desenvolviam a agricultura nos vales próximos. O dentro e o fora, o interior e o exterior, o pertencimento e a inclusão são nítidos. No interior das muralhas e das habitações de pedra os capazes de existência política aqueles que decidiam sobre o inimigo, portanto, as terras e outros reinos a serem invadidos. Portanto, as vidas que merecem ser vividas – a *bios*. Do lado de fora,

vidas entregues a mera reprodução e a servir o rei e expostas a qualquer risco em seu nome. Este exemplo ilustra que a vida nas cidades decorre da relação entre o inimigo e cidadão. Esse formato de inclusão não é modelo somente europeu ou grego mas perpassa as diversas civilizações.

Retomando a indistinção entre a polícia e a política pode-se afirmar que nos fornece elementos suficientes para determinar o papel da policia em Moçambique – a perseguição e deportação dos inimigos. A polícia popular de Moçambique é que detinha o monopólio da decisão ultima sobre quem deveria permanecer ou ser banido das cidades. O argumento de Schmitt (2009) dá um sentido positivo a policia enquanto garante da paz, segurança e ordem somente no interior da *polis.* No interior do mesmo Estado as cidades deveriam ser um espaço pacificado onde seus residentes – homens novos para o caso de Moçambique e a *bios* para a Grécia antiga – desfrutariam do melhor e, ainda, tomariam as decisões sobre o inimigo. A cidade espaço onde se esperava que o pertencimento e a inclusão na sociedade moçambicana convergissem - a inclusão inclusiva. Alem das fronteiras das cidades, no interior da jurisdição territorial do Estado, emergiam os campos de reeducação, espaços fora distantes do sector urbano, onde se daria a dupla purificação - a do corpo social e a conversão dos inimigos. Segundo Semelin (2009) a ideia dos campos de reeducação que foi uma experiência de inúmeros regimes comunistas – China e URSS - era de uma sanção-reeducação onde os supostos inimigos eram obrigados a intensas jornadas de trabalho forçado. Citando-o,

> No caso do comunismo chinês, a sujeição do homem se dava sob o disfarce da "reeducação": a detenção não era realmente uma punição, mas a oportunidade para se reabilitar, se aproximando do ideal do "novo homem" que o partido pretendia reproduzir aos milhões. (Ibidem, p.459)

Usando de métodos importados de Estados comunistas da Europa e da Ásia a frente de libertação de Moçambique deportou mais de 100 mil nativos, entre 1975 e 1980, para serem domesticados pelo trabalho manual agrícola nos campos. Se durante a colonização eram as grandes fazendas e empresas agrícolas que os recrutava compulsivamente para o trabalho agrícola mal remunerado no contexto pós-colonial os nativos são, forçosamente, conduzidos aos campos de reeducação sem direito a nenhuma remuneração. Não se tratou, efetivamente, da destruição em massa, mas sim de uma deportação em massa para um local sem mínimas condições de sobrevivência em que alguns dos reeducandos morreram de fome e outros foram, sumariamente,

executados. Nesse sentido, o que funda o Estado pós-colonial moçambicano é segregação dos nativos para fora da *polis,* é a produção da vida nua sobre o qual incidiu o poder das instituições de vigilância quem decidia pela sua retirada forçada para os campos de reeducação. As principais cidades de Moçambique, sobretudo a capital - Maputo – se torna o espaço que por excelência deveria ser de convivência dos *homens novos*.

Em *Segurança, Territorio e População* Michel Foucault cita a obra *La metropolitee* de Alexandre de La Meitre cuja discussão central é a necessidade de existência de capitais nos países e os Estados seriam constituídos por três elementos: os camponeses, os artesãos e no topo o soberano e os oficiais ao seu serviço (2008, p.18). A partir destas três categorias La Meitre esboça estabelece ou estrutura sua visão arquitetônica segundo a qual o Estado seria um edifício. As fundações submersas no subsolo seriam os camponeses como o ponto de sustentação do edifício e garante da sua longevidade. As partes comuns do edifício seriam os artesãos e as partes nobres se encontrariam os oficiais e seu soberano. Citando Foucault,

> A partir dessa metáfora arquitetônica, o território também deve compreender suas fundações, suas partes comuns e suas partes nobres. As fundações serão o campo, e no campo, nem é preciso dizer, devem viver os camponeses e ninguém mais que os camponeses. Em segundo lugar, nas pequenas cidades devem viver todos os artesãos e ninguém mais que os artesãos. E, enfim, na capital, parte nobre do edifício do Estado, devem viver o soberano, seus oficiais e aqueles artesãos e comerciantes indispensáveis ao funcionamento da corte e do *entourage* do soberano. (ibidem)

Esta conexão entre os Estados e quem deve habitar as cidades e os campos fica claro que com a deportação e a reorganização das populações nas aldeias comunais se pretendeu, a todo custo, criar uma estrutura de sustentação que asseguraria a produtividade e consequente desenvolvimento. Os campos se destacam assim como o paradigma do desenvolvimento e da modernização moçambicana. É com base na segregação dos inimigos que se pretendeu construir o Estado moçambicano enquanto os *homens novos* – os oficiais[20] e o soberano – se ocupavam em definir e penalizar suas condutas. Nesse sentido, não apenas se quis coletivizar a produção agrícola como também se constituía, por meios violentos, o campesinato sobre quem pesou a

[20] Militares e policiais bem como um conjunto de militantes que passaram pela experiência de guerrilha e que mesmo tendo cargos no partido e no governo eram de alta patente militar. O próprio presidente autopromoveu-se a Marechal.

responsabilidade de garantir a saída do subdesenvolvimento de Moçambique. O soberano é nesse contexto aquele que esta bem situado e quem decide, junto de seus oficiais, sobre a distribuição e reorganização espacial do território. A cidade volta a ser um reduto de poucos nativos apenas mudam-se os critérios, mas quem nela habita devia possuir um determinado perfil baseado no modelo de cidadão desejado. Se estabelece certo isolamento das cidades em relação a outros espaços fora dela e, por isso, para nela ingressar e circular se recriam documentos como cartão de trabalho, guia de marcha entre outros. Embora houvesse certa interdependência entre o campo e as cidades quem não preenchesse os quesitos para habitar a *polis* se arriscava a ser conduzido aos campos e a praticar agricultura contra a sua própria vontade. Os comerciantes e artesãos indispensáveis, majoritariamente, indianos e alguns mestiços permanecem nas cidades praticamente isentos de qualquer dever ou transformação para pertencerem a comunidade nacional.

3.5 O lugar entre o homem novo e o inimigo: a indiferença do policiamento em relação aos brancos e mestiços.

Na parte introdutória da presente tese falou-se acerca da multietnicidade e multiracialidade como características da população de Moçambique. A diversidade étnica é fruto das migrações dos povos *Bantu* (maioria) e os *Khoisan* para esta região da África como resultado da fragmentação de diversos reinos e impérios bem como a busca por terras férteis para a agricultura e o pastoreio. Antes da colonização, era constante a presença de Árabes, na parte do litoral norte de Moçambique, para trocas comerciais. Gradualmente, foram se fixando e penetrando nas regiões do interior. Posteriormente, com a colonização o povo europeu e asiático também passaram a habitar as terras de Moçambique onde se fixaram e nasceram outras gerações resultado de relações entre si e com as nativas.

Os dados do censo de 1997 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique indicam que a maior parte da população moçambicana é, esmagadoramente, negra (INE, 1999, p.54 & THOMAZ, 2005/2006). No questionário do mesmo censo a pergunta fechada relativa aos tipos somáticos (grupos raciais) envolveu seis opções de resposta, designadamente: *negra, mista, branca, indiana, paquistanesa e outras*. Como se pode notar as repostas mesclavam tons de pele e nacionalidades originárias dos descendentes dos emigrantes sendo que devia se

considerar todos moçambicanos. A razão desta mescla ou diversidade de categorias dos grupos não negros no questionário do censo pode estar associada ao que Ribeiro (2012, p.25) denominou de delimitação simbólica das fronteiras da mestiçagem. Portanto, entre os mestiços há demarcadores de diferença que definem as particularidades de cada grupo.

O entendimento de que os moçambicanos conhecem essas distinções entre os mestiços e, particularmente, entre os indianos conforme teria concluído o antropólogo brasileiro Omar Ribeiro Thomaz no seu texto *"Raça", nação e status: historias de guerra e "relações raciais" em Moçambique* pode estar associado à região onde foi conduzida a pesquisa. Boa parte dos negros nativos e, mesmo aqueles com quem trabalham no comercio, sabem que existem *hindus* e *muçulmanos*, mas desconhecem as especificidades das demais distinções entre si. Quando olhamos para os mestiços a distinção mais recorrente é a que distingue pela aparência os indianos e os mulatos. E, entre os mulatos os do interior e os do litoral. Segundo Khouri & Pereira (2008, p.5) os indianos de Moçambique não são um todo homogêneo existem distinções entre si podendo ser *goeses (católicos)*, *hindus*, *xiitas*, *parsis e sunitas*. Os *sunitas* facilmente se misturam com a população – aqueles que chegam até a dominar a língua nativa – enquanto os *hindus* são mais fechados a sua comunidade. Entre os indianos também há distinções ligadas a questões religiosas podendo ser muçulmano, hindu ou católico (goeses).

A presença indiana em Moçambique se iniciou em 1686 para fins comerciais com a companhia de indianos provindo de Diu e se estendeu até o século XX. Há na literatura muitas divergências sobre o nome da companhia. Para uns, Companhia Mahajan outros, Companhia Mazeane outros ainda Companhia baneane. Durante a colonização os indianos nesta região da áfrica oriental – Moçambique, Uganda, Tanzânia e África do sul - eram tratados de forma geral como asiáticos. Uma forma de inferiorizá-los diante dos europeus que se encontravam na colônia. Assim sendo, os indianos não eram vistos como brancos (ZAMPARONI, 2008) e desde essa época os dados estatísticos já os distinguiam como um grupo racial e não como nacionalidade como se pode observar nos dados estatísticos do censo de 1940 e 1958 apresentados na tabela abaixo.

Tabela 1. Distribuição dos grupos raciais de acordo com acesso a educação

Tipos somáticos/raça	População					
	Ano 1940			Ano 1958		
	Total	Civiliz.	%	Total	Civiliz	%
Brancos	27.438	27.438	100	48.213	48.213	100
Amarelos	1.449	1.449	100	1.613	1.613	100
Indianos	9.147	9.147	100	12.630	12.630	100
Mestiços	15.641	15.641	100	25.149	25.149	100
Negros	5.031.955	1.776	0,0004	5.651.306	4.349	0,08

Fonte: Instituto nacional de estatística de Portugal

Apesar da relativa inferiorização em relação aos brancos europeus os mestiços e os indianos, na sua totalidade, tinham acesso à educação e eram considerados uma população civilizada. A tabela ilustra também a posição dos grupos raciais no interior da sociedade colonial portuguesa. A escolarização dos negros era insignificante não possuía nenhuma expressividade diante dos demais grupos.

Importa realçar que sobre o critério racial – negro e seus descendentes – que definia legalmente o indígena pesavam certas duvidas. Se um mestiço fosse filho de um casal de negro (indígena ou assimilado) e alguém não fosse de raça negra como seria classificado? Inúmeras situações como estas davam as autoridades o poder de decisão ultima e os dados da tabela são elucidativos. Os mestiços não foram considerados indígenas e sempre exteriorizaram uma autoimagem de brancos e, portanto, uma raça superior à negra. Os mestiços e indianos dependendo do contexto assumem-se brancos, mas nunca negros. Entre os nativos negros os escolarizados que vivem na cidade e que não dominam as línguas étnicas por vezes são designados brancos (THOMAZ, 2005-2006). Porem, essa classificação apenas serve de estereótipo no interior do grupo etno-linguistico e não, necessariamente, um racismo. Alias é uma classificação que não somente expressa o distanciamento do nativo em relação a sua própria cultura como também o grau de incorporação das políticas coloniais de transformação dos nativos em cidadãos portugueses no espaço urbano. Para ser português era necessário se alfabetizar na língua portuguesa e deixar seus hábitos e costumes para trás. Esse estereotipo decorre do antigo processo de assimilação e suas consequências na vida do alfabetizado vão desde a impossibilidade ou demora na inserção naquela comunidade ou ainda, um trato diferente por generalizarem que a pessoa não é capaz de executar determinadas tarefas e predispõem-se em dar auxiliar. Esta conotação de negro urbano e escolarizado também carrega consigo a suposição de que é de alguma classe econômica ou política superior.

Essas complexas relações entre os diversos grupos raciais deixam claro o simples entendimento de que a raça é um elemento essencial para a compreensão do processo de construção do Estado nacional moçambicano pós-colonial. Durante séculos o racismo contra os nativos repartiu a população entre brancos e negros. Ainda que diversos negros tenham se escolarizado para ascender socialmente à raça era o demarcador entre o incluído e o marginalizado, entre os maltratáveis e aqueles merecedores de um tratamento digno pelas autoridades e instituições. A raça era o garante do reconhecimento e a condição para transitar e habitar as cidades bem como ter acesso a diversos serviços fundamentais ao exercício da cidadania como, por exemplo, a educação. A oposição binária negro nativo e branco colonizador é que movia o funcionamento das instituições do Estado colonial incluindo a policia e, principalmente, a curadoria. Desde esses tempos os indianos sempre estiveram ligados ao comercio nas cidades e nas regiões rurais da colônia de Moçambique.

Na presente tese passaremos a distingui-los como *não indígenas* aqueles que no contexto da colonização não eram objeto e vitimas da violência estatal e nem forçados a algum tipo de trabalho braçal nas plantações ou minas, ou ainda, deportados como contratados para as roças de São tome e príncipe/plantações. A adoção do estatuto do indígena veio, formal e explicitamente, elucidar que os não negros não seriam objeto da lei. Segundo o artigo 3º da lei: "[...] são considerados indígenas os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça". Nesse contexto, os mestiços e indianos, qualquer que fosse à religião, eram protegidos pelas instituições coloniais como se fossem cidadãos portugueses. Assistiam de forma indiferente às atrocidades que eram cometidas contra os negros. Muitas vezes, se aproveitavam de tais circunstancias para explorarem a mão de obra negra como seus funcionários no comercio. Para Thomaz (2005-06) os mestiços e os assimilados eram uma espécie de *outsiders* por um lado beneficiários das benesses do poder colonial e mesmo sendo o produto acabado da própria colonização não faziam nenhum trabalho compulsório e nem lhes era garantida uma ascensão completa. O simples fato de não ser forçosamente conduzido aos trabalhos braçais e compulsórios nas plantações, nas minas e nos portos já indicam o distanciamento em relação a muitos negros incluídos pelas margens.

. Os indianos não eram nem sujeito e nem objeto da lei dos indígenas (ibidem). Se ocupavam de estabelecer a ponte entre os espaços rurais e as cidades com a

comercialização. Embora os indianos fizessem essa ponte, entre o campo e as cidades, nunca foram totalmente rurais somente para lá iam buscar ou levar produtos para comercialização. O espaço rural foi, inicialmente, o lugar onde se fixavam com a família e para os negócios. Com a independência, a economia de planificação centralizada adotada pelo partido único e o inicio da guerra civil fez com que a maioria dos indianos abandonasse o espaço rural indo para as cidades próximas dos centros decisórios para alargarem sua influencia com as autoridades do Estado-partido (CARVALHO, 2008, p.109). Este grupo se junta aos que já faziam comercio nas cidades e constituem uma maioria urbana.

Apesar do colonialismo manter certa indiferença sobre estes, na principal legislação que determinava quem era cidadão suas posições permaneceram, por um longo período como intocáveis. Certamente, estavam numa posição melhor que os indígenas. Os *não indígenas,* sobretudo os indianos tinham todos os elementos para serem caracterizados como um povo sem pátria - portanto, sujeitos ao mesmo tratamento que os apátridas tiveram na Alemanha e na Europa como um todo. Existiam indianos na colônia portuguesa e nas demais colônias inglesas – Tanzania, Uganda, Africa do Sul, Namibia etc. Os indianos eram assimilados, mas não podiam participar da política e, provavelmente, só tinham interesse em fazer negócios e enriquecer. O Estado os preservou como o garante da atividade comercial função essencial para a coleta de tributos.

Nesse contexto, os indianos e os mestiços se mantêm como um grupo flutuante entre os dois extremos da sociedade – negros e brancos - e nenhum dos lados se coloca contra sua ascensão econômica. Nenhuma das legislações afeta de certo modo, a condução ou perda dos seus negócios. As poucas vezes que o Estado tentou interferir no comercio com algum tipo de legislação sempre tiveram como contornar e garantir sua proteção (ZAMPARONI, 2008). Semelhantes aos indianos de Moçambique estiveram os judeus com poder financeiro, mas sem poder e alheios à política. Segundo Khouri & Leite (2008) os indianos com a mudança da capital – da ilha de Moçambique para Maputo – rapidamente povoaram esta cidade e a de Inhambane todas ao sul de Moçambique. Nesse período chegaram a ocupar posições subalternas na administração, e alguns exerciam a função de sacerdotes católicos.

No contexto da luta pela independência alguns brancos de diversas nacionalidades bem como os nascidos em Moçambique participaram das mobilizações

anti-coloniais e da construção da frente de libertação. Houve momentos em que alguns militantes reclamaram do racismo no instituto moçambicano, onde vários professores dos quadros do movimento eram brancos estrangeiros. Mas, com a ascensão do presidente Samora os focos de racismo na luta de libertação foram eliminados o que pode ter baixado os ânimos daqueles que queriam, de alguma forma, perseguir quem não fosse negro. Assim sendo, entre os ex-colonizados não houve possibilidade de se colocar em marcha alguma ação racial anti-indianos ou anti-mestiços. A FRELIMO quis se distanciar de qualquer tipo de enfrentamento a colonização que se sustentasse nas diferenças raciais. Desde inicio a definição de povo moçambicano e as praticas que o deviam constituir eliminam as noções de raça e etnia. A independência completa devia significar unidade nacional contra o tribalismo e o racismo. A eliminação do colonialismo e seus vestígios e a construção de uma sociedade não racial surgem como corolários do principio da independência completa. Antes da fundação do movimento os próprios mestiços já tinham se encarregado de pela literatura e jornalismo iniciar os primeiros combates e afrontas ao poder colonial - Jose Craveirinha, Rui Nogar, Noemia de Souza, os irmão Albanzini e demais mestiços.

A FRELIMO tinha como única meta desmontar o regime colonial e construir a nova sociedade e o homem novo (MACHEL, 1969). As leituras do movimento sobre as contradições da sociedade colonial apontavam para diversos segmentos da sociedade moçambicana como vitimas de um mesmo sistema colonial que oprimia não somente os negros, mas também os próprios portugueses (brancos) e não indígenas. A tensa relação entre o colonizador e o colonizado, no decurso da luta armada, pouco afetou a vida dos indianos e dos mestiços. Os indianos em particular estavam vulneráveis a qualquer um dos lados nomea-los como aliados ou como inimigos a ser destruído. Pelo menos, do lado da FRELIMO não se tomou iniciativa alguma em relação a esse grupo. A mesma sorte não tiveram os indianos em Uganda. Em outubro de 1972 o Presidente Id Amin Dadá expulsou cerca de 53.000 indianos, supostamente, por serem o resquício do imperialismo britânico. O mesmo já teria acontecido em décadas anteriores na União Sul-Africana que adotou em finais do século XIX e inicio do XX legislação migratória que restringia a presença indiana na região (ZAMPARONI, 2008). O governo colonial de Moçambique aceitou estes indianos que deveriam entrar por via marítima e mediante certos condicionalismos (ibidem).

Antes do desencadear da luta de libertação nacional, a perda dos territórios de Goa, Damao e Diu por parte dos portugueses gerou uma situação de repressão contra os indianos que foram perseguidos e uma parte expulsa. Os restantes, devido as relações do governador da colônia com a comunidade *hindu* lhes foi permitida a cidadania portuguesa – os portugueses de origem indiana, nascidos em Moçambique (JARDIM, 2006, p.57). Uns adotam a documentação portuguesa e outros buscam pelo passaporte Paquistanês – sua nova cidadania. Este pode ser o motivo da distinção entre o indiano e pasquitaneses que não teve respondente no censo de 1997.

Se os mestiços se destacavam como homens de letras no interior da mesma cidade os negros sofriam duramente no cais do porto. As mobilizações em forma de associativismo na colônia de Moçambique eram também um fenômeno urbano cujas nomenclaturas revelam demarcações e distanciamento entre mestiços – associados ao grêmio africano, e os negros nativos escolarizados – associados ao Insituto Negrofilo de Lourenço Marques. Estranhamente, os mestiços que denunciam a colonização nem sequer participavam do mesmo grêmio com os negros e vice-versa.

Estas contradições entre os negros e os não indígenas não foram descontinuadas permaneceram intactas na fase pós-colonial e se prolongam até os dias atuais. Com a independência o governo pós-colonial manteve a indiferença sobre estes, mas isso não implicou necessariamente a retirada de direitos. Os indianos não perderam a sua importância econômica e nem sequer ficaram à margem da sociedade e do poder pós-colonial. A não perseguição dos não indígenas demonstra a seletividade dos processos de deportação pelas autoridades e as demais instituições de vigilância. O processo estava direcionado para os nativos negros. Portanto, era sobre os nativos negros portadores das identidades étnicas moçambicanas que os processos de formação do homem novo incidiram. O foco estava na homogeneização étnica sem abrir mão de um combate cerrado ao racismo. Mas, era inevitável o racismo institucional uma vez que o policiamento e as autoridades policiais deportavam em grande escala somente os negros considerados anti-sociais nas cidades e privilegiavam outros grupos raciais.

Na Constituição de 1975 aprovada pela primeira assembleia legislativa do governo pós-colonial não existiu nenhum artigo que tratasse da nacionalidade, portanto, quem deveria ser moçambicano e como adquirir a nacionalidade. No dia 20 de Junho aprovou-se a Lei da nacionalidade, a escassos dias da proclamação da independência, que em definitivo dava a solução as inúmeras incertezas das comunidades não

indígenas. Segundo o art.1º desta lei poderiam ser moçambicanos originários, até a proclamação da independência, os que preenchessem os seguintes requisitos:

a) Ser filho de pai ou mãe nascidos em Moçambique;
b) Ser filhos de pai apátridas de nacionalidade desconhecida ou incógnita;
c) Os que tiverem domicilio em Moçambique a data da independência que não sejam filhos de pai e mãe estrangeiras;
d) Os que fixarem residência em Moçambique após 90 dias de independência o presidente poderia concedê-los a nacionalidade originaria.
e) Os que lutaram pela independência e integrados na estrutura da FRELIMO;

Com esta lei se concretiza uma possibilidade real dos indianos, novamente, pertencerem à comunidade nacional de moçambicanos ainda em criação. Os indianos se assim o que quisessem poderiam obter a nacionalidade moçambicana. A dupla cidadania era proibida, mas sabe-se que boa parte dos mestiços e indianos que obtiveram a nacionalidade moçambicana não renunciaram a cidadania anterior – portuguesa – e outros tantos preferiram a portuguesa. Certamente, se encontravam numa situação de dupla nacionalidade ou então de nacionalidade dúbia. É este fato que aumenta a desconfiança sobre os indianos e mestiços. Distantes do envolvimento político e ao mesmo tempo se precavendo para que em qualquer eventualidade pudessem escapar para um país onde fossem recebidos como nacionais. Neste sentido, questões que envolvem lealdade, patriotismo e identificação com a moçambicanidade se tornam duvidosos. A incerteza residia nesse duplo ou triplo pertencimento que era uma ilegalidade e que mesmo se colocando na condição de infratores ou ilegais nunca estiveram a mercê da policia por esse motivo. Outra razão da desconfiança é que os indianos compravam a moeda americana (dólar), constantemente, para enviar ao exterior (Portugal) onde outros indianos seus amigos ou parentes desenvolviam outras redes de comercio.

Em tão curto espaço de tempo os indianos tiveram a possibilidade de pertencer a três comunidades nacionais. Inicialmente, indianos depois portugueses de origem indiana nascidos em Moçambique e com a independência, incontestavelmente, moçambicanos. Os indianos eram tão protegidos que os crimes que, comumente, cometiam – contrabando de pedras preciosas, corrupção aos alfandegários e fuga de

capitais – decorriam em plena guerra civil. Alguns foram penalizados com a expulsão. Uma medida inexplicável porque nacionais não podem ser expulsos de seu próprio pais. Ainda que cometessem tais ilegalidades eram tratados como estrangeiros e não como inimigos como diversos nativos que praticavam ou não crimes. Os indianos na foram objeto de deportações massivas das cidades para os campos de reeducação no espaço rural e nem sequer faziam parte das instituições do Estado e nem de vigilância. Porque será que o policiamento e os policiais não os capturava ou deportava?

Os nãos indígenas mantiveram-se intactos nas cidades assistindo toda a repressão que decorria nas ruas bem de frente as suas residências e apartamentos. Nos discursos sobre a construção da nova identidade nacional moçambicana baseada na figura do homem novo nota-se uma ausência da questão racial. Somente se falava de combate ao tribalismo, corrupção, obscurantismo, racismo entre outras. Porem, no cotidiano existia os intocáveis aqueles cuja raça e condição financeira os mantinha distante da vigilância policial. No lugar da raça que era o determinante da inclusão e segregação durante a colonização se coloca as etnias. O processo de tornar homogênea a sociedade não problematizava a heterogeneidade racial, mas sim a diversidade étnica-linguistica. E nesse aspecto os indianos e boa parte dos mestiços permaneceram, positivamente, invisibilizados porque a repressão tinha como foco os negros nativos. Nesse contexto, ficam flutuando entre os inimigos e os homens novos tal como acontecera durante a colonização – eram civilizados como os demais negros assimilados, mas não eram indígenas e muito menos brancos europeus. Sempre com a sua função intermediaria e com facilidades de circular entre a elite política e entre os demais nativos. Com liberdade de transito entre os dois polos opostos e bem mais próximos dos homens novos nas cidades.

Embora não tenhamos acesso ao primeiro censo de Moçambique independente realizado em 1980 a tabela abaixo, obtida através das respostas do censo de 1997, nos fornecem dados sobre a distribuição espacial da população moçambicana, entre o espaço urbano e rural, tendo como base a raça/tipos somático. Quem habita as cidades são os negros, mistos, brancos ou outros?

Tabela 2: Distribuição da população urbana e rural de Moçambique com base na raça.

Tipos somáticos/raça	Percentagem da população %		
	Área de residência		Total
	Urbana	Rural	
Negros	29,5	70,5	**99**
Mistos	96,1 %	3,9	**0,45**
Brancos	99%	1,0	**0,08**
Indianos	99,99	0,01	**0,08**
Outros	99,99	0,01	**0,03**
Desconhecida	**99,97**	**0.3**	**0,4**

Fonte: INE resultado do censo 1997

Apesar dos negros serem a maioria, observa-se que a presença dos demais grupos somáticos no espaço rural é quase nula. A maioria dos indianos e mestiços habitavam as cidades e nelas permaneceram se beneficiando dos melhores serviços públicos que o pais oferece. Estes representam apenas 1% da população, portanto, é uma minoria racial que não pertence a nenhuma etnia, mas que vive o privilegio de pertencer e estar incluído. Mesmo se beneficiando da educação publica – a única na época – nunca foram recrutados para os as forças militares, principalmente, os indianos.

A construção do homem novo ocorria de forma diferente para estes e não nos permite estabelecer paralelo entre os inimigos de raça e os inimigos de classe. Os indianos não cabiam em nenhuma destas duas categorias que nortearam a construção do Estado alemão e russo. Os negros nativos os principais visados poderiam estar próximos de inimigos de classe porque, inicialmente, se perseguem as mulheres sem vinculo empregatício e depois se amplia a uma vasta lista de questões. Entre os negros nativos não se privilegiam grupos étnico específicos, ou seja, o caso de Moçambique se distancia da pureza racial alemã, da perseguição étnica de Ruanda e tem pequenas aproximações da perseguição russa que constituiu os *gulags*.

Com a ascensão dos Bolcheviques procurou-se eliminar e remover grupos de suas terras, no interior do mesmo grupo racial, por se terem beneficiado do anterior governo e com isso crescerem financeiramente. Nem as prostitutas e nem os diversos desempregados que afluíam para a cidade de Maputo se tinha beneficiado do sistema colonial. Apenas lá se encontravam em busca de um meio de subsistência que jamais os faria ascender financeiramente. Muitos dos que se tinham beneficiado do sistema colonial encontravam-se numa condição de não policiáveis. Contrariamente, os que menos tiveram acesso a educação foi atribuído um alto grau de nocividade. Sua retirada

da cidade e a sua única possibilidade de inclusão nos campos de reeducação garantiria o avanço da sociedade pós-colonial moçambicana. A repressão policial contra os inimigos era seletiva e entre negros, mestiços e indianos as instituições de vigilância capturavam, preferencialmente, os negros. Nesse sentido, o policiamento estimulava uma espécie de *apartheid* em que as cidades se tornavam espaço de uma minoria. A cidade e os espaços rurais são idealizados e reordenados com base numa discriminação que reparte a população nativa em inimigos e homens novos.

3.6 Os comprometidos e os presos políticos anti-colonialistas: os inimigos (im) perdoáveis.

Durante a luta de libertação houve posicionamentos diversos entre os nativos. Uns serviram ao governo colonial português como militares dos grupos especiais do exercito colonial e se confrontaram na guerrilha contra outros nativos. Outros, tinham sido informantes da policia política portuguesa PIDE que matava os militantes urbanos e clandestinos da FRELIMO ou os fazia de presos políticos. No cumprimento da prisão, muitas vezes decretada fora da lei eram, tortuosamente, interrogados para força-los a ceder informações sobre o movimento de libertação e seus militantes. Entre os presos políticos houve quem se rendeu a violência dos policiais e forneceu informações. Outros ainda tomaram parte da fundação ou se filiaram como militantes do PCN partido do vice-presidente expulso. Em principio todos que colaboraram com o governo colonial nas mais variadas formas foram considerados *os comprometidos.* O mesmo rótulo serviu para aqueles que planejavam ser militantes ou constituir partidos políticos que contestavam o privilegio da FRELIMO como a única representante do povo moçambicano.

Aos presos políticos pesava fortes suspeitas de serem colaboradores do governo português. A suspeita ocorreu porque alguns militantes morreram em consequência da resistência em dar informações durante os violentos interrogatórios que decorriam no presídio. Essa demonstração de fidelidade ao movimento foi interpretada como um ato heroico de não colaboração com o colonialismo. Os que sobreviveram as torturas nas prisões deveriam demonstrar que viveram sem precisar colaborar com os policiais e que sua personalidade de resistência à colonização não foram distorcidas. Outra motivação para esse esforço de mudar o pensamento e comportamentos dos antigos presos políticos esta associado à fundação do partido FUMO (Frente Unida de Moçambique)

instituído pelo primeiro advogado negro de Moçambique que também foi preso político. Com a sua saída da prisão se recusou a participar do governo pós-colonial e se opôs, abertamente, as políticas de governação da FRELIMO tendo fundado FUMO.

Com ambos os grupos o presidente da republica e seus ministros mantiveram algumas reuniões. Segundo Samora Machel (1978, p.51) "[...] [tratou-se] de uma reunião de critica e autocrítica dentro de uma tradição de purificação das fileiras de há muito criada na FRELIMO". Nestes encontros direcionados aos ex-presos políticos o posicionamento do governo pós-colonial foi controverso. Ao mesmo tempo em que reconhecia a importância de seu papel na independência motivava-os para confessarem ou descreverem testemunhos sobre a traição. Os depoimentos tiveram como função reconstituir, por meio do testemunho, o comportamento dos que resistiram e os que foram desleais ao movimento. O próprio presidente conduziu os questionamentos que decorriam durante as reuniões. O testemunho serviu para quem estava alinhado ao partido e quem foi contra, os que mereciam a violência por não terem colaborado. A linha de separação entre amigos e inimigos, dentro e fora, incluídos e reajustados foram adaptadas e instrumentalizadas para distinguir neste pequeno grupo os deportaveis. Porém, as caracterizações ou descrições das pequenas diferenças pelos depoentes não garantiu uma integração automática dos que se distanciaram da colaboração com os policiais portugueses.

Os presos políticos são condicionados a treinos militares porque ficaram a margem das ações de combate ao inimigo considerada a principal experiência de construção do homem novo. A militarização como a forma ideal de depuração desse grupo de sobreviventes para que diante dos outros militantes formassem uma unidade homogênea afastando qualquer possibilidade de traição. A purificação era essencial para a constituição da sociedade pós-colonial e, nesse sentido, era necessário abandonar qualquer tipo de ligação com as instituições coloniais e, obviamente, se sujeitar ao novo poder. A purificação como parte da retórica central de construção da unidade e identidade nacional moçambicana se demonstra aqui ao se tentar eliminar um suposto contágio colonial por meio da militarização. A nova sociedade ou comunidade dos homens novos não deveria incorporar aqueles que teriam passado os anos de luta pela independência com os integrantes da policia política colonial. Estes são, duplamente, penalizados por terem sido suspeitos de colaborar antes com o movimento de libertação e, com a independência, de serem colaboradores do regime colonial.

Entre os presos políticos e os comprometidos não hávia muita distinção. Os comprometidos com o colonialismo tinham todos os atributos para serem considerados inimigos por se distanciarem da luta pela independência e se posicionarem do lado inimigo. Portanto, traidores da frente por terem agido em defesa da colonização. Embora tenham passado por alguns anos de incerteza sobre sua penalização pela traição tiveram um tratamento diferente em relação aos reacionários e até aos próprios colonialistas. Alguns foram presos e outros conduzidos aos campos de reeducação. Porém, nem todos passaram por isso como era suposto acontecer aos que fossem considerados inimigos. O presidente da republica fez questão de manter, pessoalmente, encontros sucessivos com estes. No final de um ciclo de reuniões chega-se ao posicionamento final de suspender as penalizações porque a nova pátria é tão acolhedora. Os anúncios em tecidos fixados nas paredes da sala de reuniões . As reuniões foram antecedidas de um serie de medidas publicadas no jornal para o conhecimento de todos.

Em Novembro de 1978 os grupos de vigilância e demais militantes da frente foram orientados a identificar nos ministérios os ex-colaboradores do sistema colonial para, publicamente, exporem as listas contendo os nomes e fotografias dos comprometidos. Esta ação deveria ser cumprida, impreterivelmente, até o dia 15 de Dezembro do mesmo ano conforme a mensagem publicada em jornal. Segundo o presidente da Republica Popular de Moçambique,

> A medida destina-se a permitir que todo povo exerça uma vigilância rigorosa e eficaz sobre estes elementos, muitos dos quais, ainda hoje levam a cabo ações contra as nossas conquistas revolucionárias. Só conhecendo, controlando e acompanhando de perto a vida destes elementos estaremos em condições de liberta-los do compromisso com o inimigo e reintegra-los a nossa sociedade. (MACHEL, 1978, s/p)

A incerteza sobre a lealdade destes perante o novo governo fez com que o governo pós-colonial mantivesse o olhar vigilante sobre tudo o que faziam. Naquele ano os confrontos armados já estavam decorrendo e o Movimento de Resistência Nacional (MNR) e África Livre foi associado ao descontentamento de nativos e estrangeiros que colaboravam com o regime colonial. O esforço de reintegração deste grupo pretendia evitar que, novamente, servissem a um poder contrario a revolução da frente de libertação. Contudo, o que evitou sua condução aos campos foi o fato de possuírem

naquele exato momento da independência qualificações profissionais muito acima da media dos demais negros nativos. Alem da lista fixada em diversos locais com suas imagens e seus históricos lhes foram impedidos o exercício do direito político (IGREJA, 2012). Pelo menos provisoriamente não podiam participar de movimentos políticos e nem sequer votar. Segundo Meneses (2015) os ex-militares moçambicanos do exercito português e os membros da Associação Nacional Popular (ANP-Portugal) foram considerados cidadãos de segunda categoria devido ao seu comprometimento com o sistema colonial.

Para Victor Igreja (2012) as reuniões com os comprometidos em que participaram diversos integrantes do governo, auxiliando o presidente da republica popular de Moçambique, cingiram-se apenas na obrigação de confissão de ter colaborado como o sistema colonial. Somente em 1984 o presidente tomou uma decisão definitiva de perdoa-los e devido a essa tardia decisão inúmeros nativos considerados comprometidos já se encontravam em campos de reeducação ou já tinham sido submetidos ao trabalho agrícola forçado e, outros, teriam migrado para Portugal buscando uma outra cidadania. Pelo menos os que serviram o exercito português tiveram a possibilidade de optar entre as duas nacionalidades e se beneficiaram do direito ao pagamento de pensões e outros benefícios trabalhistas por parte do governo português.

3.6 Os candongueiros: a especulação gerando inimigos.

Candogueiro se refere aos indivíduos que praticam a candonga termo que na língua portuguesa tem vários significados. Para o contexto pós-colonial moçambicano era o contrabando de mercadorias e correspondente venda na informalidade. O governo pós-colonial adotou o termo candongueiros para se referir a todos aqueles que praticavam o comercio informal nas ruas da cidade e que atribuíam preços especulativos nas respectivas mercadorias. Este comercio era realizado ao lado do comercio formal bem de frente com as lojas pertencentes aos indianos e mestiços, os nativos vendiam diversos produtos. Esse pratica é reprovada pelo governo e em agosto de 1976, publica a circular *Vigilância contra especulação e açambarcamento.* Citando o documento,

> Este ato de desonestidade constuiu e constitui um atentado as vitorias que o nosso povo, dirigido pela FRELIMO, tem conquistado ao longo deste primeiro ano de lndependência Nacional. Por outro lado,

> representa também uma tentativa de minar a unidade da Direção-Povo. (FRELIMO, 1976, p.11)

Portanto, subir os preços sem obedecer às tabelas preestabelecidas pelo governo era um ato lesivo a unidade nacional. Contudo, naquele momento a preocupação não era penalizar, mas sim esclarecer as populações que a subida generalizada de preços de produtos não tinha relação alguma com o recém-criado imposto de consumo (ibidem). Os serviços de comercio tiveram que junto da imprensa explicar a razão do imposto de consumo, diferencia-lo dos tributos aplicados durante a colonização e publicar as alterações dos preços de mercadorias. O aumento dos preços de produtos era também uma pratica generalizada uma vez que os comerciantes formais – os indianos – também o faziam. A circular foi publicada como uma manifesto do partido-único, mas teve efeitos como se tratasse de uma decisão do governo. Ao invés da fiscalização ser feita pelas instituições e funcionários públicos o cumprimento desta tarefa foi confiada aos grupos dinamizadores a quem as populações deveriam denunciar. Citando,

> Consequentemente, e tendo em consideração que o melhor controlo é feito pelas próprias populações e que a especulação não é um fenômeno temporário que acaba de um dia para o outro, devem ser dadas orientações a todos os Grupos Dinamizadores no sentido de mobilizarem as populações para estarem sempre vigilantes contra qualquer tipo de especulação e açambarcamento. (ibidem)

A especulação e açambarcamento – retenção ou acumulação de mercadorias para escassear e depois ser vendido a preço alto - são classificados de crimes e caso alguém denunciasse com as devidas provas – as faturas, testemunhas e o lesado – as autoridades administrativas tomavam a medidas penais cabíveis. O açambarcamento era uma forma de também vender os produtos a clientes preferências num país em que escasseava tudo. O governo pós-colonial herdou o país em situações econômicas difíceis e as cooperativas do povo onde se adquiriam e distribuíam produtos alimentares faltava tudo. Nas portas das lojas longas filas formadas desde a madrugada não paravam de crescer para a compra ou recebimento de produtos. O escritor moçambicano Suleimane Cassamo no texto *Laurinda tu vais mbunhar* da obra *O regresso dos mortos* retrata bem essa situação passada por muitas mulheres que querendo obter produtos para seus fihos e famílias no geral madrugavam para as filas. Nem a escuridão da noite e nem o alcatrão quente as fazia desistir. Neste contexto, a possibilidade de se livrar das filas eram os mercados informais, portanto, os candongueiros.

Os candongueiros foram um produto da crise econômica gerada pela saída massiva dos portugueses. Inúmeras plantações e fazendas foram abandonadas pelos seus proprietários, os edifícios nas cidades nacionalizados, a banca e fabricas praticamente em situação de falência. Segundo Iussuf Adam (1991) dos 250.000 portugueses que viviam em Moçambique após a independência teriam ficado menos de 10%. Porém, a saída dos portugueses não teria sido um problema se não constituíssem à maioria tecnicamente qualificada. A continuidade das empresas fixadas durante a colonização dependia não só do trabalho escravo nas plantações como também da mão de obra qualificada. Alem da escassez de recursos humanos qualificados os discursos do novo governo em relação a política externa e de boa vizinhança foram, em certa medida, direcionados a confrontação direta de alguns regimes da região– África do sul, Zimbabwe e Malawi – com os quais se mantinham relações comerciais há várias décadas. Todos estes se beneficiavam dos serviços prestados pelos portos e ferrovias moçambicanas e com o posicionamento do Estado moçambicano muito desfavorável as suas políticas inviabilizou o estreitamento de relações entre estes países. Durante a colonização as infraestruturas ferroviárias e portuárias visavam arrecadar receitas por intermédio de prestação de serviço de transporte de mercadorias do mar para o interior do pais bem como aos países vizinhos. Deste modo, a perseguição aos inimigos transcendeu as fronteiras nacionais colocando as forças policiais e militares numa dupla função de vigilância interna e externa ou ainda daqueles. A necessidade de segurança ou controle sobre as fronteiras aumenta e, na mesma medida, se sustenta a suspeita de que nacionais poderiam fazer um complô com membros destes países. Simultaneamente

Alem da saída massiva de portugueses e estrangeiros juntamente com a retirada de capitais e depredação de seu patrimônio bem como da relação não amigável entre os alguns países da região e Moçambique a economia herdada tinha inúmeros problemas. Os dados econômicos ilustrados na tabela abaixo e apresentados por Luis de Brito (1993) demonstram os sinais de uma crise econômica em Moçambique desde o inicio da década de 1970. A combinação destes fatores regionais e internos também gerava medo e insegurança interna. Muitos sul africanos que Moçambique acolheu do ANC foram perseguidos e alguns mortos de forma violenta. Alias alguns moçambicanos foram também vitimas dessas circunstâncias. O cenário era desfavorável a qualquer tipo de perspectiva otimista do desenvolvimento endógeno e o governo colonial devia colocar em marcha rápidas intervenções para alterar o rumo do pais para um declínio econômico grave. A única coisa que sobrara era mão de obra ociosa e desqualificada

com a qual se contava para reerguer o país. As infraestruturas ferro-portuarias perdem a sua utilidade e de forma rápida se caminhava para uma dependência externa em que não se poderia contar com o apoio dos vizinhos.

Tabela 3. Dados econômicos de Moçambique 1970-1990

	Milhões de dólares			
	1973	1980	1985	**1990**
Exportações	230	281	77	**121**
Importações	-345	-800	-421	**-850**
Balança comercial	-115	-519	-344	**-729**
Receitas de Serviços	217	171	107	**162**
Despesas de Serviços	-95	-75	-200	**-389**
Receita Liquida de Serviços	122	96	-93	**-227**
Saldo Corrente	**7**	**-423**	**-440**	**-956**

Fonte: Luis de Brito (1991)

Segundo Anabela Soriano Carvalho (2004) o governo pós-colonial encontrou um pais mergulhado numa grave crise e desde a transição para a independência em 1974 os estrangeiros e colonos abandonam o país. Portanto, uma parte dos indianos, gregos e outros também seguiram rumo para outros países incluindo-se Portugal, áfrica do Sul, etc. Em 1976 encerra-se a fronteira com o Zimbábue e a situação de isolamento de Moçambique aumenta na região. O numero reduzido de lojas foi para os comerciantes indianos que ficaram no país e devido à escassez de produtos se cria uma oportunidade de aumentar os preços e tirar vantagem da crise. Em tão curto espaço de tempo a independência se transformara para os moçambicanos num pesadelo e o governo a todo custo tentava manter o equilíbrio. A solução encontrada para a saída da crise foi forçar supostos preguiçosos direcionando-os para uma tarefa produtiva. A designação e perseguição dos inimigos internos foi uma das medidas adotadas de superar Os candongueiros tal como os criminosos e todos os outros cuja conduta não se enquadrava na moralidade revolucionaria da FRELIMO foram, sistematicamente, presos. Neste caso não se tratou de uma questão relacionada ao racismo ou tribalismo, mas sim seguindo um critério, puramente, político diversos comerciantes poderiam ser presos ou conduzidos aos campos. A partir de uma circular o partido criminalizou esta forma de fazer comercio e é incompreensível que sendo uma conduta relevante do ponto de vista do direito penal moçambicano tenha sido fiscalizada por órgãos ou instituições partidárias.

O crime de açambarcamento e especulação se descoberto pelos grupos dinamizadores ou denunciado pela vitima o comerciante perdia toda a mercadoria que

era, rapidamente, encaminhada as lojas do povo onde o governo fornecia alimentos às populações. Em plena crise o Estado moçambicano criou as lojas de povo para abastecer produtos as comunidades a preços baixos e a titulo gratuito com parte integrante do socialismo moçambicano e da economia de planificação centralizada. Nenhum comerciante tinha o direito de importar as empresas estatais é que o faziam e distribuíam para os retalhistas e varejistas obedecendo a cotas e, simultaneamente, se abasteciam as lojas do povo que eram publicas.

Os comerciantes se viam numa situação complicada e foi esse fato que forçou a candonga e o açambarcamento. Com a candonga os comerciantes tentam na ilegalidade tirar proveito da crise. Mesmo entre as populações existiam cotas para a compra de alimentos de acordo com o agregado familiar e muitas vezes se recorria a esse mercado paralelo para aumentar as limitadas quantidades de alimentos adquiridos ou fornecidos pelas lojas. A perseguição aos candongueiros era interpretada, pelo governo, como se tratasse de uma forma de exploração entre as populações, uma tentativa desonesta de enriquecimento ambas contrárias ao projeto de construção do Estado pós-colonial moçambicano.

Como vimos nos capítulos anteriores Moçambique era uma economia centrada na produção agrícola das companhias estrangeiras que tinham concessões de exploração de terra. Quase todas centradas na monocultura de algodão, sisal, cana de açúcar, copra entre outros, produtos para exportação e não, necessariamente, para consumo das populações nativas. O governo pós-colonial herdou um Estado cuja economia era baseada na monocultura, no fornecimento de serviços logísticos para os países vizinhos, uma população analfabeta e, majoritariamente, desempregada devido a saída massiva dos empregadores. Ainda assim, os presidente e os demais membros do seu governo pós-colonial alimentavam inúmeras expectativas em seus discursos que conseguem nos períodos iniciais estimular a participação popular para mudar o cenário sociop-economico.

Contudo, a produção de alimentos baseado na agricultura familiar e na agricultura mecanizada centrada no pequeno vale do Limpopo não acompanhava as necessidades internas. Segundo Semelin (2009) as graves crises econômicas de países podem levar a um traumatismo coletivo em que a identidade parece estar profundamente abalada por tal crise. Portanto, a desestabilização do "*nós, moçambicanos*", "*nós, hutus*", "*nós, alemães*" exige uma reestruturação que perpassa

por uma solução baseada na retórica de perseguição de um inimigo que no interior da mesma sociedade é responsabilizado pela crise mesmo sendo inocente. A solução da crise e das angustias coletivas somente se resolveriam na base da eliminação desse *outro* ou pelo menos de sua transformação. Para que se saia da situação de crise se forja uma identidade nacional baseada na segregação, perseguição e expurgação do inimigo. A reconstituição do *nós* exige a designação de bodes expiatórios gente inocente cuja segregação se supunha que devolveria a estabilidade do país. Nesse contexto, a construção da identidade nacional é um processo de purificação que pode ganhar contornos de um massacre ou genocídio quando lideranças e corpos do Estado – policia e exercito – participam do processo.

Nesse sentido, não são apenas os candongueiros e açambarcadores que o Estado pós-colonial moçambicano pretendeu perseguir e eliminar. Certamente, se tratou da tentativa de construção de um ideal de nação moçambicana baseado na radicalização do antagonismo entre inimigo do povo e o homem novo. Portanto, se buscou uma identidade nacional purificada em que elementos nocivos deveriam ser eliminados ou convertidos por meio do trabalho agrícola. Os inúmeros nativos que antes viviam no espaço rural migram para as cidades em busca de melhores condições de vida são, devido ao seu desemprego, reconduzidos aos campos de reeducação para produzir involuntariamente.

A perseguição da candonga não apenas cingiu-se ao comercio informal dos revendedores que tomavam as calçadas das cidades com os produtos de proveniência incerta como também aos fabricantes caseiros de bebidas alcoólicas e seus consumidores conforme ilustra a matéria *populações organizadas combatem os especuladores* publicada da Revista Tempo de 5 de setembro de 1976. Os produtores de bebidas alcoólicas nos bairros periféricos das cidades e do espaço rural foram considerados incentivadores do consumo de álcool e parasitas porque tiravam proveito de outros nativos viciando-os. A produção é fora dos padrões de higiene e também vendidas em espaços improvisados. O consumo de álcool no espaço rural entra também na extensa lista de ações e comportamentos proibidos e os fundamentos das autoridades do partido e do governo pós-colonial eram de que sua produção era contraria a saúde publica e os locais de venda eram inadequados. Os vendedores e seus clientes são impostos a participar dos núcleos de debate organizados pelos grupos dinamizadores e na produção agrícola coletiva. Obviamente, que se tratava de suprimir as bebidas

produzidas pelos nativos tal como acontecera entre finais do século XIX e inicio do XX com o governo colonial. No novo contexto, as bebidas *cafreais* deveriam ceder o lugar as cervejas e vinhos. Certamente, existia o receio de que o consumo da bebida alcoólica no campo travasse o desenvolvimento nacional e a retomada da economia. Enquanto se penalizava a embriagues no espaço rural os que habitavam as cidades tiveram nenhum impedimento para consumir a cerveja.

3.7 A mulher nova e o homem novo na construção da nação moçambicana.

O homem novo é uma referencia masculina e militar que foi eleita como o perfil do cidadão moçambicano pós-colonial e figura central da construção da identidade nacional após a independência. Os discursos do soberano permitem compreende-lo não apenas a partir da oposição ao inimigo interno como também a partir de sua relação com a mulher moçambicana. Nas diversas cosmologias étnicas de Moçambique, principalmente da região centro e sul, as mulheres são colocadas em posições subalternas e coadjuvantes do homem. Na luta armada anticolonial os homens é que tomam a dianteira da constituição dos movimentos e partidos contra a colonização no exílio. Segundo Isabel Maria Casemiro (2005) por volta de 1962 as mulheres já se tinham organizado, por iniciativa própria, para auxiliar a FRELIMO. De modo próprio mobilizavam os nativos para ingressarem no movimento atribuindo cartões de militantes da FRELIMO, mediante pagamento antecipado de cotas, e acolhendo os refugiados de guerra. Ao mesmo tempo, cuidavam de crianças entre outras atividades (ibidem).

Sua integração como militares e militares veio a ocorrer, formalmente, com a criação do Destacamento Feminino em 1966. Este envolvimento no processo de descolonização, numa situação de paridade com os homens, deu inicio a um longo debate sobre o papel da mulher moçambicana na luta. Um numero expressivo de militantes homens rejeitavam-nas como guerrilheiras opondo-se a decisão favorável das lideranças do movimento. O Destacamento Feminino sucedera a LIFEMO (Liga Feminina de Moçambique) que teve dificuldade de se ajustar as tarefas e desafios da luta de libertação e de proteção das zonas libertadas (ibidem).

Durante o longo período pré-colonial e colonial as mulheres moçambicanas permaneciam limitadas ao espaço privado como domesticas e camponesas. Deviam garantir a produção e confecção de alimento para o agregado familiar enquanto, os

homens seus filhos e esposo trabalhavam duramente nas plantações ou na estiva. Nem as políticas de assimilação por via educacional contemplavam um numero significativo de mulheres. Nas escolas das igrejas participavam pouquíssimas mulheres ao contrario dos homens nativos. Os casamentos aconteciam bem mais cedo e suas ocupações com a família reduziam grandemente seu tempo livre para outras atividades.

Segundo Mazrui (2010) as mulheres africanas sempre estiveram entregues a um triplo papel de guardiã - da água, do fogo e da terra. Portanto, responsáveis por garantir a água para todos os membros da família, de encontrar a lenha e o carvão. E, finalmente, como guardiãs da terra deviam garantir a sobrevivência das gerações seguintes gerando filhos e cultivando sobre o solo. Como guardiã da terra cabia-lhe essa dupla fecundidade. Enquanto isso os homens se ocupavam nos estudos e no trabalho migratório assalariado. As poucas vezes que as mulheres eram recrutadas para o trabalho remunerado em certas atividades - domesticas abertura de estradas, construções e outras – como forma de pagar os tributos devidos pelos seus esposos e homens da família (ZAMPARONI, 1999 & SANTANA, 2006). Em diversas regiões de Moçambique as mulheres permaneciam, longos períodos, isoladas somente com seus filhos e outras mulheres na mesma situação. Pesava sobre as mulheres a responsabilidade da produção agrícola familiar e de subsistência.

O acadêmico africano Mazrui (ibidem, p.18) num dos volumes da Historia Geral de África questiona: "O que dizer sobre à pan-africanização das *mulheres*? Onde "o elemento feminino da espécie" se insere na equação africana?". Tanto o pan-africanismo como negritude, referencia para muitos movimentos de libertação na África, são evidencias nítidas da ausência de mulheres africanas no debate sobre as independências. Antes da constituição da Frente de Libertação de Moçambique, surgia Noêmia de Souza em finais da década de 1940 com seus poemas que denunciavam o racismo e as contradições vividas como mulher mestiça na cidade capital de Moçambique. Nessa época seus poemas publicados em jornais concentram as atenções de um vasto publico. Sua militância era despartidarizada, com seus poemas desnudava as crueldades da sociedade colonial inserindo-se assim na historia de Moçambique com o seu nacionalismo literário. Importa frisar que esta autora estava distante e livre do papel de guardiã que boa parte das mulheres negras e rurais passava. Quase duas décadas depois, em 1962 o I Congresso do movimento de libertação delibera como ação imediata a promoção, por todos os meios, do desenvolvimento cultural e social da

mulher moçambicana (REVISTA TEMPO, 1977). Posteriormente, ocorre a criação do Destacamento Feminino, as mulheres são incluídas no processo de descolonização como guerrilheiras tendo sido submetidas a treinamentos militares. Como militares deveriam empunhar armas junto com os homens para enfrentaram o fogo cruzado do combate contra o exercito colonial português. Este fato se opunha aos princípios dos diversos reinos africanos fixados em Moçambique onde as tarefas de guerreiro, militar ou ainda o protetor da comunidade e da família deviam ser os homens. A principal referencia da classe dirigente da FRELIMO centrava-se no Reino de Gaza, sul de Moçambique, sobretudo na figura de Ngugunhana o soberano deste reino cujo exercito era, unicamente, composto de homens e tinha varias esposas e seu exercito era composto, unicamente, de homens. A existência de mulheres militares era, certamente, uma ruptura com a tradição.

Ao Destacamento Feminino foram atribuídas diversas tarefas, nomeadamente: a) mobilização das massas populares; b) recrutamento de jovens de ambos os sexos, para engajá-los na luta armada; c) produção; d) transporte de material; e) proteção militar das populações (FRELIMO, 1968). Apesar de se submeterem ao treinamento militar e de participarem de combates suas funções no movimento demonstram que seu papel de guardiã não se tinha modificado. Somente foi adequado a um novo contexto em que ao invés de aprovisionar alimentos e água a sua família passou a fazê-lo para um grupo mais amplo de crianças e jovens nas zonas libertadas bem como de guerrilheiros. Enquanto os homens se focavam no combate, treinamento militar, dirigir a frente de combate, tomar decisões e debater com outros movimentos noutros países as mulheres assumem a responsabilidade de produzir, mobilizar e recrutar e ainda defender as zonas libertadas. Mesmo diante dessa participação ativa das mulheres a FRELIMO minimiza o seu papel,

> [...] desencadeamos a luta armada. [...] a forma principal de ação passou a ser a luta. As outras formas de ação tais como a mobilização, a organização do Povo, o trabalho político no seio do exercito, a produção e a educação, a saúde são é certo vitais, mas não é menos certo que são formas secundarias de ação em relação a forma essencial que é a ação armada. (1977, p.10)

As tarefas acima enumeradas como as do segundo plano eram, majoritariamente, desempenhadas por mulheres e, de certa forma, expressam seu papel de coadjuvantes e não de protagonistas da luta de libertação. Alem da subestimação de seu grande

contributo as mulheres são condicionadas as lideranças masculinas responsáveis pelo treinamento militar e por dar ordens nas diversas tarefas. Na direção da frente não existiam mulheres que participavam dos processos de tomada de decisão pelo menos até 1970. A FRELIMO cujos discursos de construção do homem novo eram contrários a qualquer tipo de descriminação baseada na raça e na etnia colocava as mulheres sobre subordinação direta dos homens. Os nativos como um todo pretendiam se emancipar do colonizador, mas as mulheres continuavam sem liberdade de decidir sobre seu próprio papel na luta. A autonomia da mulher estava limitada às pequenas questões ou mesmo aos espaços pacíficos onde garantiam a produção, assistência às crianças, feridos de guerra e diversas funções acessórias.

Nos discursos pós-coloniais sobre o homem novo se questiona o lugar da mulher moçambicana no interior de determinadas cosmologias étnicas com o fim de eliminar sua subalternidade. Construir o homem novo implicava, em certa medida, que os próprios homens mudassem seu comportamento diante de suas esposas, filhas e irmã descartando as tradições africanas consideradas retrogradas que impediam o avanço da mulher, do espaço domestico para a vida publica e que reforçavam a dominação masculina. A sociedade pós-colonial pretendia que, simultaneamente, homens e mulheres mudassem sua mentalidade. Citando, "Devemos, particularmente, criar uma nova atitude na mulher emancipa-la na sua consciência e comportamento, e ao mesmo tempo inculcar no homem um novo comportamento e mentalidade perante a mulher" (MACHEL, 1970, p.5). Em relação a tradição africana e, em particular, a moçambicana o presidente Samora Machel reiterou que "a mulher [era] concebida como um ser humano de segunda categoria submetida a pratica humilhante da poligamia, adquirida através de um dote feito a sua família, herdada por parentes na morte do marido é educada para a passiva, servir o homem" (Ibidem, p.3). Para o progresso da sociedade pós-colonial moçambicana era necessário extinguir as praticas do *lobolo* e da poligamia que expressam, claramente, a condição da mulher moçambicana como escravizada ou propriedade de seu marido quem paga o dote.

O governo pós-colonial também se contrapôs aos ritos de iniciação femininos uma pratica comum das mulheres do norte de Moçambique que as reduzia a cega obediência e meros objetos de prazer dos homens. Nestes rituais o aprendizado das mulheres é de submissão total aos homens. Os ritos de iniciação, tanto os masculinos como os femininos, são coordenados por pessoas de considerada idade e sabedoria

sobre como procede-lo e as experiências a serem transmitidas durante o ritual. Sem ritual o poder tradicional se enfraquece ou se esvazia seu sentido. Os seus saberes são considerados obscurantistas e não garantem o progresso da nova sociedade.

O discurso sobre o homem novo e a nova sociedade buscava mudar a mentalidade dos nativos tentando eliminar sua sujeição aos detentores de poderes tradicionais e tentando conscientizar nos homens a necessidade de reconhecer o direito de igualdade perante as mulheres. Esta complexa discussão gerou nas mulheres do norte certa rejeição e os rituais se mantinham clandestinamente e eram, praticamente, os espaços em que as mulheres tomavam à dianteira e detinham a autonomia de praticas destinadas a si. Portanto, os rituais são restritos às mulheres e as anciãs transmitiam seus saberes cujo conteúdo reproduzia, em grande medida, a sujeição aos homens. A questão geracional no interior deste grupo também é uma forma de dominação que os discursos do homem novo não contemplaram. Tanto o *lobolo* bem como os ritos de iniciação praticas culturais predominantes em províncias distintas e bem definidos foi de difícil combate e punição. Muitas famílias incluindo a dos membros do governo não abriram mão destas praticas e, simultaneamente, inscreviam suas filhas nas escolas. Assim sendo, na sociedade pós-colonial a aprendizagem se baseou em saberes científicos e eurocêntricos e nos saberes locais, tradicionais e africanos. Nesse processo não houve nenhuma equiparação ou paridade entre os dois saberes, mas sim a complementaridade entre os saberes.

. Sobre o papel das mulheres durante a colonização o programa da FRELIMO concebido em 1968 dá a seguinte descrição:

> A mulher moçambicana foi sempre considerada um simples instrumento do prazer pelos colonialistas. As nossas mães, irmãs, filhas são violadas impunemente pelos colonos. A dignidade da mulher moçambicana é espezinhada, o papel que tradicionalmente lhe pertencia no lar moçambicano não mais pode ser preenchido. (1968, p.5)

Este argumento é controverso em relação a questão da emancipação da mulher. Se para os europeus ou colonialistas as mulheres negras africanas eram um objeto de prazer a todo custo, para o movimento de libertação emancipar-lhe significava retomar o seu lugar no lar. Por um lado tenta romper com os efeitos do colonialismo contra as mulheres. Por outro, reforça que a mulher deverá retomar o seu lugar no interior da casa. Segundo Osmundo Pinho (2015) a emancipação da mulher não tinha sido

concebida como uma igualdade entre os gêneros tal como figurava na constituição. Se por ventura fosse a rua de saia curta, fumando, bebendo poderia seguir para os campos pois as autoridades a enquadrariam como fora dos padrões da mulher nova.

Na capital moçambicana a ruptura com passado colonial que condenava as mulheres a certas violações de seus direitos bem como a ocupações consideradas imorais na sociedade moçambicana o governo pós-colonial se traduziu na perseguição das prostitutas na baixa da cidade. Os bares e clubes noturnos nesta região atraiam, durante a colonização, inúmeras nativas e estrangeiras para essa ocupação bem como os portugueses e outros. Nesse contexto, as primeiras ações policiais foram dirigidas contra as mulheres. Portanto, na fase pós-colonial as mulheres são as primeiras a serem perseguidas e consideradas inimigas da revolução não merecendo um lugar na cidade. No campo o trabalho agrícola se constituía como um dos pilares da inserção dos inimigos na sociedade pós-colonial. As mulheres são deportadas em massas num numero aproximado de 3000 "prostitutas" somente no primeiro translados. Importa realçar que esse episodio se deu ainda no contexto de transição para a independência nem sequer se tinha constituído o novo governo pós-colonial. Em relação a deportação das mulheres houve também um outro fato importantíssimo que ocorreu ainda em 1974 que culminou com o envio para o campo de reeducação da moçambicana Joana Simeão. Algumas mulheres mesmo sem culpa foram punidas tal como seus esposos.

No interior da força policial as mulheres do DF foram incluídas como policiais como tantos outros guerrilheiros e no processo de recrutamento e seleção diversas mulheres ingressaram a corporação. A atividade policial deixava de ser realizada somente por homens. Os policiais tanto homens como mulheres foram obrigados a casar-se entre si. Nenhum policial deveria se casar com quem não fosse integrante das forças militares. Nesse contexto, o policiamento deveria se realizado por aqueles que foram purificados no processo de formação político-militar. A desconfiança de que os integrantes da força policial, quando casados com não policiais, pudessem estar expostos a uma espécie de contágio de "infiltrados" que não passaram pela mesma socialização ou ainda que estivessem ao serviço do colonizador ou do imperialismo. Assim sendo, esta determinação de constituir famílias no interior de uma organização militarizada sustentava a vontade do soberano de manter e fazer circular as informações sobre a segurança publica num grupo restrito e que, igualmente, os lares fossem uma extensão das instituições de vigilância e o policiamento. Desse forma, a instituição se

fecha em si colocando o policiamento como uma matéria privada dos policiais se mantendo como um segredo do Estado.

O policiamento era uma tarefa que só cabia aos que estivessem livres do contágio das velhas mentalidades coloniais e tradicionais. Sem duvidas, era uma separação nítida entre o dentro e o fora, entre os homens novos e os inimigos em potenciais que tem muitas similitudes com a negação do casamento mistos entre judeus e alemães que nos remetem a ideia de uma pureza de sangue. No interior da organização policial os homens e mulheres policiais ambos são condicionados a reconstituir seus sentimentos, valores, tradições sobre a família. A família heterossexual baseada na endogamia reforçava a necessidade de distanciamento, estranhamento e desconfiança dos externos a corporação.

3.8 O homem novo e a religião: as contradições entre o evangelho cristão e o revolucionário.

O papel das igrejas cristãs na formação dos moçambicanos foi se construindo desde a época colonial portuguesa. As igrejas, sobretudo a católica, assumiram funções educadoras e principais colaboradoras do processo de mudança do comportamento dos nativos rumo a um civilidade e cultura europeia. Quando a igreja católica se fez presente na colônia de Moçambique já existiam praticantes do islamismo na região. A sua chegada deve muito tempo aos esforços da monarquia portuguesa.

Para o domínio colonial das comunidades africanas a igreja e seus missionários, totalmente, brancos fomentavam discursos favoráveis a submissão a colonização. Durante um longo período não foi permitida a entrada das igrejas evangélicas. Portanto, a igreja católica serviu-se da expansão portuguesa para implantar o cristianismo na região e a coroa portuguesa também usou a igreja para sustentar seu discurso civilizatório. Uma das condições para os nativos renunciarem sua cultura e ascenderem a posição de assimilados era o batismo. O batismo como ato de renascimento, de regeneração e, sobretudo de purificação do nativo. A igreja e os sacerdotes tinham a função de purificar os nativo condição sem a qual não se poderia ingressar na comunidade nacional europeia, branca e civilizada.

A assimilação do cristianismo ou da doutrina cristã católica cumpria então dois propósitos o de cristianizar as comunidades africanas obrigando-as a renunciarem suas crenças e a de prepararem o nativo para a gradual passagem a condição de não indígena.

Portanto, a cristianização católica como pré-requisito de portugalizar os africanos. Os cultos eram celebrados em língua portuguesa e exigia o mínimo de compreensão dos nativos.

De modo geral, a igreja católica se ocupou ao longo da colonização em ser uma extensão da coroa ou do Estado português. O próprio papado reconheceu a suposta missão salvadora de Portugal como a mais nobre das intenções: libertar o nativo africano das trevas e da sua barbárie. Essa missão evangelizadora de renuncia a própria cultura e gradual aproximação a uma comunidade nacional visavam gerar mudanças significativas no comportamento do nativo. Portanto, a pureza e o sagrado como tarefas essenciais da constituição de um novo nativo africano, um ser civilizado e um novo homem. Para sustentar este projeto de conversão dos nativos em cristão católicos, civilizados e portugueses o regime colonial sempre esteve disposto a quaisquer concessões.

Antes do século XX o clero tinha amplos poderes sobre os nativos e podia, por alguma razão, acusar os nativos de estarem possuídos por alguma espiritualidade maligna e condenar a queimadura. Em 1910 e em 1940 forjam-se alguns acordos para a separação dos poderes da igreja e do Estado. As mudanças não foram significativa e os privilégios foram reformulados. Os padres continuavam recebendo salários pelo Estado que também se responsabilizou em erguer infraestruturas para a igreja como paróquias, catedrais, seminários e escolas incluindo-a no processo educacional dos nativos. O patrimônio da igreja cresce e até obtém posses sobre imensas terras em diversas regiões. Alem de padres passam a ser administradores clericais ou párocos para gerir as micro colônias sob alçada da igreja.

Durante, esse longo período que antecede a independência a igreja católica se envolveu na conversão dos nativos em novos homens a única possibilidade de ser incluído, positivamente. O seu monopólio sobre a educação dos indígenas terminou no inicio da década de 1920 com a entrada das igrejas protestantes. A educação através das igrejas evangélicas, predominantes na região sul de Moçambique, foi baseada na alfabetização e evangelização em línguas nativas. Parte significativa das lideranças sulista da FRELIMO provinham dessas escolas. Se nas igrejas evangélicas se forneciam elementos para transformar o nativo num cristão nas igrejas católicas o processo de assimilação visava converter o nativo num português. Portanto, os valores da nacionalidade se sobrepunham a cristianização.

A constituição dos movimentos anticoloniais e a intensificação da luta armada contra a colonização não mudaram o posicionamento oficial da igreja católica. Contudo, no seu interior divergências foram publicamente expressas desde a década de 1940 com alguns padres se mostrando contrários a política de indigenato a libertação dos nativos e, por esse motivo, presos e expulsos de Moçambique. Os padres, bispos e missionários contrários à independência acusavam seus colegas de agirem contrariando o evangelho. Os padres favoráveis à independência nunca chegaram a militar tal como acontecera com alguns pastores evangélicos presos e mortos pela policia política portuguesa (PIDE).

O principal eixo para a concretização do projeto de nação baseado na figura do homem novo era a imposição de renuncias as estruturas e mentalidades coloniais e tradicionais. Sendo a igreja católica parte do regime colonial supunha-se que fosse banida. Todavia, não foi o que ocorreu. As primeiras medidas contra esta igreja centraram-se, predominantemente, no seu patrimônio construído com forte apoio do governo colonial nomeadamente escolas, centros de formação de missionários e internatos. A educação passou a ser monopólio estatal abrangendo todos os cidadãos sem restrições de raça, genero, etnia, etc.

Ainda durante a luta armada o presidente Samora teria impedido que militantes criassem subgrupos, com base nas crenças religiosas, por serem contrários a ideia de unidade. Este ato associado à perseguição direcionada as praticas religiosas nativas consideradas obscurantistas deixavam cada vez mais nítido uma via ateísta embora, constitucionalmente, se tenha adotado a laicidade. Não há nos discursos sobre o homem novo alguma evidencia de que o soberano se autolegitimasse como um ente religioso enviado de Deus para purificar os inimigos. Mas, os grupos dinamizadores encarregados de promover a doutrina revolucionaria nas comunidades e bairros cumpriam funções similares a evangelização. Mesmo sem expressarem o rebaixamento da religião, a lógica de seu funcionamento baseado em reuniões em cada bairro deixavam transparecer que a salvação dos descolonizados e do pais dependia da obediência aos discursos, diretivas e orientações da figura central – o soberano. Se durante os longos séculos da colonização a igreja não teria conseguido retirar os indígenas do sofrimento os discursos difundidos pelos grupos dinamizadores vinculavam a mudança de vida com a interiorização dos ideais do homem novo. E para que se enquadrassem nessa proposta era imperioso participar das atividades de reconstrução nacional incluindo as reuniões de estudo político neste grupo. A não participação nas atividades deste grupo gerava suspeita de

oposição política ao sistema. Os Grupos dinamizadores propagavam as palavras e os textos da revolução moçambicana baseados em alguns discursos do soberano e que eram publicados em jornais.

A proibição dos homens novos praticarem a religiosidade nativa reforçava que o destino dos descolonizado não deveria depender mais do clero e nem dos anciões locais. Estes últimos foram mais desprestigiados que os padres. O destino dos homens novos não devia se centrar nas forças mágicas, mas sim no movimento que conquistara a independência, o único que com ações praticas e concretas teria terminado com a colonização e propiciado a "liberdade" aos moçambicanos. A salvação dos moçambicanos como algo diretamente relacionado à militância na FRELIMO como o próprio presidente deixava claro nas suas intervenções as zonas libertadas foram espaços sagrados, nelas combatentes sacrificaram suas vidas em nome da independência. Essa visão de espaços sagrados era reproduzida nos dois polos opostos – as cidades e os campos de reeducação. De um lado, as cidades que deviam estar livres da contaminação das prostitutas e dos desempregados, isto é, livre de todos os males da tradição e da colonização. De outro lado, os campos de reeducação que foram espaços destinos a purificação do corpo social e dos próprios inimigos em que as mortes por fome e por iniciativa dos agentes poderiam ocorrer. Portanto, entre o evangelho reproduzido pelas igrejas e os discursos propagados pelo governo pós-colonial havia uma disputa e se impunha que prevalecesse o segundo. Citando Samora Machel "Ser religioso não significa ser contra a independência, não significa ser antipatriota. Antes de religioso deve-se ser cidadão e patriota."(1979, p.11).

Apesar do governo lançar duras criticas a igreja católica por ter sido cúmplice no racismo, na exploração dos nativos e na luta de libertação exigia que esta tivesse uma postura favorável as suas políticas. Porém, não foi o que se observou. O Estado não deixa de interferir nas atividades religiosas vigiando-as constantemente as mensagens que transmitiam aos crentes afirmando que estavam interferindo na definição do conteúdo da liberdade. Segundo Serapião (2012) a igreja católica com uma composição mais diversificada, padres negros e brancos, teria endereçado ao governo pós-colonial uma carta de repudio a existência dos campos de reeducação em 1976. Para este autor o distanciamento da igreja em relação ao processo de formação do homem novo se devia ao fato de considerarem que a proposta era ateia sem referencia a Deus. Esse ato teria custado à aplicação da vigilância secreta as igrejas e a condução de alguns padres aos campos de reeducação. A perseguição também afetou a igreja testemunha de Jeová que

foi depreciada ao ponto de aproximadamente 10.000 fieis serem conduzidos aos campos de reeducação (THOMAZ, 2006). Citando Samora Machel,

> Insidiosamente, foi lançada contra a nossa revolução a seita "Testemunhas de Jeová", ligada as forças reacionárias internacionais, a desafiar o nosso governo, a recusar enviar as crianças para os hospitais quando estavam doentes, a recusar envia-las para as escolas, a oporem-se a reconstrução nacional, a desrespeitar a nossa bandeira.(1979, p.17-18)

Tal como acontecera com os lideres tradicionais a crença dos testemunhas de Jeová é reduzida ao obscurantismo, a recusa de seguir os tratamentos que a ciência disponibiliza. Portanto, impedir que os crentes fossem a igreja aguardando uma cura divina fez com que fossem conduzidos aos campos de reeducação para mudança de mentalidade. As autoridades e as instituições estatais como entidades responsáveis pela mudança da mentalidade dos nativos que no lugar do obscurantismo deveriam colocar a ciência e a razão. Simultaneamente, não obedecer aos símbolos da pátria foi um dos motivos da penalização.

Considerações sobre o capitulo

Neste capitulo procurou-se transitar por todos aqueles grupos que foram designados de inimigos e fazer as devidas comparações com os elementos sobre os quais se investiu para construção do homem novo. A figura do inimigo não pode em nenhum momento ser dissociado do seu oposto o homem novo. O que se assisitiu é que a partir de um dado momento em que o pai-fundador do movimento de libertação e da unidade interetnica do movimento foi morto começa a emergir uma serie de troca de acusações de traição. Rapidamente, o sucessor oficial foi convencido a aceitar uma direção coletiva para auxilia-lo na transição algo que não estava no regulamento. A exceção permitiu que os outros dois lideres buscassem justificativas para sua expulsão. Varios outros membros tiveram o mesmo destino e alguns foram conduzidos aos campos improvisados nessa época. Portanto, a suspensão dos estatutos do movimento é que permitiram que um líder fosse conduzido ao cargo de presidente sem, oficialmente, ter o direito de substituir.

Desde esse exato momento a perseguição aos inimigos internos foi ganhando acelerações e se chega a fase pós-colonial com a mesma retórica. Cada vez mais cresce o numero daqueles que cabem na categoria desde concorrentes políticos, mulheres com

roupas curtas, lideres comunitários, religiosos entre tantos outros casos que as autoridades achassem ser contrario ao regime. O exercito revolucionário perde sua importância e a policia assume a dianteira do processo de deportação. Os campos nascem como instituições com potencial de transformação daqueles que são inimigos do sistema em homens novo. O policia entra nessa tarefa como a principal instituição e o policiamento ganha contorno repressivos.

IV. A POLÍCIA, O POLICIAMENTO POPULAR E A VIGILANCIA COMO O CERNE DA FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL EM MOÇAMBIQUE.

Já se tinha referido anteriormente sobre a centralidade do processo de vigilância na construção do Estado nacional em Moçambique o que se relaciona diretamente com uma rede de instituições que vão desde as forças militarizadas estatais até os grupos civis que operavam nesse quadro de produção do homem novo ou então da segurança na vigência do Estado socialista. Entre as instituições do Estado figuram as forças policiais – Corpo de Policia de Moçambique e a Policia Popular de Moçambique, Serviço nacional de Segurança, Grupos de Vigilância, Milícia Popular e Grupos dinamizadores. Nesta parte do trabalho pretendemos a luz da legislação, discursos do chefe do Estado e demais documentações[21] descrever essas instituições, sobretudo como elas se estruturaram na operacionalização das suas atividades de controlo a população e as suas funções dentro de um contexto em que se busca fortalecer o Estado através de uma unidade nacional baseada na homogeneidade identitaria, política entre os descolonizados centrados na figura de homem novo.

4.1 O Corpo de Policia de Moçambique: Origem, formação e função constitucional.

O Corpo de Policia de Moçambique (CPM) é a designação da primeira força policial pós-colonial fruto das intensas negociações propiciadas pelos Acordos de Lusaka (Zâmbia), firmado entre o governo colonial e o movimento revolucionário FRELIMO, em 7 de Setembro de 1974. Tal acordo possibilitou, não somente, a regulamentação do processo de transferência de poderes do colonizador ao colonizado, como também permitiu a estruturação do funcionamento de instituições nacionais, durante a transição até a independência, dentre elas e no primeiro plano a organização policial moçambicana. O ponto 11 dos acordos de Lusaka previa a criação de um Corpo de Polícia, em substituição à instituição policial colonial existente – Policia de Segurança Publica (PSP), a qual se encarregaria de conter qualquer desordem, ou distúrbios durante o processo de transição para a independência garantindo a ordem e a segurança pública, no período precedente a formalização do Estado moçambicano pós-colonial. Importa frisar que o ponto 11 do acordo não se refere explicitamente ao Corpo

[21] Fazem parte desta documentação relatórios do I e II congresso.

de Policia de Moçambique diz apenas que: "*o governo de transição criará um Corpo de Policia [...]"*.

A formalização legal do CPM veio somente a ocorrer em 17 de Maio de 1975 a menos de um mês da proclamação da independência nacional. Nesse intervalo de tempo entre Setembro de 1974 e Maio de 1975 assiste-se a inserção de jovens moçambicanos, ex-guerrilheiros das Forcas de Populares de Libertação, em ações de patrulhamento conjunto com a Polícia colonial portuguesa. Essas ações de policiamento são intensificadas nos espaços urbanos com certo intuito de enunciação da chegada de uma nova ordem e de sua intolerância a certo tipo de condutas. Na baixa da cidade de Maputo, capital de Moçambique, os mendigos e as prostitutas que, frequentemente, se posicionavam na calçada da rua Araujo durante as noites são, forçosamente, retirados do local e conduzidos aos centro de reeducação pelas forças policiais em intervenções conjuntas (PSP+Forças Populares de Libertação) ao abrigo da operação limpeza iniciada em 7 de Novembro de 1974 (THOMAZ, 2008).

Segundo Borges (2012) é por meio do policiamento ostensivo em áreas urbanas que se dá inicio ao processo de socialização profissional dos ex-guerrilheiros de libertação e outros militantes que passaram, automaticamente, a constituir a primeira força policial, essencialmente, composta pelos ex-colonizados. Após alguns meses desse processo formativo baseado nas praticas de policiamento institucionaliza-se pelo Decreto-Lei nº 54/75 o Corpo de Policia de Moçambique como corolário do ponto 11 dos acordos de Lusaka. Este decreto foi antecedido de desmobilizações massivas dos efetivos da Polícia de Segurança Publica **(PSP)** sobretudo os de nacionalidade portuguesa deixando-se os PSP´s moçambicanos que a serviram durante a fase de colonização.

A desmobilização massiva dos policiais brancos portugueses da PSP não significou necessariamente uma desracialização do Corpo de Policia de Moçambique. Era sim a possibilidade dos nativos conduzirem, pelos seus ideais, os destinos de uma organização que em fases anteriores exercia suas funções como um instrumento da dominação colonial portuguesa contra os nativos. O racismo operava no interior do policiamento e da propria PSP. Apesar de nela existirem negros moçambicanos o seu comando era ocupado por brancos e estes, orientavam as missões e atividades cotidianas numa estrutura em que os PSP´s negros cumpriam as funções mais inferiores – auxiliares de policia.

Segundo Tsucana (2014, p.32) embora os acordos de Lusaka tenham previsto um Corpo de Policia sua criação atendeu a um processo de substituição gradual das estruturas coloniais pelas instituições do Estado moçambicano pós-colonial. Por essa razão a Policia de Segurança Publica não fora dissolvida de imediato como forma de atender aos processos de conversão e integração de militantes e guerrilheiros das Forças Populares de Libertação de Moçambique a uma função policial, os quais eram desprovidos de preparo técnico, bem como a reestruturação orgânica e funcional para adequar a nova realidade e visão politico-ideológica.

Para preencher a vaga deixada pelos policiais portugueses em Outubro de 1974 e, posteriormente, em Fevereiro de 1975 contingentes de moçambicanos são enviados para formação policial no exterior. O primeiro é composto, maioritariamente, por ex-guerrilheiros e militantes que participaram de alguma experiência pratica do trabalho policial na cidade de Maputo. Estes, são formados pela Policia Unida de Tanzânia no Centro de Formação Politico-Militar de Nachingwea local onde as Forças Populares de Libertação encabeçadas pela FRELIMO instalaram seu principal quartel durante a revolução armada anticolonial. Segundo um dos nossos sujeitos de pequisa que participou desse processo retivemos o seguinte relato:

> Antes de partirmos para Nachingwea tivemos durante cerca de três meses de atividades conjuntas com os PSP´s moçambicanos onde aprendemos como é que se levanta um auto [...] trabalho administrativo como se faz a patrulha, a sentinela [...] como se revista um suspeito durante a abordagem policial [...] como proteger o local de fato [...] contudo alguns [PSP´s moçambicanos] não estavam interessados em transmitir apesar de serem ótimos profissionais [...] mas por vezes não atendiam bem [...] e muitas das vezes como eles tinham experiência sonegavam muitas coisas [...]. (Adjunto-Comissario A)

Os de Fevereiro de 1975 são individuos cuja maioria encontrava-se a frequentar as escolas de onde foram recrutados e enviados a República Democratica Alemã para formação policial. Outros, com o mesmo perfil são, no ano seguinte, enviados a Escola pratica da policia de Matalane (Maputo). Estes, pertencem aos primeiros policiais formados em territorio moçambicano em 5 de Novembro de 1976. Nos anos seguintes as formações se dão tanto no exterior como internamente.

Uma vez alargada a fonte que alimentaria os recursos humanos tecnicamente capacitados para serem incorporados na policia, o CPM passa a se deparar com

divergências e disputas internas. Umas marcadas pela pluralidade de formações policiais e, outras devido a crises ocasionadas pelo grupo remanescente dos PSP´s moçambicanos que passa a se ressentir da perda de posições em detrimento daqueles a quem ensinou o trabalho policial. Em relação a pluralidade das escolas de formação dos policiais sobretudo os formados no exterior passam a ser forçados a uma nova formação de adequação nas Escolas de Policia nacionais como forma de homogeneizar e estabelecer uma certa unidade em torno da pratica e entendimento do trabalho policial (BORGES, 2012).

Com a criação da Escola Pratica da Policia em 8 de Junho de 1976 e, seguidamente, o Centro de Formação de Quadros reduz-se significativamente o envio de contingentes para o exterior e eleva-se a quantidade de policiais recrutados. A Escola Pratica da Policia gradua em 5 de Novembro de 1976 cerca de 413 policiais. Uma cerimonia presidida pelo Presidente Samora Moises Machel que em seu discurso lança os fundamentos da função da polícia aos finalistas do primeiro curso de policiais realizado em territorio moçambicano. Na qualidade de comandante-chefe das forças de segurança, sua intervenção concentrou-se na explanação dos princípios e tarefas que deveriam nortear a atuação do Corpo de Policia de Moçambique:

> A polícia tem uma tarefa particularmente difícil […]. Em Maputo temos as tarefas essenciais da nossa polícia. […] Os primeiros elementos que devem ser destruídos [são] o tribalismo, o regionalismo, o racismo. O poder que as forças populares defendem é poder popular, é o poder dos operários, é o poder dos camponeses. As tarefas que devem assumir as forças policiais em primeiro lugar, repetimos: é a destruição do tribalismo, regionalismo e racismo. A fase atual é uma fase difícil. […] Sobretudo para difinirmos o nosso inimigo. (MACHEL, 1976, p.50)

Embora não se tratasse, efetivamente, de uma legislação sobre a atividade do policial estes discursos tinham igual força uma vez que são as decisões e discursos do soberano sobre o papel que a organização policial tinha no contexto pós colonial. Conforme Agamben (2010, p.22-23) o soberano é aquele sobre o qual o ordenamento jurídico reconhece o poder de suspender e dar validade a norma, a constituição ou seja o próprio ordenamento jurídico. Nesse sentido, o soberano tem o poder de suspender a validade da lei colocando-se acima e fora dela, ou seja, o soberano não necessita do direito para criar o direito. A soberania estatal se nutre desse monopólio da decisão

ultima de definir o curso da vida dos suditos e das instituições publicas. Assim sendo, não se tratou de mero de discurso mas sim de uma ordem, de um regulamento.

Desde a criação do Corpo de Policia de Moçambique (CPM) a questão popular já se impunha como parte integrante do processo de enfrentamento a criminalidade e manutenção da ordem no interior das cidades e, em particular, da cidade capital (Maputo). É o local que o soberano elege como o epicentro da pratica do policiamento que visava a eliminação do inimigo e a produção do *homem novo*. É na cidade capital que se pretende por em marcha o confronto contra os tribalistas, os regionalistas, os racistas em suma os novos inimigos. Sendo o inimigo o oposto do *homem novo* fica implicitamente claro que viver na cidade é o privilegio de todos aqueles que não tem as caracteristicas que o elejam como inimigo. Não se tratava de identificar entre as ruas os potenciais suspeitos de pratica de crimes, mas sim enquadrar a conduta dos descolonizados a partir da dupla categorial em oposição – *inimigo e homem novo*. É através desta oposição binaria que a pratica do policiamento organiza as cidades por meio da inclusão-segregação. Ao mesmo tempo produz no seio dos indivíduos uma obrigatoriedade de se vincularem ao lado menos doloroso entre as unidades identitárias opostas. Contudo, definir o inimigo continua sendo um ponto de muitas controvérsias e entregue a discricionariedade policial envolvendo, por vezes, certa aleatoriedade e a sensação de que a guerra fora continuada sobre outras formas. Em relação a identificação do inimigo reitera que:

> […] as nossas policias que não tem a noção correta de nosso inimigo, terão que cair constantemente nos aspetos secundários. Se não assumir corretamente a definição do nosso inimigo, vai definir os nossos amigos como inimigos. O nosso amigo, por mais graves que sejam as contradições, nunca confundir com o inimigo. E o nosso amigo tanto como nosso inimigo, não se definem pela cor da pele. [..] não se definem através da raça. […] esta é a primeira preocupação, é a primeira tarefa que devem assumir as forças policias, porque no seu trabalho, no trabalho do dia a dia, [..] estão ligadas a população […] representam o poder dos operários […] dos camponeses. (MACHEL, 1976, p.50)

A raça aqui é retratada como o criterio que não era central na identificação do inimigo. A cor da pele não devia definir quem deveria ser eliminado e para prevenir esse tipo de erros dos militantes o presidente lançou este discurso. Durante a colonização o binómio segregação e inclusão era baseado, essencialmente, na cor da

pele. Os negros eram considerados suspeitos, em potencial, a quem se devia submeter ao trabalho forçado, a educação e a religião para retirar de si toda a sua primitividade. Portanto, sujeitos ao controle do Estado pelo policiamento. Sem duvidas a intenção era distanciar-se do policiamento colonial que refletia o poderio de uma raça em relação a outra. E, simultaneamente, esclarecer que o inimigo não é nem negro e nem branco mas sim aqueles cuja conduta for contrária ao projeto de homogeneização identitária. Porém, esse esforço de demarcação envolveram, novamente, algum tipo de racismo de Estado pois as atuações do CPM buscavam, seletivamente, extrair no interior de um grupo racialmente homogéneo aqueles sobre os quais sua liberdade e conduta deviam ser colocadas em questão por não se encaixar no tipo ideal de cidadão moçambicano pós-colonial. Segundo Agamben (2010, p.15) a dupla categorial que distingue amigo-inimigo no interior de determinada sociedade não é o fundamental nestes processos de formação do Estado mas sim o que decorre dessa oposição. Por um lado, a produção da vida nua e, por outro, a existência política de indivíduos os quais seus direitos de ser vivo são reconhecidos. Se quisermos usar do jargão do autor estaríamos diante da *zoe* e da *bios*, da inclusão e da exclusão, do normal e anormal. Ao mesmo tempo em que policiamento exclui da cidade os indivíduos tidos como inimigos mantem intacta a permanência daqueles que se caracterizam como os *homens novos.* O mesmo mecanismo que segrega inclui, ou seja, inclui-se marginalizando-se e segrega-se incluindo-se. È esta polícia que se pretendia braço do povo e do camponês que não permite que a cidade seja um espaço para todos, independentemente, de sua profissão, escolaridade, classe social, etc. Os policiais são colocados numa posição em que tem plenos poderes para separar os homens novos e os inimigos, a civilização e a barbárie. Na mesma medida em que se autocompreendem como missionários dando a possibilidade de um grupo de indivíduos "nocivos" a sociedade possam ser reconduzidos ao bom caminho e evitar as pessoas honestas e de boa índole não seja mal influenciada (MONET, 2006, p.129)

Se a polícia pretendia-se uma organização contrária ao tribalismo, regionalismo e racismos seus elementos deviam ser selecionados e recrutados segundo critérios plurietnicos constituindo-se não somente como uma união interetnica solida e homogênea como também partidária, política. E desta sintonia interna que poderia se obter aceitação mutua entre os seus integrantes provindos de origens e regiões diversas bem como da comunidade a qual policiam. A expectativa era de que a policia fosse o exemplo desse corpo social uno em que as diversas identidades étnicas se converteram,

através da disciplina militar e militância político-partidária, numa única – a identidade nacional. Assim sendo, a policia seria o povo e o povo a policia,

> [...] é necessário desenvolver a unidade no seio da policia: a unidade policia-povo e povo-policia. A nossa policia deve ser uma policia popular pela sua composição, pela sua forma e pela sua atuação. Quer dizer a polícia no espírito e na forma, deve refletir os interesses do povo, a unidade nacional, garantir o processo de revolução do nosso país. [...] esta deve ser a preocupação fundamental de todo o elemento da polícia. [...] E as características do elemento da polícia é a unidade, a unidade nacional, unidade de todos os elementos da policia com a população, unidade política, ideológica e disciplina. (MACHEL, 1976, p.51)

A aproximação da policia com o povo alterou as formas de recrutamento. Um pouco por todas as regiões de Moçambique observou-se, na véspera e logo após a independência, a seleção de nativos para posterior incorporação na força policial como forma de tornar esta organização mais representativa em termos das origens etno-geo-linguisticas, religiosas e até raciais dos indivíduos que passariam a integrá-la do topo a base. Contudo, os titulares de cargos de comando passam a ser indivíduos que se destacaram na frente de combate durante a guerrilha anti-colonial, militantes do partido Frelimo e, portanto, nomeados por confiança política. O Corpo de Policia não era uma instituição isenta das influências político-partidárias, pois as forças populares de libertação de Moçambique, as forças paramilitares policiais e de segurança tinham como seu representante maximo o Presidente da FRELIMO que concentra em si a função de Presidente da Republica e de Comandante-Chefe do exercito e da policia. Se a policia se subordinava ao chefe maximo de partido ela também tem que refletir essa unidade e conformidade em termos de um ideário e de uma moral político-partidária,

> O elemento da policia deve ser um elemento incorruptível. Deve ser politicamente incorruptível, ideologicamente incorruptível, materialmente incorruptível e deve ter a noção que o elemento da polícia constitui o órgão essencial de reação. A luta dos reacionários é corromper os elementos da polícia […] e para se defender é preciso um estudo constante para revigorar o seu espírito, para estimular as suas ideias revolucionarias e para isso é necessário um estudo assíduo, um estudo constante da política da FRELIMO, para elevar constantemente o seu nível de consciência política. Esta é a defesa maior do elemento da polícia: o estudo individual e o estudo coletivo; acompanhar, engajar-se na luta, […] no processo de revolução,

> adquirir constantemente as ideias vivas, e as ideias vivas são prestadas através da pratica […]. (ibidem)

Nota-se aqui a exigência ou necessidade do policial se aprofundar no conhecimento das políticas e linhas orientadoras do partido como sendo um dos principais determinantes para o seu desempenho integro no exercício das tarefas diárias. Um policial devia estar não somente dotado de treinamento militar como também devia ter a consciência de sua importância no processo de construção do novo Estado. Antes de ser um vigilante de condutas consideradas "inimigas" era um ativista político anticolonialista e militante partidário. A pratica policial era assim afetada pelas decisões dos órgãos do partido e menos das instancias jurídico criminais.

Em relação ao modelo fica claro que se tratava de uma única força policial para todo território nacional prestando contas a uma única autoridade o Ministro do Interior (Sistema policial monista). Segundo Monet (2006, p.90) o grau de centralização atinge a intensidade máxima quando a instancia de ligação da policia a nível central é constituída por um Ministério do interior. A Policia moçambicana é baseada na unificação militar e partidária e aglutina as mais diversas especialidades subordinando-se ao Ministério do Interior. Portanto, o CPM foi concebido como um dos pilares do garante da construção do homem novo:

> O elemento da polícia não tem momento de atividade e momento de relaxamento. O elemento da polícia é um responsável durante 24 horas. Vinte e quatro horas de vigilância.. […] Responsabilidade significa viver todos os momentos, ser responsável 24 horas sobre 24 horas. Só assim é que nos identificaremos com o nosso Povo. Só assim estaremos em condições de defender as conquistas do Povo. Só assim é que estaremos em condições de desenvolver o processo de revolução no nosso País. Só assim é que transformaremos esta sociedade velha em nova […]. Só assim é que criaremos o **Homem Novo**, o **homem novo** que confia na ciência, luta contra a superstição seja de que forma for (MACHEL, 1976, p.52)

O policiamento é um dos garantes da transformação da sociedade colonial (velha) em pós-colonial (nova), de homens velhos em homens novos por isso os policiais se deviam dedicar durante o dia todo nessa tarefa bem como se colocar, incondicionalmente, ao dispor de eventuais solicitações. Independentemente das horas dedicadas ao policiamento às remunerações eram, exclusivamente, baseadas na categoria. Não existe pagamento de hora extra aos policiais sua atividade é considerada

patriótica. Exigia-se também que estes não formassem famílias com indivíduos civis. O casamento entre uma policial e um policial eram incentivados.

4.2 A Policia Popular de Moçambique: Origem, formação e função constitucional.

A Policia Popular de Moçambique (PPM) é criada em 1979 a luz da lei 5/79 de 26 de Maio e sucede o CPM. Ela nasce da necessidade de superação de uma serie de contradições internas do CPM que representava, exatamente, uma polícia em fase inicial de formação refletindo e ressentindo-se, internamente, de inúmeras influências. Assim sendo, mostrava-se necessário a combinação ou harmonização das experiencias obtidas em formações policiais nos países estrangeiros, a socialização profissional durante o policiamento na fase de transição a independência, o processo de formação dos policiais a nível nacional e as expectativas dos descolonizados em relação a polícia apos a concretização da independência. Por se considerar uma policia com inúmeros rostos e que havia necessidade de lhe conferir certa unidade em torno de uma visão moçambicana de policia. Os cursos de adequação já indicavam a existência de uma espécie de crises ou inexistência de harmonização do conhecimento dos policiais sobre suas atuações e seu papel na construção do Estado pós-colonial. As contradições e disputas internas entre o grupo de policiais nativos remanescente dos PSP´s e os ingressantes no processo de transição era uma outra face dessa crise. E, igualmente, as denuncias crescentes das populações sobre os excessos por parte dos policiais e de flagrantes abusos de poder. Todas estas questões colocavam em cheque o caracter popular da revolução bem como as expectativas criadas em torno do Corpo de Policia de Moçambique como o garante da ordem pós-colonial e da criação de um novo homem.

Para Nhacoungue (2011) e Tsucana (2014) a criação da Policia Popular de Moçambique resulta da necessidade de adequação formal a constituição de 1977 na qual o Estado se assume socialista e de linha marxista-leninista. Nessa otica, a ideia de uma Policia Popular é apenas uma questão de alteração terminológica que visava unicamente qualificar de “popular” uma instituição cujas missões e funções se mantiveram semelhantes as iniciadas pelo CPM.

Se tomarmos em consideração que o CPM se constitui a partir de elementos das forças populares de libertação, militantes do partido Frelimo e de um numero de PSP´s

moçambicanos que se identificaram com a revolução e, voluntariamente, permaneceram na organização. Implicitamente, fica claro que a linha marxista já estava sendo incorporada nesta organização pois essa visão já era parte integrante do processo de luta de libertação, principalmente, desde 1969. Quando se cria o CPM as missões já são orientadas para uma certa classe e grupos indesejáveis muitos dos quais pobres e marginalizados pelo sistema colonial. A noção do crime passa a estar associada a classe social uma espécie de criminalização da pobreza passa a nortear as práticas de policiamento um pouco por todas as cidades de moçambique tendo como epicentro a capital – cidade de Maputo.

Assim sendo, a adequação jurídico formal não foi o único catalisador da transição do CPM para a PPM pois, a incorporação da orientação marxista-leninista na constituição de Moçambique data de 1977 e a criação da Policia Popular de Moçambique é de 1979. Se dependesse apenas de um ajuste juridico para adequar a legislação policial a nova constituição essa mudança teria ocorrido imediatamente após a aprovação do texto constitucional.

Certamente, a transformação resultou de uma combinação de fatores dentre os quais a necessidade do soberano elevar seu populismo e fortalecer seu poder ou legitimidade sobre os súbditos. Sabe-se que o CPM já vivenciava suas crises internas e externas junto da população. Ao atribuir-lhe uma nova terminologia que enfatiza o caracter popular, de certo modo, busca-se alterar os ânimos das populações desgastadas com uma serie de intervenções no âmbito do policiamento ostensivo. Assim sendo, a mudança terminológica era sim a possibilidade de uma maior aproximação entre o Estado, encabeçado pelo partido único, e o povo sem com isso alterar, significativamente, os aspetos essenciais que determinavam o policiamento realizado nas diversas cidades de Moçambique.

A ideia de ajuste jurídico esta presente também no artigo 4 da lei 11/78 de 15 de Agosto ao se referir que a Republica Popular de Moçambique tinha como um dos objetivos fundamentais a edificação da democracia popular e a construção das bases, material e ideológica, da sociedade socialista. Identicamente, o preambulo da lei 5/79 de 26 de Maio que cria a Policia Popular de Moçambique contem esse entendimento:

> Nos regimes capitalistas, a polícia é um órgão de repressão do Povo. […] representa o poder da burguesia, serve os seus interesses e aspirações. O povo moçambicano conhece essa realidade […]. […], a lei e a ordem do colonialismo […] visavam manter e perpetuar o poder da burguesia colonial […]. Com o derrube do colonialismo, foi

> destruído o poder da burguesia colonial. Criaram-se assim as condições para que a classe operaria e o campesinato […] possam exercer o poder […]. As forças policiais criadas apos a independência nacional, desempenharam papel ativo e decisivo […]. Com a realização do III Congresso da FRELIMO, que criou o partido de vanguarda e de aliança operário-camponesa e com a realização das eleições das Assembleias do povo a todos os níveis, torna-se necessário passar a uma nova fase de reestruturação das forças policiais de tipo novo que, na sua forma, conteúdo e métodos de ação, reflitam a natureza de classe do novo poder, e sejam efetivamente instrumento da ditadura do proletariado. (1979, s/p)

Novamente, a questão dos binarismos e de dupla categorial em oposição é colocada em questão. O capitalismo reflete uma policia opressora que parte em defesa de certa classe e o socialismo como a possibilidade de uma policia reformada que quebra os princípios anteriores e onde a classe operaria camponesa é sua aliada e deve encontrar nela o amparo e garantia dos seus direitos. Essa vontade de tornar a polícia, efetivamente, popular é um objetivo que somente ocorreu em 1979 volvidos vários anos de independência? Este argumento comparativo e dicotómico que distingue duas realidades opostas para justificar a mudança de uma polícia para outra, de certo modo, evidencia o insucesso da anterior policia – O CPM – em relação a essa expectativa de correspondência entre a população, maioritariamente, camponesa e os métodos de vigilância adotados no policiamento urbano realizado pelos policiais, grupos de vigilância, entre outros.

4.3 SNASP.

O SNASP (Serviço Nacional de Segurança do Popular) é uma instituição que foi criada pelo Decreto-Lei nº21/75 de 11 de Outubro que corresponde a uma policia secreta do Estado moçambicano. Se encarregava de se infiltrar em diversos setores e comunidades para a recolha de informações com intuito de impedir algum tipo de atentado contra o Estado. A instituição surge quatro meses após a independência e se justifica pelo seguinte:

> […] a criação de um organismo de segurança popular que, trabalhando em intima ligação com as estruturas da FRELIMO e das F. P. L. M., promova o trabalho especifico de mobilizar, organizar e elevar continuamente o nível de consciência nacional e de classe, política e ideológica, de cada cidadão no campo da vigilância revolucionária, de forma que o Povo assuma integral e conscientemente a tarefa da defesa intransigente dos interesses

> supremos da Nação, que se concretizam no processo da Revolução Popular em curso.

O SNASP não se subordinava ao Ministério da Defesa (exército) e nem ao Ministério do Interior como a Policia Popular de Moçambique, mas sim ao Presidente do partido FRELIMO que, igualmente, era chefe do Estado de quem dependia diretamente (Art. 1º do Decreto-Lei nº21/75). O seu funcionamento era com base num orçamento particular e seus integrantes eram nomeados sem o visto do tribunal administrativo e nem sequer devia ter uma publicação no diário oficial. O modo como seriam recrutados os policiais secretos – espiões – não consta deste decreto. Conforme o artigo 9º,

> [...] Compete ao Presidente da FRELIMO regulamentar a orgânica interna do SNASP, a composição da sua Direção, os quadros do seu pessoal, as formas de admissão e sua disciplina, os vencimentos e indemnizações, uniformes, insígnias e cartões de identidade, e resolver as duvidas que surjam na execução deste diploma.

O uniforme nunca chegou a ser aprovado, geralmente, trabalhavam com suas respectivas roupas ou disfarçados em determinadas instituições e lugares. Para além do seu quadro de funcionários operava com uma vasta rede de informantes ligados aos Grupos Populares de Vigilância. Os grupos populares de vigilância tinham o papel de denunciar atos contrários à segurança do Estado, designadamente: alta traição, atentado a vida ou integridade física do chefe do Estado e do partido, dos dirigentes do partido, sabotagem, rebelião armada, etc. Muitos dos indivíduos pertencentes aos grupos de vigilância não possuíam vínculos formais com o Estado apenas eram meros "voluntários" dispostos a espiar a conduta da população a partir de seus bairros, aldeias, fabricas e demais instituições de trabalho. Aliado a essas organizações informais de controle aos descolonizados impunha-se o dever de colaboração com esta instituição e as demais policias em forma de denúncias. A não colaboração podia implicar em penalizações entre 2 a 8 anos de prisão.

Muitos dos recrutados para esta policia secreta foram formados por Russos e Cubanos e outros foram enviados para cursos na Republica Democrática Alemã e outros países do bloco socialista. Com o decreto 28/78 de 30 de Dezembro a direção nacional de migração passa a estar integrada ao SNASP acrescentado a esta entidade a missão de controlar as ações do inimigo externo. Nesse período Moçambique já estava envolvido numa guerra civil e acreditava-se que diversos países vizinhos ou com ligações com o

imperialismo estavam apoiando a guerra e a infiltrar seus elementos de espionagem em Moçambique. Esta lei passou a vigorar no ano seguinte a partir do dia 1 de janeiro de 1979. Dois meses depois a Assembleia popular aprova a lei dos crimes contra a segurança do povo e do Estado popular aplicável aos nacionais e aos estrangeiros. Citando a justificativa da adoção da lei:

> A construção do socialismo exige de todos a compreensão dos sacrifícios necessários para reconverter a economia capitalista colonial que herdamos numa economia socialista, [...] para construir o aparelho de estado do tipo novo, para criar uma nova moralidade digna do homem novo que a revolução constrói [...]. O imperialismo através dos seus agentes internos e externo e dos seus lacaios em África e no mundo tenta por todos os meios bloquear o crescer da revolução. [...]. Nos nossos quatro anos de independência, temos já exemplos claros e flagrantes de desestabilização da ordem interna revolucionaria [...]. Estas ações constituem crimes contra a revolução, contra a opção unanime do povo trabalhador em criar uma nova sociedade [...]. Urge, portanto, criar os instrumentos legais que visem a repressão firme [...]. É essa lacuna que a presente lei vem colmatar [...]. [...]. Com o intuito de desencorajar a pratica de tais crimes odiosos e bárbaro, cuja reparação se torna dificilmente possível, é introduzida a pena de morte. Num sistema popular, a pena capital é um instrumento das classes trabalhadoras contra os seus inimigos de classe. (texto da lei)

Com esta lei se aproxima a figura do inimigo interno e externo. O SNASP se fortalece uma vez que se alarga seu campo de controle. Os serviços de migração se tornam formalmente colaboradores na obtenção de informação de entrada e saída de estrangeiros. Num contexto de guerra civil em que o movimento de resistência ao Estado pós-colonial unipartidário é apoiado pelos países de colonização inglesa que fazem fronteira com Moçambique nada mais restara aos governantes se não intimidar os potencias colaboradores expondo-os a morte. Segundo Semelin (2009, p.29) o processo de estigmatização e rebaixamento do outro pode ganhar acelerações surpreendentes em tempos de guerra. A pena de morte é aprovada pela assembleia popular contra os inimigos sejam eles internos ou externos.

Durante a luta de libertação os considerados traidores eram condenados a pena de morte sem nenhuma contestação mediante julgamentos em júri composto por membros do partido e convidados. Diante da plateia, composta por populares e militantes da Frelimo decidiam dar termo a vida. Com a independência se adota o confinamento nos campos de reeducação. A morte poderia ocorrer em forma de fuzilamento, fome ou mesmo abandono em regiões inabitadas e por desmatar deixando-os a sua sorte. Com o reaparecimento da guerra civil protagonizado por um movimento

que se autodeclarou contrarrevolucionário a eliminação da figura do traidor é retomada com a mesma sanção. Ao SNASP coube então essa missão de caçar os opositores ao regime penalizando sem nem sequer submete-los a julgamento judicial o que deu margens para arbitrariedades e abusos do poder.

4.4 Milícias Populares.

Em finais de julho de 1968 o movimento de libertação moçambicano – FRELIMO – realizou o segundo congresso em Moçambique nas zonas libertadas de Niassa (norte de Moçambique). Depois do primeiro congresso ter sido realizado em Dar-es-salaam (Tanzânia) em finais de Setembro de 1962, a seguir a sua fundação em junho do mesmo ano, era o momento de ter contato com as populações em Moçambique. No exílio, os movimentos que se unificaram para o enfrentamento do colonialismo eram, predominantemente, compostos por emigrantes moçambicanos na diáspora (Tanzânia, Malawi, Quênia, Portugal, África do Sul, etc). Em Niassa, não tão distante de Tanzânia onde se fixou o centro decisório, se apresentava como um local de domínio da frente de libertação. Certamente, realizar o congresso em Moçambique era uma tentativa de aproximar o movimento às populações nativas e persuadir a maior participação no processo de luta pela descolonização. A questão da representatividade ou legitimidade do movimento de libertação e dos titulares dos seus órgãos de direção inquietava a lideranças. As deserções eram significativas e, de certo modo, aumentava as dúvidas sobre o fracasso ou sucesso do movimento. A certeza de que a unidade contra o colonizador era, realmente, solida e um desejo de boa parte dos nativos veio a se dar no congresso. Citando,

> Os delegados vieram de todas as partes de Moçambique [...] e representavam todas as camadas do povo moçambicano, operários, camponeses, intelectuais e chefes tradicionais. [...]. A importância deste congresso reside no fato de que ele foi [...] o primeiro verdadeiramente representativo do povo moçambicano. [...] agora quase todos os delegados vieram diretamente das suas regiões em Moçambique e todos eles estão ativamente engajados na revolução. [...] os delegados apresentaram os problemas das suas regiões – problemas relativos a organização política, a luta armada, a reconstrução nacional. [...] o congresso é agora mais representativo [...]. (DIP, 1968, p.1)

A presença massiva de inúmeros moçambicanos no evento sinalizava a adesão da população a causa e, particularmente, um retorno positivo em relação às ações da frente. Nesse ambiente de discussões aprovam-se diversas medidas a que se chamou de Resoluções do II Congresso da FRELIMO, nomeadamente: resoluções sobre a luta armada, sobre a reconstrução nacional, sobre a administração nas zonas libertadas, sobre assuntos sociais e sobre política externa. As resoluções todas foram compiladas num único documento. Importante frisar que o segundo congresso aprova também alterações significativas sobre o funcionamento dos órgãos da FRELIMO. Desde o primeiro congresso o movimento tomava decisões a partir de um Comitê Central composto, exclusivamente, pelos Secretários de Departamentos e seus adjuntos. No segundo congresso são incluídos militantes eleitos em cada província, representantes de organizações de massa (associações e sindicatos) entre outros. Igualmente, cria-se o Comitê Executivo e o Comitê Político Militar. Este ultimo encarregava-se de resolver aspectos político militares e para alem do presidente e vice presidente participava o Samora Machel na condição do Secretario de Departamento de Organização e Defesa. Na altura recém-nomeado para o cargo em substituição de um militante assassinado quem respondia pelo setor de segurança. Não pretendemos descrever, minuciosamente, a evolução das discussões dos congressos da frente e nem de todas as resoluções. Pretende-se elucidar as transformações no seio do movimento que viabilizaram o surgimento da milícia como uma função positiva e uma das principais formas de participação popular na luta de libertação de Moçambique.

A resolução sobre a luta armada é a que, detalhadamente, estabelece a necessidade de institucionalizar certas formas de participação popular e, nesse âmbito, a milícia popular e o destacamento feminino emergem com tamanha força. A milícia se colocava, para os populares, como uma oportunidade de fazer parte do processo revolucionário sem carecer de muita exposição e permanência no aquartelamento. Para o movimento, as duas possibilidades de participação foram determinantes por terem ampliado a mobilização do povo e agregado mais força contra o poder colonial. É deste modo que a milícia surge então como uma das opções de inclusão de todos aqueles que não fossem combatentes, independentemente, do gênero ou idade. As milícias populares eram uma força armada civil que se ocupava de auxiliar a guerrilha junto das comunidades onde residiam. Toda população que não participava, diretamente, do confronto armado devia fazer parte da milícia. As mulheres apesar de terem uma notória presença nas milícias foram também incluídas no que se designou Destacamento

Feminino (DF). O Destacamento Femenino foi uma criação do recém-nomeado Secretario do Departamento de Defesa Samora Machel e apesar de inúmeras resistências fez o recrutamento de mulheres que, posteriormente, passaram por treinamentos militares para integrarem as forças populares de libertação – exercito/guerrilheiros (SANTANA, 2006).

O Destacamento era responsável pela produção agrícola, proteção militar das populações, recrutamento de jovens para a luta armada, transporte de material e mobilização (DIP, 1968). As tarefas das milícias populares eram, simultaneamente, satisfazer as necessidades de produção, vigilância e defesa. Nas zonas libertadas e semi-libertadas a milícia foi encarregue de diversas funções desde logísticas até militares. A participação tanto como milícia bem como DF eram semelhantes. Mas, a resolução coloca-os como dois assuntos distintos. A inclusão de não guerrilheiros incluía, de certo modo, mulheres e homens que não estivessem na linha de combate. E o DF era inclusão de mulheres para serem de fato combatentes. Porém, tanto o DF bem como os/as milícias/os tinham quase a mesma função – a de auxiliar a guerrilha.

Para alem destas ações convergentes a milícia socorria doentes, realizava ações de reconhecimento e patrulhamento nas regiões onde habitassem ou trabalhassem para informar sobre a presença inimiga ou de infiltrados. Participavam também de combates quando fossem solicitados. Essa integração na luta armada dava-lhes também a condição de um exercito de reserva. As distinções entre milícia e militar/guerrilheiro, milícia e DF, DF e Guerrilheiros são complexas e, a dado momento, podem ser a indiscerníveis.

Com a independência, as milícias populares não foram extintas, mas sim reajustadas a um novo papel semelhante ao desempenhado na luta armada. Agora mais voltados para as cidades onde patrulhavam as ruas e bairros e colhiam informações. Nos bairros, em locais de trabalho, no dia-a-dia coadjuvavam a policia popular de Moçambique na identificação dos supostos inimigos internos e externos. Para alem das milícias outras instituições de vigilância são criadas e, em algumas ocasiões, gera algum tipo de sobreposição de papeis ou duvidas sobre a subordinação e clareza das missões de cada uma. Porém, o objetivo central era articular a função de vigilância em todos os níveis. Nos bairros existiam os Grupos Dinamizadores (GD)[22], milicianos, policiais,

[22] Segundo Lorenzo Macagno (2006, p.19) os grupos dinamizadores foram criados logo após a independência com o objetivo de mobilizar a população em torno das políticas do governo, estudos coletivos de escritos marxistas. As tarefas de educação política ocorriam tanto nos lugares de trabalho –

militares, os Snasps, militantes todos estes envolvidos no controle social, vigilância e mobilização das populações.

O recrutamento para a milícia era informal e poderiam ser selecionados homens como mulheres. Os jornais e revistas reportavam, em diversas matérias, algumas mulheres civis que empunhavam armas no decurso do policiamento da milícia. Muitas vezes exerciam essas funções durante o dia e no período noturno ficavam somente os milicianos (SANTANA, 2006). O governo pós-colonial introduziu cursos de formação e treinamento para os milicianos, sobretudo na década de 1980 quando a guerra civil se intensificou em diversas regiões do país. Nos bairros os milicianos passaram a ter a posse de armas de fogo. Citando a matéria da reportagem da Revista Tempo *Milícias: prontos em ação,*

> O ato simbólico de entregas de armas ao povo, que teve lugar durante o comício [...]. [...] esta a multiplicar-se, nos bairros da capital, num movimento que envolve Milícias Populares, GDs [Grupos Dinamizadores], FPLM [Forças Populares de Libertação de Moçambique] e Policia Popular de Moçambique. (1982, p.16)

O governo pós-colonial promoveu, novamente, a militarização das populações e estes, acreditam estar a participar da revolução e reconstrução nacional perseguindo os inimigos internos e externos. A intenção é tornar a Milícia Popular, totalmente, treinada em um movimento popular nacional para enfrentar o inimigo. A opinião publica estava formada a vigilância era o imperativo da revolução era necessário se prevenir dos inimigos do povo. É assim que vários nativos são submetidos aos treinamentos político-militar para integrar a milícia e participar do lado repressor na construção da comunidade nacional moçambicana.

O fato é que por demandas situacionais do movimento de libertação - tanto da necessidade de legitimação da frente perante a população bem como de auxilio no enfrentamento ao exercito colonial - as camadas populares passaram a ter um papel decisivo na luta armada desde o II congresso. Naquele exato momento se popularizavam as ações militares de combate ao inimigo. Portanto, a participação popular na defesa e segurança entrou no horizonte dos nativos como sua tarefa cotidiana. Empunhar uma arma mesmo sem uniforme ou sem passar por treinamento era

---

insitituições estatais e empresas – e nas comunidades e tinham como meta romper com aspectos da cultura local (tradicional) e as negatividades do passado colonial. Como se pode compreender eram parte integrante da construção do novo cidadão moçambicano – homem novo.

comum. A partir deste congresso as camadas populares – milícias – passam a se sentir como parte integrante de uma ampla estrutura de segurança. Alias as milícias, mesmo com a independência, não foram desativadas ou desarticuladas permaneceram a disposição para qualquer função ou papel que lhes colocasse como protetores ou vigilantes das conquistas da revolução. A sua contribuição como vigilantes nunca implicou nenhum custo para o Estado. A vigilância e o policiamento de civis armados era um trabalho militante e voluntario que os integrantes das milícias estavam motivados em fazê-lo ainda que não tivessem algum conhecimento sobre as leis. Abordavam as pessoas, revistavam e solicitavam documentação, etc.

4.5 A polícia e a formação do Estado-nação moçambicano: a violência como produtora do homem novo.

Segundo Victor Igreja (2012) os contornos da violência sobre a qual se assentou à formação do Estado nacional moçambicano é um daqueles temas pouco abordados pelos cientistas sociais moçambicanos em suas pesquisas. Enfatiza ainda que parte significativa das analises sobre a realidade pós-colonial em Moçambique, produzidas na década de 1980, evitaram discutir como a violência se inseriu na formulação dos projetos da elite governativa pós-colonial e seus impactos (mortes). Em seu artigo *A decisão política da Frelimo através da violência e memória em Moçambique (2012)* se propõem em preencher essa lacuna. Todavia, sua discussão recai para eventos posteriores a 1980 e circunscritos aos encontros, especificamente, realizados com os considerados comprometidos. Deixa de lado um conjunto de eventos violentos anteriores a esse período e que tanto a instituição policial e outros grupos foram protagonistas. Ao comparar o movimento de libertação na fase de luta e no contexto pós-colonial não estabelece nenhuma distinção entre os dois momentos pelo fato de se manter a proposta central de erradicação do inimigo. Nesta analise não há nenhuma relação entre a ideia do homem novo como a figura oposta ao inimigo, mas se associa à violência a necessidade de criação de novas comunidades nacionais após as independências africanas. Este último argumento é parte da presente discussão e não se pretende privilegiar eventos específicos mas sim o conjunto de discursos do soberano que possibilitaram que um numero significativo de nativos ficasse a mercê da policia. Não era imperioso que tivessem colaborado com o colonizador para que fossem enquadrados no perfil de inimigos da pátria e da revolução moçambicana. Portanto, a

ideia de erradicação de inimigo decorreu de forma diferente na fase pós-colonial e não pode ser dissociada da possibilidade de sua conversão em *homem novo*.

Para Benedito Paulo Machava (2011) as analises sobre o autoritarismo e violência protagonizada pelo Estado pós-colonial é também tema negligenciado pelos acadêmicos moçambicanos. Muitos tomam como central as condicionantes externas como explicativas do recurso à violência estatal pelas forças policiais e pelo exercito contra os nativos. Essa linha de pensamento perpassa por aspectos como à bipolaridade do mundo no contexto da guerra fria que favoreceu a hostilidade contra o regime comunista moçambicano. O autor critica este posicionamento de que um confronto regional partindo dos Estados vizinhos tais como ataques do Zimbábue (1976-1979) e da África do Sul (década de 80) seriam os elementos chaves para compreender o cenário interno de violência. Sabe-se que nestes dois países, excepcionalmente, mantinham-se dois regimes coloniais na região e que tornavam a independência de Moçambique como inquietante. O governo de Moçambique de forma explícita se monstrava favorável à descolonização e, por conta disso, amparou diversos militantes dos movimentos emancipatorios como a ANC (Congresso Nacional Africano) de Nelson Mandela e ZANLA (Zimbabwe African National Liberation Army). Certamente, os confrontos obrigaram que o Estado moçambicano se mostrasse, militarmente, forte em defesa de suas fronteiras – soberania. Este entendimento que remete o cenário de violência pós-colonial, exclusivamente, direcionado a questões de ordem internacional não esclarece as razões do uso da violência contra o inimigo interno enquanto o ordenador das relações entre os descolonizados na fase de formação do Estado pós-colonial. Portanto, a perseguição dos inimigos internos não dependeu de uma agressão externa.

Segundo Benedito (2011) a violência e a punição que nortearam os processos de formação do Estado nacional moçambicano estão associados à forma como se atingiu a independência nacional. Tanto a violência como as punições foram, surpreendentemente, dirigidas para um tipo de individuo sobre os quais pesavam a suspeita de conspiração e traição sendo a moralidade e a necessidade de hegemonia do partido único ingredientes do processo. Na sua analise o inimigo foram todos aqueles que encarnam a figura de traidor do povo e da revolução. Conforme Semelin (2009, p.594) “[...] a figura do traidor não é o "outro", o estranho ou estrangeiro, mas «potencialmente um de nós", o inimigo interno”. Assim sendo, não foi o confronto externo que remeteu a violência contra uma parcela dos nacionais tido como inimigos mas sim a necessidade de, a qualquer custo, homogeneizar as diferenças culturais entre

as étnicas produzindo assim nação baseada num povo, com a mesma língua, hábitos, comportamentos, etc.

Com a figura do inimigo pretendia-se construir a unidade nacional moçambicana e, por isso, consideramos que esta figura remete sim a ideia do *outro* aquele que não faz parte do *nós.* O simples fato de considera-lo inimigo é uma forma de classifica-lo como algo nocivo a ser destruído para purificar a coletividade. Para a realidade moçambicana a figura do inimigo não se referia somente ao traidor a ser eliminado, mas também a todos aqueles que não estando ajustados ao perfil de cidadão – *homem novo* – eram submetidos a um processo de transformação em espaços designados por centros de reeducação distantes das cidades.

Para Coelho (2003) a violência protagonizada pelo Estado pós-colonial é resultante de um *potencial de violência* que se foi acumulando ao longo de inúmeras batalhas travadas com o colonizador. Na disputas pela independência a violência também foi retomada podendo-se considerar como uma herança colonial que se foi armazenado e ganhando corpo ao ponto de desembocar na militarização das sociedades em países como Moçambique, Guiné Bissau e Angola. Neste paises e, em particular Moçambique, a população participou ativamente na luta pela independência tendo sido recrutada, tanto pelo governo colonial bem como pelos movimentos de libertação. A guerra de subversão como é relatado por Cabaço (2007), sendo determinante para o domínio da guerra pela parte conflitante que obtivesse maior adesão popular.

Segundo J. Isawa Elaigwu e Ali Mazrui (2010, p.521) a base de todos os conflitos na África do século XX perpassam por dois processos históricos nomeadamente, a edificação da nação e a formação dos Estados pós-coloniais. Ambos estão intrinsecamente relacionados e envolvem duas crises gêmeas, a primeira referente à identidade que marca a necessidade de construção da nação e a segunda alusiva à imposição de uma autoridade central ligada, obviamente, a formação do Estado enquanto detentor do domínio sobre as outras formas de soberania tradicional – autóctone. Decorre desse entendimento que a violência, entre os descolonizados após a independência foi determinada por estes dois conflitos.

A necessidade de uma identidade nacional é inviabilizada pela impossibilidade dos nativos renunciarem a seus vínculos étnicos, simplesmente, porque há uma autoridade central - o soberano - quem assim decidiu. O processo de construção da nação não se traduz apenas numa transferência automática, de um subgrupo para outro

ou mesmo de anexação de recortes etno-geo-linguisticos. Mas, implica a ampliação e harmonização de conexões identitarias por novos pontos e elementos de contato, como a memória e o território, que possibilitem a emergência de uma comunidade política em que o próprio Estado se revele como o englobante (Idem, ibidem, p. 524).

O conflito de autoridade é, igualmente, uma fonte de violência na qual se manifestaram varias disputas pelo poder. Inicialmente, entre as lideranças tradicionais locais contra o poder colonial. E, seguidamente, entre as duas elites criadas ou mantidas pelo governo colonial. Por um lado, às autoridades tradicionais que após derrotas militares frente ao exercito colonial se mantiveram no poder sob condição de sua cumplicidade com o governo, que não os extinguiu, passando a reconhecê-los, juridicamente, como chefes e parte integrante do sistema de administração colonial portuguesa. Por outro, a elite intelectualizada, que foi incluída nas instituições coloniais e passa a liderar os movimentos independentistas e que na concepção dos novos governos almejam extinguir o passado colonial e erguer uma administração estatal que suprime a legitimidade dos pequenos soberanos em nome de uma autoridade centralizadora - o Estado. Parafraseando Elaigwu e Ali Mazrui:

> [...] durante a época colonial, a alternativa primordial concernente à autoridade referia-se, por um lado, aos títulos tradicionais de legitimidade, em sua essência, autóctones, e por outro lado, aos novos critérios ligados à educação do tipo ocidental. [...] após a independência, a alternativa primordial coloca em jogo a elite intelectual civil ocidentalizada e as forças armadas pós-coloniais. Durante o período colonial, os tradicionais detentores da autoridade estavam na defensiva frente à concorrência da elite intelectual ocidentalizada. Após a independência, ao contrário, foram os dirigentes educados à moda ocidental que se encontraram na defensiva, confrontados, como lhes é peculiar, à potência do aparelho militar. (ibidem, p.520)

Importa salientar que a analise de Mazrui esta impregnada na lógica das colônias francesas e inglesas em que não havendo a necessidade de uma disputa militar, entre o colonizador e o colonizado, as elites acadêmicas civis se confrontam no processo de construção dos Estados pós-coloniais com um exercito constituído por nativos, menos escolarizados, que integravam o aparelho militar colonial e que inviabilizam por meio de golpes de Estados inúmeros governos.

Para o caso de Moçambique, goradas todas as possibilidades diplomáticas de condução a uma independência pacifica o movimento revolucionário passa pela necessidade de se militarizar exigindo-se as lideranças escolarizadas e os demais militantes sua conversão em soldados para alem de que no seio da classe dirigente, existiam descendentes de chefes tradicionais. É com base nesse acumulo de atributos das lideranças do movimento revolucionário que se constituem duas bases de apoio ao poder do soberano. Uma política vinculada ao único partido o qual é presidente e outra militar – o exercito, o qual é parte integrante como oficial do topo de hierarquia - o comandante em chefe das forças de defesa e segurança - o que lhe coloca acima de qualquer autoridade e contestação de sua legitimidade na fase pós-colonial.

A produção da violência no contexto pós-colonial resulta da busca incessante, a qualquer custo, por uma identidade nacional moçambicana baseada na homogeneidade e na unidade nacional. Segundo Eduardo dos Santos na sua obra *Socialismo africano* escrita em 1969, anos antes da independência de Moçambique, fica nítida a relevância e o ponto de partida comum da formação dos Estados nacionais africanos após as descolonizações:

> O fulcro de todo o problema situa-se no aparecimento da nova realidade político que é o Estado moderno africano. A grande tarefa deste, [...] é a construção e a consolidação da unidade nacional. [...] as etnias, unidades políticas e culturais [...] não só se opõem a centralização administrativa do Estado moderno, em nome da prerrogativa das autoridades tradicionais [...] no plano político são a negação da ideia de nação. Daí essa guerra ao tribalismo em que andam empenhados todos os Estados africanos. (Dos Santos, 1969, p.80)

Se algo caracteriza os países africanos é a diversidade étnico-linguistica dos seus povos o que exigiu a criação de um ideal de nação que em termos simbólicos aglutinasse elementos mais significativos e superiores das diversas identidades existentes numa unidade. Essa tentativa de criar um corpo social homogêneo é o que faz emergir os discursos da criação de um cidadão moçambicano pós-colonial sob a designação de *homem novo*.

O discurso do *homem novo* é baseado em essencialismos no sentido de que se espera que, interiorize e exteriorize, certo caráter. Uma forma peculiar de ser que o distinga, individualmente e coletivamente, dos *outros* indivíduos no interior do mesmo território. Segundo Bethania (2012, p.61) o discurso do *homem novo* é a necessidade de

um deslocamento paradigmático e ideológico, do momento colonial para o pós-colonial, que seleciona de um passado etnico-tribal distante elementos da cultura local a se inspirar ou por destruir bem como aspectos científicos e políticos de outras realidades tendo como horizonte uma sociedade futura. Igualmente, envolve o poder soberano na medida em que este é quem profere o discurso e se encarrega da retórica, por meio de comícios populares, mobilizando as massas a aderirem aos seus propósitos de formação de um Estado nacional assente numa identidade homogênea.

Segundo Mazrui (2010, p. 524) a construção da identidade nacional envolve duas dimensões, a horizontal e a vertical. A horizontal envolve o sentimento generalizado de pertencimento a uma comunidade única e da aceitação mutua entre os integrantes dessa coletividade. E, a vertical que abrange a progressiva aceitação do governo central enquanto legitima representante da nação por meio do soberano e das instituições publicas. Uma aceitação que independe da coerção, mas que confere poderes ao soberano e suas instituições como entidades a serem obedecidas.

No primeiro caso, o autor se concentra nos laços criados entre os membros da coletividade num dado território sob alçada de um governo único. Contudo, ignora que esse processo de aceitação recíproca esta associado a processos de habilitação e desabilitação, aceitação e negação, baseado em características previamente selecionadas de quem deve pertencer essa comunidade imaginada. Para o segundo caso, o modo de ascensão é pacifico e carece apenas da aquiescência dos súditos. Porém, não menciona que a verticalidade da construção da identidade nacional parte desse exato momento em que o soberano se configura como legitima autoridade e passa a impor, de forma violenta, modelos de ser ou de condutas conducentes à edificação de um corpo social homogêneo - a nação. Ambos os processos ocorrem simultaneamente, e é pela condição de autoridade que se habilita/desabilita, segrega/inclui quem deve pertencer à unidade homogênea de cidadãos moçambicanos de plenos direitos e com participação política. Nesse sentido, a identidade nacional esta atrelada ao processo de formação do Estado nacional.

Ao se criar o modelo de individuo – *homem novo* - se estabelece, paralelamente, instituições modelares encarregues de enquadrar a conduta dos descolonizados, vigia-la, observa-la, reprimi-la, encarcera-la, destruí-la, corrigi-la ao ponto de estarem habilitados a pertencer, inclusivamente, a essa comunidade. O que permite afirmar que os protagonistas da violência na formação do Estado nacional moçambicano são as

instituições encarregues de vigilância e os inimigos, ou seja, a policia e os destituídos de qualquer direito – os segregados.

Para Cahen (2007) o Estado nacional moçambicano, no primeiro governo pós-colonial, foi construído sob o paradigma de um projeto de modernidade autoritária ou repressora em que se buscou constituir um novo sujeito cuja liberdade dependeria da renuncia as crenças etnico-tribais devendo substituí-las pela alfabetização, o trabalho e outros saberes que a contestam e a relegam ao mito, obscurantismo ou mesmo senso comum.

A necessidade de extinguir a legitimidade e a crença popular sobre as autoridades tradicionais tinha como objetivo tornar a obediência e sujeição ao Estado e ao partido único como as únicas fontes de liberdade e prosperidade. O partido único se colocava como a expressão máxima de uma coletividade libertadora de onde seriam emanadas todas as formas de proceder a conduta dos descolonizados, pois a experiência nos campos de batalha durante a guerra anti-colonial se configurava como principal referencial transformador da sociedades pós-colonial.

A modernidade autoritária e repressora remete-nos a ideia de que a liberdade do individuo resultaria apenas de uma única escolha: a adoção dos modelos de conduta impostos pelo Estado governado pelo partido único. Nesse sentido, a liberdade dos descolonizados estaria condicionada ao seu relacionamento com as instituições que avaliam sua conduta em conformidade com os regulamentos impostos o que nos remete a ideia de que a segurança publica foi o paradigma da construção do Estado nacional moçambicano.

O centro do poder que no processo de luta armada anti-colonial estava circunscrito as Forças Populares de Libertação de Moçambique – os guerrilheiros que combatiam militarmente o inimigo (colonizador) - passa para a policia que é reforçada por uma ampla estrutura de serviços de informação e segurança como o SNASP – Serviço Nacional de Segurança Popular, grupos dinamizadores, grupos de vigilância e as milícias populares uma espécie de instituições civis armadas pelo Estado para complementar o policiamento ao nível das aldeias e bairros. Entretanto, o papel do exercito é reestruturado passando a estar envolvido na ideia de nação através da vigilância das fronteiras nacionais – alvo de invasões de inimigos "externos" uma vez que é sobre as delimitações territoriais que os Estados esperam que floresça a cultura nacional (HALL, 2009, p.35).

Considerações sobre o capitulo

Neste capítulo descrevemos e analisamos as insitituições de vigilância que participaram do projeto de construção do homem novo sendo protagonistas ou coadjuvantes. Basicamente, um histórico geral sobre a constituição do corpo de policia de Moçambique suas transformações, origens e as primeiras missões de limpeza da cidade capital- Maputo. Esta organização passou por inumeras transformações tentando-se lhe dar as características de algo livre de qualquer penetração do inimigo. Portanto, a policia como aquela que tem a missão de purificar a sociedade pós-colonial retirando os elementos nocivos das cidades e, simultaneamente, constituindo uma nação pós-colonial de homens novos. Ao invés de perseguir os criminosos ela direciona o policiamento para os inimigos aqueles que sem precisar cometer crime não merecem a permanência nas cidades. Portanto, no processo de construção da nação e da identidade nacional moçambicana a policia como principal interlocutor do Estado na materialização desse projeto. A violência crescente resultaria então dessa relação de perseguição e deportação dos inimigos visando construir uma unidade interetnica, de classe, destribalizada, descolonizada, entre outros.

V. O PROCESSO DE REVIRAVOLTA CONTRA O HOMEM NOVO: O INIMIGO SE REBELA!

No processo de construção e formação do novo cidadão moçambicano – homem novo – a Polícia Popular de Moçambique (PPM) e as demais organizações de controle ganharam um papel fundamental. Sendo a principal interlocutora do processo e se colocando na dianteira como a instituição encarregue de separar os moçambicanos entre *homens novos* e *inimigos* estabelecendo, de forma violenta, uma perigosa cisão no interior do mesmo povo e território. Essa cisão dá condições para que a oposição binária – *homem novo* e *inimigo* – que sustentava a formação do Estado-nação fosse, igualmente, potencializada como embasamento para um conflito protagonizado pelos segregados. As diferenças, contradições e antagonismos, entre ambos, que antes serviram de orientação para o policiamento e, consequentemente, para a deportação de determinados nativos aos campos de reeducação adquirem o mesmo valor para os inimigos. Portanto, a violência deixa de ser, exclusivamente, um mecanismo para ação policial e das demais instituições civis de segurança a partir do momento que se interioriza a autoimagem de marginalizado. É nela que os inimigos passam a investir suas expectativas para confrontar as instituições de segurança, dentre as quais a própria polícia. A angústia do perseguido ou do deportado é direcionada para as instituições de repressão. Inicialmente, o Movimento Nacional de Resistência vê nos campos de reeducação uma reserva de homens e mulheres marginalizados com quem poderia contar.

Entre os inimigos se generaliza a compreensão de que a segregação não seria momentânea tal como se supunha. Era nos campos de reeducação que os segregados deveriam se fixar definitivamente (QUEMBO, 2012). Ainda que comprovado bom comportamento, poucas foram às pessoas reconduzidas às cidades. A este fato se acrescenta também a iniciativa estatal que passa também a enviar para os campos parte do agregado familiar dos deportados (esposas, filhos, etc.). Neste contexto, a marginalização se torna permanente, ou seja, o "despejo" nos campos de reeducação não seria temporário, nem revogável e muito menos, pacificamente, contestável. Estes fatores da deportação para os espaços rurais, sem mínimas condições de sobrevivência, associado ao trabalho agrícola forçado e outras praticas repressivas do Estado pós-colonial, viabilizam a reconfiguração do monopólio estatal da violência.

Assim sendo, a forma e o sentido dado ao policiamento e à vigilância nas suas diversas modalidades foi determinante para a constituição de um movimento contrarrevolucionário, que à semelhança daqueles que lutaram pela independência, apostou também no confronto armado. Os inimigos, ainda que sem recursos para desencadear a reviravolta contra as instituições repressoras do Estado-nação moçambicano, vão se unificando, gradualmente, e de forma discreta realizam pequenas ações.

A inexistência de uma instituição que os protegesse e a impossibilidade real de tomar o caminho de volta para as cidades sustenta então a necessidade de uma luta dos *inimigos* pela sua liberdade como forma de inverter o sentido da violência e da perseguição. Os inimigos não se aceitam como indivíduos despidos da condição de sujeitos de direitos. E, estando confinados e condenados à vida natural nos campos, compreendem que quem condiciona sua liberdade são apenas as instituições de segurança – polícia, exército, grupos de vigilância – e o confronto é a única opção que resta.

Esse cenário é extensivo às comunidades rurais que foram impostas a se fixar nas aldeias comunais. Nestas aldeias diversas lideranças tradicionais tinham sido eliminadas ou convertidas em cidadãos desprovidos de qualquer poder. Como vimos anteriormente, o poder dos anciãos foi depreciado e substituído pelos grupos dinamizadores ou outras lideranças partidárias. O soberano pretendia que o poder do Estado fosse constituído, legalmente, a partir da nomeação de titulares de cargos que se subordinassem à sua figura central. Portanto, o soberano como o detentor do poder central sobre as demais autoridades. Esse processo de destituição fora motivado por fatos passados em que inúmeras lideranças locais se subordinavam ao poder colonial e colaboravam, de forma diversa, desde a cobrança de imposto de palhota[23] até o recrutamento de mão de obra para o trabalho nas plantações. Para dar o sentido a revolução instituições e referencias que remetessem a colonização e ao poder local foram extintas para erguer a nova sociedade. Assim sendo, os lideres tradicionais são

[23] Segundo Zamparoni (1998, p.44) as Companhias de Moçambique que detinham as concessões de terras para plantação, sobretudo na região central do país, decretam em 09 de julho de 1892, a obrigatoriedade do pagamento do imposto de palhota que, nos dois primeiros anos, era pago com produtos agrícolas; A partir de 1894, o pagamento só poderia ser efetuado em dinheiro, e o não pagamento acarretaria em trabalho forçado até atingir o seu valor, acrescido de 50% de multa. Este imposto rapidamente se generalizou por outras regiões bem como colônias lusófonas na África e era parte do processo de dominação total e de captação de recursos para a economia portuguesa.

reduzidos a meros súditos e, em alguns casos, perderam os bens que acumularam durante a colonização devido a pilhagem das autoridades que os impunha a migrar para as aldeias comunais.

Segundo Adam Yussuf (1991) foi uma generalização considerar que todos os *régulos* – autoridades tradicionais – fossem o braço do poder colonial. No seio destes houve quem apoiou o processo da luta contra o colonizador e, por isso, alguns foram presos ou mortos. A perda de poderes e de uma ampla generalização depreciativa do papel das lideranças tradicionais alargava a base de descontentamento contra o governo pós-colonial no meio rural. Tanto nos campos de reeducação bem como nas aldeias comunais se constituía uma oposição ao regime de Samora Machel. Essas oposições decorrentes das formas diferentes de inclusão dos nativos na sociedade pós-colonial eram uma possibilidade real de eclosão de uma nova luta pela liberdade.

O Estado pós-colonial com todo o seu aparato repressor não previu que a busca pela unidade homogenia poderia constituir nos campos e nas aldeias comunais uma aliança para um movimento de reviravolta contra as suas formas de segregação. Enquanto essas mudanças ocultas, aos olhos do governo pós-colonial, decorriam ao nível do território nacional moçambicano do lado externo das fronteiras havia também forças com o mesmo interesse. Sem duvidas, era impossível se opor as estruturas opressivas do Estado sem um suporte ou sustentação bélica e até logística.

Com a independência em Moçambique o governo pós-colonial tenta, a todo custo, auxiliar os movimentos do ANC, que lutava contra o regime do *apartheid* da áfrica do sul, e o ZANLA que buscava a independência de Zimbábue. Por esse motivo, os governos destes países passam a considerar Moçambique como um inimigo. Em tão curto prazo, criaram-se condições para que se desencadeasse um processo de reviravolta que recoloca a violência como mecanismo emancipatorio. Desta vez, entre os descolonizados se busca um reconhecimento mutuo como sujeitos de direitos e merecedores de um tratamento igual enquanto portadores da mesma cidadania.

Segundo Borges Coelho (2004) o Movimento Nacional de Resistência que mais tarde assumira a designação de RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) surge como fruto da união de grupos considerados inimigos nomeadamente: o resquício de homens moçambicanos que serviram as forças armadas coloniais (os comprometidos), alguns nacionais que se exilaram no Zimbábue por conta das perseguições e opressões na fase pós-colonial e outros que escaparam do processo corretivo nos centros de

reeducação. Este movimento é criado e apoiado pela *Central Intelligence Office* (CIO) do governo colonial do Zimbábue e, numa primeira fase, encetam atos de violência na região central de Moçambique. De certa forma, este entendimento pode reduzir o movimento de resistência à submissão a uma agenda regional e não, necessariamente, de uma preocupação com uma pauta própria. O que ocorreu foi uma convergência de interesses entre os inimigos internos e os externos.

Aqui a violência resultou dessa combinação de fatores externos e internos sendo de destacar em primeiro lugar da reivindicação da permanência das etnias do sul como dominadoras do Estado pós-colonial. Portanto, a reviravolta não foi apenas uma oposição ao projeto de nação baseado no antagonismo homem novo e inimigo como também foi uma oposição ao poder *tsonga*. Segundo Otto Roesch (1996) a etnia *ndau* era a que predominava na hierarquia da RENAMO e também era a língua oficial deste movimento que não permitia entre os guerrilheiros o uso do português. Para este autor a predominância de *ndaus* no alto escalão militar desde movimento esteve relacionado aos serviços secretos zimbabweanos. Esta instituição a mando do seu presidente recrutou os primeiros combatentes anti-Frelimo entre os falantes do *shona* nas proximidades da fronteira com Moçambique. Esse entendimento pode reduzir ao simples argumento de que o processo de reviravolta dos inimigos estava inserido numa disputa de poder entre duas etnias uma vez que a unidade entre os inimigos gravitava em torno de um grupo étnico. Sem duvidas, é um fator importante mas não se pode reduzir o processo de reviravolta a mera disputa pelo poder entre dois grupos étnicos.

Havia convergências de fatores e interesses diversos tanto daqueles que estavam isolados em situações difíceis nos campos de reeducação e as lideranças tradicionais marginalizadas bem como um obstáculo serio no cenário das relações internacionais dos Estados da região. O inimigo interno se associou ao inimigo externo e juntam suas forças para derrubar o regime da Frelimo. Estes aspectos se juntam também a uma serie de fragilidades de ordem econômica e no nível das organizações das comunidades rurais dada à incapacidade da coletivização agrícola em gerar uma melhor produtividade. A destituição das autoridades tradicionais e a retirada forçada de muitos nativos de suas terras para novos espaços pode também ter contribuído para o desencadear da inversão desse processo de violência que partiu do "inimigo" em direção as forças Estatais colocando, novamente, o espaço rural como o principal palco dos massacres, sacrificando-se novamente os grupos menos favorecidos de Moçambique.

Ainda em relação às lideranças *ndau* no movimento de reviravolta, é importante frisar que o primeiro líder deste movimento era também desta etnia. André Matsangaissa se tinha evadido de um dos campos de reeducação tendo sido morto em Manica e, seguidamente, ascendeu outro *ndau* que manteve a base étnica no topo do movimento. Segundo Roesch (1996) fora do território nacional, a nível externo, a direção deste movimento era multietnica, mas não detinham nenhum poder sobre as forças militares.

Segundo Semelin (2009) os Estados e sociedades são produtos de certa concepção de relações internacionais ou de historias regionais e, por isso, é necessário levar em conta o contexto internacional em que se dão determinados acontecimentos e nesse caso particular como se dá a reviravolta do inimigo e o próprio processo de construção do cidadão moçambicano pós-colonial. O autor fazendo um olhar sobre Ruanda indicando que o cenário das relações regionais e de vizinhança entre os países favoreceu a constituição de um movimento de reviravolta. Os *Tutsis* descontentes com a expulsão do seu país pretendiam, a qualquer custo, e devido às situações difíceis que encontraram fora do território nacional (nos países da região) vingar a morte de seus pais e tomar o poder novamente. Assistiu-se um movimento de dentro para fora rumo à matança e a morte dos *Hutus*. Para o caso europeu as relações entre os países favoreceram a uma ausência de refugio para os judeus, neste continente, e mesmo tentando mudar de país por meio da corrupção aos policiais encontravam do outro lado da fronteira mecanismo para devolvê-los ou envia-los direto para os campos de extermínio. Sem nenhum acordo bilateral as policias dos países europeus juntaram-se para a deportação deste grupo.

Em Moçambique os "*inimigos*" se servem dos conflitos em potencial que se tinham criado na região e se apoiam tanto no governo do Zimbabwe e mais tarde na Africa do Sul para obter financiamento a uma guerra contra o poder que os perseguia sem motivos palpáveis. Os "*inimigos*" tiveram a possibilidade de circular pelos países vizinhos diferentemente do caso judeu. Essa relação entre estes Estados e grupos armados decorreu de uma aliança e não de uma solidariedade pela situação de abandono em que se encontravam nos campos de reeducação. Certamente, houve outros Estados de fora da região apoiando a rebelião dos "inimigos" uma vez que as armas provinham de países não africanos. A RENAMO também teve escritórios e representações em diversos países onde eram, diplomaticamente, recebidos para diálogos incluindo-se o Estado americano. A internacionalização do conflito entre os segregados e o Estado é,

para inúmeros autores, entendida como decorrente do contexto da guerra fria. Para presente pesquisa esse entendimento é relevante mas retira todo o cenário interno de inúmera repressão e perseguição de inocentes que são os que passam a empunhar as armas. Portanto, o conflito se deveu mais a política de governação discriminatórias do Estado pós-colonial que deu margens ao aproveitamento dos países da região.

O conflito se iniciou na parte central num assalto a um dos campos onde se tinha evadido o primeiro líder da RENAMO. As informações apontam que no começo este movimento não existia uma liderança democraticamente eleita. O André Matsangaissa era uma figura militar que comandava operações sob tutela do Estado Zimbabueno ou ainda de seu secretario geral um luso-descendente, branco, nascido na cidade da Beira (Moçambique). O envolvimento de Evo Camões Fernandes[24] gerava suspeitas de que os portugueses descontentes com o patrimônio nacionalizado teriam interesses na mudança na estrutura do poder e de retomarem sua vida econômica em Moçambique. Porém, permanecem apenas em funções de diplomacia deixando para os nativos o combate da batalha na sangrenta guerrilha que se estendeu por 16 anos. Deste modo, a composição e o aparecimento da RENAMO envolve um conjunto de diversificado de indivíduos, sobretudo aqueles que, independentemente de sua origem ou nacionalidade, estavam insatisfeitos com o governo pós-colonial. No plano interno não foram em todas as regiões que este movimento conseguiu a colaboração das lideranças tradicionais e nem todos os deportados aderiram as suas incursões militares.

5.2 A Operação Produção: o auge da perseguição aos inimigos.

Vimos, anteriormente, que o governo pós-colonial herdou um país com inúmeros problemas sociais e econômicos. Os consecutivos *déficits* anuais do orçamento do Estado pós-colonial foram agravados pelo desencadear da guerra civil, cuja violência obrigou a emigração da população para os centros urbanos e para os países vizinhos. A crise econômica e a crescente destruição de infraestruturas colocavam Moçambique numa situação difícil e sem soluções à vista. Enquanto a RENAMO fazia seus reféns e recrutava para a guerrilha jovens sem acesso a muitos serviços públicos no espaço rural nas cidades, os policiais ganhavam autonomia na perseguição dos *"inimigos*" e usavam de seu poder para cometer diversas

[24] Um luso descendente nascido na colônia de Moçambique que foi o primeiro secretário geral do Movimento Nacional de Resistência (MNR) que mais tarde assumiu a terminologia RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique).

arbitrariedades[25]. Na mesma medida, muitos dos jovens que foram recrutados tanto pelo exercito estatal bem como pelo movimento de resistência viam na nova ocupação – militar – uma possibilidade de obter um conjunto de bens materiais, bem como de ter acesso a bens simbólicos que os colocavam em relação vantajosa com as mulheres. A crise econômica já se tinha instalado e o governo investia mais de 45% do orçamento do Estado nas despesas com a segurança. A guerra não somente produziu inúmeras mortes de inocentes como também se associa à pilhagem e à violação das mulheres. Nos campos, os aldeamentos e as diversas comunidades são militarizados e, nas cidades, o exercito passa convocar, compulsivamente, estudantes e a policia não para de caçar os "inimigos".

Especificamente sobre Niassa, em 1979, o presidente visitou esta província, que fica mais ao norte de Moçambique e faz divisa com a Tanzânia, além de ser o local onde ocorreu o segundo congresso nas zonas libertadas. A região é bem conhecida pelos guerrilheiros e a frente de libertação tinha implantado sua estrutura junto às comunidades locais. Durante a visita, o presidente constata que a província tinha pouca população e enfrentava inúmeras carências. Com base nesta visita e dos diversos encontros junto às comunidades nesta região, o partido sintetiza seus discursos num livro intitulado *Fazer do Niassa uma base solida para construir o socialismo.* A proposta tinha como meta devolver a importância histórica do Niassa, tal acontecera no decurso da luta armada em que os guerrilheiros e militantes transformaram os espaços, construíram e fixaram suas aldeias-quarteis. Segundo Machel (1979) era prioritário arrancar Niassa do esquecimento e erguer e infraestruturas que assegurem o desenvolvimento das potencialidades do lugar.

Em 1979, o Corpo de Polícia de Moçambique é substituído pela terminologia Polícia Popular de Moçambique como forma de purificar a instituição, retirando o remanescente de nativos que trabalhavam para PSP (Polícia de Segurança Pública Portuguesa). A presença de indivíduos que tiveram ligações com o colonialismo como um problema no interior de uma corporação que deveria ser pura e impermeável ao modo colonial de proceder. Um ano mais tarde novas mudanças são direcionadas para a recém-constituída PPM (Polícia Popular de Moçambique). As denúncias de corrupção e

[25] "[...] espancamentos, agressões físicas, castigos corporais, torturas, violação de mulheres e menores, abuso do poder, apropriação indevida de bens dos cidadãos, [...] foram denunciados pela população em todo o país [...]" (In Jornal Noticias, 1981, p.26)

de assédio sexual de mulheres faz com que o soberano faça alterações significativas no perfil de recrutamento para a organização policial (BORGES, 2012).

O conjunto de eventos acima descritos antecedem a Operação Produção que é oficialmente colocada em marcha em 1983. O rumo econômico que Moçambique estava tomando fez com que o soberano tomasse medidas graves. A Operação Produção coloca no centro das deportações a província do Niassa, um destino inquestionável e justificado pelo despovoamento e falta de infraestruturas. As reformas na polícia são voltadas para o aumento da militarização. A polícia passaria a ser integrada por nativos que tivessem transitado pela experiência de um treinamento militar. É a disciplina militar e os comissários políticos, que na ótica do soberano, evitaria as ilegalidades que os policiais estavam cometendo.

Segundo Borges (ibidem), a militarização e a educação política foram as soluções adotadas, demonstrando-se certa despreocupação com as questões técnico-jurídicas, em favor de um plano de conscientização dos policiais por meio da educação político-partidária e ideológica. Parafraseando Samora Machel: "[...] a nossa segurança tem de ser popular. O seu aspecto fundamental é esta característica popular e não os aspetos técnicos" (1981, p.22). No lugar de uma formação policial se colocam os comissários políticos responsáveis em levar aos policiais as discussões éticas, políticas, partidárias entre outras.

A espiral de violência começa a ganhar novos contornos assustadores. O governo além de politizar e militarizar a segurança pública aprova, por unanimidade, a pena de morte. Os candongueiros, simples vendedores informais, inauguram esta nova sentença que se decide fora dos tribunais. A morte como algo que se decide pelo simples fato de especular um produto. A tamanha desproporcionalidade entre o mal cometido e a pena foram considerados atos revolucionários. Portanto, se aprova a pena de morte e as torturas. Simplesmente, não há limites. A tendência da violência avançou até o último ponto. A violência toma conta do espaço rural e nas cidades medidas se estruturam para eliminar os desajustados ao modelo ou obrigá-los a regressar às suas aldeias.

Segundo o ministro da justiça do primeiro governo moçambicano, com a pena de morte a vida deixa de ser um direito fundamental a partir do momento em que se violam o direito do povo (Honguana, 1983). A exceção tinha sido decretada e nada poderia impedir que execuções sumárias e públicas ocorressem com naturalidade e como

sensação popular de justiça. Em determinados lugares, a própria população incitava as autoridades a fazerem-no publicamente. A violência não somente extrapola os limites como também é espetacularizada.

Em relação à livre circulação de pessoas, são criados diversos passes – como Guia de marcha e Cartão de residente – que tentam desmotivar os rurais a buscarem o lugar seguro nas cidades, onde não se registra conflitos. Emerge então a figura do "indocumentado", que passa a ser penalizado como vadio e objeto do policiamento. Enquanto isso, os inúmeros artigos de pesquisa de opinião crescem nos jornais, reforçando a necessidade da polícia segregar os "sem documentos" para estancar a criminalidade. Estes artigos eram baseados em entrevistas de um pequeno grupo de moçambicanos urbanos e a opinião dos que eram contrários à permanência de rurais na cidade era reproduzida (vide anexo IV). A imprensa colabora com a iniciativa de incitar a rejeição e violência contra aqueles que sem cometer crime algum deviam abandonar as cidades ou cumprirem penas. As autoridades policiais apontam indicadores de redução de criminalidade devido a sua ação de detenção deste grupo de nativos, muitos dos quais tentavam escapar da guerra e das precárias condições de vida nas regiões rurais.

Segundo Quembo (2012), a Operação Produção não foi motivada pela existência de vadios, prostitutas, associais no espaço urbano, mas sim foi motivado pela percepção que se tinha da empregabilidade ou do trabalho. Portanto, se um rural migrasse para as cidades, era considerado como se estivesse ingressando num espaço que não pertencente a ele e, ao mesmo tempo, era preguiçoso por abandonar a agricultura. Sua presença na cidade deveria ser justificada pela apresentação de comprovantes de trabalho e de residência.

Em nosso entendimento, a Operação Produção foi o auge de todo o processo de perseguição dos *inimigos* e formação do *homem novo*. O trabalho e a alfabetização sempre corresponderam aos requisitos necessários para inclusão nas cidades. Não é um dado novo, o que sucedeu é que com a intensificação da guerra, a crise econômica avançando e problemas de ordem ambiental (cheias e secas), o soberano radicaliza a perseguição e a amplia para grupos, que o próprio Estado mal consegue garantir os seus direitos mais básicos. Então, não se tratou de mera percepção ou solução da empregabilidade e muito menos de uma política pública, mas sim de uma estratégia

segregacionista, em que a polícia é o principal executor. Portanto, a Operação Produção foi uma operação policial de continuidade da perseguição dos *inimigos*.

Segundo Thomaz (2008), a Operação Produção foi decidida logo após o IV Congresso do partido único no poder e tratou-se de uma ação policial de natureza repressiva destinada a enviar para as regiões com menor densidade populacional todos aqueles desempregados, no ócio ou na prostituição, no meio urbano, com o fim de dar-lhes uma utilidade. E com base em outras pesquisas, estima que cerca entre 50 a 100 mil moçambicanos foram deportados no âmbito dessa operação.

Neste contexto, o problema da revolução era identificado naqueles que abandonavam a produção agrícola e se refugiam nas cidades. Desta forma, há um progressivo processo de criminalização do campesinato, como forma de não reconhecer o fracasso da revolução. A cidade, então, foi sempre defendida pelas autoridades policiais como o reduto dos *homens novos*, onde se deveria materializar o projeto de nação purificada, composta por alfabetizados, trabalhadores com vínculos formais. A Operação Produção funciona em torno dos mesmos elementos que estavam colocados desde a transição à independência com a Operação Limpeza. O que se alterou foram apenas os destinos dos deportados, colocando Niassa no centro da transformação que deveria ser feita pelos deportados.

A violência estatal tinha tomado as cidades e, nos campos e rodovias, o movimento de resistência também destruía as infraestruturas e raptava mulheres e jovens. Segundo Bridget O´Laughlin (1991), o movimento de resistência também reproduzia o modelo do Estado ao fazer de suas bases aldeias-quarteis bem como manter em regimes de cativeiros os capturados que deviam produzir. Portanto, não tinha como escapar dos campos existia tanto do lado oficial como do lado rebelde. A pilhagem e os estupros se generalizavam em ambos os exércitos. Com a guerra o Estado passa a gastar 45% do seu orçamento para área de defesa e segurança e a divida externa atinge os 97%.

No quadro internacional, o ingresso de Moçambique ao COMECON (*Council for Mutual Economic Assistance*, ou Conselho para Assistência Econômica Mútua)[26] é

[26] O *Council for Mutual Economic Assistance* era um bloco econômico, fundado em 1949, que visava à integração dos países do Leste Europeu. A princípio, fizeram parte deste grupo União Soviética Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Polônia, Bulgária, Hungria e Romênia. Mais tarde, o bloco se ampliou e passaram a fazer parte países como Mongólia (1962), Cuba (1972) e Vietnã (1978). Apesar da orientação política do primeiro governo moçambicano, seu acesso ao bloco foi condicionado à autorização da presença de uma base militar na costa do Oceano Índico, imposição que não foi aceita na

rejeitado em duas vezes consecutivas no início da década de 1980. O governo esperava que de sua opção socialista pudesse contar com seus parceiros habituais desde a luta de libertação. A partir desde momento, se começa a pensar na mudança de rumo para sair do subdesenvolvimento. A operação produção se enquadra nessa tentativa de vencer o subdesenvolvimento a qualquer custo. Mas os campos, pelo menos os do Estado, teriam ficado entregues ao abandono devido à guerra e os deportados ficam entregues à sua sorte (THOMAZ, 2008).

Considerações sobre o capitulo

Neste capítulo discutimos os desdobramentos do processo de construção da identidade nacional mediante a perseguição dos inimigos. Os campos instituições encarregadas de incluir em tão curto espaço de tempo se tornam o ponto de partida de um movimento violento contrário às políticas de Estado. Desde que se iniciaram os ataques armados por volta de 1977, a violência vai alcançando níveis assustadores, estando presente nas cidades e nos campos. Novamente, a população rural fica prejudicada e sua fuga à cidade poderia colocá-la também como alvo das autoridades policiais. A Operação Produção, aprovada em 1983, representa então o auge dessa relação conflituosa entre o *inimigo* e o *homem novo*. Mesmo depois de comprovado o fracasso dos campos de reeducação, se insiste na deportação, que fica muito longe de resolver os problemas econômicos. Ao mesmo tempo, o grupo armado, que se opõe ao regime, faz inúmeros reféns que são obrigados a ser soldados, sobretudo os homens e as mulheres abusadas sexualmente. Entre os soldados do movimento de resistência era comum escolherem as mulheres reféns para serem suas esposas. Muitas das vezes mais do que única parceira. Os que não fossem incluídos nestas duas categorias ficavam com as tarefas de produzir e servir os soldados. O massacre passa a ser praticado de forma bilateral.

negociação da segunda tentativa. Tais acontecimentos tiveram impacto na realização do IV Congresso da Frelimo, cujo objetivo principal foi a mudança da política econômica.

CONCLUSÕES

A presente tese teve como objetivo compreender o processo de formação do Estado-nação pós-colonial moçambicano tendo como foco os discursos sobre o *homem novo* e o *inimigo* que desencadearam um policiamento, formal e informal, centrado na retirada forçada de uma parcela da população para os campos de reeducação. Como bem referimos, anteriormente, pesquisar e escrever sobre a polícia e a violência é sempre marcado por inúmeras dificuldades. As polícias e os policiais do mundo inteiro desenvolveram uma cultura organizacional própria que se mostra resistente à pesquisa. Do mesmo modo, diversos estudos têm apontado que a violência, tomada nestas proporções, vem sempre acompanhada da ocultação de memórias. A própria dificuldade que as vítimas podem ter em relatar suas experiências amargas e dolorosas nos campos são também uma das barreiras. A combinação destes aspectos com a escassez da literatura moçambicana sobre o assunto e o desaparecimento dos campos, condicionaram que o trabalho fosse desenvolvido a partir dos recortes de jornais, legislação, discursos do primeiro presidente de Moçambique e bibliografia diversa sobre a polícia, Estado-nação em Moçambique bem como eventos que possibilitaram a deportação e os massacres em outros países.

Entre os pesquisadores que se debruçaram sobre a formação do Estado-nação em Moçambique, há três argumentos conclusivos convergentes que iremos discuti-los, não de forma cronológica, designadamente: *1.* A violência vivida na fase pós-colonial relaciona-se com a história oficial e a construção da memória coletiva; *2.* A ausência de ruptura entre o Estado pós-colonial e o colonial; *3.* Um potencial de violência possibilitou o acúmulo de tensões internas e externas que propiciaram a perseguição dos inimigos internos logo após a independência. Como veremos abaixo e diante da presente pesquisa, é possível afirmar que estas conclusões não apontam para a instituição central do projeto de construção da nação baseado na violência e na segregação dos inimigos e nem sequer privilegiam os principais protagonista do projeto logo após a independência.

O primeiro argumento se refere a um grupo de pesquisadores que vem produzindo a partir da década de 2000 que correlaciona a violência vivida na fase pós-colonial com a história oficial e a memória coletiva. Tais autores colocam a violência como resultado da perseguição, marginalização e silenciamento de um conjunto de

atores que sustentavam projetos políticos diferentes da FRELIMO. Muitos destes foram considerados dissidentes e presos políticos. Portanto, a visão exclusivista e não representativa do projeto de nação é que estaria na origem da violência e segregação pós-colonial. Os discursos sobre a nação como decorrentes de disputas em que o autoritarismo vence e se instala definitivamente. Ao se colocar à força uma única narrativa sobre a nação, desprestigiando e penalizando as outras, estar-se-ia caminhando para um quadro de violências. Há uma tentativa clara de querer correlacionar memórias, história oficial e identidade nacional. Porém, essa proposta de discussão privilegia somente episódios particulares, deixando de lado inúmeros eventos anteriores à luta pela descolonização. A figura do *inimigo* é então fundamental na construção do projeto de nação, mas provém de um conjunto de clivagens internas que conduziram a expulsões e mortes e não se tratavam de disputas de memórias. Estas disputas internas estavam em volta de posicionamentos da linha a seguir para o alcance da independência e mais tarde pela partilha das conversações para a transição. Para a presente tese, consideramos que a perseguição dos *inimigos* para a construção do *homem novo* é resultado de uma serie de eventos anteriores as lutas pelas independências.

O segundo entendimento recai sobre a ausência de ruptura entre o Estado pós-colonial e o colonial. Os dois contextos sociopolíticos são tratadas como indistinguíveis e a criação de categorias que espelham o primitivo e o moderno se encontram sempre em choque e sobre quem se desqualifica se direciona a violência estatal e de civis. Em nosso entendimento, se tratou de um *continuum* de produção da *vida nua*, que se baseou na perseguição de todos aqueles nativos que fossem refratários aos modelos de cidadão propostos nos dois contextos. Tal como acontecera entre *indígena* e *assimilado* volta acontecer, de forma diferente, entre *homem novo* e *inimigo*. Todavia, é importante frisar que o projeto de construção da nação em Moçambique não só era monopolizado pela instituição policial, como também socializações pautadas pela violência decorriam nas escolas, nos campos de reeducação, nos quartéis e nas aldeias comunais. As escolas passam a absorver um número considerável de nativos, diferentemente do processo de assimilação colonial que abrangia um numero insignificante de nativos. Durante a colonização existiam mais nativos sendo incluídos pelo trabalho forçado, local ou internacional, do que pela educação. No processo de assimilação as igrejas tiveram um papel fundamental e no contexto pós-colonial se perde esse poder de conversão para além da religiosidade. Instituições como a escola, a polícia e os grupos civil de

vigilância ganham uma grande notoriedade na produção de incluídos e segregados. Nesse sentido, houve rupturas significativas e a permanência entre os dois processos se centrou na forma como se pretendeu incluir os nativos nas respectivas comunidades nacionais. Por essa razão que optamos pela ideia de *continuum* de produção da *vida nua*.

O *continuum* se refere à permanência de eventos em temporalidades diversas diretamente relacionados que colocam uma parcela dos moçambicanos como seres despidos de qualquer direito, marginalizáveis. Entre estes eventos não há total coincidência ou um roteiro previamente estabelecido. Portanto, o evento A – massacre e escravidão – pode influenciar um evento B – perseguição dos inimigos. Por sua vez, este último evento influencia um evento C. Entre o evento A e C não existe nenhuma relação. Portanto, há uma sucessão de eventos que conduzem à morte de não combatentes que ocorre em sequência e dos quais a guerra é colocada como saída e, ao invés de resolver, acelera e agrava os massacres. Cada evento ganha a sua dinâmica que pode passar por pausas e acelerações e dar circunstâncias favoráveis para que as instituições de socialização bem como a polícia, os policiais e corpos civis tenham total autonomia no processo. A autonomia das forças militarizadas, civis ou não, nestes processos dá margem para que as ilegalidades assumam o lugar da normalidade. A exceção se torna regra e as autoridades policiais julgam, condenam e seus atos de matança, deportação, entre outras violações, permanecem impunes ou remetidos ao esquecimento. Com o intuito de remodelar o corpo social, de fabricar em grande escala um *novo homem*. Os campos de reeducação são um mero disfarce. Neles não ocorre nenhuma mudança. Os nativos são apenas expostos à morte por trabalho forçado, perda de saúde, fome e outros tantos desaparecem. O campo é o espaço que por excelência onde se exerce o poder de produzir a *vida nua*, de abandono e desproteção total: neles tudo é possível, incluído a matança e a tortura impunes. Os campos e os *inimigos* deveriam garantir a produtividade agrícola e possibilitar o crescimento econômico.

O terceiro entendimento conclusivo entre os autores é de que um *potencial de violência* possibilitou o acúmulo de tensões internas e externas que propiciaram a perseguição depois da independência conforme sugeriu Carlos Borges Coelho (2003). A guerra de descolonização pode ter contribuído para a maturação desse processo de segregação de *inimigos*. Porém, sendo uma colônia onde nem sequer se cogitava ser país, o *potencial de violência* tem seus antecedentes e origens numa temporalidade bem distante da guerra de descolonização. Tanto a colonização, bem como a descolonização

foram violentas. A violência ou fenômenos violentos que propiciaram a segregação de uma parte da população decorreram nessa longa temporalidade desde a colonização até a fase pós-colonial. Com a colonização efetiva, que decorreu após a Conferência de Berlim, o quadro de guerra com os reinos africanos que resistiam ocorrem inúmeros massacres, com mortes inquantificaveis de nativos. Portanto, há um conjunto de fatores e eventos que vão se constituindo desde a colonização e colocam o massacre no centro das políticas de governo, indenitárias ou de construção da nação. Porém, em todos os processos anteriores, a segregação tinha mais conexões com questões financeiras e materiais e muito menos com uma proposta de nação. Apesar de existir um quadro jurídico e teleológico que apontassem para a "portugalização" como salvação.

Com a independência, a violência segregacionista decorreu da necessidade de homogeneização étnica, de classe e de raça. Uma unidade interétnica e política contrária ao racismo, a outras forças partidárias e ao tribalismo. O processo teve uma adesão massiva dos populares. A formalização dos inimigos ocorre pelo imperativo de forjar um povo uno e constituir uma unidade ou nação até então inexistentes. Para materializar esse objetivo de construir uma unidade, a qualquer custo, os discursos incendiários são difundidos a partir da figura do soberano. O soberano que é constituído, legalmente, suspende a norma e condiciona os *inimigos* a processos de purificação, para se converterem a cidadão. O soberano se dedica, então, à formalização da noção do *inimigo*, que vai se alastrando, continuamente, a uma diversidade de categorias contrarrevolucionárias. A possibilidade de inclusão, que antes estava condicionada ao tom de pele, passa a depender de uma serie de elementos aleatórios, sem nenhuma hierarquia entre eles, porque a interpretação cabia somente a quem estivesse na linha de frente do policiamento.

De certa forma, a noção de *inimigo* a ser perseguido poupa os mestiços e brancos moçambicanos de serem incluídos nos campos. As diferenças gritantes entre brancos e negros teriam, durante a luta, causado alguns problemas internos de orientação da luta. Mas, nem isso conseguiu colocar em cena a perseguição contra brancos e mestiços, aqueles que foram privilegiados durante a colonização. Na luta pela independência, ficou claro que um confronto ou perseguição racial não estavam na agenda da descolonização. Com a independência, o discurso de construção da nação enfatiza a aversão a qualquer manifestação racista, tribalista, entre outros. A designação de uma parte da população como *inimigo* retira qualquer possibilidade de perseguição de não

negros. Do mesmo modo, a militarização, que era a principal experiência de constituição do militante, se mostra refrataria a qualquer possibilidade de inclusão dos não negros nas forças de defesa e segurança.

Se para Hannah Arendt um longo processo e uma sequência de eventos teriam conduzido a uma gradual perda de direitos e da condição de cidadãos aos judeus. Para a presente tese, no longo processo que culminou com a formação do Estado-nação pós-colonial em Moçambique, não houve esse gradualismo. A retirada de direitos é constante e permanente e vai ganhando contornos diversos desde a escravização. A assimilação colonial se colocou apenas como um recurso político para iludir os nativos sobre a existência de formas e meios de sair da *zoe*. Da escravização até ao indigenato, ainda no decurso da colonização, se registra uma pequena evolução. Com a independência, a classificação de *inimigos* aos descolonizados mantém a segregação de uma parcela dos nativos. A escravização, a assimilação e o projeto do *homem novo* são todos parte do mesmo processo ou são eventos diferentes que determinaram a deportação no contexto pós-colonial? Não se tratam do mesmo projeto, mas de eventos baseados em propostas distintas, que atingiram uma mesma parcela da população.

A população escravizada é a mesma que teve de renunciar sua cultura para ser assimilada e, mais tarde, teve de renunciar à sua mentalidade colonial ou tradicional. Num primeiro momento, é um grupo residual que não pertence e nem está incluído na nação portuguesa, que vive distante das cidades, sendo apenas o motor da produção. Num segundo momento, há uma cisão: a maioria permanece como força de trabalho braçal e um pequeno número faz trabalhos não manuais. Num terceiro momento, se acredita que a inferiorização racial que perdurou em toda colonização teria ficado para o passado. Porém, com as lutas pela independência, uns ascendem a guerrilheiros, alfabetizados ou não, e fazem de sua experiência de combate algo normativo a ser seguido.

Apesar de existirem esses pontos de contato entre as três situações, não houve no contexto da colonização um quadro de circunstâncias convergindo, que colocasse no pensamento do nativo o sentimento de pertença a uma coletividade. O uso que se fez dessa situação de crescente sentimento de coletividade interétnica, livre e unida, resultou num comprometimento em participar das decisões e diretivas do soberano, como se sua tarefa de policiar e vigiar se tratasse de um patriotismo. As milícias e os grupos dinamizadores surgem dessa ideia de participação e do exercício de um poder

popular “democrático” de proteção da unidade e da coletividade que o *inimigo* pode destruir. Antes mesmo que o *inimigo* desagregue a unidade, é necessário que se esteja atento para detê-lo e conduzi-lo aos campos de reeducação ou expulsá-lo. A gramática da guerra entra em cena e todo aquele que fosse contrário à unidade é designado e entendido como *inimigo*. O vocabulário passa produzir efeitos práticos na vida dos nativos.

Nesse *continuum* de produção da *vida nua*, a polícia nem sempre teve o papel exclusivo de perseguir os desajustados. Na relação entre o incluído e os segregados, aqueles que possuíam o perfil adequado, sempre tiveram o poder de violentar o *outro*, aquele que não cabe na *comunidade imaginada*. Por esse motivo, o conceito de soberano proposto por Agamben (2010) se mostra duplamente necessário. Primeiro, pelo fato de que um poder constituído passa a partir do momento de sua legitimação, a elaborar e difundir seus discursos que constituem dois sujeitos opostos. A oposição entre o *homem novo* e o *inimigo* ativa o policiamento, que passa a se ocupar de selecionar e retirar das cidades os *inimigos*, para sua inclusão nos campos de reeducação. Segundo, pelo fato dos policiais e quem tivesse o perfil de *homem novo* fosse considerado purificado e pronto para também perseguir os impuros. Portanto, o soberano é o poder central em torno do qual ações fora da lei entram no campo da legalidade. Os policias e as milícias que são tomadas como instituições purificadoras decidem quem deveria ser incluído nos campos de reeducação e quem deveria permanecer nas cidades. A suspensão da norma ou o fato de que era possível perseguir quem nem sequer tivesse cometido algum crime permite que direitos sejam violados com a maior naturalidade. A exceção passa a coabitar com a norma e tanto a polícia como os homens novos ganham a imunidade e tem o poder segregar e retirar direitos de outros nativos.

Na designação e formalização da noção de *inimigos*, diversas metáforas são também utilizadas. Num dado momento se apropria das discussões ou termos da saúde e chama os inimigos de parasitas. Depois os chama de piolhos, que se aproximam ao parasitismo, aquele que sobrevive a custa do esforço do outro. Houve também metáforas que remetem à questão agrícola, e o inimigo também foi chamado de praga, aquele que surge apenas para estragar a colheita e, portanto, alguns métodos deviam ser empregues para destruí-lo ou curá-lo. A principal metáfora foi aquela cuja designação remetia a um ser hibrido, o *xiconhoca.* Uma metade, um traidor. O Chico que serviu a polícia política

portuguesa e, outra metade, a cobra ou serpente que longe de ser um símbolo farmacêutico da cura, que representava para este contexto algo silencioso e venenoso (letal). Por esse motivo era necessário ser vigilante porque o *xiconhoca* era um ser silencioso, de inúmeras faces, que poderia se infiltrar nas instituições pós-coloniais

Embora, inicialmente, a polícia tenha perseguido as prostitutas e a população de rua, o projeto de construção da nação, a partir da figura do *homem novo*, pretendia, com o policiamento, impor o ajustamento da conduta dos nativos à realidade pós-colonial, cujas relações não fossem mais baseadas no vinculo étnico, mas em um modo peculiar de cidadania se exigia. Portanto, não se tratava apenas de retirar das cidades os que não tivessem violado preceitos do código penal, como também aqueles cujas condutas contrariassem os ideais do partido Frelimo. O policiamento se baseava, essencialmente, num critério de uma identidade eminentemente política, do que propriamente uma identidade baseada na etnia ou na raça.

As perseguições ocorreram no interior das cidades e os policiais e diversas instituições de policiamento se ocuparam de caçar aqueles que sustentavam ações e condutas opostas ao regime ou, ainda, os mendigos muitas vezes considerados preguiçosos, antissociais ou vadios. A diminuta população urbana nativa, que se constitui graças às nacionalizações, somente permaneceu nas cidades porque a atribuição de residências e apartamentos arrendados a preços simbólicos exigia algum vínculo de trabalho, sobretudo com as empresas e instituições do Estado. Esse formato de admissão de nativos nas cidades eliminava outra boa parte das populações rurais, não alfabetizadas e com poucas possibilidades de um emprego formal. Mesmo assim, ser funcionário público não garantia a permanência na cidade. Qualquer tentativa de sustentar opinião política diferente do partido único poderia ocasionar a deportação

Nesse sentido, o que funda o Estado pós-colonial moçambicano é a segregação dos nativos para fora da *polis,* é a produção da *vida nua* sobre o qual incidiu o poder das instituições de vigilância, que decidia pela sua retirada forçada para os campos de reeducação. As principais cidades de Moçambique, sobretudo a capital – Maputo – se tornam espaços que, por excelência, deveriam ser de convivência dos *homens novos*. Por essa via, pode-se afirmar que é a polícia que funda a nação moçambicana por meio da segregação inclusiva do inimigo – primeiro remove-os da cidade e, seguidamente, inseri-os em outros locais, com o pretexto de convertê-los em um tipo ideal de cidadão.

O processo de construção do homem através da perseguição do *inimigo* cria rapidamente uma tensão entre os segregados e as forças repressivas. Nesse contexto, as

mortes e a violência que tinham sido, até um determinado momento, resultado de intervenções estatais, passam a ser protagonizadas pelo movimento de resistência. Novamente, as populações rurais são colocadas em situações difíceis, cuja possibilidade de refúgio nas cidades era inexistente, porque seriam, instantaneamente, reconduzidas aos espaços rurais e aos campos de reeducação, em situação de abandono.

A Operação Produção representa, então, a insistência do Estado num projeto de nação falido e a repressão toma contornos assustadores a ponto do fuzilamento – pena de morte – e as torturas entrarem no cenário da perseguição aos *inimigos*. O massacre se torna bilateral e a espiral da violência dá margens para o aproveitamento dos militares em saques e violações sexuais. As inúmeras instituições de segurança criadas na fase pós-colonial como a polícia política (SNASP), a polícia popular, as milícias, os grupos de vigilância e o próprio exército sobrecarregam as despesas estatais em segurança atingindo os 45% do orçamento. Ao invés de se elevar a economia, se aumentam as despesas e o número de segregado em situações difíceis de sobrevivência.

Estes fatos que apontam para a centralidade do papel da policia e para a permanência da violência contra os nativos não retira a importância da independências africanas e, particularmente de Moçambique para os moçambicanos. A independência é uma conquista dos moçambicanos e dos africanos a única possibilidade de acessar a um conjunto de direitos. Como apontam alguns autores as decisões antidemocráticas em que se baseou a projeto de nação moçambicana permite afirmar que se tratou de um projeto da pensado pelos independentistas.

É importante também frisar que a perseguição dos inimigos não terminou embora tenham ocorrido inúmeras reformas tanto no Estado moçambicano bem como na organização policial. O projeto se mantém na atualidade em forma de uma homogeneização política em que se penaliza qualquer tentativa de esboçar uma analise ou posicionamento critico sobre a governação monopartidária que se mantém desde a independência. Os campos de reeducação foram extintos, mas os inimigos continuam sendo penalizados por meio de barreiras simbólicas. Os movimentos que se propõem fazer a contrarevolução reproduzem fielmente estruturas falidas de condução da democracia. Seus representantes se mantém vitalícios nas posições de poder mesmo vendendo a imagem da democracia. Nesse sentido, é evidente que uma clara relação de combate ao inimigos ou entre inimigos sustenta a política moçambicana. Por esse motivo os ciclos de violência estão longe de cessar, pois um *homem novo* se busca querendo-se eliminar o *outro* – o velho, o retrogrado, o atrasado etc.

REFERENCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer:** o poder soberano e a vida nua. Minas Gerais: UFMG, 2010.

ALEXANDRINO, José & Paula Maria G. Meneses (org.). Moçambique 16 anos de Historiografia: focos. Problemas, metodologias, desafios para a década de 90. Coleção Painel Moçambicano,

ANDRÉ, Antonio Miguel. **A Formação do homem novo**: uma analise da visão dos técnicos governamentais atuando hoje em Angola. Campinas: UNICAMP/CMU Publicações/Editora Arte Escrita, 2007.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BAYLEY, D. H., Skolninck, J. H. **Nova Polícia:** Inovações nas Polícias de Seis Cidades Norte-Americanas. Editora da USP. São Paulo: 1997;

BAYLEY, David **Padrões de policiamento**. Editora da USP. São Paulo: 2003;

BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. **Historia Geral da África**. Volume VII. p.1-20. São Carlos: UFSCar. 2010.

BORGES**,** Egor Vasco**.** A formação profissional de policiais e o enfrentamento a delinquência nos marcos da edificação do Estado moçambicano (1975-1990). **Revista LEVs**. Marilia: UNESP, 2012.

BORGES**,** Egor Vasco. **Policia em Moçambique: padrões e experiências de formação de jovens policiais (1975-2011)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais. Araraquara: UNESP, 2012.

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo:** entre o iluminismo e a revolução francesa. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BRETAS, M. L.; PONCIONI, P. A cultura policial e o policial civil carioca. In: PANDOLFI, D. C. et al. (Orgs.). Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 149-163.

BRITO, Luis de. Dependência colonial e integração regional. **Revista Estudos Moçambicanos.** Numero 1. p. 17-26. Maputo: Centro de Estudo Africano da UEM, 1980.

_____. Estado e Democracia multipartidária em Moçambique. **Revista Estudos Moçambicanos.** Numero 1. p. 23-32. Amsterdã (Holanda): Mozambican Studies & CEA-UEM, 1980.

CABAÇO, José Luis de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismos e libertação**. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Antropologia Social. São Paulo: USP. 2007.

CABRAL, Amilcar. **Libertação nacional e cultura**. Comunicação apresentada a Universidade de Siracuse. EUA: 1970

CARVALHO, Anabela Soriano. Empresarios em tempo de guerra:caso de Moçambique 1974-1994. **REVISTA LUSOTOPIE.** Volume XV. Numero 1. p.103-118. Bordeaux-França, 2008.

CASIMIRO, Isabel Maria. Samora Machel e as Relações de Gênero. Estudos Moçambicanos, numero 21, pp.55-84. Maputo: CEA –UEM, 2005,

CASSAMA, Daniel Julio Lopes Soares. **Amilcar Cabral e a independência da Guiné e Cabo verde**. 2014. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais) – Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara: UNESP, 2014.

COELHO, João Paulo Borges (2003), Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas. **Revista *Lusotopie***. p.175-193. França, 2003.

COLAÇO, João Carlos. Trabalho como política em Moçambique: do período colonial ao regime socialista. In FRY, Peter (Org.). **Moçambique: ensaios**. p.91-110. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

CORREA, Sonia & HOMEM, Eduardo. Moçambique: as primeiras machambas. Rio de Janeiro: Margem, 1977;

COSTA, Manuel Pinto da Costa. *Discursos*. Volume 2. São Tomé: AHSTP. 1978.

COUTO, Fernando Amado. Moçambique 1974: o fim do Imperio e o nascimento da Nação. Maputo: Caminho, 2011

COUTOIS, Stéphane Et AL. **O Livro Negro do Comunismo:** Crimes, terror e repressão. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

CRUZ E SILVA, Teresa**.** A "IV Região" da FRELIMO no sul de Moçambique: Lourenço Marques, 1964-65. **Revista Estudos Moçambicanos.** Numero 8. p. 125-141. Maputo: CEA-UEM, 1990.

_____**.** Zedequias Manganhela: notas para uma releitura das relações Estado Colonial-igrejas protestantes, na década de 70. **Revista Estudos Moçambicanos.** Numero 13. p. 27-49. Maputo: CEA-UEM, 1993.

_____**.** Igrejas protestantes no sul de Moçambique e nacionalismo: o caso da «Missão Suiça». **Revista Estudos Moçambicanos.** Numero 10. p. 19-39. Maputo: CEA-UEM, 1991.

CHILUNDO, et al. **Historia de Moçambique III**: Moçambique no auge do colonialismo. Maputo: Departamento de Historia – Faculdade letras da Universidade Eduardo Mondlane, 1993.

ELAIGWU, Isawa J. e MAZRUI, AliMazrui. Construção da nação e evolução de estruturas politicas. **Historia Geral da África**. Volume VIII. p.519-564. São Carlos: UFSCar, 2010.

ELIAS, Norbert. **Os alemães:** A luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador (Bahia): EDUFBA, 2008.

FOUCAUL, Michel. Segurança População e Territorio. 1ªEdição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRELIMO. Resoluções do Segundo Congresso. s/n. p.1-18. Niassa: Departamento de Informação e Propaganda, 1968.

GONÇALVES, Antonio Cipriano Parafino. A concepção de politécnia em Moçambique: as contradições de um discurso socialista (1983-1992). **Revista Educação e Pesquisa**. Volume 33. Numero 3. p.601-619. São Paulo, 2007.

GUEVARA, Che. El Hombre nuevo. s/l. s/edit. 1965.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001;

HEAD, Judith. A Sena Sugar Estates e o trabalho migratório. **Revista Estudos Moçambicanos.** Numero 1. p. 9-22. Amsterdã (Holanda): Mozambican Studies & CEA-UEM, 1980.

HOLENSTEIN, René. **Joseph Ki-Zerbo**: Para quando a África? [tradução de Carlos Aboim de Brito]. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

HUNGUANA, Teodato. Discurso apresentado a 11ª Sessão da Assembléia Popular, Abril de 1984;

IGREJA, Victor. Frelimo's Political Ruling through Violence and Memory in Postcolonial Mozambique. **Journal of Southern African Studies**. Volume 36. Numero 4. p.781-799. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICAS. II Recenseamento Geral da População e Habitação: resultados definitivos. Maputo: INE, 1999

ISAACMAN, Allen & VANSINA, Jan. Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914. **Historia Geral da África**. Volume VII. p.191-218. São Carlos: UFSCar, 2010.

ADAM, Iussuf. Historiadores e ideologos. p.51-84. In Moçambique – 16 anos de Historiografia: focos, problemas, metodologias, desafios para a decada de 90. Volume 1.Maputo: painel moçambicano. 1991.

JARDIM, Marta Denise da Rosa. **Cozinhar, adorar e fazer negocio:** um estudo da familia indiana (hindu) em Moçambique. Tese (Doutorado em Ciencias Sociais). 349f. Campinas: UNICAMP, 2006;

KHOURE, Nicole & LEITE, Joana Pereira. A imprensa colonial portuguesa e os indianos (1930-1975). **REVISTA LUSOTOPIE**. Volume XV. Numero 2. p.3-50. Bordeaux-França, 2008.

LAZAGNA, Angela [entrevista a Michel Cahen]. **Michel Cahen, Moçambique**: o marxismo, a nação e o Estado. **Revista Critica Marxista**. Numero 25. p.118-130. Campinas: UNICAMP, 2007.

MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Volume 24. Numero 70. 2009.

MACAMO, Elisio. A nação moçambicana como uma comunidade de destino. **Revista Lusotopie**. p.355-364. França, 1996.

MACHAVA, Benedito Luís. State Discourse on Internal Security and the Politics of Punishment in Post-Independence Mozambique (1975—1983). ***Journal of Southern African Studies***. p.593-609. 2011.

MACHEL, Samora Moises. **Compreender a nossa tarefa: nota de estudo para os instrutores**. Maputo: DIP (Departamento de Trabalho Ideologico), 1979.

_____. **Estabelecer o poder popular para servir as massas**: reunião com os antigos prisioneiros políticos, 1978.

_____. **O que caracteriza o militante é a determinação em transformar o mundo e, no processo, transformar-se.** Rio de janeiro: CODECRI, 1979.

_____. **s/titulo.** In Comunicão apresentada ao III Congresso do partido Frelimo. Maputo: 1977.

_____. Exortação do presidente da Frelimo as Forças de Defesa e Segurança: Ofensiva Legalidade. In Revista Tempo 579, Maputo, 15 de Novembro de 1981

_____. *Fazer do Niassa uma base solida para construir o socialismo.* Coleção palavras de ordem. Maputo: Imprensa nacional, 1976.

_____. **Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria. s/local.** Coleções Estudos e Orientãções nº2. FRELIMO & DIP, 1973.

MALOA, Joaquim Miranda. A urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação. 373 f. Tese de doutorado (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2016.

MARIANI, Bethania. Discurso revolucionario moçambicano e a escrita do homem novo. **Revista Via Atlantica**. Numero 21. p.59-74. São Paulo: 2012

MENESES, Maria Paula. **O 'indígena' africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais.** , E-cadernos do CES, nº 7, p. 68-93. Coimbra (Portugal):CES, 2010**.**

MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. Revista Critica de Ciências Sociais. Numero 106. p.09-52. Coimbra (Portugal): CES, 2015**.**

MONDLANE, Eduardo. I congresso da FRELIMO. s/p. s/l. 1963

MONET, Jean-Claude. **Policias e sociedades na Europa**. São Paulo: EDUSP, 2006.

MONJARDET, Dominique. O que faz a policia? Sociologia da força publica

NASCIMENTO, Augusto. São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o *homem novo* e o socialismo contra os costumes da terra. **Anuário Antropológico.** Numero 1. Volume 40. p.133-163. Brasília: UNB, 2015.

NETO, Agostinho. Discurso da Independencia angolana. Luanda: NEOGRAFICA & Ministério da Informação de Angola, 1976

NETO, Maria da Conceição. Maria de Huambo: uma vida de indígena, colonização estatuto jurídico e discriminação racial em Angola (1926-1961). In Comunicação apresentada no Simpósio *'Race Relations*. Londres: 2009. Londres kings college. 2009. s/p

NEVES, Mauricete Carvalho das. **O poder político e as políticas econômicas no período de transição em São Tomé e Príncipe**: do regime socialista para o regime democrático representativo. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas). Florianópolis: UFSC, 2009.

NHACOUNGUE, Januario Anita. **Informação e segurança pública:** modelo de banco de dados para a gestão de informações em Moçambique. Dissertação (Mestrado em Ciencias de Informação). Marilia (São Paulo): UNESP, 2011.

O´LAUGHLIN, Bridget. A base social da guerra em Moçambique: analise de "A causa das armas em Moçambique", antropologia de uma guerra civil, de C. Gefray. **Revista**

Estudos Moçambicanos. Numero 10. p. 107-142. Maputo: Centro de Estudo Africano - UEM, 1991.

PAULO, João Paulo Henrinque. **O nascimento, vida e morte de um homem novo**: caminhos para a construção da identidade nacional angolana (1962-1992). Monografia de graduação em Historia. Niteroi:UFF, 2013.

PENVENNE**,** Jeanne. Chibalo e classe operária: Lourenço Marques, 1870-1962. **Revista Estudos Moçambicanos.** Numero 2. p.9-22. Amsterdã (Holanda): CEA-UEM, 1981.

PINHO, Osmundo. O "destino das mulheres e de sua carne": regulação de genero e o Estado em Moçambique. Cadernos Pagu. Numero 45. p.157-179. Campinas: UNICAMP, 2015.

PINHO, Osmundo. O "Destino das Mulheres e de sua Carne": regulação de gênero e o Estado em Moçambique. Cadernos PAGU. Numero 45. p.157-179. Dossiê: Corpos Trajetorias e Valores: perspectiva de genero, familias e reprodução social em contextos africanos. Campinas: UNICAMP, 2015.

PINTO, Tatiana Pereira Leite. Modernidade x Tradição: homem novo e o "problema" racial e étnico em Angola. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, julho 2011.

s/autor. populações organizadas combatem os especuladores. Revista Tempo de 5 de setembro de 1976.

QUEMBO, Carlos Domingos. O poder do poder: Operação Produção (1983) e a produção dos 'improdutivos' urbanos no Moçambique pós-colonial. Cadernos de Historia. Numero 1. p.61-85. Maputo: Faculdade Letras e Ciências Sociais - UEM, 2012.

RANGER, Terence O. .Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. **Historia Geral da África**. Volume VII. São Carlos: UFSCar, 2010.

RIBEIRO, Gabriel Mithá. "É pena seres mulato!": ensaio sobre relações raciais. Cadernos de Estudos Africanos. Numero 23. p.21-51. Lisboa: CEA-ISCTE, 2012.

ROESCH, Otto. A Renamo e o campesinato no sul de Moçambique: panoramica da provincia de Gaza. **Revista Estudos Moçambicanos.** Numero 14. p. 129-151. Maputo: Centro de Estudos Africano - UEM, 1996.

SCHIMTT, Carl. Conceito do politico/ teoria de partisan. Belo Horizonte: DelRey, 2009

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e Destruir:** Usos políticos dos massacres e dos genocídios. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

SERAPIÃO, Luis Benjamin. Caso da igreja catolica em Moçambique. Jornal Canal de Moçambique. 2012.

SERRA, Carlos. Tudo o que é sólido se esfuma. **Revista Estudos Moçambicanos.** Numero 18. p. 5-23. Maputo: Centro de Estudo Africano - UEM, 2001.

TAIMO, Jamisse Uilson. **Ensino Superior em Moçambique:** história, política e gestão. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Educação. Piracicaba (São Paulo): UNIMEP, 2010

THOMAZ, Omar Ribeiro. "escravos sem dono": experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. In: **REVISTA DE ANTROPOLOGIA DA USP.** V.51.nº1. p.177-214. São Paulo:2008;

_____. Raça, nação e status; historias de guerra e "relações raciais" em Moçambique. In: **REVISTA USP.** V.51.numero 68.. pp.252-268. São Paulo: 2005/2006;

TSUCANA, Fernando Francisco. **Formação superior de oficiais de policia de Moçambique:** articulação entre os fundamentos teoricos e articulação pratica. Tese (Doutorado em Educação). 336 f. São Paulo: PUC, 2015;

VELOSO, Jacinto. **Memórias em voo rasante**. Maputo: JV editores, 2011.

WUYTS**,** Marc. Economia política do colonialismo português em Moçambique. **Revista Estudos Moçambicanos.** Numero 1. p. 53-72. Amsterdã (Holanda): CEA-UEM, 1980.

ZAMPARONI, Valdemir. Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e praticas. **Revista Africana Studia**. Numero 7. p.299-325. Porto: Universidade do Porto, 2004.

_____. Vozes asiáticas e o racismo colonial em Moçambique.

REVISTA LUSOTOPIE. Volume XV. Numero 1. p.59-75. Bordeaux-França, 2008.

ZAWANGONI, Salvador André. **A Frelimo e a formação do homem novo (1964-1974 e 1975-1982)**. Maputo (Moçambique): CIEDIMA, 2007;

LEGISLAÇÃO:

REPUBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. Decreto-Lei nº 54/75 de 17 de Maio. Cria o Corpo de Policia de Moçambique.

REPUBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. Lei nº 11/78, de 15 de Agosto;

REPUBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. Lei 2/79 de 1 de Março

REPUBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. Lei nº 5/79, de 26 de Maio

REPUBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. Decreto-Lei n. 21/75 de 11 de outubro

REPUBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. Decreto nº 25/75 de 18 de outubro

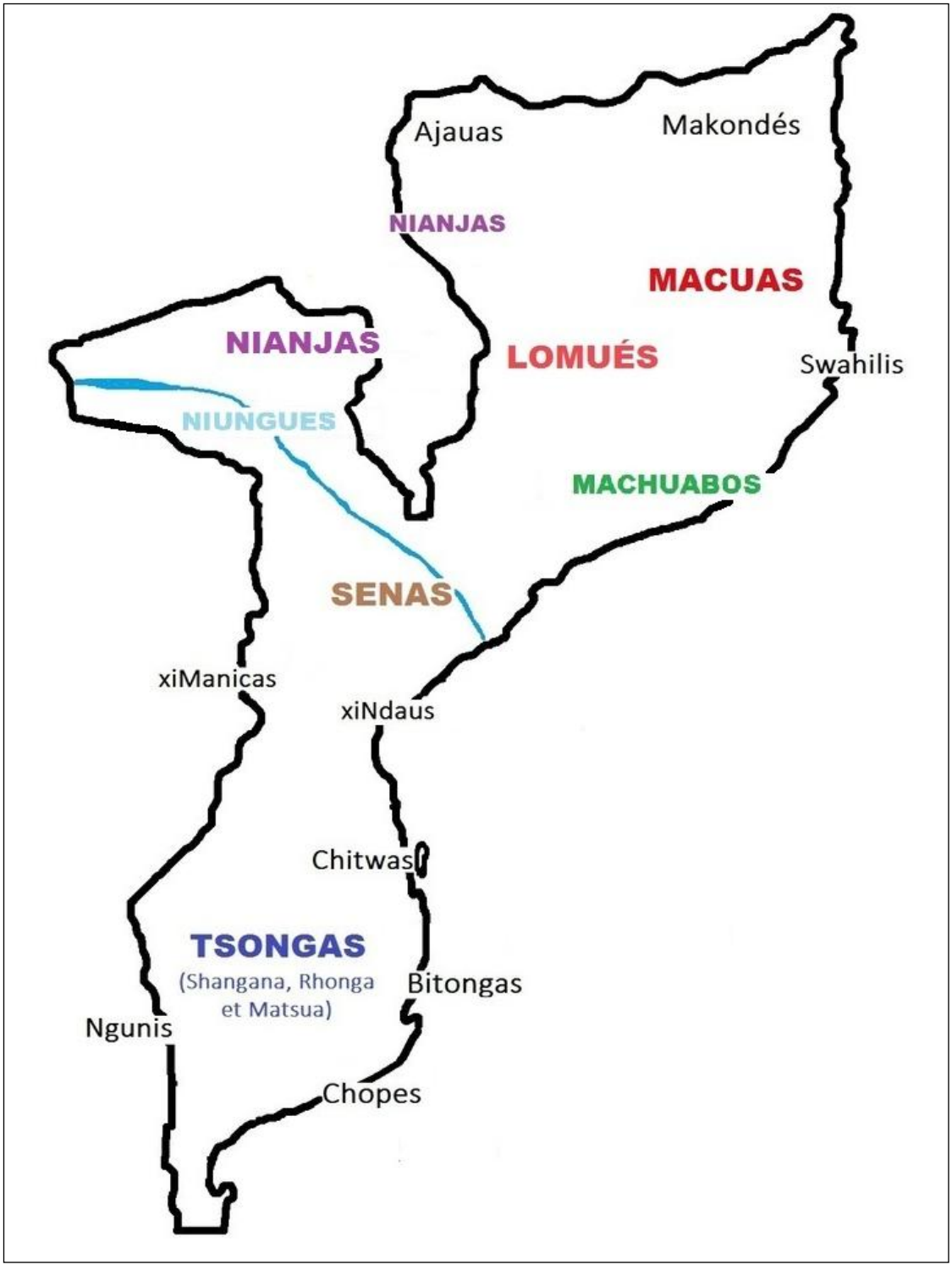
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Constituição da Republica 1975;

MINISTERIO DO ULTRAMAR. Decreto-Lei **n.º 39.666,** 1954:

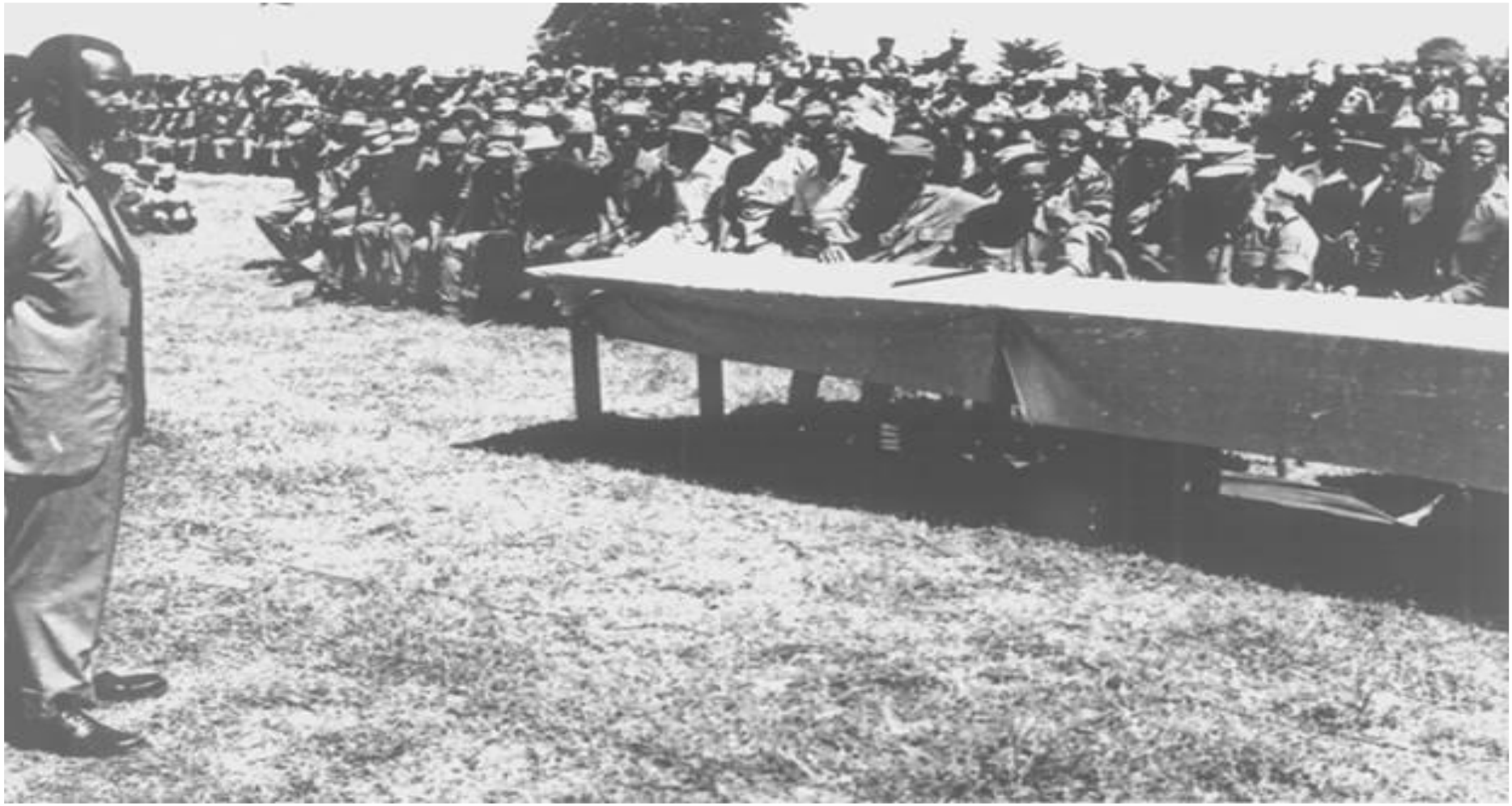
REPUBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. Lei da nacionalidade, s/n. 1975

ANEXO

ANEXO I.MAPA ETNO-GEO-LINGUISTICO DAS 11 PROVINCIAS DE MOÇAMBIQUE



ANEXO II. JULGAMENTO DE URIAS SIMANGO CONSIDERADO TRAIDOR APOS A MORTE DE EDUARDO MONDLANE



ANEXO III. APRESENTAÇÃO PUBLICA DA PRISIONEIRA POLITICA - JOANA SIMEÃO

ANEXO IV. MIDIA E A INCITAÇÃO A PERSEGUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL

Notícias, Maputo, 29 de Maio de 1982, pág.2

opinião pública

N. 29/5/82
p.2

Necessário controlar afluxo de pessoas à cidade

Um dos nossos leitores, ao ser inquirido sobre o problema da criminalidade, afirmou que alguns crimes são provocados por pessoas provenientes de fora do Maputo. Aqui se juntam, enquanto estão desempregados. Então, sugiro que sejam tomadas medidas e criados dispositivos no sentido de pôr termo ao afluxo de pessoas do campo à cidade.

ARMANDO MAUNGU MUSSE (29 anos, trabalhador da Empresa de Abastecimento da Cidade de Maputo e residente no Bairro do Maxaquene) — Certamente que se têm verificado, nos últimos dias, diversos crimes, em especial à mão armada. Por isso, nós, que somos vítimas, devemos encontrar a melhor forma de normalizar esta situação, ou seja, acabar com a criminalidade. O combate que temos a travar, não deve ser interno nem unitário, deve ser comum e a partir dos Grupos Dinamizadores até aos bairros. Há necessidade de se realizarem reuniões nos bairros, para sensibilizar os nossos irmãos desempregados para tentarem arranjar emprego. É preciso analisar bem como é que vivem essas pessoas. Se são apoiadas pelos seus familiares, ou se utilizam outros meios para se sustentarem. Falando das pessoas que vêm do campo para a cidade, sem emprego nenhum, realmente podemos considerá-las marginais que temos na cidade. Acho que seria viável a mobilização [illegible] ficar cá, na cidade, passando a vida no passeio.

FERNANDO JOSÉ TUI (25 anos, empregado comercial e residente no Bairro do Maxaquene) — Para minimizar a criminalidade que se faz sentir na cidade de Maputo, é necessário que o povo intensifique a vigilância. Esta vigilância deve partir da Célula, propagando-se até ao bairro. Sabemos perfeitamente que os criminosos vivem no nosso seio e é muito fácil detectá-los. Numa reunião do bairro, em que estejam presentes todos os seus moradores, far-se-á uma análise das pessoas que trabalham e daquelas que andam na vadiagem. Estes elementos, que nada fazem, são autores de alguns crimes, como único meio de se sustentarem. Ou, então, se andamos a suspeitar de um nosso vizinho, mesmo que seja da nossa família, devemos denunciá-lo, para a autoridade verificar se, de facto, é ou não um criminoso. No que diz respeito às

EDUARDO AFONSO GUAMBE (30 anos, empregado comercial e residente no Bairro do Maxaquene) — Acabar com a criminalidade torna-se bastante difícil, porque os polícias que temos são em número bastante reduzido. Sendo assim, é preciso que o povo apoie a autoridade. Como então apoiar? Não é um problema muito difícil. Basta a intensificação da vigilância, para detectar todos os autores dos crimes. Como a maior parte dos criminosos são residentes dos bairros desta cidade, através de reuniões, podem ser facilmente neutralizados. Mas, em parte, os familiares daqueles elementos deviam compreender a necessidade de denunciá-los, porque conhecem-nos perfeitamente. Mas se não os querem denunciar, nunca sairemos desta situação. Outros crimes são originados por pessoas vindas de fora, que se acumulam aqui na cidade, enquanto estão desempregadas. Eles são seres humanos como nós. Precisam de se alimentar e vestir. Mas como arranjar tais coisas, se não trabalham? Fazem a vida à custa dos outros, através de roubos. É aconselhável lançar uma campanha dirigida a esta gente que não trabalha, para voltar à procedência.

ANEXO V.MIDIA E A INCITAÇÃO A PERSEGUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL

opinião pública

Notícias, Maputo
7 de Junho de 1982

N. 7/6/82

Obrigar os marginais a regressarem às suas terras

Para minimizar o problema da criminalidade na Cidade de Maputo, é preciso levar avante a vigilância. Por outro lado, as pessoas vinda do campo para a cidade, sem objectivo, só porque têm prazer de viver na cidade, devem ser obrigadas a regressar às suas terras, onde irão produzir para seu benefício. Assim falou um dos inquiridos pela nossa rubrica «Opinião Pública», sobre a criminalidade.

ANDRÉ FAIFE (25 anos, trabalhador da Entreposto Comercial de Moçambique e residente no Bairro da Polana) — Realmente, nós temos sido vitimas de muitos crimes, não sendo que, depois do cumprimento do castigo, tornam-se na mesma bandidos. Por isso, a melhor forma de acabar com os marginais é atribuir-lhes tarefas, como, por exemplo, machambas estatais, Zonas Verdes, e outros locais de trabalho colectivo, onde irão produzir para o seu benefício, assim como para benefício do nosso País.

maior parte delas, não são daqui, vêm dos arredores e de outras provincias.

Se não podem regressar, então devem ser integradas na construção de Aldeias Comunais ou nas machambas estatais. Se estas continuarem a permanecer aqui no Maputo, continuaremos a ser vítimas de muitos crimes.

JOSÉ BERNARDO (21 anos e residente no Bairro do Alto-Maé) — Ge-

ANEXO VII.MIDIA E A INCITAÇÃO A PERSEGUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL

opinião pública

N. 11/6/82

População deve participar na limpeza de marginais

«O combate que as autoridades policiais têm estado a desenvolver contra a criminalidade, através de operações selectivas, é positivo e fundamental para a minimização deste mal social. Mas não basta, é necessário que toda a população participe nos bairros, denunciando os elementos marginais» — esta a opinião generalizada entre os leitores que temos vindo a contactar àcerca deste tema que hoje termina.

JOAQUIM NUVUNGA (44 anos, trabalhador da BP/SHELL MOÇAMBIQUE e residente no Bairro da Polana-Caniço) — Acho que a melhor forma de minimizar a criminalidade é intensificarmos a vigilância. Devemos trabalhar em colaboração com as estruturas policiais. Falando das pessoas que vêm do campo e que na cidade não encontram trabalho, posso dizer que muitos deles são os autores de alguns crimes, pois as condições em que se encontram são precárias. Assim, como eles vivem nos bairros os Grupos Dinamizadores devem controlá-los. O Governo tem todo o poder de atribuir-lhes tarefas, ou mesmo mandar-lhes para um campo de reeducação.

SAMUEL MANDLHATE (29 anos, trabalhador da Imprensa Nacional e residente no Bairro S. Dâmaso) — É necessário aumentarmos a vigilância nos bairros. Como os milícias são poucos, a população deve organizar-se, fazendo escala de cada morador para a realização de rondas à noite. É muito fácil detectar os criminosos, porque vivem connosco nos bairros. As pessoas provenientes do campo para a cidade sem objectivo nenhum, automaticamente constituem-se em marginais, e têm provocado muitos crimes na cidade. Em minha opinião, o Governo devia enquadrá-los nas zonas verdes.

[illegible]

vêm aumentar a criminalidade, que é fruto da marginalidade. São essas pessoas que invadem casas e assassinam pessoas, para as roubarem. Como já disse no princípio, eles têm um apoio dos familiares ou amigos, onde vão guardar as coisas alcançadas nas suas operações. O Governo deve fazer uma rusga, apanhando todos os marginais e mandar-lhes para as machambas colectivas. Não concordo que sejam obrigados a voltar às suas terras, porque vão ficar, voltarão novamente para a cidade.

SILVÉRIO JOÃO RACHIDE (25 anos, elemento das FPLM e residente na cidade da Matola) — O problema da criminalidade é muito sério. É através

ANEXO VII. CHE GUEVARA E EDUARDO MONDLANE E FIDEL CASTRO E SAMORA (CUBA E MOÇAMBIQUE